

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**KELLEN CRISTINE PASQUALETO**

**PROTAGONISMO POLÍTICO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE:  
O Caso dos Recicladores de Materiais Recicláveis  
do Vale do Rio dos Sinos**

**São Leopoldo**

**2018**



KELLEN CRISTINE PASQUALETO

**PROTAGONISMO POLÍTICO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE:**

**O Caso dos Recicladores de Materiais Recicláveis**

**do Vale do Rio dos Sinos**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

São Leopoldo

2018



P284p Pasqualetto, Kellen Cristine.  
Protagonismo político e consciência de classe: o caso dos recicladores de materiais recicláveis do Vale do Rio dos Sinos / Kellen Cristine Pasqualetto. – 2018.  
235 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

“Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger.”

1. Reciclagem. 2. Resíduos sólidos. 3. Classe social.  
4. Consciência de classe. I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)



Aprovada em 19 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

---

Orientador – UNISINOS

Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos

---

Componente da Banca Examinadora – UCPEL

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor

---

Componente da Banca Examinadora – UNISINOS





Dedico esta dissertação a todos os recicladores e apoiadores do  
Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos.



## AGRADECIMENTOS

Com a certeza de que “a grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens; só há um luxo verdadeiro, o das relações humanas” (Saint-Exupéry, 2015, p. 35) é que faço, a seguir, meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para realização desta pesquisa.

Agradeço a todas as forças coletivas que me impulsionaram até aqui, começando pelo Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos, que me lançou e acompanhou nessa jornada, contribuindo com muitas informações para este estudo. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa EcoSol Unisinos, que me acolheu nessa caminhada; ao coletivo Apoena Socioambiental, do qual tenho a honra de fazer parte, o que me possibilita contar com a parceria de mulheres incríveis; à minha família que, do seu modo peculiar, teve um papel importante pelo seu apoio incondicional e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu a bolsa integral, o que me possibilitou maior dedicação a esta pesquisa.

Aos recicladores Andréa Tatiane Rodrigues, Tássia Rodrigues, Roberto da Silveira, Josué Carvalho, Regina Soares, Delci Simch, Clademir de Aguiar e Paulo Bohn, que me ajudaram a entender seus pontos de vista para que esta dissertação pudesse aproximar-se o mais possível da realidade!

Às Apoenas, Joice Maciel, Daiana Schwengber, Renata Hahn e Fernanda Schutz, esta última, nossa mais recente parceira da Apoena, por terem me dado o apoio necessário para a realização deste trabalho! Em um mundo que se fez deserto, temos sede de encontrar companheiras (Saint-Exupéry, 2015)! Obrigada por me fazerem acreditar que outro mundo é possível e que nós, mulheres, devemos ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

Agradecimento especial aos colegas Gustavo Oliveira e Jéssica Wallauer que, além de terem me ensinado a “dar uma relaxada”, me enchem de motivação para seguir na luta por outra sociedade mais justa!

À Aline Araújo e Anelise Estivalet, que, junto comigo foram orientadas pelo Prof. Gaiger, pelo fortalecimento mútuo!

Aos amigos de Brasília, que, provando que a distância geográfica não impõe barreiras para a amizade, mesmo estando longe, sempre se fizeram presentes! Ao Pedro, que me incentivou a fazer o mestrado, à Priscila Parada e Aline Nascimento, parceiras nesta e em outras empreitadas!

No quesito saúde mental, agradeço ao psicólogo Ricardo Vivian da Cunha e ao grupo de mulheres da Tenda da Terra e Tenda da Lua, por me ajudarem a compreender que a “a vida não cabe no Lattes” e, em especial, à Lúcia Torres, que nos ajuda a seguir a nossa caminhada com inteireza.

Às amigas Juliana Prestes, Isabel Diogo e Luana Bezerra, por me aguardarem e não desistirem dos inúmeros convites, apesar de minha constante ausência!

Aos queridos Profa. Helen Ortiz, Prof. Duílio Castro e à amiga Alda Moura, por me incentivarem a fazer o mestrado.

Ao Prof. Tiago de Garcia Nunes, por ter se disponibilizado a me ajudar nos emaranhados teóricos relacionados ao marxismo (pelo *WhatsApp*) sem nem ao menos me conhecer!

À Maristela Simon, que sempre me auxiliou com imensa agilidade, competência e amorosidade em todas as etapas do mestrado. Maristela, sem você o PPG das Ciências Sociais da Unisinos não seria o mesmo!

Ao meu orientador, Luiz Inácio Gaiger, que acreditou nessa retomada sobre as classes sociais, ajudando-me nessa travessia do conhecimento, sempre presente em todos os momentos em que foi solicitado, com organização, leituras atentas e estabelecimento de prazos possíveis!

Aos meus familiares, pais, tias e dinda, em especial, à minha mãe Vera Pasqualetto, à tia - quase mãe - Lilia Pasqualetto e à irmãzinha Juliane Pasqualetto. Jú, obrigada por me desafiar e me encorajar nessa jornada provocando-me a pensar numa perspectiva crítica e marxista! E aos meus irmãos Alessandro Pasqualetto e Fabiano Pasqualetto, cada um, ao seu modo, sempre na torcida.

À Marilene Darós, amiga queridona, que me auxiliou em muitas etapas desta pesquisa, principalmente na realização do campo de estudo, com sua sensibilidade, paciência e competência fazendo-me acreditar que conseguiria organizar minha montanha de dados!

À Odete Spies, Roque Spies, Alda Beatriz, Roseli Dias, pelas muitas horas de conversas e pelas leituras atentas deste trabalho!

Ao meu companheiro, Fábio Tavares, que se manteve firme nesta jornada auxiliando-me em tudo de que precisei, com muita paciência e disposição para ouvir minhas infinitas reflexões acerca deste estudo realizado!

À Profa. Mônica Dowbor, que, com sua elegância, inteligência e sensibilidade, conseguiu fortalecer-me nesta jornada, fazendo-me acreditar que a profissão de cientista pode ser realizada com seriedade, prazer e leveza.

À Tania Candotti, pela parceria, disponibilidade, propostas de reescrita e brilhante revisão da Língua Portuguesa.

À Fabiana Thomé da Cruz, minha quase co-orientadora, que fez a leitura e crítica desta dissertação de forma extremamente qualificada. Fabi, minha parceira de reflexões, contigo aprendo que, para a vida florescer entre as ruínas, um pouco de musgo é necessário! Seguimos na busca pelo não visível. Que bom contar com o teu apoio, competência, conhecimento e paciência. Contigo aprendi e aprendo que sim, é possível fazer ciência com afeto!

“A única indecência é a fome!  
Trabalho na indecência.  
Na indecência que rasga a pele e os estômagos.  
A indecência é tua, mas tomo como minha.  
O estômago é teu, mas tomo como meu.  
Tomamos a indecência e a revolta juntas!  
Por um mundo onde a única indecência seja a liberdade de escolher  
qual o prato que vai nos satisfazer!”

Juliane Pasqualetto

“Quem não se movimenta, não sente as amarras que o prendem.”

Rosa Luxemburgo



## RESUMO

Esta pesquisa retoma a problemática das classes sociais e explica de que forma e porque se considera que os recicladores e catadores de materiais recicláveis constituem uma classe. Diversos estudos têm evidenciado a importância da articulação política dos trabalhadores para que consigam fazer enfrentamentos necessários em busca de seus direitos. Para compreender esse dinamismo, o referencial teórico escolhido comporta autores marxistas que explicam a atualidade do conceito de classe social a partir de concepção estrutural, de relações e de consciência de classe. Parte-se do pressuposto de que a produção e o mercado compõem os elementos mais precisos de classificação e mobilidade social e de que os conceitos de conflito e de exploração são fundamentais. Em outras palavras, entende-se que as classes sociais expressam a forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista. A metodologia utilizada se constitui em estudo de caso único a partir de revisão documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e pesquisa participante. As técnicas escolhidas para a análise dos dados coletados foram análise de séries temporais e análise de conteúdo. O campo deste estudo é o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), no Rio Grande do Sul, que desde 2002 articula os recicladores da região em torno de suas atividades, promovendo a união das associações e cooperativas da região, reestruturando as relações de produção com princípios de solidariedade e colaboração. Tomando como base o conceito de consciência de classe, composta, neste estudo, pelas relações de classe e pelas visões de mundo dos recicladores, buscou-se investigar em que medida a articulação coletiva em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS) se constitui como um espaço de fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores envolvidos. Diferentemente de medir níveis de consciência, este estudo traz elementos para compreender as dinâmicas do FRVS, que não podem ser caracterizadas por meio de mudanças lineares ou evolutivas, mas a partir de processos de rupturas e continuidades. O fato de os trabalhadores reunirem-se em torno de suas cooperativas pode ser analisado, em termos marxistas, na prática que constituiu uma classe *em si*, ou seja, uma classe em relação ao capital. A articulação política mais ampla, como a que ocorre no FRVS, pode ser entendida como o exercício para que os recicladores se tornem uma classe *para si* mesmo, isto é, que o grupo eleve a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa. Por fim, compreende-se o conceito de classe não como um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas ou de renda, mas composto por atores sociais, políticos e culturais que agem, se constituem, interpretam a si mesmos e se transformam por meio da luta e relações de classes, tendo a práxis - um fazer histórico - como perspectiva significativa.

**Palavras-chave:** Reciclagem, Resíduos Sólidos, Classe social, Consciência de classe.





## ABSTRACT

This research resumes a problematic of social classes and explains how and why recyclable materials scavengers can be considered a class. Several studies have been demonstrating the importance of the political articulation of the workers for the battles required to pursuit their rights. In order to understand this dynamism, the theoretical framework adopted in this thesis involves Marxist authors who explain the topicality of the concept of social class from a structural conception, from relations and, from class consciousness. It is based on the assumption that the production and the market constitute the most precise elements of classification and social mobility as well as the fundamental conception of conflicts and exploitation. In other words, it means that social classes express the way in which inequalities are structured in capitalist society. A methodology used is a single case study based on documentary and bibliographic research, semi-structured interviews and participant research. The techniques chosen for data analysis were time series analysis and content analysis. The field study is the Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), in Rio Grande do Sul, which since 2002 has been articulating the region's scavengers around their activities, promoting a union of associations and cooperatives in the region, restructuring production relations on solidarity and collaboration principles. Based on the concept of class consciousness, which was composed, in the study, by class relations and by scavengers worldviews, this research aims to investigate the extent to which a collective articulation around the Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS) constitute itself as a space for strengthening the class consciousness of the workers involved. Differently from measuring levels of consciousness, this study brings elements to comprehend the FRVS dynamics, which cannot be characterized by linear or evolutionary changes, but from processes of ruptures and continuities. The fact that workers gather around their cooperatives can be analyzed, in Marxist terms, in practice as a class in itself, that is, a class in relation to capital. A broader political articulation, such as occurs into FRVS, can be understood as the exercise for scavengers to become a class for itself, i.e., that the group elevates the economic necessity of its class to the level of conscious awareness, of an active class consciousness. Finally, the concept of class is understood not as a fixed datum, defined only by economic or income determinations, but composed by social, political and cultural actors who act, are constituted, interpret themselves and are transformed through the struggle and relations of classes, having a praxis - a historical doing - as a meaningful perspective.

**Key-words:** Recycling, Solid waste, Social class, Class consciousness.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da Cadeia de valor da reciclagem no Brasil.....	50
Figura 2 - Vale do Rio dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre.....	62



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda individual dos recicladores do Vale dos Sinos .....	144
---	-----



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia de classe mais complexa proposta por Erick Wright.....	76
Quadro 2 - Tipologia e trajetórias de interesses relacionados.....	81
Quadro 3 - Síntese das categorias e subcategorias. ....	115
Quadro 4 - Cooperativas participantes do Fórum em 2016 e 2017.....	141
Quadro 5 - Perfil dos recicladores entrevistados.....	146
Quadro 6 - Evolução histórica dos acontecimentos no FRVS comparados com os acontecimentos nacionais e regionais.....	149
Quadro 7 - Histórico de coordenação e apoio do FRVS.....	154
Quadro 8 - Perfil dos apoiadores entrevistados .....	185
Quadro 9 - Principais participações que cada reciclador e cada apoiador tiveram ao longo de sua trajetória: .....	191





## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Renda média domiciliar para cada estrato socioeconômico - Critério Brasil.....	64
Tabela 2 - Percentuais por classe social (parâmetro econômico) por regiões brasileiras.....	71
Tabela 3 - Comparativo de preços e valores de 2003 e de 2017.....	158



## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEP</b>	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
<b>AMBEV</b>	Companhia de Bebidas das Américas
<b>ANCAT</b>	Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis
<b>CAMP</b>	Centro de Assessoria Multiprofissional
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupações
<b>CCEB</b>	Critério de Classificação Econômica Brasil
<b>CECA</b>	Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria
<b>CELIC</b>	Central de Licitações
<b>CEMPRE</b>	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
<b>CENTCOOP/DF</b>	Central de Cooperativas de Catadores do Distrito Federal e Entorno
<b>CIISC</b>	Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
<b>CNES</b>	Conselho Nacional de Economia Solidária
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Pesquisas
<b>COL</b>	Círculo Operário Leopoldense
<b>CONAES</b>	Conferências Nacionais de Economia Solidária
<b>COOPERCAN</b>	Central das Cooperativas de Reciclagem de Canoas
<b>COOPETSINOS</b>	Central de Cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos
<b>COREDES/RS</b>	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
<b>DIFESOL</b>	Departamento de Fomento e Incentivo à Economia Solidária do Rio Grande do Sul
<b>ECOSOL</b>	Economia Solidária
<b>EES</b>	Empreendimento de Economia Solidária
<b>EPS</b>	Economia Popular Solidária

<b>FBES</b>	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
<b>FRVS</b>	Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos
<b>FSM</b>	Fórum Social Mundial
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFRS/POA</b>	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/Campus Porto Alegre
<b>IHU</b>	Instituto Humanitas Unisinos
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
<b>MNCR</b>	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PDRA-VS</b>	Programa de Desenvolvimento Regional Alternativo Vale dos Sinos
<b>PMGIRS</b>	Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNES</b>	Plenárias Nacionais de Economia Solidária
<b>PNRS</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos
<b>PROCON</b>	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
<b>PRONAREP</b>	Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular
<b>PRONINC</b>	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
<b>PSA</b>	Pagamento por Serviço Ambiental
<b>REFAP</b>	Refinaria Alberto Pasqualini
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<b>SIES</b>	Sistema de Informação de Economia Solidária
<b>SINIR</b>	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>ULBRA</b>	Universidade Luterana do Brasil
<b>UNISINOS</b>	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## CONVENÇÕES

Nesta dissertação, foram adotadas as seguintes convenções:

- a) Os depoimentos, palavras e expressões dos entrevistados da pesquisa foram grafadas em itálico, assim como os termos em idioma estrangeiro;
- b) as citações e conceitos retirados da bibliografia consultada são apresentados entre aspas duplas, bem como termos deslocados do contexto ou quando houver um objetivo de dar destaque;
- c) os principais conceitos dos autores serão citados em negrito;
- d) na redação do texto, optei por utilizar a primeira pessoa do singular, *eu*, quando o objetivo for expressar reflexões, sentimentos e entendimentos meus, decorrentes das experiências e constatações vivenciadas por mim; será utilizado a forma de indeterminação do sujeito *se* para relatar acontecimentos ou argumentos de forma geral, de conhecimento comum, omitindo o agente da ação. Exemplo: descobriu-se;
- e) os depoimentos dos recicladores entrevistados foram identificados com “R” e o dos apoiadores foram identificados por “A”. O número ao lado das letras representa a identificação do entrevistado. Exemplo: entrevistado reciclador 1, “R1” e entrevistado apoiador 1, “A1”;
- f) foram utilizados nove documentos relacionados ao Fórum. Os principais constam dos anexos. As referências ao uso de documentos serão definidas como “Documento”, seguido do número de cada um. Exemplo: “Documento 1”. A relação completa do nome dos documentos utilizados consta do Apêndice B.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	31
A autora e sua experiência .....	34
<b>CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO DA PESQUISA</b> .....	39
1.1 Os catadores de materiais recicláveis ao longo da história .....	39
1.2 O catadores individuais .....	43
1.3 O potencial do coletivo: os catadores organizados .....	45
1.4 A correlação de forças dentro da cadeia produtiva da reciclagem .....	49
1.4.1 Os conflitos de interesses .....	53
1.5 De Itapuí ao Vale do Rio dos Sinos: o surgimento dos recicladores .....	56
1.6 A organização do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS).....	60
<b>CAPÍTULO 2 - A PROBLEMÁTICA DAS CLASSES SOCIAIS</b> .....	63
2.1 As classes sociais na sociologia do trabalho .....	66
2.1.1 Por que os catadores são considerados classe social.....	77
2.2 A consciência de classe .....	79
2.3 Protagonismo político e consciência de classe .....	87
2.3.1 Participação em instâncias de primeiro e segundo grau .....	89
2.3.2 O repertório organizacional da economia solidária.....	94
2.4 Voltando à problemática da pesquisa .....	98
<b>CAPÍTULO 3 - O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	101
3.1 A pesquisa exploratória.....	104
3.2 A práxis da pesquisa.....	106
3.3 Desigualdade política entre quem escreve e sobre quem se escreve .....	109
3.4 A sistematização dos dados e suas sutilezas.....	110
3.5 Técnicas de análise .....	114
3.5.1 Categorias e subcategorias que compõem a análise.....	115
<b>CAPÍTULO 4 - A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA CLASSE DOS RECICLADORES</b> .....	121
4.1 Análise de séries temporais do FRVS .....	122
4.1.1 De 2000 a 2005 – O Surgimento do Fórum.....	122
4.1.2 De 2006 a 2012 - A Consolidação da experiência .....	132
4.1.3 De 2013 a 2017 - Os Desafios atuais .....	135
4.2 Os recicladores do Vale dos Sinos .....	143
4.2.1 O perfil dos recicladores entrevistados.....	146

4.3 O funcionamento do FRVS .....	149
4.4 As relações de classes .....	156
4.4.1 A exploração nas relações de classes.....	157
4.5 A trajetória do FRVS e as relações de classes .....	165
<b>CAPÍTULO 5 - AS VISÕES DE MUNDO DOS RECICLADORES.....</b>	<b>169</b>
5.1 As visões de mundo do trabalho formal ao cooperado.....	170
5.2 As visões de mundo a partir das formações e reuniões.....	176
5.3 Os recicladores líderes e as visões de mundo .....	182
5.4 O papel dos apoiadores na construção de visões de mundo.....	185
5.5 A participação política e as visões de mundo .....	191
5.6 Entre a superação e a reprodução das desigualdades.....	193
5.7 A consciência de classe dos recicladores .....	196
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICE B – LISTA DE DOCUMENTOS DO FÓRUM .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO A – RELATÓRIO DO PRIMEIRO ENCONTRO DOS RECICLADORES..</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO B – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO .....</b>	<b>235</b>



## INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), estima-se que aproximadamente 800 mil catadores<sup>1</sup> de materiais recicláveis vivam dos “[...] restos e descuidos da sociedade” (Souza, 2013, p. 14) e que cerca de 2 milhões de pessoas sejam beneficiárias indiretas desses trabalhadores<sup>2</sup> (IPEA, 2012).

Ao falar de catadores, entende-se que toda a sociedade está incluída nesse debate. Por todas as vezes que se pensa que existe um descarte final quando se coloca algo no lixo, que se descuida do que se consome, que se olha com indiferença para as pessoas que vivem a partir dos restos e descuidos.

Estima-se que 90% de todo o material reciclado no Brasil seja recuperado pelas mãos dos catadores, que constituem, portanto, a base da cadeia produtiva da reciclagem (IPEA, 2012). No entanto, “75% dos ganhos totais proporcionados pela reciclagem são apropriados pela indústria” (IPEA, 2012, p. 9). Além disso, conforme o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC), apesar da existência da Política Nacional dos Resíduos Sólidos<sup>3</sup> - que prevê a contratação dos catadores para a prestação de serviços - constata-se que, em média, 170 contratos entre as prefeituras e os catadores organizados estejam em vigência, ou seja, menos de 5% dos municípios reconhecem o serviço prestado pelos catadores. Esse número pouco expressivo evidencia o descaso do estado em relação a esses trabalhadores que, mesmo sem daquele receberem qualquer remuneração, continuam prestando seus serviços, que representam a fonte de renda de suas famílias. Assim, sobreviver do “lixo” passou a ser aceito como algo natural.

No Brasil, cerca de 12,3 milhões de trabalhadores encontram-se sem ocupação (Agência IBGE, 2018), o que determina uma busca de alternativas para solucionar esse problema: alguns trabalhadores o fizeram individualmente; outros, em coletivos de trabalho. Entre eles, os catadores iniciaram sua luta por visibilidade e sobrevivência no final da década de 1990. Tal articulação buscava a elaboração e o cumprimento de políticas públicas em prol do reconhecimento e da valorização da categoria.

---

<sup>1</sup> Neste estudo, o termo “catador” refere-se aos trabalhadores da reciclagem reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o termo “reciclador” será utilizado como sinônimo. Os trabalhadores do Vale dos Sinos, que atuam no setor da reciclagem, se reconhecem como recicladores. Maiores detalhes serão abordados no decorrer do estudo.

<sup>2</sup> Por questão de fluidez da leitura, optou-se por manter a escrita flexionada no gênero masculino. No entanto, se reconhece e valoriza o papel das mulheres.

<sup>3</sup> A PNRS (Lei nº12.305/2010) é composta por instrumentos fundamentais para o avanço no que se refere aos enfrentamentos dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos relacionados aos resíduos sólidos.

Em 2002, fruto da maturidade organizacional dos catadores, consolidou-se o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que passou a conferir visibilidade pública às demandas desses trabalhadores, bem como favorecer o fortalecimento das lutas do setor (IPEA, 2012; Luta..., 2018). Nesse período, constata-se o surgimento de outros fóruns e organizações políticas. Um desses espaços, o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), constituiu-se também em 2002 e, atualmente, é composto por cooperativas de reciclagem de oito municípios da região. O FRVS, campo deste estudo, tem por finalidade promover a união das cooperativas, reestruturando as relações de produção com base em princípios de solidariedade e colaboração.

Além da minha trajetória profissional, apresentada na próxima seção, outros fatores contribuíram para o meu interesse por esse tema. Entre eles, a constatação de que apenas 10% dos catadores do país estão organizados em associações e cooperativas e o conhecimento sobre a importância dessas articulações para a consolidação de uma pauta coletiva em prol de mudanças políticas, econômicas e sociais (IPEA, 2012). Nesse sentido, considera-se que o FRVS se constitui em uma organização significativa para a reflexão acerca da constituição da classe social dos trabalhadores da reciclagem a partir da superação da condição de catador individual.

Os avanços econômicos, científicos e tecnológicos que ocorreram no mundo - principalmente a partir da década de 1980 - não garantiram iguais avanços quanto à distribuição de renda (Cattani, 2009). Isso reforça a tese de que as desigualdades sociais são indispensáveis para o bom funcionamento do capitalismo (Bosi, 2008) e que, dentro desse cenário, os catadores estão incluídos na lógica do sistema capitalista, como trabalhadores explorados (Wright, 2015a).

Mesmo que não se parta do pressuposto de que a questão de classe explique todas as demandas da sociedade, considera-se possível e adequado utilizar o conceito de classe social para discutir esse tema. Entende-se que muitos dos problemas denunciados por Karl Marx e seus seguidores seguem latentes e atuais. Assim, as classes sociais podem contribuir para a compreensão da forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista.

Neste estudo, o conceito de classe social é entendido a partir da perspectiva estrutural, de formação e de consciência de classe. Além do resgate de conceitos de Marx (2007, 2008, 2011), busca-se a compreensão de classe social a partir da perspectiva contemporânea. É conhecida a vasta e contraditória teoria acerca do conceito de classe social; diante das inúmeras possibilidades, o teórico marxista escolhido foi Eric Wright (2015a, 2015b), para o qual o propósito da análise de classes precisa ir além da compreensão da estrutura de classes e seus efeitos, com vistas ao entendimento sobre as interconexões de todos esses elementos e suas consequências para outros aspectos da vida social (Wright, 2015a). Os principais conceitos de Wright utilizados nesta

dissertação são os de **relações de classe** e de **exploração**, adequados para os propósitos do presente estudo.

Considera-se que os catadores, principalmente os organizados, compõem uma classe de trabalhadores, identificados como **explorados** dentro da cadeia produtiva da reciclagem. Entre as inúmeras razões para considerar que os catadores constituem uma classe social, que serão apresentadas no capítulo 2, estão não só a permanência e a longevidade identificadas na luta dos recicladores, como também suas pautas políticas consolidadas. No que diz respeito às forças produtivas, grande parte dos equipamentos que utilizam e praticamente todos os espaços físicos de trabalho, quando os possuem, são de propriedade do estado. Portanto, por mais que exerçam práticas autogestionárias dentro de seus coletivos via consolidação de cooperativas de trabalho, não são proprietários dos meios de produção que utilizam e o resultado de seu trabalho é apropriado pelos compradores e pelo estado (ao remunerá-los de forma insuficiente, quando os remunera).

Tendo-se em vista a escolha por um referencial marxista, busca-se compreender não somente de que forma os catadores decidem ter atuação conjunta em nome da classe, mas também como mudanças de consciência acontecem. Neste estudo, a **consciência de classe** é composta pelas categorias **relações de classe** (Wright, 2015a) e **visões de mundo** (Lukács, 1967 e 1989).

Isso posto, o estudo em tela tem por finalidade analisar **em que medida a articulação política dos catadores de materiais recicláveis em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos se constitui como meio de fortalecimento da consciência de classe dos participantes**. A intenção não é medir a consciência de classe dos participantes, mas aferir a contribuição das práticas cotidianas nesse espaço de articulação coletiva para a consolidação da consciência de classe.

Para atingir esse fim, realizou-se um **estudo de caso** único (Yin, 2005) a partir do uso de **entrevistas semiestruturadas**, **pesquisa participante** e **revisão documental**. Para a escolha dos entrevistados, utilizou-se a técnica **bola de neve**, que se constitui em um processo em que um entrevistado indica o outro (Vinuto, 2014), e fez-se uso de roteiro de entrevista semiestruturado. Para a organização dos dados, as entrevistas foram gravadas e transcritas e, para auxiliar na análise, utilizaram-se dois *softwares* gratuitos disponíveis na internet, os quais serão detalhados no capítulo 3. O propósito das técnicas escolhidas foi registrar o percurso dos principais participantes bem como compreender suas motivações para a consolidação e manutenção do FRVS, sob a perspectiva da consciência de classe. A análise de dados foi realizada

a partir da **análise de séries temporais** (Yin, 2005) para a constituição da trajetória dos recicladores do Vale dos Sinos e **análise de conteúdo** (Bardin, 2011).

A presente dissertação é composta por 5 capítulos: o primeiro, traz um panorama do contexto em que a pesquisa se insere; o segundo, por se entender que a temática classe social pertence a um campo polêmico nas ciências sociais, explora extensa revisão sistemática da literatura acerca da problemática das classes e também sobre a consciência de classe e o protagonismo político; o terceiro capítulo aborda o percurso metodológico do estudo. Já os dois últimos, enfocam análises dos dados, de modo que o quarto capítulo analisa a consolidação da classe dos recicladores a partir de suas trajetórias, fundamentando o conceito de **relações de classe**; e o quinto capítulo aborda aspectos relacionados à visão de mundo dos recicladores e faz uma retomada sobre a consolidação da **consciência de classe** a partir das **relações de classe** e das **visões de mundo**; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

### **A autora e sua experiência**

Iniciei minha trajetória profissional com 12 anos, não porque precisava de recursos para suprir necessidades básicas, mas porque queria ter uma trajetória distinta da minha mãe, que dependia financeiramente do meu pai. Com os diversos trabalhos temporários que consegui, os quais eram conciliados com os dedicados às atividades escolares, logo compreendi que, se não desse mais ênfase aos estudos, os trabalhos futuros me manteriam numa restrição econômica, que me impossibilitaria, assim, de alcançar a tão sonhada independência financeira.

Então, resolvi me tornar estudiosa, decisão que resultou na atribuição do apelido de “cabeção”, dado por amigas minhas. Esse período caracterizou-se por certo isolamento social de minha parte e por uma rotina de estudo que virou prática, na maior parte da adolescência, conciliada com trabalho. Sempre estudei em escolas públicas: cursei o ensino médio no Colégio Júlio de Castilhos, no turno da manhã, o que me fazia acordar muito cedo para pegar o ônibus das 6h30 e chegar às 7h20 na escola, pois morava na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, local em que meus pais ainda residem. Essas idas para a escola em ônibus muito lotado constituíram-se numa “experiência antropológica”: foi nesse espaço que percebi que aquela parcela de pessoas espremida diariamente no coletivo, literalmente como sardinhas numa lata, fazia parte de uma classe de trabalhadores pobres, explorados e oprimidos! Em seus diálogos no ônibus, entre brincadeiras, brigas e lamentações, sempre expressavam o seu desejo para que as 18h chegassem logo!

Esses episódios recorrentes despertavam minha curiosidade e vontade de entender esse contexto em que eu estava já inserida, tanto em razão das práticas de trabalhos pontuais e mal

remunerados, quanto devido ao meu esforço para concluir o colégio e fazer uma faculdade, pois tinham como propósito maior a minha inserção nesse complexo mundo do trabalho. Que lógica é essa que sensibiliza e obriga todos a conseguir um trabalho tão almejado, o qual, quando alcançado, passa a ser odiado pela maioria dos adultos? Qual o sentido desse trabalho que rouba todo o nosso tempo livre e também a nossa criatividade? Quanto vale a nossa vida?

Tais questionamentos acompanharam-me sempre! É possível afirmar que as idas e vindas enfrentadas diariamente em ônibus superlotados tenham contribuído para a minha formação como leitora: esses trajetos constituíram-se em períodos de tempo inteiramente dedicados à leitura, ainda que poucas vezes tenha conseguido desfrutar esse hábito confortavelmente sentada. Sempre tive claro que faria uma faculdade, mas que precisava ser em uma universidade pública porque minha família não teria como pagar uma privada. Após a aprovação de meu irmão na UFRGS tive a certeza de que eu também poderia passar e depois de mim, os meus outros dois irmãos também foram aprovados na mesma universidade. Acabei o ensino médio e fui convidada por um colega para trabalhar no Unificado, cursinho preparatório para o vestibular, que oferecia bolsas de estudo para quem dispusesse de um turno de trabalho. Fui uma das escolhidas e contei com o apoio do Seu Jorge, um senhor gentil que percebeu que eu não estava de brincadeira e logo me colocou num posto de trabalho privilegiado, que me possibilitava estudar. Nesse período, o apoio financeiro e psicológico dos meus pais foi bastante importante.

O cursinho era decisivo para a preparação para o vestibular, uma vez que eu praticamente não havia tido Química, entre outras matérias, pela falta de professores na escola. A graduação sonhada era Psicologia, que tentei em dois vestibulares, sem sucesso. Tornei-me então voluntária da Organização Não Governamental (ONG) Unificado Sempre Amigo e, em seguida, funcionária desta, o que me garantiu um salário mínimo mensal, o cursinho à noite e 44h de trabalho semanal.

Repensando a jornada e interessada no trabalho realizado na ONG, entrei, em 2004, no curso de Serviço Social na ULBRA e, no mesmo ano, passei em Ciências Sociais na UFRGS. Cursei as duas graduações por dois anos, era bolsista na ULBRA em troca de 20h de trabalho semanais, que se somavam às 44h que eu já tinha na ONG, tudo isso por um salário mínimo no final do mês e dedicação de, praticamente, todo o meu tempo livre para estudar. Na ULBRA, tive a sorte de ser aluna do Professor Ottmar Teske, responsável pela minha compreensão teórica e também pela paixão pela sociologia: foi ele que me ensinou que “a vida é povoada de sentimentos sem os quais não há sentido para viver”.

Minhas reflexões teóricas e empíricas sobre o mundo do trabalho e as desigualdades sociais foram se aprimorando. Eu tinha colegas na graduação cujos pais eram professores

universitários, falavam três línguas e tinham todos os livros de que precisávamos na biblioteca de casa, além da possibilidade de discutir as temáticas da área com seus pais, durante o jantar, por exemplo; enquanto isso eu gastava quase metade do meu salário tirando cópias de textos que quase não conseguia ler, porque os finais de semana não eram suficientes para isso e meus pais não compreendiam bem o que era essa “tal Ciências Sociais”.

E assim, fui cursando as graduações. Na dúvida entre fazer um lanche melhor ou tirar cópia do texto para a aula, optei pelos textos e acabei escolhendo me dedicar apenas às Ciências Sociais para não ter que passar 10 anos estudando para concluir as duas graduações, naquelas condições. Durante o período em que vivenciei essas experiências na UFRGS, constatei o surgimento de muitas contradições entre a teoria e a prática. Exemplificando, as aulas noturnas no Campus do Vale iniciavam às 18h30, o que, para nós, muitos de meus colegas e eu, que trabalhávamos até às 18h, representava tempo exíguo demais para chegarmos pontualmente ao Campus: muitas vezes fomos impedidos de participar do primeiro período da aula por professores pós-doutores em sociologia do trabalho.

Tais questões foram me fazendo desacreditar da academia a partir do abismo que percebia existir entre teoria e realidade. Desde 2004, direcionei meus estudos para a sociologia do trabalho, buscando ressignificar meus questionamentos. Nessa busca, conheci as experiências em economia solidária, tema que entrou na minha vida para ficar. De 2004 a 2008, atuei como bolsista de pesquisa e de extensão no Núcleo de Estudos Alternativos da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; fui orientada pela Professora Anita Brumer em pesquisa sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher e pelo Professor Carlos Schmidt, o querido Ximitão, em pesquisas sobre o papel da economia solidária no capitalismo.

A partir de então, fui colecionando todas essas informações, questionamentos, alegrias, raivas e contradições. Após a conclusão da graduação, fiquei afastada da universidade de 2008 a 2010, quando ingressei na especialização em Gestão Pública, período durante o qual fui morar em Brasília. Em 2015, ingressei no mestrado.

De 2009 a 2011, fui pesquisadora da Incubadora Tecno-Social da Universidade de Brasília/UnB, na qual tive a oportunidade de acompanhar a Central de Cooperativas de Catadores do Distrito Federal e Entorno (CENTCOOP/DF). Esse período em Brasília foi decisivo para direcionar meu campo de interesse profissional.

Voltando para Porto Alegre, em 2011, após cinco meses de trabalho como servidora pública em uma prefeitura da região metropolitana, pedi exoneração para atuar em um projeto da

Associação Caminho das Águas - Ecoprofet<sup>4</sup>, financiado pela Petrobrás, voltado para os catadores de Porto Alegre, Região Metropolitana e Vale dos Sinos. A exoneração ocorreu porque entendia que minha vida valia mais do que ficar fazendo trabalhos burocráticos, rotineiros e sem sentido, precisando cumprir uma carga horária maçante.

Nesse trabalho, realizado entre 2011 e 2013 no projeto Caminho das Águas, atuei como pesquisadora e sistematizadora de dados, acompanhando 14 cooperativas de reciclagem em Porto Alegre e no Vale dos Sinos. Realizei, nesse período, pesquisas trimestrais com todos os coletivos, as quais serão detalhadas no capítulo 3. Esse foi meu primeiro contato com o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), grupo que inspirou meu ingresso no mestrado. Em decorrência dessas vivências, ressalto a importância de minha decisão de ter aberto mão do serviço público para colocar minha energia em um trabalho que fazia sentido para mim!

De 2014 a 2016, exerci a função de técnica da Incubadora Tecno-Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus/Porto Alegre (IFRS/POA), no qual assessorava duas cooperativas de catadores do Vale dos Sinos que pertencem ao FRVS. Durante esse espaço de tempo, desenvolvi oficinas de formação, além de realizar pesquisas qualitativas e quantitativas. De 2011 até o momento, venho participando de reuniões mensais do FRVS e realizando registros sistemáticos dos encontros. Pretendo seguir acompanhando o Fórum após a conclusão do mestrado.

Em 2015, na véspera de acabar o PRONINC<sup>5</sup>, que me vinculava ao IFRS/POA, montamos um coletivo de mulheres entre as demais técnicas de outras instituições, que ficou denominado como Apoena Socioambiental, grupo do qual faço parte atualmente. Somos um dos 32 pequenos negócios residentes na Associação Cultural Vila Flores; atuamos em busca da valorização dos trabalhadores associados, na gestão sustentável dos recursos naturais, na luta por justiça econômica e de gênero com ênfase na promoção da educação ambiental.

Confesso que, apesar de minhas angústias terem pesado e de o prazer pelos estudos ter se tornado presente na minha vida, o que me levou para a pós-graduação em 2015 não foram esses fatores, porque eu não conseguia enxergar de que forma a academia poderia contribuir, de fato. O que, definitivamente, me direcionou para esse fim resultou de uma provocação feita pelos catadores do FRVS para que eu os estudasse a partir de uma demanda concreta: registrar a

---

<sup>4</sup>Este projeto foi coordenado pelo Irmão Antônio Cechin, que, entre suas muitas atribuições, foi um Irmão Marista, militante dos movimentos sociais, fundador da Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul (CPT-RS), da Pastoral da Ecologia, da Associação Caminho das Águas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e criador da Romaria da Terra e da Romaria das Águas. Faleceu em 2016, aos 89 anos (Duarte, 2016).

<sup>5</sup>O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) tem por finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2010a).

história do Fórum, pois, segundo eles, “*os temas passam a existir depois que são estudados*” (R5<sup>6</sup>). Fiquei pensando que essa demanda por parte dos trabalhadores poderia gerar frutos interessantes; acredito que gerou.

Considero importante deixar clara a minha vinculação com o campo, uma vez que, neste estudo, se coloca o dilema entre a Kellen pesquisadora, a Kellen técnica e a Kellen militante. No entanto, presumo que meu conhecimento prévio do campo não atrapalhou a realização da pesquisa, pois, para o desenvolvimento das etapas que constituíram a elaboração da dissertação, não atuei como técnica no FRVS. Nesse período, coloquei-me na postura de ouvinte durante a participação nas atividades. Embora fosse chamada pelo grupo para opinar sobre assuntos polêmicos, acredito que consegui ajudar a promover o debate sem influenciar com a minha opinião.

Sobre a Kellen pesquisadora, minha entrada no campo já havia acontecido quatro anos antes do início desta pesquisa, o que me fez optar pelo uso da técnica **bola de neve** (Yin, 2005) para que a escolha dos meus entrevistados não fosse decidida pela minha afinidade ou não com os participantes.

De tudo o que conheci no setor da reciclagem, o que mais me chamou a atenção foram os espaços de protagonismo político dos trabalhadores: percebia que alguma coisa diferente se constituía nesses locais e que nenhum catador sozinho conseguia materializar toda a energia e força que provinha quando adentrava num coletivo. A força constituída entre os catadores organizados é de extrema importância para o fortalecimento da luta de toda a classe. Entendo - e neste estudo obtive respaldo teórico - que o exercício da tomada de consciência de classe somente é possível por meio de articulação coletiva dos trabalhadores. Por não se tratar de um processo automático, este somente pode se dar a partir da reflexão no grupo (Lukács, 1967, 1989; Iasi, 1999, 2012).

Por tudo isso, quando se pensa em injustiça, exploração, desigualdade e classe social, muitos referenciais teóricos podem ser escolhidos. Minha opção pelo referencial marxista baseia-se em minhas crenças, meus estudos e na coerência que percebo nesse tipo de abordagem. Classe social não é uma categoria analítica que serve para todos os contextos de estudo, mas, para este, considero adequado.

---

<sup>6</sup> R5 refere-se ao depoimento do reciclador 5. Mais detalhes sobre essa codificação dos entrevistados, nesta pesquisa, serão abordados no capítulo 3.



## CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o cenário deste estudo, os atores envolvidos e os conflitos de interesses identificados. Para isso, além dos referenciais teóricos convencionais, que serão mencionados, foram utilizados outros tipos de fontes que abarcaram o meu conhecimento prévio sobre o campo de estudo, como o relatório do projeto “Caminhos das Águas” (2013), assim como o acesso ao seu banco de dados, arquivos do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), e também o relatório do “Programa de Desenvolvimento Regional Alternativo Vale dos Sinos” (PDRA-VS), 2001, que contou com a participação de inúmeros profissionais da área<sup>7</sup>.

O presente capítulo está organizado da seguinte forma: nas três primeiras seções, busca-se tanto salientar a heterogeneidade dos catadores de materiais recicláveis, quanto suas formas de trabalho (individualizada ou coletiva); na quarta seção, serão identificados os demais protagonistas que compõem a cadeia da reciclagem e a correlação de forças existentes entre catadores, compradores, empresas privadas e poder público; na quinta e sexta seção, apresenta-se o contexto histórico da região do Vale dos Sinos, a organização do setor da reciclagem, suas principais características históricas e articulações que resultaram na organização coletiva dos catadores da região em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos.

### 1.1 Os catadores de materiais recicláveis ao longo da história

Buscar alternativas para lidar com o “lixo” não se constituiu como um problema novo, porém o tema ganha relevância pública, principalmente, a partir do êxodo rural. No Brasil, a questão dos resíduos apenas passa a receber alguma atenção, por questões de saúde pública, a partir da metade do século XX, em decorrência da consolidação de aglomerados urbanos (Demajorovick & Lima, 2013; Eigenheer, 2015).

Apesar das concepções e sentidos em torno da palavra “lixo” terem sofrido alterações com o passar do tempo, as conotações pejorativas em relação a ele permanecem. O “lixo” ainda é visto, por grande parte da sociedade, como um problema, algo ruim que precisa ser constantemente escondido, enterrado e, até mesmo, esquecido (D’Almeida, 1995). No entanto, a nomenclatura “lixo” nem consta na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010; o termo rejeito<sup>8</sup> seria seu substituto, pois refere-se a parte dos resíduos sólidos que, de fato, não

---

<sup>7</sup> Duas das autoras são atuais apoiadoras do FRVS e foram entrevistadas para este estudo.

<sup>8</sup> Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (Brasil, 2010b, art. 3º).

pode ser aproveitado para a reciclagem ou compostagem. Dessa forma, neste estudo, será utilizada a nomenclatura **resíduos** ou **materiais recicláveis** para identificar a matéria prima utilizada pelos catadores de materiais recicláveis em seu trabalho cotidiano (Brasil, 2010b; CBO, 2002).

Dentro desse contexto, a ênfase da pesquisa sobrecai sobre as pessoas que historicamente manuseiam o resíduo, denominados de catadores. No século XIX, não há muitos registros de catadores de materiais recicláveis. Havia pouca demanda por trapos, ossos e outros objetos que pudessem ser reciclados na época. Uma característica desse período é que os catadores que buscavam no lixo os materiais que poderiam ser aproveitados diretamente no consumo selecionavam os que pudessem ser utilizados para o reuso e não para a reciclagem (Silva, 2015).

Silva (2015) enfatiza os poucos registros históricos de catadores no país e aponta que seu número passa a se tornar representativo após a consolidação dos parques industriais brasileiros na década de 1930; “cabe lembrar que, até o início da década de 1980, a coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos domésticos não eram temas recorrentes na mídia brasileira” (Eigenheer, 2015, p. 10).

Os primeiros registros de catadores surgem pela literatura, como o frequentemente lembrado poema “O Bicho”, de Manuel Bandeira, publicado em 1947: ainda que esse poema não trate especificamente de catadores de materiais recicláveis, denuncia a miséria de uma sociedade compelida a saciar sua fome alimentando-se de restos encontrados no “lixo” (Silva, 2015; Bosi, 2008).

Já na década de 1970, o dramaturgo Plínio Marcos retoma as denúncias de Manuel Bandeira na obra “O Homem de Papel”, em que retrata o cotidiano de catadores que, na época, já praticavam o processo de comercialização do material para compradores (Marcos, 1978). Tal atividade, entretanto, seguia concentrada nos grandes centros urbanos, com foco em materiais como garrafas de vidro, papel e metal (Bosi, 2008). Bosi (2008) destaca ainda que, naquela época, os catadores não eram foco de estudos acadêmicos e que, no momento em que estes foram registrados por órgãos oficiais, já se contabilizava o registro de milhares deles.

Até meados da década de 1990, os catadores juntavam seu material e vendiam para os compradores; “concentravam-se nas grandes cidades, restringindo-se à cata de papel, de garrafas de vidro e de sucata de metal, estando longe de se constituírem como uma das populações trabalhadoras mais numerosas da atualidade do mundo do trabalho” (Bosi, 2008).

Dessa forma, a heterogeneidade dos trabalhadores envolvidos com a reciclagem de materiais recicláveis é um aspecto a se destacar. De acordo com os dados do IPEA (2012 e 2013), considera-se que, desde que a profissão Catador de Materiais Recicláveis foi incluída na

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002, os dados sobre a categoria tiveram outra perspectiva, pois passaram a fazer parte das pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, PNAD (2012), o que possibilitou maior visibilidade à categoria.

A partir de relatórios do IPEA (2016), estima-se que existam cerca de 800 mil catadores no país<sup>9</sup>. Desses catadores, 15% encontram-se no Sul do país; a maior parte está no sudeste (40%) e nordeste (30%), concentrados em áreas essencialmente urbanas<sup>10</sup>.

Apesar de os homens representarem 68,9% dos catadores do país (IPEA, 2013), estima-se, porém, que o número de mulheres dedicadas a esse trabalho seja maior do que o de homens. Tal hipótese fundamenta-se em duas questões: devido ao estigma em torno da profissão, muitas mulheres deixam de autodeclarar-se catadoras, por não se orgulharem dessa atividade; outras, que se dedicam a uma, dupla ou tripla jornada de trabalho, identificam a catação como atividade complementar, não se considerando catadoras. Em decorrência de tais razões essas mulheres deixam de figurar nas estatísticas.

Aprofundando as questões de gênero, um estudo apresentado no relatório do IPEA (2013) destaca os inúmeros abortos espontâneos decorrentes da sobrecarga de esforços que a profissão exige. O mesmo estudo aponta que o maior percentual de mulheres está na região Sul (34,1%), enquanto o menor está no Nordeste (29,3%).

[...] o Estudo do perfil socioeducacional dos catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho (UFRGS, 2010) traça um bom perfil dos catadores da região Sul do país. Encontra-se no estudo que esta população é constituída em sua maioria por mulheres (80,8%), com idade média de 37 anos. O trabalho dos catadores é responsável por 52,55% da renda familiar, que atinge R\$ 978,28. As famílias são formadas, em geral, por quatro pessoas (média de 4,32 moradores por domicílio) e há uma média de dois filhos por família (1,96 filhos). (IPEA, 2012, p.19).

A faixa etária média dos catadores do país é de 39,4 anos e, no que se refere à questão racial, é importante considerar que a média dos que se autodeclaram negros (pretos e pardos) é de 66,1%, percentual mais elevado do que a média de negros na população brasileira (52%). “O maior percentual de negros entre esses profissionais está no Norte (82,0%), e o menor no Sul (41,6%).” (IPEA, 2013, p. 49, 2013). Em um cruzamento entre a questão de gênero e a racial, apresenta-se a seguinte situação:

<sup>9</sup> O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima 1,5 milhões de catadores. No entanto, neste estudo, serão utilizados os dados oficiais do IPEA.

<sup>10</sup> Apesar disso, tanto os relatórios do PNAD (2012) como os do Censo (2010) reconhecem que pode haver margem de erro nesses números pelo fato de que a pesquisa é feita por domicílio e acredita-se que grande parte dos catadores não possui residência fixa, o que acarreta perda de informações, as quais não comprometem a pesquisa, mas permite uma alusão a dados superiores aos apresentados (IPEA, 2013).

Outras desigualdades dignas de nota em termos de renda do trabalho dos catadores são diagnosticadas quando se verificam as médias por gênero e raça. Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22. (IPEA, 2013, p. 54).

Os dados apontam que as desigualdades de raça e gênero, presentes em grande parte das relações de trabalho, como apontam Guimarães (1993), Cattani & Holzmann (2006) e Antunes (2005), se estende, também, nas relações entre os catadores.

No que se refere à renda, a média do país é de R\$571,56, enquanto a do Sul é de R\$596,90. Levando em consideração que o salário mínimo (SM) em 2010 era de R\$510,00; somente o Nordeste possuía uma renda inferior ao SM, de R\$459,34 (IPEA, 2013).

Já de acordo com o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES)<sup>11</sup>, de 2014, há uma concentração de sócios que retiram mensalmente valor médio entre R\$401,00 e R\$500,00. O salário mínimo no período de referência da pesquisa, julho de 2013, era de R\$678,00. “Vale ressaltar que, para este resultado, apenas 177 (33%) dos 539 empreendimentos declaram o valor médio da remuneração ou retirada mensal” (Maciel, 2016, p. 64).

De acordo com o relatório da UFRGS (2010)<sup>12</sup> e do projeto Caminhos das Águas (2013)<sup>13</sup>, que avaliaram os catadores organizados da Região Sul em coletivos de trabalho, destaca-se que a maioria dos catadores entrevistados possui outra fonte de renda além da catação, renda oriunda principalmente de programas de transferência de renda do governo federal, estadual ou municipal. Contudo, em termos relativos, a comercialização de recicláveis representa 87% da renda média individual declarada. Os relatórios citados concluem que os programas de transferência de renda são complementares para esses trabalhadores.

Em relação à escolaridade, os dados do IPEA (2013) apontam duas pesquisas que afirmam que a dos catadores varia entre 5ª e 8ª séries. No entanto, mesmo que as referidas pesquisas não tenham conseguido identificar a relação entre o grau de escolaridade e a melhoria

---

<sup>11</sup> O SIES é o Sistema de Informação em Economia Solidária, resultado de dois Mapeamentos realizados no Brasil (2005-2007 e de 2009-2013). Foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e com a Universidade do Vale dos Sinos- Unisinos. Consiste em um banco de dados dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária, o que possibilita um panorama nacional acerca do trabalho associado no Brasil (Santos, 2014).

<sup>12</sup> Essa pesquisa da UFRGS restringe-se à Região Sul do País.

<sup>13</sup> Essa pesquisa foi realizada pela Associação Caminho das Águas, entre 2011 e 2012, financiada pela Petrobras. Sua abrangência restringiu-se à Região Metropolitana de Porto Alegre e ao Vale dos Sinos. Contou com o apoio técnico do Instituto Fidedigna, que é referência em estratégias inteligentes e inovadoras em pesquisas. Mais informações sobre o Instituto Fidedigna podem ser acessadas em <http://www.ifidedigna.com.br/>. Detalhamentos sobre a metodologia desse estudo serão apresentados no capítulo 3.

na renda - o que, segundo a análise do relatório, desestimula os catadores a continuarem estudando – essas pesquisas destacam que, nas respostas dos entrevistados, a participação deles em cursos de formação, como de triagem de materiais, cooperativismo e gestão, é apontada como uma das causas pelo sucesso da cooperativa ou associação.

No que se refere à taxa de analfabetismo, a brasileira é de 9,4%; entre os catadores, é de 20,5%: o maior índice é o do nordeste (34%) e o menor o do sul (15,5%). No Vale dos Sinos a média de catadores não alfabetizados é de 4,8% (Caminhos das Águas, 2012), o que já aponta aspectos peculiares da região.

Apesar de concentrar-se no Sul do país o menor número de catadores, entende-se que é a região onde mais existam coletivos organizados (cooperativas e associações), pois o percentual de catadores que contribuem com a previdência social é de 25,9%, enquanto, no país, o percentual é de 15,4%.

Em resumo, conforme dados do IPEA:

Há maior presença do sexo feminino entre os catadores organizados, a escolaridade dificilmente ultrapassa o ensino fundamental, os catadores contribuem significativamente com a renda familiar, e sua renda é obtida principalmente com a comercialização de recicláveis, atingindo menos de um salário mínimo. Possuem vínculos de trabalho frágeis, portanto poucas contribuições previdenciárias e a principal razão para a entrada na atividade se refere à falta de outra opção. Normalmente o/a catador/a tem experiência de trabalho anterior à catação, mas não necessariamente alcançava renda mais alta. Os mais antigos não desejam trocar de ocupação e a maioria reconhece a importância da atividade para o meio ambiente e a sociedade; a proximidade do local de trabalho também reforça a escolha da atividade de catação. (IPEA, 2012, p. 22).

Destaca-se que esses trabalhadores compõem um universo heterogêneo: dos 800 mil trabalhadores da reciclagem que oficialmente há no Brasil, entende-se que pouco mais de 10% estão organizados em cooperativas e associações (IPEA, 2013). O próximo tópico trará considerações a respeito desses trabalhadores organizados e não organizados.

## 1.2 O catadores individuais

É conhecido o fato de que cerca de 90% dos catadores de materiais recicláveis no Brasil trabalham individualmente exercendo a coleta nas ruas. No entanto, a literatura diverge sobre o que isso representa. Nessa perspectiva, abordagens como as de Veronese (2016), Darós (2009), Schwengber (2015) e Silva (2017) consideram que é necessário valorizar a riqueza dessas experiências, pois são realizadas por trabalhadores criativos, os quais, sozinhos, garantem autonomia na sua rotina e controle financeiro. Essas significativas abordagens apontam para uma

direção de reconhecimento e valorização dos catadores individuais. No que diz respeito à luta histórica desses trabalhadores, descreve-se o cenário também a partir da escrita e da história de duas catadoras: Carolina Maria de Jesus e Estamira Gomes de Souza<sup>14</sup>

Carolina Maria de Jesus foi uma catadora individual, da década de 1950, que morava na periferia de São Paulo com seus três filhos, e que descrevia a miséria dos pobres em pedaços de papel que separava na catação. Realizou seu sonho de “denunciar a vida na favela do Canindé”, favela que considerava o “quarto de despejo” da cidade. Essa analogia estendeu-se ao título de seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”, de 1960. A sua obra evidenciou a condição humana dos miseráveis, entre eles diversos catadores e pedintes. Segue um dos trechos que apontam a lucidez de suas reflexões<sup>15</sup>

Hoje amanheceu chovendo. Era um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são os mais cultos. E não "nos trata" com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para escola. Estou escrevendo até passar a chuva para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles “vê” as coisas de comer eles “brada”:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim:

- "Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura para fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina".

Choveu, esfriou. E o inverno chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. Eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim, no dia 13 de “Maio” de 1958, eu lutava contra a escravidão atual - a fome! (Jesus, 1995, p. 27).

Carolina, catadora semialfabetizada, retratou com poesia, na sua época, as mazelas da periferia, desde a fome e violência doméstica a questões políticas. Já a catadora Estamira, que foi protagonista do documentário “Estamira”, de Marcos Prado (2006), tornou-se conhecida pelo

<sup>14</sup>Carolina e Estamira são duas representações importantes na história da reciclagem do Brasil. Carolina, mineira que viveu em São Paulo, é considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras populares negras do Brasil. Estamira foi protagonista de um renomado documentário sobre sua trajetória que abordou - além da rotina de seu trabalho no lixão de Gramacho, localizado no Rio de Janeiro - suas reflexões sobre a vida que ampliaram o debate acerca do conceito de loucura.

<sup>15</sup>A escrita de Carolina foi mantida na forma original do livro.

seu discurso filosófico denunciando os políticos, a miséria humana e apontando também as dificuldades de um trabalho individual na reciclagem:

Isso aqui é um depósito de restos. Às vezes é só restos, às vezes vem também descuido. Resto e descuido. Quem revelou o homem como único condicional ensinou ele a conservar as coisas, e conservar as coisas é proteger, lavar, limpar e usar mais o quanto pode. Você tem sua camisa, você está vestido, você está suado. Você não vai tirar a sua camisa e jogar fora, você não pode fazer isso. (Souza et al, 2013, p. 14)

Estamira viveu cerca de 22 anos como catadora, grande parte do tempo em cima do lixão do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, o qual foi desativado em 2012: era um dos maiores lixões da América Latina. Em seus últimos anos de vida, ela passava a semana dormindo no lixão e voltava para casa somente nos finais de semana. Estamira faleceu em 2006. As principais falas do documentário, que posteriormente foram publicadas em um livro, em 2013, demonstram lucidez e loucura, a partir de seu diagnóstico de esquizofrenia, doença que, de acordo com relatos da família, foi desenvolvida após uma série de dramas pessoais e especialmente após o 2º estupro que sofreu (Souza, 2013; Andrade, 2010).

No Brasil, estima-se que mais de 800 mil Estamiras vivam dos restos e descuidos da sociedade, e que cerca de 2 milhões de pessoas vivam da renda oriunda desse trabalho. Por tudo isso, considera-se de fundamental importância os estudos que buscam dar visibilidade e reconhecimento para as Estamiras e Carolinas, que representam os catadores e as catadoras individuais do país. Ressalta-se, conforme os exemplos trazidos, que esses trabalhadores são marcados por diferentes perfis e trajetórias. Compreende-se que muitos deles exercem a atividade como forma de sobrevivência desde a infância e que, em algumas famílias, essa atividade é geracional, passando de pais para os filhos e, às vezes, de filhos para os pais.

As razões para a entrada na atividade também são diversas, muitos ingressam nesse trabalho por falta de melhores opções, outros por questões contingenciais, como a perda do emprego e migração. “Há catadores que seguem uma rotina de trabalho diária, enquanto outros possuem dinâmicas menos regulares, trabalhando uma quantidade de horas bastante variável por dia, ou mesmo trabalhando em dias intercalados” (IPEA, 2013, p. 8). Na próxima seção, apresenta-se o contexto dos catadores organizados em coletivos de trabalho.

### **1.3 O potencial do coletivo: os catadores organizados**

Reconhece-se a valorização dos catadores individuais e acredita-se que esses trabalhadores não devam ser obrigados a se organizar em coletivos, ou que tenham que mudar de

profissão, em razão de pressões que possam ser exercidas por diversas políticas municipais do país<sup>16</sup>. Parte-se do entendimento de que para haver uma transição, os catadores envolvidos precisam ter sua trajetória, vontades e desejos respeitados, como bem ilustram os autores citados na seção anterior.

A grande complexidade do tema se dá pelo fato de que cada um dos cenários contém particularidades que são permeadas pelo perfil socioeconômico dos catadores, desde seus níveis de carências até o grau de integração social em suas famílias e na comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, é necessário um foco para o aprofundamento, e o desta pesquisa busca compreender os sentidos da organização coletiva dos catadores, ou seja, enfatizar a menor parte dos trabalhadores. Busca-se, assim, verificar a influência dessa articulação coletiva para o fortalecimento da consciência de classe dos catadores.

Parte-se da premissa de que, embora sejam grandes os desafios, também se identificam as contribuições para os trabalhadores quando estes passam a pertencer a um coletivo. Nessa perspectiva, considera-se que, para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), principalmente para adentrarem na cadeia produtiva da reciclagem - o que traria ganhos econômicos substantivos para a categoria, baseados nos princípios da autogestão e da economia solidária -, a organização coletiva pode representar um passo fundamental para o fortalecimento da luta de classes, e esse processo não acontece em nível individual, como será detalhado no próximo capítulo.

No entanto, se reconhece que a organização do trabalho coletivo também pode ocorrer de diversas outras formas: segundo o tamanho dos grupos, níveis de gestão (autogestão), locais e condições de trabalho. Alguns grupos trabalham de forma independente; outros, possuem contrato com o poder público e ainda “com o avanço da atividade de reciclagem nos últimos anos, passou a ser mais comum encontrar aqueles que são empregados - com carteira de trabalho assinada -, trabalhando em locais fixos de catação, separação e classificação do material reciclável” (IPEA, 2013, p. 8). Esta pesquisa restringe-se aos catadores organizados em cooperativas e associações que atuam na perspectiva da economia solidária.

---

<sup>16</sup> Como exemplo das disputas que estão colocadas, em Porto Alegre, a Lei nº 10.531/2008, de autoria de Sebastião Melo (PMDB), conhecida como Lei das Carroças, foi sancionada em 2008. A Lei prevê a gradativa retirada das carroças (veículo de tração animal) e carrinheiros (veículo de tração humana) num prazo de oito anos, buscando realocar esses trabalhadores em outras atividades laborais (Prefeitura de Porto Alegre, 2018). Essa lei divide opiniões, para o Movimento Nacional de Catadores é vista como Lei anti-catador (Luta..., 2009). Já para os defensores, representa o fim dos maus tratos aos animais, entre outros benefícios acerca dos problemas de acidentes envolvendo os carrinheiros. A circulação de carroças foi proibida, mas a de carrinheiros ainda está em debate na câmara dos vereadores.



Estudos como os de Benvindo (2010), Bosi (2008), Lima (2013) Maciel (2016) e SENAES<sup>17</sup> (2013) apontam a importância do trabalho coletivo realizado pelos catadores, possibilitando reconhecimento, autonomia e valorização do trabalho. Acredita-se que o trabalho colaborativo tem a prerrogativa tanto de influenciar positivamente no resultado financeiro do grupo como de possibilitar a gestão compartilhada a partir da junção dos saberes de cada participante.

Dito isso, se reconhece que a atividade de catação no país convém para a manutenção do sistema capitalista, uma vez que é realizada historicamente por trabalhadores individuais, que não recebem remuneração por parte do poder público. Mais do que isso, o serviço prestado pelos catadores representa uma economia para o Estado, pois o material selecionado pelos catadores deixa de ser enterrado nos aterros sanitários ou lixões, representando, portanto, uma economia para o poder público ao não gastar com esse serviço de disposição final.

Aponta-se que a atividade coletiva praticada por meio de grupos organizados pode, além de representar uma possibilidade menos precária de trabalho, também consolidar uma ação coletiva, unindo os trabalhadores na mesma luta em prol da classe.

Investindo noutra direção, concordo em definir a cata de recicláveis como trabalho capitalista e o lixo reciclável como mercadoria, desde que isto seja encarado como problema, do qual se parte para a investigação, e não como um dado que antecipa os resultados da pesquisa e da reflexão. (Bosi, 2008, p. 102).

Dito isso, a premissa de que os catadores - como muitos outros trabalhadores - compõem uma classe trabalhadora precarizada e explorada no sistema vigente não serve como ponto de chegada, mas fará parte das reflexões que serão trazidas no próximo capítulo. Nessa direção, compreende-se que a organização coletivamente dos catadores do país, a partir do ano 2000, incide no questionamento acerca desse cenário de exploração, exclusão e miserabilidade social historicamente enfrentada ao trazerem visibilidade ao tema e exigência de políticas públicas.

Destacam-se como acontecimentos fundamentais tanto a realização do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, criado em 1998, quanto à realização do I Congresso Nacional dos catadores de papel, em 1999, pois o último resultou na criação do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), em 2001, durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

O MNCR nasceu de uma articulação nacional dos catadores em prol de constituírem força política em busca de diálogo com o poder público, pautando a exigência e o cumprimento de diversas leis e decretos, como a Portaria nº 397, de 2002, do MTE, que inseriu na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) a profissão de catador de material reciclável; no mesmo ano foi

---

<sup>17</sup> Secretaria Nacional de Economia Solidária, que será explicada nos próximos capítulos.

criado o Comitê Interministerial de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC); em 2006, contou-se com o Decreto Presidencial nº 5940, que institui a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal; em 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e, em 2010, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 - após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional - e o Programa Pró-Catador (IPEA, 2012, 2013), acontecimentos que serão detalhados no capítulo 4.

Essas leis, decretos e políticas evidenciam que os catadores de materiais recicláveis vêm se constituindo como uma classe de trabalhadores no Brasil. Atribui-se a esse fato não apenas o aumento da importância econômica e ambiental de suas atividades, a partir da década de 1990, mas também sua recente organização em cooperativas, associações e a consolidação de seu movimento social de âmbito nacional, o MNCR. Além do “MNCR ser reconhecido como a maior organização nacional de defesa dos interesses dos catadores do mundo” (IPEA, 2013, p. 31), considera-se que existem diversas organizações de catadores no país que se identificam ou não com o MNCR, como, por exemplo, o “Movimento Eu sou Catador”, composto em 2015 por catadores dissidentes do MNCR,<sup>18</sup> assim como inúmeros fóruns independentes pelo país, reafirmando a capacidade organizativa da categoria.

Ainda que esses dados apontem para a consolidação dessa atividade, apenas 10% dos catadores estão organizados. Dentre os fatores que podem justificar a baixa adesão ao trabalho coletivo, destacam-se três: a busca de autonomia no gerenciamento do tempo e de recursos quando se trabalha sozinho; desconhecimento jurídico e técnico para a criação de uma associação ou cooperativa; baixa integração social para que se consolide uma experiência coletiva (IPEA, 2013).

No entanto, dadas as especificidades que caracterizam a cadeia de valor da reciclagem - que será detalhada na próxima seção -, dificilmente os catadores conseguirão auferir melhores remunerações e maior poder de negociação, seja com outras empresas na comercialização, seja com o poder público na formação de parcerias, sem que antes consigam alcançar maior grau de organização interna de sua força de trabalho, o que contribui para a melhoria não só econômica do grupo, mas também em âmbito político e social, uma vez que é por meio dos coletivos que os catadores passam a consolidar uma classe de trabalhadores organizada.

---

<sup>18</sup> Como em todas as organizações, nem sempre há consenso nas práticas e alinhamentos adotados. Sabe-se que o MNCR constitui-se como uma das formas de organização dos catadores, a maior e mais conhecida, mas distante de obter consenso e concentração de toda a categoria.

#### 1.4 A correlação de forças dentro da cadeia produtiva da reciclagem

O setor da reciclagem envolve várias etapas em sua cadeia de produção de valor, que vão desde o processo de gerenciamento de resíduos a partir do descarte, passando pela coleta, triagem, enfardamento, comercialização do material, logística de transporte, beneficiamento até o desenvolvimento do mercado para o novo produto ou disposição final em aterros sanitários ou, ainda, em lixões (IPEA, 2013).

Dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) apontam que “[...] o número de municípios com coleta seletiva em todo o país saltou de 443, em 2010, para 927, em 2014 – uma evolução de quase 110%”. O crescimento ocorreu em todas as regiões, mas “o maior desenvolvimento proporcional se deu no Centro-Oeste, que passou de 18 para 62 municípios operando sistemas próprios” (CEMPRE, 2016). Apesar desse aumento registrado, os números da coleta seletiva no Brasil são baixos; os dados desse mesmo relatório apontam que apenas 18% dos municípios do país possuem coleta seletiva; e o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Básico (SINIS), de 2014, afirma que 23,7% dos municípios brasileiros possuem coleta seletiva, 43,9% não possuem e de 32,4% não forneceram informações sobre a sua situação. Portanto, o setor tende a crescer.

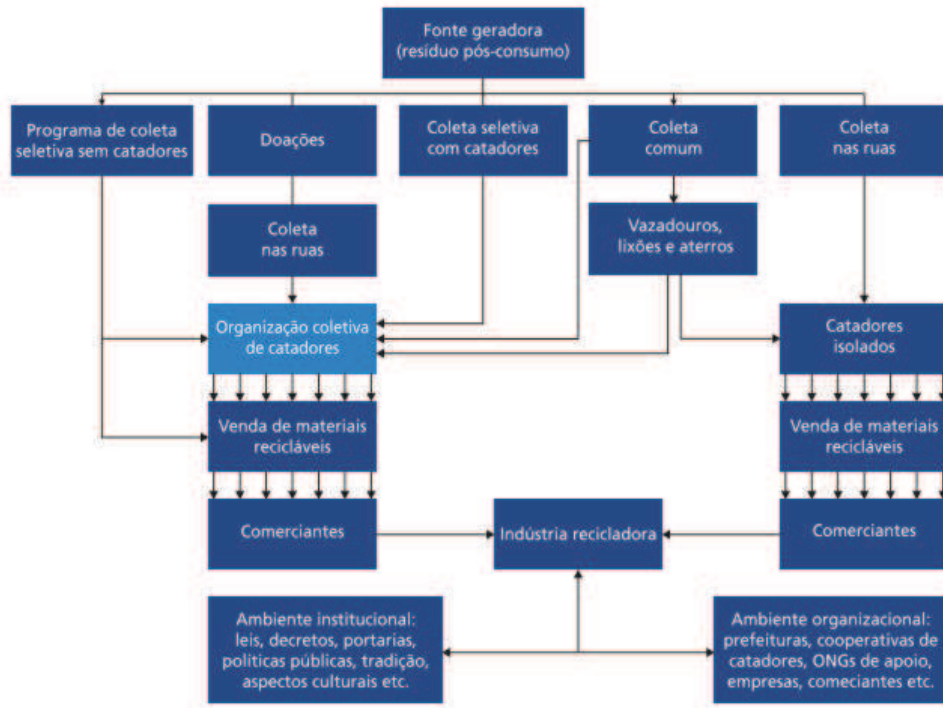
Considera-se que a consolidação da reciclagem - enquanto um setor produtivo com grande potencial de ganhos econômicos - é algo relativamente recente; a viabilidade econômica da exploração desse serviço surge a partir do aumento do nível de consumo nos centros urbanos nos últimos anos, o que desencadeou tanto o aumento de materiais a serem descartados na mesma proporção, como o encarecimento gradativo de matérias-primas para a produção dos produtos de consumo em geral, cada vez mais demandados na sociedade (Silva, 2015; Eigenheer et al, 2005; IPEA, 2013).

No Brasil, 90% do que se recicla é de responsabilidade dos catadores de materiais recicláveis; no entanto, na cadeia produtiva, são os trabalhadores que menos se beneficiam (CEMPRE, 2016; SENAES, 2013). A cadeia da reciclagem é composta por consumidores (que geram os resíduos pós-consumo), locais de coleta (de diferentes formatos), catadores (individuais ou organizados), compradores<sup>19</sup>, indústria (que absorve a produção dos atravessadores e que volta a produzir os produtos para os consumidores), conforme fluxograma apresentado na Figura 1.

---

<sup>19</sup> Os compradores de materiais recicláveis são também conhecidos como comerciantes, conforme fluxograma apresentado na Figura 1, mas, também, são chamados de atravessadores, para alguns dos entrevistados. Reconheço essas nomenclaturas e adotarei o termo compradores. A relação com os compradores é complexa, alguns exploram o grupo, outros não. Independente disso, se fazem necessários na forma em que atualmente se organiza a cadeia produtiva da reciclagem.

Figura 1 - Fluxograma da Cadeia de valor da reciclagem no Brasil.



Fonte: IPEA (2013).

A partir do fluxograma, percebe-se que, após passar pelos catadores, tanto os que estão organizados como os que estão isolados vendem seus materiais para os compradores (comerciantes) ou para a indústria. A diferença é que o catador individual, por possuir volume menor de material, não consegue ter poder de negociação e muito menos vender diretamente para a indústria, o que é o foco de inúmeros coletivos de catadores por meio tanto do MNCR como de fóruns de articulação, que buscam realizar a venda direta a partir da junção de materiais entre as associações e cooperativas<sup>20</sup> (SENAES, 2013).

Apesar de o Ministério do Meio Ambiente reconhecer a importância do trabalho dos catadores do país, que contribuem para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e para a diminuição da demanda por recursos naturais, os recursos investidos ainda não foram suficientes.

O fluxograma apresentado na Figura 1 representa uma situação ideal, mas o cenário não é esse. De acordo com Silva (2016), a produção diária de “lixo” no Brasil pode chegar a 150 toneladas: cerca de 53% seguem sendo enterrados nos lixões ou aterros sanitários e somente 13%

<sup>20</sup> A título de exemplificação, no Rio Grande do Sul, existem inúmeras experiências como: a Rede CataPOA, que é uma Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Alegre e Região Metropolitana; a Rede CataPampa, que é a Central de comercialização da região dos Pampas do Estado e a Coopetsinos, que é uma das quatro Centrais de Comercialização do PET, que compõem a Cadeia Binacional do PET. O fortalecimento de redes e cadeias de comercialização foi também o foco do Programa Cataforte III. Detalhamentos serão trazidos no capítulo 4.

são de fato reaproveitados. Dessa forma, esse cenário é parte dos desafios que se apresentam para a gestão de resíduos no Brasil.

No que se refere às legislações nacionais relacionadas ao tema, destaca-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, que tramitou por 21 anos no Congresso Nacional. Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente, é uma lei considerada bastante atual e inovadora, contendo instrumentos fundamentais para avanços no que se refere aos enfrentamentos dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos identificados no país a partir do histórico manejo inadequado dos resíduos sólidos. Além de prever a redução na geração de resíduos, essa lei propõe a prática de hábitos de consumo sustentável e uma série de instrumentos para viabilizar o aumento da reciclagem e a reutilização dos resíduos sólidos, assim como a adequada destinação ambiental dos rejeitos e metas que buscam a eliminação dos lixões. Dessa forma, essa política consagra-se:

[...] como um conjunto de princípios e objetivos, instrumentos e diretrizes, metas e ações adotados pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com os Estados, Distrito Federal, os Municípios ou os particulares, com vista à gestão integrada ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. (Silva, 2016, p. 20).

As previsões devem ser organizadas nos instrumentos do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano, distrital e municipal; além disso, as empresas privadas, dependendo do resíduo que manejem, devem também elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010b, art. 14). Destaca-se que a elaboração do plano é pré-requisito para que os estados e municípios acessem recursos da união destinados ao tratamento dos resíduos.

A Lei incorpora conceitos modernos de gestão de resíduos sólidos a partir da responsabilização de novos atores; sendo assim, seus principais aspectos estão relacionados a gestão integrada dos resíduos sólidos; a responsabilidade compartilhada; a logística reversa<sup>21</sup> e a inclusão dos catadores.

Considera-se que a PNRS exige a implementação da coleta seletiva nos municípios, a partir dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos (PMGIRS), assim como “a preferência da contratação de cooperativas de catadores para a prestação desse serviço” (Severo, 2015, p. 103). O Brasil - por meio da PNRS - foi o primeiro país a propor a integração de catadores, reconhecendo as contribuições desses trabalhadores e proporcionando um enquadramento

---

<sup>21</sup> A logística reversa é o “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”. (Brasil, 2010b, art. 3º, XII).

jurídico para permitir que cooperativas sejam contratadas como responsáveis por serviços que historicamente executam sem receber.

No entanto, os números demonstram que existe certa morosidade em colocar em prática as previsões da Lei. Conforme o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), de 2013, apenas 33% dos municípios do país haviam elaborado seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), até 2014, e o MNCR estima que, em todo o país, o número de contratos de cooperativas pelas prefeituras não chega a 170.

Em relação aos benefícios econômicos gerados pela reciclagem, uma das formas de calculá-los consiste em estabelecer a diferença entre os custos gerados pela produção com matéria-prima virgem e os custos gerados para a produção dos mesmos bens a partir de material reciclável. Segundo o estudo do IPEA (2013), todos os materiais apresentados - aço, alumínio, celulose, plástico e vidro - apresentam economia quando reciclados. A produção industrial a partir da reciclagem do plástico, por exemplo, custa 1/3 do valor quando utilizada matéria-prima virgem<sup>22</sup>.

No entanto, os custos para a realização da coleta seletiva são 4,6 vezes mais elevados do que os da coleta convencional<sup>23</sup> (CEMPRE, 2018b). Sem a efetivação dos acordos setoriais<sup>24</sup>, as empresas, portanto, lucram com a reciclagem, mas quem paga a conta é a sociedade - via o pagamento de impostos para o Estado. Confirmando essa reflexão, dados do site da AMBEV, por exemplo, apontam os ganhos da empresa com a reciclagem: “nessa cadeia sustentável, não é só o meio ambiente que ganha, cerca de 200 empresas trabalham na venda desses resíduos, e a receita incremental da cervejaria foi de R\$ 118,7 milhões em 2015, R\$ 3 milhões superior ao montante arrecadado em 2014” (AMBEV, 2016).

Corroborando a tese de Benvindo (2010), ao serem reciclados, os resíduos voltam a serem utilizados como matéria-prima nas indústrias, acarretando a diminuição de gastos no processo de produção, no ganho de energia, na redução da poluição do ar, da água e do solo e na extração de matéria-prima virgem; além disso, “cada tipo de material possui um determinado valor, processo próprio de transformação ou reciclagem e uma demanda específica” (IPEA, p.11, 2013).

Nesse sentido, além do econômico, é essencial que se contabilizem os ganhos ambientais e sociais que acompanham a coleta seletiva. É de fundamental relevância que as políticas de

---

<sup>22</sup> A tabela aponta que o custo por tonelada de matéria-prima virgem para a produção de plástico é de R\$1.790,00; o custo, quando se utiliza o reciclável, cai para R\$626,00, o que demonstra economia significativa.

<sup>23</sup> A coleta convencional é a mesma que a domiciliar, na qual é feita a coleta do rejeito e do material orgânico, encaminhados, a seguir, para disposição final em aterro sanitário.

<sup>24</sup> Os acordos setoriais são: “atos de natureza contratual, firmados entre o poder público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando à implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto”. (BRASIL, 2010b, art.19).

logística reversa sejam implementadas, pois, caso contrário, o Estado seguirá sendo onerado em prol das empresas privadas, assim como os catadores seguirão sendo explorados. Nesse sentido, concorda-se com a AMBEV, que a reciclagem é um bom negócio, mas defende-se que os custos e os benefícios sejam divididos entre todos os agentes econômicos que compõem a cadeia da reciclagem (AMBEV, 2016).

Apesar de ser considerado um bom negócio, existe muito a se avançar. Um estudo da engenharia química com ênfase na cadeia do plástico (Jorge, 2015) aponta que 91% da população gerou 255.712 toneladas de materiais recicláveis (41% de plásticos), que 22% dos plásticos foram reciclados e que 202.864 toneladas de materiais recicláveis foram enviadas para aterros; “cálculos econômicos demonstraram benefícios de R\$ 32 milhões na reciclagem do plástico, descontados o custo da coleta seletiva e a manutenção dos centros de triagem” (Jorge, 2015, p. 1).

O estudo de Jorge (2015) corrobora o outro realizado pelo IPEA, que apresenta a conclusão de “que há um espaço não aproveitado para a geração de renda estimada da ordem de R\$ 8 bilhões por ano na economia brasileira, caso se universalizasse a reciclagem desses materiais” (IPEA, 2013, p. 13). Nessa perspectiva, se a PNRS fosse cumprida e todo o resíduo reciclável que atualmente é disposto em aterros e lixões fosse encaminhado para a reciclagem, junto com a implementação de acordos setoriais, os benefícios poderiam ser revertidos para toda a sociedade.

#### 1.4.1 Os conflitos de interesses

A partir de Wirth e Oliveira (2016), apontam-se três modelos históricos de gestão de resíduos sólidos praticados no país: **gestão estatista**, **gestão privatista** e **gestão integrada**. No modelo de **gestão estatista**, que predominou até o início dos anos 2000, o sistema de coleta de resíduos sólidos era institucionalizado e realizado a partir dos órgãos municipais de limpeza urbana, o que vinha acompanhado de medidas que proibiam e criminalizavam a atividade de catação individual. Sendo assim, as decisões eram tomadas pelas prefeituras. Nessa forma de gestão, identifica-se o seguinte conflito: a criação da coleta formal (por parte do poder público) *versus* a coleta informal (por parte dos catadores).

Já o modelo de **gestão privatista** entra na pauta nos anos 2000, assim como outras iniciativas neoliberais no país desde a década de 1990. Considera-se que, nos anos 2000, cerca de 70% dos resíduos brasileiros eram coletados por empresas privadas (Wirth e Oliveira, 2016).

Nesse modelo de gestão privatista, o serviço de limpeza urbana é transformado em mercadoria, no momento em que se constata a inexistência de interesse por parte das empresas na coleta seletiva, uma vez que elas recebem por toneladas. A lógica de quanto mais “lixo”

melhor insere esse trabalho na produção de lucro por meio da mercadoria “lixo”. O fato de as empresas contratadas não estarem preocupadas com a coleta seletiva reflete nas escolhas tecnológicas que adotam, como a do uso de caminhões compactadores (que dificulta a triagem) assim como a de outras soluções que demonstram o interesse com o resultado focado no econômico e pouca preocupação com os efeitos socioambientais.

Contrapondo a esses dois modelos, a **gestão integrada** é definida como “o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (Wirth e Oliveira, 2016, p. 225). O entendimento é de que as formas de gestão estatista e privatista “reduzem a problemática dos resíduos a uma de suas dimensões, econômica ou política, não constituindo um enfoque integrado de gerenciamento, por abordar também de forma reducionista as demais dimensões (sociais, ambientais e culturais)” (Wirth e Oliveira, 2016, p. 225).

Diferentemente dos modelos anteriores, a gestão integrada, prevista na PNRS, tem o objetivo de enfrentar a problemática dos resíduos desde sua geração por meio de medidas como a da implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a da logística reversa e a do princípio do poluidor-pagador. A PNRS prevê que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) precisa ter programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver (Brasil, 2010b, art. 19).

Ainda no que diz respeito aos modelos de gestão, destaca-se a heterogeneidade da relação dos catadores com o Estado. São distintos os tipos de compreensão por parte do poder público em relação aos catadores, mas predomina o entendimento de que estes são alvo para assistência social, o que isenta essa instância de poder de remunerá-los; além disso, quando os catadores são remunerados via contratos, os problemas nos repasses e continuidade dos contratos são frequentes.

Constata-se que o impacto na renda dos catadores é maior quando estes assumem mais serviços além da coleta seletiva, como a coleta domiciliar e a gestão do aterro. Um dos empecilhos para os catadores é a disputa com a coleta convencional promovida pelas empresas privadas, a qual se estende ao território da coleta, ao orçamento e aos tipos de tecnologias.

Para o enfrentamento desses desafios, tem sido significativa a articulação política entre os catadores, as cooperativas, as redes de apoio, a administração pública, o MNCR e demais fóruns de catadores, unidos em torno de uma prestação de serviço público que envolva participação,



inclusão social e distribuição de renda. Considera-se que os catadores têm a oferecer serviços de coleta, triagem, recuperação e reciclagem de resíduos a um custo razoável; para isso, exigem o reconhecimento dos serviços que prestam, acesso aos resíduos, o direito de serem contratados para a gestão de resíduos sólidos, espaço seguro de trabalho e equipamentos para transporte, armazenamento, compactação, agregação e processamento de resíduos. Para a prestação desse serviço, exigem um preço abaixo do mercado que, muitas vezes, cobre apenas as despesas.

Por certo, avanços já foram obtidos, e o debate está em pauta, mas a realidade do país nos mostra que ainda estamos longe do ideal. Fatores como a existência de lixões a céu aberto e, ainda, em funcionamento ou a baixa taxa de municípios que apresentam ações voltadas para a coleta seletiva junto à população, demonstram os desafios a serem enfrentados.

Diante desse cenário, os catadores encontram-se num contexto paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que são os principais responsáveis pela transformação do resíduo em mercadoria - processo que interessa às grandes indústrias e, portanto, ao poder público - minimizam as preocupações relacionadas ao meio ambiente ao efetuarem um trabalho essencial no controle da limpeza urbana. Por outro lado, esses trabalhadores ocupam historicamente uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, dadas suas carências em âmbitos profissional e escolar; além disso, “por serem pobres e relegados para espaços geográficos suburbanos e marginalizados, bem como sofrerem diferentes tipos de exclusão no mercado de consumo e na dinâmica das relações sociais” (IPEA, 2013, p. 7).

A principal hipótese a ser explorada indica que o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil está integrado ao processo de acumulação de capital e que a suposta situação de exclusão dos catadores (desempregado, baixa escolaridade, faixa etária elevada) o qualifica para esse tipo de ocupação. Além disso, apesar da ausência de contratos de trabalho e de pagamento em forma de salário na rotina dos catadores, torna-se importante indagar quais as articulações existentes entre o trabalho dos catadores e o capital envolvido no empresariamento da reciclagem, de modo a revelar como são realizadas e reproduzidas historicamente as condições do trabalho dos catadores. (Bosi, 2008, p.102).

Nessa perspectiva, como bem enfatiza Bosi (2008) quanto à precarização do trabalho dos catadores, o fato é que esses trabalhadores estão a serviço do capital, custam pouco (e, na maioria dos casos, nada para o poder público e empresas privadas), mas executam um trabalho fundamental e de qualidade; por certo, fazem mais do que poderiam, quando observados seus poucos recursos tecnológicos e condições de trabalho. O produto do trabalho dos catadores constitui-se em base de economia para o setor privado, que visa a não só aumentar seus lucros como também a consolidar uma boa imagem do ponto de vista de marketing, por incluir questões ambientais em suas metas.

Para Bosi (2008), historicamente os catadores são estudados pelas Ciências Sociais ou pelo prisma da geração de trabalho e renda dos excluídos, ou pelo sentido da construção de novos sujeitos, vistos como trabalhadores que constroem suas possibilidades de trabalho (empreendedores) a partir de um trabalho cuja matéria-prima não teria custo. Após as mudanças havidas no mundo do trabalho, a rua torna-se um espaço para ganhar a vida. No entanto, acredita-se que essas frequentes abordagens pouco questionem a respeito do cunho de exploração a que o trabalho do catador esteja exposto (Bosi, 2008), o que se pretende neste estudo, a partir de uma abordagem marxista.

O fato é que essa relação social ambígua resultou em uma “invisibilidade” histórica desses atores, seja pelo poder público, seja pela sociedade como um todo, o que acaba isolando ainda mais essas pessoas em espaços de concentração de pobreza e com pouco ou nenhum acesso a serviços públicos de qualidade (IPEA, 2013). Os investimentos do poder público relacionados aos catadores são baixos comparado aos que são investidos em empresas privadas do mesmo ramo.

O setor da reciclagem cresce a cada ano, mas entende-se que a escolha pela atividade laboral não se manifeste como resultado de uma opção individual, mas decorra da necessidade de sobrevivência em um cenário que oferece poucas alternativas.

Na próxima seção, adentrando ao cenário relacionado ao campo de estudos desta dissertação, serão reconstituídos os principais acontecimentos históricos do Vale dos Sinos, sua origem e mudanças significativas a partir da perspectiva de desenvolvimento predominante na região. Contexto que contribui para o entendimento acerca da trajetória dos recicladores do Vale dos Sinos.

### **1.5 De Itapuí ao Vale do Rio dos Sinos: o surgimento dos recicladores**

Não há consenso sobre os relatos históricos que explicam o nome do atual Rio dos Sinos: algumas fontes apontam que esse nome teria sido escolhido devido à forma sinuosa do rio, outras, que o nome seria de origem indígena denominada “Cururuá”, que significa ratão do banhado, e esse nome se daria pelos sons que os animais faziam nas pedras no entorno do rio (COMITESINOS, 2017). Outra fonte aponta que o primeiro nome dado ao Rio dos Sinos foi Itapuí, nome dado pelos indígenas que habitavam a região. O nome Itapuí significa o som do campanário, som que vem da torre (Soethe et al, 2001)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Esse documento será explicado mais à frente, mas, desde já, destaca-se a sua relevância por ter sido construído entre as instituições que atuavam na região juntamente com a sociedade civil, o que resultou no relatório do Programa de Desenvolvimento Regional Alternativo do Vale dos Sinos (PDRA-VS).

Independentemente da origem do nome, o fato é que o Rio dos Sinos é um dos principais rios do Estado do Rio Grande do Sul e que ele “não permaneceu com sua designação indígena original, porque foi o vale que mais rapidamente eliminou o povo indígena com toda a sua tradição” (Soethe et. al, p. 6, 2001). Simultaneamente a esses fatos, em seu entorno, foram se consolidando latifúndios, fruto das demarcações estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Toda a área era pertencente à Coroa Espanhola; mesmo assim, o governo português nomeou algumas famílias para se estabelecer na região, demarcando vastas extensões de terra, que passaram a servir para o plantio e também para a criação de gado (Soethe et al, 2001; COMITESINOS, 2017). Constata-se, portanto, que inicialmente a região era constituída por poucas famílias que possuíam muitas terras<sup>26</sup>.

Inicialmente, o trabalho na região era realizado por trabalhadores escravos e também por uma pequena população de indígenas Caingangues, os quais moravam de favor nas terras que haviam passado a ter novos donos com o Tratado de Tordesilhas. No entanto, a partir de 1824, houve a implementação do cultivo de pequenas propriedades, prática fortemente influenciado pelo contexto europeu, principalmente pela Revolução Francesa<sup>27</sup>.

Nesse contexto, iniciou-se, então, a migração para o Vale, principalmente com colonos alemães, mas também com italianos, que se estabeleciam em pequenos lotes chamados de colônias. Com isso, mudava-se a concepção de cultivo da terra, que passava de latifúndios (com mão de obra de escravos), para pequenas propriedades (com mão de obra de imigrantes). A terra começava a ser cultivada pelos brancos, o que refletiu na expulsão e marginalização da comunidade negra que morava de favor nos latifúndios.

A consolidação das “picadas”<sup>28</sup>, um modelo coletivo autossustentável e solidário a partir da junção de famílias, é um fato significativo de influência de como se constitui a concepção de trabalho e solidariedade para o Vale dos Sinos. Nas colônias, desenvolviam-se também inúmeras profissões já que muitos dos imigrantes haviam exercido outros tipos de trabalhos em seus países de origem. Assim, alfaiates, artesãos, funileiros, ferreiros, marceneiros - entre outros – passaram a diversificar os tipos de profissão conhecidos nessas colônias (Soethe et al. 2001).

---

<sup>26</sup> Um dos casos mais emblemáticos é o da família Tristão Mendeiro, cujas terras se estendiam ao longo da região onde hoje ficam os municípios de Taquara, Santa Cristina, Três Coroas, Igrejinha e um pedaço de Gramado (Soethe et al, 2001).

<sup>27</sup> O início dessa experiência de pequenas propriedades, possivelmente influenciada também pela imigração alemã, ocorreu na parte pertencente à coroa brasileira, antes coroa portuguesa, a qual foi denominada de “real feitoria do linho cânhamo”, estendendo-se as terras que hoje pertencem a São Leopoldo, Campo Bom, Novo Hamburgo, Estância Velha e Portão, (Soethe et al. 2001).

<sup>28</sup> Quando os imigrantes alemães desembarcaram no Rio Grande do Sul, adentraram nas matas a procura de terra fértil para ser cultivada. “Picadas” foi o nome dado aos caminhos abertos nas matas. Depois de instalados, os grupos de sete ou oito famílias formava uma vizinhança coesa e solidária entre si.

Com o passar do tempo, surge o comércio a partir da produção excedente e Porto Alegre torna-se o principal destino de escoamento. Portanto, ocorre uma mudança no formato de produção, que passa da agricultura para a manufatura e, no final do século XIX, para a indústria. No que se refere ao posicionamento do governo do Estado, “ele vai se aliar em torno de objetivos comuns ao grupo ‘médio’, que pode ser chamado de burguesia” (Soethe et al., 2001, p. 7).

O fato central é que o Brasil apostou na imigração interessado na força de trabalho, e não nos trabalhadores, o que refletiu na exclusão de participação política dos imigrantes. Essa exclusão envolveu, desde aspectos religiosos até questões relacionadas ao não reconhecimento dos casamentos - e também dos filhos - desses imigrantes. Tais situações elucidavam o real motivo da vinda desses imigrantes ao Brasil: estes haviam sido trazidos para trabalhar e não participar da vida política. Esse cenário levou cerca de 60 anos para ir sendo amenizado, o que demandou grande esforço por parte dos imigrantes.

No final do século XIX, boa parte dos alemães conseguiu adquirir condição financeira melhor e puderam, assim, investir na educação de seus filhos, buscando também se diferenciar dos colonos, passando, então, a residir nas cidades. Em decorrência, “os cidadãos participam de um processo de aburguesamento da sociedade e visavam identificar-se com o grupo social dominante da mesma” (Soethe et al. 2001, p. 8).

O destino de quem era expulso do campo foi tanto migrar para grandes cidades como ser absorvido pela indústria que se constituía, principalmente no setor coureiro-calçadista e no da construção civil. Havia incentivos para a industrialização, o que acabou com pequenas indústrias familiares, as quais, ou foram compradas, ou faliram. Com isso, consolidaram-se grandes conglomerados.

Importante frisar a mudança de perfil populacional que foi se constituindo na região. Por meio da consolidação da indústria calçadista a partir da década de 1970 muitos trabalhadores migraram do interior do Estado do Rio Grande do Sul em busca de trabalho. Dentro desse contexto, a partir da década de 1990, as indústrias calçadistas e metalúrgicas começaram a enfrentar crises significativas: o resultado foi o desemprego em massa, o que deixou milhares de trabalhadores desempregados. Aspectos que serão aprofundados no capítulo 4.

A partir da análise histórica da região, considera-se que uma violência endêmica foi presente no Vale dos Sinos que vai desde a sua consolidação com a dizimação da comunidade indígena e posteriormente negra, passando tanto pela forma que ocorreu o êxodo rural<sup>29</sup> até

---

<sup>29</sup> Os entrevistados deste estudo relatam que as pessoas eram incentivada a virem do interior do Estado do Rio Grande do Sul para trabalhar nas fábricas, muitas vezes chegavam no domingo, com a família e todos seus pertences, para começar a trabalhar na segunda-feira, sem nem ao menos terem onde morar.

atingir o modelo econômico excludente dos países periféricos em relação à economia global. A violência referida manifesta-se a partir da degradação das condições de vida a que essa população estava exposta, envolvendo aspectos como emprego, saúde, educação, habitação, etc. O problema fica mais evidente quando se compara o Produto Interno Bruto (PIB) da região com as condições de vida da maioria da população, elucidando assim uma significativa concentração de renda.

Nesse sentido, para De Bem e Giacomini (2012), de todos os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES/RS), o do Vale dos Sinos é o que apresenta o maior PIB, ainda que, a partir da década de 1990, a região tenha se modificado:

[...] houve uma mudança significativa de composição, entre elas o deslocamento do emprego do setor industrial para o setor de serviços, devido à consequente redução da participação da indústria coureiro calçadista, frente ao mercado internacional e toda a sua cadeia produtiva. (De Bem e Giacomini, 2012, p. 158).

Assim, o setor de serviços ampliou sua atuação no Vale dos Sinos, passando de 39% para 69%, e um dos principais fatores responsável por essa mudança teria sido o da diminuição ou abandono da atividade calçadista a partir de causas externas à economia nacional, como a invasão de artigos chineses no mercado brasileiro. Em decorrência disso, os trabalhadores desempregados buscaram ocupação no setor de serviços, abrindo seus próprios negócios ou exercendo atividades terceirizadas.

O perfil dos catadores do Vale dos Sinos é heterogêneo, em sua maioria, são descendentes de imigrantes alemães e italianos. Grande parte provém de setores ligados ao meio rural e de indústrias de calçados. Os que já tiveram outro trabalho formal anterior baseiam-se nessa experiência para se manterem cooperados, e outra parte é composta por catadores históricos que trabalhavam nos lixões dos municípios do Vale dos Sinos que foram sendo fechados e automaticamente foi sendo imposta a necessidade de organização dos trabalhadores para que pudessem ter algum vínculo com o poder público (Caminho das Águas, 2013).

De forma geral, podemos dizer que as percepções de desenvolvimento, de democracia e desejos de uma vida melhor estão mais associadas à reação das pessoas e dos grupos frente às atuais crises de perda de estabilidade, garantia de segurança, do que à perspectiva de projetos de transformação mais amplo e estratégico. Nesse sentido, o "desenvolvimento alternativo" se apresenta menos como "alternativo" enquanto concepção e aparece mais como o caminho para viabilizar as promessas não cumpridas pelos processos modernizadores até hoje. (Soethe et al. 2001, p. 26).

Nesse sentido, o que atualmente se chama de alternativo pode não ser tão alternativo assim, mas constituir-se como uma abertura para o reconhecimento de formas criativas de a sociedade resgatar mecanismos possíveis de sobrevivência diante do enfrentamento das restrições colocadas pelas questões sociais, políticas e econômicas. Em 2001, o relatório do “Programa de Desenvolvimento Regional Alternativo Vale dos Sinos” (PDRA-VS), que será abordado na próxima seção, já apontava que entrava em pauta a consolidação de um modelo de desenvolvimento regional que pudesse pensar para além de aspectos econômicos, buscando reconstituir e resgatar uma sociedade civil cidadã que pudesse ser capaz de participar da construção de um projeto político autônomo (Soethe et al. 2001).

### **1.6 A organização do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS)**

Durante o período de 1999 a 2004, foi realizado, na região do Vale do Rio dos Sinos, o PDRA-VS, composto por cinco entidades: Instituto Humanitas Unisinos (IHU), Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (CECA), Cáritas Diocesana de Novo Hamburgo, Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga e Círculo Operário Leopoldense (COL). Essas entidades promoveram debates, pesquisas e reflexões em torno da perspectiva do desenvolvimento da região, identificando e analisando experiências locais, as quais passaram a constituir um processo de proposições para um modelo de desenvolvimento alternativo.

Uma característica singular do projeto foi a proposta de romper com a fragmentação de ações das diversas entidades e grupos que atuam na região. Foram realizados inúmeros seminários e reuniões pelo Vale dos Sinos, experiência que, além de sensibilizar a sociedade para um debate conjunto de alternativas de desenvolvimento, proporcionou conhecimento mais profundo da região, a partir do resgate de suas histórias, identificação dos principais problemas, reconhecimento e união de força de entidades. Esses eventos resultaram em ações efetivas na região a partir do significativo levantamento das dificuldades e desafios, identificados em conjunto. O PDRA-VS tinha como pressuposto construir uma proposta de desenvolvimento regional a partir da visão popular de desenvolvimento da sociedade (Soethe et al., 2001, p. 8).

O PDRA-VS surge, a partir do ano 2000, no mesmo período em que diversas políticas alternativas estavam sendo iniciadas, como a realização de edições do Fórum Social Mundial; a Plenária Nacional de Economia Solidária, o ingresso de governos populares nos estados e municípios. Como fruto do PDRA, foram criadas inúmeras organizações coletivas, como o Canoas em Debate, o Fórum de Economia Popular do Vale dos Sinos, e o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos.

A partir de um encontro dos empreendimentos do Vale dos Sinos realizado em dezembro de 2002, se constitui o Fórum de Empreendimentos de EPS [Economia Popular Solidária] do Vale dos Sinos. Desde o início, a proposta foi de se trabalhar por setores, os quais são: Reciclagem, Alimentação, Artesanato, Produção e outros. O setor que conseguiu se articular e se constituir de maneira autônoma foi o setor de Reciclagem. Tendo já uma regularidade nas suas reuniões que são realizadas mensalmente, a capacitação mais técnica (produção, conhecimento de materiais, agregação de valor, comercialização, mercado), como também a formação mais geral (conceitos de economia popular e solidária, relações solidárias, autogestão), estão sendo trabalhadas em oficinas, encontros, visitas e outros processos formativos. (Documento 4<sup>30</sup>).

No Vale dos Sinos, a partir de 2002, surge uma articulação dos empreendimentos da economia solidária (EES) que culmina com a organização do coletivo, nomeado Fórum Regional de Economia Solidária. Os recicladores que participaram desse processo perceberam a necessidade de construir um espaço próprio para estabelecer ações conjuntas. Passaram, então, a chamar esse coletivo organizado de **Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS)**, entidade representativa que promove a união das associações e cooperativas da região, reestruturando as relações de produção com princípios de solidariedade e colaboração (Pirotti et al., 2016).

O FRVS, que se localiza no Vale do Rio dos Sinos, é composto por 14 municípios, dos quais oito tiveram maior participação nesses 15 anos: Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Dois Irmãos, Sapiranga e Nova Hartz (conforme Figura 2).

O FRVS, ao longo de seus anos de atuação, chegou a ser composto por 17 empreendimentos de recicladores. De acordo com estimativa realizada em 2013, juntos totalizam 406 trabalhadores, dos quais 210 são mulheres e 196 são homens (Levantamento realizado no Fórum, 2013).

Os trabalhadores que se organizam em torno do FRVS reconhecem como fundamental o apoio que tiveram das entidades de apoio desde o começo, como o Círculo Operário Leopoldense-COL, Ong CAMP, CECA e as incubadoras das Universidades (UNISINOS, IFRS/POA E UNILASALLE). Inicialmente, as reuniões do FRVS ocorriam no Círculo Operário Leopoldense e, desde 2014, passaram a ser realizadas na antiga sede da UNISINOS, também em São Leopoldo.

---

<sup>30</sup> Os documentos do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos utilizados estão listados no capítulo 3.

Figura 2 - Vale do Rio dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre<sup>31</sup>



Fonte: IHU (2017).

Historicamente, o FRVS organiza-se de forma autônoma com recursos próprios e vem buscando apoio financeiro a partir de projetos elaborados pelas entidades de apoio junto a diversos órgãos. As reuniões do FRVS são mensais, ocorrem todo o último sábado do mês. Normalmente participam dessas reuniões entre 30 e 50 pessoas e não contam com a presença de representante governamental, exceto quando algum deles tenha sido convidado.

Para a organização da plenária, existe uma coordenação do Fórum que se encontra todas as segundas terças-feiras do mês para pensar a pauta e convidados. Essa reunião é aberta a todos os integrantes do Fórum. Nelas, participam em torno de três recicladores e também entidades de apoio.

Nesse sentido, informações mais detalhadas sobre o FRVS serão trazidas no capítulo 4; por hora é importante frisar que esse é um espaço reconhecido como uma articulação que possibilita a visibilidade dos catadores da região.

Neste capítulo, contextualizou-se a situação histórica dos catadores de materiais recicláveis do Brasil, tanto os individuais como os organizados em coletivos, apontou-se a correlação de força existente na cadeia produtiva da reciclagem e apresentou-se uma breve síntese relacionada ao surgimento dos recicladores no Vale dos Sinos e sua organização a partir da consolidação do FRVS. Feita essa aproximação inicial com o contexto da pesquisa, no próximo capítulo serão apresentados os referenciais teóricos escolhidos para o estudo assim como sua problemática.

<sup>31</sup> Em amarelo estão sinalizados os municípios que pertencem ao FRVS.



## CAPÍTULO 2 - A PROBLEMÁTICA DAS CLASSES SOCIAIS

Dentre as formas de abordagem sobre as classes sociais, é possível analisá-las segundo inúmeras perspectivas como divisão de renda (classes A, B, C, D, E) - conforme os Critérios de Classificação Econômica Brasil (CCEB) -; questões culturais ou de hábitos, desenvolvidas por Bourdieu; ou ainda segundo as perspectivas marxista ou weberiana, entre muitas outras.

A utilização do termo classe é recorrente no Brasil. Acompanhou-se uma discussão recente relacionada ao crescimento (ou não) da classe média brasileira, questionamento que dividiu opiniões. Nesse contexto, o que estava sendo debatido referia-se à ascensão econômica dos brasileiros a partir de políticas sociais e de incentivos fiscais decorrentes dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de 2004 a 2016<sup>32</sup>. A defesa do aumento da “classe média” dava-se a partir do critério de mudança de renda, “mudança de faixas”, como bem lembra Chaui:

O IPEA segue o costume de organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critérios a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; também no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões; mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão levou à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, que teria surgido uma nova classe média no país. (Chaui, 2013, p. 94).

Perspectiva com a qual a autora não concorda. Desse debate, surge o relatório da “Comissão para a Definição da Classe Média do Brasil”, de 2012, que explica a razão do termo classe média<sup>33</sup>: “para que se possam descrever plenamente as transformações ocorridas na distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, é necessário ir além das definições de linhas de pobreza e extrema pobreza, identificando onde começa e termina a classe média brasileira” (Portela et al., 2012, p. 7).

O mesmo relatório aponta que “só assim será possível documentar o tamanho da classe média brasileira, a magnitude da expansão por que passou e sua heterogeneidade” (idem). No

---

<sup>32</sup> O governo de Luís Inácio Lula da Silva transcorreu no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2011, e o de Dilma Rousseff de janeiro de 2011 a agosto de 2016. No dia 31 de agosto de 2016 a então Presidenta Dilma teve seu mandato cassado sob o argumento de que ela teria realizado “pedaladas fiscais”, o que gerou crime de responsabilidade. Considerando que essa mesma manobra financeira foi utilizado por outros Presidentes da República não tendo provocado o mesmo desfecho.

<sup>33</sup> O Debate sobre o suposto aumento da classe média brasileira foi levantado a partir do resultado do Mapa da Fome 2013, mostrando que o Brasil conseguiu reduzir em 75% a pobreza extrema - classificada com o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 ao dia - entre 2001 e 2012 (Paraguassu, 2014).

entanto, a perspectiva adotada quando à definição de classe, assentada em critérios de renda domiciliar per capita, “é desprovida do conteúdo social, político e, ou, cultural que diferentes tradições sociológicas e historiográficas – clássicas [...] ou contemporâneas lhe atribuem” (Venturi, 2013, p. 42).

Na perspectiva da classe pela renda, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) define a existência de sete estratos sociais ou classes: A, B1, B2, C1, C2, D, E. Segue, na Tabela 1, a definição de renda média para cada classe. Essa definição, atualizada em 2015, é conhecida como Critério Brasil, o qual é utilizado como referência pelas empresas de pesquisa do país.

Tabela 1 - Renda média domiciliar<sup>34</sup> para cada estrato socioeconômico - Critério Brasil.

Estrato Sócio Econômico	Renda média Domiciliar
<b>A</b>	20.272,56
<b>B1</b>	8.695,88
<b>B2</b>	4.427,36
<b>C1</b>	2.409,01
<b>C2</b>	1.446,24
<b>D - E</b>	639,78

Fonte: ABEP (2016).

Por meio desse documento, a ABEP reconhece que “o critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo)”, concordando que existe uma parcela da sociedade que não se enquadra, como, por exemplo, os que ganham acima do previsto no estrato A. Para esses casos, orienta que o pesquisador procure outros critérios de seleção.

Dito isso, o debate a ser feito reconhece essas e outras possíveis definições, mas tem por objetivo situar a discussão sobre as classes sociais com ênfase na perspectiva marxista. Portanto, compreende o conceito de classe não como um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas ou de renda, mas composto por atores sociais, políticos e culturais que agem, se constituem, interpretam a si mesmos e se transformam por meio da luta e relações de classes, tendo a práxis - um fazer histórico - como perspectiva significativa (Lukács, 1989; Chauí, 2013).

Para Marx, as sociedades se transformam quando alteram seu modo de produzir; por essa razão sua teoria é denominada materialismo histórico. Marx analisou as transformações ao longo

<sup>34</sup> A renda média domiciliar é calculada não apenas pela soma dos ganhos da família, mas também por uma média calculada a partir dos aparelhos domésticos que a família possui, número de banheiros na casa e se possuem empregados domésticos, entre outros critérios.

da história; em seus estudos (Marx, 1997 e 2007), estudou a evolução da sociedade ocidental demonstrando o quanto que as modificações das forças produtivas alternavam as relações de produção. Esse contexto produzia novas classes sociais, assim como novas classes dominantes e formas de compreensão da realidade (Sell, 2009).

Em seus estudos relacionados às sociedades pré-capitalistas, Marx aponta os modos de produção: primitivo, escravista, asiático, feudal e capitalista. A presente pesquisa sobre as classes sociais será realizada à luz da perspectiva marxista centrado no modo de produção capitalista, o qual, para Marx é composto pela burguesia e proletariado, aspecto que será aprofundado neste capítulo.

Portanto, o que se busca salientar é que a perspectiva adotada não está relacionada ao poder aquisitivo que permite uma pessoa passar de uma para outra classe, o que propaga a ideia de mobilidade social<sup>35</sup>, mas o entendimento da classe como um **ator político** cujas relações sociais estabelecidas são pautadas pela infraestrutura social. A concepção de classe social será compreendida pela perspectiva de exploração e opressão, analisadas por Wright<sup>36</sup> (2015a, 2015b).

O que define as classes são as relações de exploração, que geram objetivamente grupos sociais contrapostos, quer considerem-se ou não como classes antagônicas. A compreensão dos aspectos relacionados às concepções de mundo das classes e ao papel da organização política para sua consolidação será realizada a partir de Lukács, enfatizando os aspectos da **Visão de Mundo** e da **Práxis**, entendida como prática refletida (Lukács, 1967, 2003; Antunes & Rego, 1996).

Embora se tenha ciência de que a análise de classes envolva questões polêmicas, ancoradas em diferentes compreensões, entende-se que essa análise não esteja diretamente associada com o compromisso de que todos os fenômenos sociais possam ser explicados - principalmente em termos de classe -, nem mesmo de que a classe seja sempre um fator determinante, mas que parta do pressuposto de que a classe seja uma causa social generalizada e que, portanto, seja importante explorar suas ramificações em muitos fenômenos sociais (Wright, 2015b). Wright defende a criação de tipologias de classe de acordo com a especificidade do estudo, mas sua abordagem não se constitui em uma proposta de modelo para estrutura de

---

<sup>35</sup> A ideia de mobilidade social é vista como uma falácia na perspectiva marxista, pois “se o que determina a forma de uma sociedade é a forma da propriedade dos meios sociais de produção, responsável pela divisão social das classes, então o fato de indivíduos mudarem de classe social não altera em nada a forma da sociedade” (Chauí, 2015, p. 95).

<sup>36</sup> Erik Olin Wright é um professor sociólogo norte americano da Universidade de Wisconsin-Madison, integrante do marxismo analítico, que se refere a uma corrente de pensamento do marxismo que se consolidou durante a década de 1980, principalmente entre cientistas sociais de língua inglesa. Sua ênfase de pesquisa é direcionada ao conceito de classe social e formas alternativas ao capitalismo. Propõe novas tipologias de classe social. É uma das principais referências desta pesquisa.

classes do capitalismo, e sim num modelo de estrutura de classe que diferencia **posições** dentro das **relações de classe**.

Nesse sentido, este capítulo abordará temas relacionados ao problema da pesquisa e está organizado da seguinte forma: na primeira seção, será trazido um debate sobre classes sociais na perspectiva da sociologia do trabalho; em seguida, será realizada uma abordagem sobre a consciência de classe, buscando elucidar as perspectivas teóricas em torno da temática; na terceira seção, será apresentado o papel do protagonismo político para a tomada de consciência de classe e, por fim, após a apresentação do referencial teórico escolhido, será trazida a problemática do estudo proposto.

## 2.1 As classes sociais na sociologia do trabalho

No século XIX, o conceito de classes sociais foi uma das principais formas de se pensar a sociedade. Apesar de ocupar papel central em sua teoria, Karl Marx nunca dedicou um tratamento sistemático às classes, ficando, portanto, o conceito disperso em inúmeras de suas obras (Lukács, 2003; Perissinotto, 2007). Na primeira parte desta seção, será apresentado o conceito a partir de Marx e, na segunda, será trazida a perspectiva contemporânea, principalmente, a partir de Wright (2015a, 2015b).

Por conseguinte, em uma perspectiva de **estrutura**, Marx afirmava teoricamente que o modo de produção capitalista era composto essencialmente por duas classes: a burguesa e a proletária. A relação entre capital e trabalho concretiza-se no fato de que a burguesa detém os meios de produção e a proletária, a força de trabalho; essa relação desigual gera **exploração**, cujo mecanismo é fundamental no modo de produção capitalista, o que Marx explicou por meio de sua teoria da mais-avalia<sup>37</sup> (Marx, 2003). Nesse sentido, a relação entre a burguesia e o proletariado é pautada por antagonismos, conflitos e contradições e não se estabelece entre indivíduos, mas entre classes sociais (Marx, 1997, 2007<sup>38</sup>).

Em decorrência disso, para Marx, as ideias predominantes na sociedade são as da classe social dominante, que detém a força material. Nessa perspectiva, o trabalho, que é um elemento central da vida humana no desenvolvimento das sociedades divididas em classes e das forças produtivas, foi sendo apropriado pela classe burguesa, que, na análise do autor, detém o poder político, ideológico e econômico. Nesse processo, o trabalho desenvolve outro significado social na sociedade capitalista: transforma-se em mercadoria. Marx acreditava que o capitalismo

<sup>37</sup> Mais-valia é a apropriação que o burguês exerce sobre o excedente do trabalho gerado pelo proletário (Marx, 2003).

<sup>38</sup> Primeira obra escrita por Marx e Engels em 1845, mas sua publicação só foi realizada em 1932, pela União Soviética.

carregava o germe da sua própria autodestruição, que os trabalhadores organizados instituiriam a ditadura do proletariado (socialismo) e que depois, com o aprimoramento e diluição das classes, se chegaria a uma etapa em que não haveria a luta de classes, pois a sociedade seria composta apenas por uma, a proletária (comunismo) (Marx, 1997, 2003, 2007)<sup>39</sup>

Marx, que possuía grande conhecimento de política internacional, escreveu para diversos jornais europeus e americanos. Entre suas inúmeras publicações, que posteriormente viraram livros, destaca-se “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, escrito entre 1848 e 1851, publicado em 1852. Essa obra pode ser considerada uma análise de conjuntura do período, não só por sua relevância histórica, mas também pela capacidade de aplicação da teoria do autor numa situação histórica concreta.

O exercício de analisar a realidade a partir do contexto francês aplicando o que já se havia consolidado pela teoria, fez Marx refinar a sua definição de classes sociais; o que, de acordo com Netto (2015), demonstra sua capacidade analítica. Nessa obra, Marx deixa mais claro o desdobramento das classes fundamentais em outras e traz para o debate o papel dos camponeses<sup>40</sup> - que não comporiam uma classe porque constituíam uma categoria dispersa e não articulada -, os republicanos e outros atores do contexto, reconhecendo a existência de grupos politicamente estratégicos que não estariam vinculados, necessariamente, a base produtiva. Na obra “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, Marx interpretou a política como expressão de interesses de classes e franjas de classes (Netto, 2015).

Nesse sentido, na referida obra, Marx considerou que a representação de classe reside numa “correspondência” de “visões de mundo”. Para Perissinotto, “isso sugere, portanto, que tais visões de mundo podem ser absorvidas e sistematizadas a partir de posições sociais outras que não a posição da classe representada no processo produtivo” (Perissinotto, 2007, p. 84). Nessa obra, Marx reafirma que o movimento político não é reflexo exclusivamente das classes sociais, mas, não raro, são as classes que se adaptam às novas condições políticas produzidas a sua revelia (Perissinotto, 2007).

Assim, de acordo com Perissinotto (2007), na obra citada, Marx apresenta três possibilidades de análise das classes: objetiva, simbólica<sup>41</sup> e subjetiva. Neste estudo, a perspectiva

---

<sup>39</sup> Compreende-se que essa análise compõe a parte teleológica das teorias de Marx, assim como suas análises registradas na “Contribuição à crítica da economia política” na qual afirma que as relações de produção burguesas seriam a última forma antagônica do processo de produção social (Marx, 2008).

<sup>40</sup> No livro em tela, os camponeses são vistos como uma massa reacionária, que ajudou Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, a assumir o poder.

<sup>41</sup> A perspectiva objetiva de classe caracteriza uma circunstância em que o Estado funciona à revelia da própria burguesia e, portanto, a classe não se constitui como um ator político consciente de seus objetivos, mas como algo objetivo. Já a visão voltada para a representação simbólica de classe “aparece quando Marx se dedica a pensar a ‘afinidade simbólica’ existente entre a visão de mundo dos representantes políticos e literários da burguesia e da pequena burguesia e os interesses dessas classes” (Perissinotto, 2007, p. 87).

relacionada à consciência de classe se dará sob a perspectiva de **representação subjetiva da classe** porque entende-se que ela:

Indica que as classes se fazem presentes na cena política, direta ou indiretamente, como atores políticos que perseguem seus objetivos de classe conscientemente. Lançando mão de um modelo de ação fundamentado na racionalidade instrumental, Marx entende que as classes têm fins políticos claramente definidos e que buscam realizar seus objetivos fazendo opções estratégicas em situações de escolha. (Perissinotto, 2007, p. 87)<sup>42</sup>.

Nesse sentido, uma das grandes frases de Marx que representa o propósito deste estudo está em “O 18 do Brumário de Luis Bonaparte”: “os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas essas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25). Tal afirmação demonstra que Marx reconhece o homem como autor e ator da sua trajetória, mas influenciado fortemente pelo contexto histórico.

Para adentrar nas concepções de classe social sob a luz do marxismo, a compreensão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho é fundamental. Em um breve resgate histórico, serão apresentadas as mudanças que a classe trabalhadora passou a partir da consolidação do sistema capitalista.

No capítulo XXIV do livro 1, tomo 2 de “O Capital: crítica a economia política”, 1996 [1967], denominado “A chamada acumulação primitiva”, Marx descreve com ricos detalhes os processos históricos que dissociam o trabalhador dos meios de produção.

Nesse capítulo, Marx fez uma apresentação histórica da gênese do capitalismo, ou seja, do seu nascimento como modo de produção hegemônico. Para isso, apresenta argumentos que perpassam desde as leis econômicas às relações de poder que permeiam toda a esfera de formação da sociedade moderna; entre eles destaca o papel do estado, que mediante seu aparato jurídico, foi consolidando as leis que atendessem aos objetivos da burguesia, fazendo uso da coerção e da repressão para que efetivasse a cisão do trabalhador com os meios de produção, “a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 1996, p. 341).

De um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores

---

<sup>42</sup> Perissinotto (2007) salienta a dificuldade dos estudos que se propõem a analisar a classe como ator político, decorrentes de entraves, em nível empírico, quanto a comprovação da tese. Ante esse limite, seguimos a pesquisa nessa perspectiva.

livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. (Marx, 1996, p. 340).

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Portanto, o processo que cria o sistema capitalista consiste em retirar do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, transformando em mercadoria a força de trabalho, como descreve nessa passagem:

O processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 1996, p. 340).

Essa detalhada explicação de Marx segue, ao longo dos anos, sendo implementada, vezes, mais explícita, vezes menos, mas está em curso.

Saindo dos primórdios do capitalismo para o final do século XX, observam-se os efeitos das políticas neoliberais e suas possíveis consequências para a classe trabalhadora. Em uma breve retrospectiva histórica, Chauí (2013) enfatiza o papel da socialdemocracia e da economia keynesiana, que segundo a autora:

Propuseram como modelo econômico-político o Estado do Bem-Estar Social, fundado em dois grandes princípios: 1) direção da maior parte do fundo público ao salário indireto (seguro-desemprego, salário-família, aposentadoria, férias, moradia, serviços gratuitos de saúde, educação, cultura e lazer etc.); 2) regulação estatal do mercado, seja diretamente por meio de empresas estatais, seja indiretamente por meio da legislação sobre as empresas privadas (Chauí, 2013, p. 88).

Na década de 1970, quando ocorrem as baixas taxas de crescimento e inflação, concomitantemente passaram a ganhar força as ideias do grupo de economistas que já vinha teorizando sobre a perspectiva de diminuir as ações do Estado, como as do austríaco Friedrich Von Hayek e as do estadunidense Milton Friedman; sobre a crise, afirmavam eles que:

Fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro

requeridos pelas empresas e desencadeado processos inflacionários incontroláveis. (Chauí, 2013, p. 88).

Nesse sentido, as políticas implementadas, buscando sanar o problema, foram de encontro às perspectivas sociais. Parte delas propuseram a diminuição de investimentos estatais objetivando a consolidação de um Estado que estreitasse o espaço e as ações dos sindicatos e movimentos operários a partir de legislações, como a de antigreve. Além disso, uma reforma fiscal que “reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio” (Chauí, 2013, p. 89); por fim, um Estado que permitisse a autorregulação da economia e incentivasse programas de privatização.

Essas modificações foram responsáveis pela chamada acumulação flexível, a qual ocasionou alterações profundas nas relações de trabalho. A compreensão da dinâmica entre o emprego, o desemprego, o trabalho autônomo e o trabalho associado requer a análise a partir de diferentes perspectivas. No entanto, “o Brasil acompanhou essa tendência ao se inserir no processo de globalização nos anos de 1990, mas com a ressalva de que o mercado de trabalho no país sempre foi flexível” (Rosenfield, 2015, p. 117). Além disso, nunca se efetivou, de fato, uma política de Estado de Bem-Estar brasileira, o que acelera ainda mais as transformações.

Nesse sentido, reafirma-se que o trabalho, composto por categorias ontológicas e históricas, é indissociável da vida humana e continua sendo uma categoria sociológica chave, na esteira dos estudos contemporâneos (Guareschi, 1992; Antunes, 2003, 2005, 2016; Cattani & Holzmann, 2006). Por certo, deve-se considerar a heterogeneidade, a fragmentação, a precarização e a complexidade da classe trabalhadora a partir dessas inúmeras reconfigurações ocorridas nas últimas décadas. As formas que o capitalismo contemporâneo vem assumindo acentuaram a sua lógica num contexto de crise estrutural do capital (Antunes, 2005, 2016).

Dentre os exemplos de tendências que o trabalho vem assumindo no capitalismo contemporâneo, está a da substituição do padrão produtivo taylorista e fordista pelo trabalho flexibilizado e desregulamentado, e a substituição de um modelo de regulação socialdemocrático por um modelo de (des)regulamentação neoliberal, privatizante e antissocial (Antunes, 2005).

Desarticulam-se as formas consolidadas de negociação salarial e se desfazem os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas de prestação de serviços, no trabalho precarizado e na informalidade, que se espalharam pelo planeta. Desponta uma nova classe trabalhadora cuja composição e definição ainda estão longe de ser compreendidas. (Chauí, 2013, p. 89).



Assim, no mesmo sentido do que assevera Chauí, que define os trabalhadores como a **nova classe trabalhadora brasileira** (Chauí, 2013), para Antunes (2005), é necessária a “elaboração de uma **noção ampliada de classe trabalhadora**” (Antunes, 2005, p. 98). Ambos reconhecem a complexidade desse cenário e, portanto, a dificuldade para sua exata definição; ainda assim, Antunes apresenta uma que inclui, além daqueles trabalhadores que vendem a sua força de trabalho em troca de salário – empregados, portanto –, “o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e precarizados [...], os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados” (Antunes, 2005, p. 98).

Em decorrência desse cenário, acirram-se as desigualdades sociais. De acordo com os estudos de Cattani, ainda que, a partir da década de 1980, o mundo tenha conseguido chegar ao ápice de produção da sua história, isso não representou distribuição de renda; pelo contrário, “longe de ser elemento de construção de um mundo mais justo e equilibrado, a geração de um volume maior de riqueza significou mais pobreza absoluta e relativa, ou seja, maiores desigualdades” (Cattani, 2009, p. 547). Nesse sentido, as referências do Critério Brasil estabelecidas, com naturalidade, como parâmetro para as empresas de pesquisa, ilustram as questões trazidas por Cattani, Tabela 2:

Tabela 2 - Percentuais por classe social (parâmetro econômico) por regiões brasileiras.

Classe	Brasil	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro Oeste	Norte
A	2,7%	3,3%	3,2%	1,1%	3,7%	1,5%
B1	5,0%	7,0%	6,3%	2,1%	5,7%	2,5%
B2	18,1%	22,7%	21,3%	10,2%	20,3%	11,2%
C1	22,9%	27,3%	29,0%	14,9%	22,6%	14,4%
C2	24,6%	23,9%	24,5%	24,5%	25,9%	28,2%
D-E	26,6%	15,9%	15,6%	47,2%	21,8%	42,1%

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), 2016.

A partir desse quadro, tendo em vista a renda média de cada classe, que foi apresentada no início deste capítulo, fica explícito o cenário de concentração de renda no país, uma vez que mais de 74% da população pertence aos estratos C, D ou E, enquanto apenas 2,7% pertencem ao estrato A. Ou ainda, se olharmos individualmente, o estrato que mais concentra pessoas é o E, com 26,6%, o último estágio, no qual os pertencentes se encontram numa situação de restrição econômica.

Sob outros critérios e pontos de vista, segundo Cattani, “10% dos adultos do mundo detêm 85% da riqueza global. Ao mesmo tempo, a metade mais desfavorecida da população mundial fica com menos de 1% do total” (UNU-WIDER, 2006 apud Cattani, 2009, p. 548).

Nesse cenário de concentração de renda, que Dowbor (2006) identifica como tragédia, é apontado o seguinte questionamento:

A riqueza mundial também é maior: produzimos US\$ 6 mil de bens e serviços por pessoa e por ano [...] como foi que chegamos à tragédia, denunciada até pelo Banco Mundial, de metade da população do planeta viver com menos de dois dólares por dia? Diariamente, 30 mil crianças morrem de fome, de contato com água contaminada e de outras causas absurdas (Dowbor, 2006, p. 5).

A questão é que as classes “de cima”, exploradoras, não somente exploram, mas também dominam as demais para seguirem explorando. Por isso se fala em classes dominantes e dominadas, em conflito.

Nessa conjuntura em que se está inserido, considera-se que uma das formas de enxergar essas contradições é pensar que o fato de haver desigualdade de renda, dominação e subordinação não é prova de que as classes sociais importam; o que se pretende mostrar é que os direitos e poderes das pessoas sobre os bens de produção têm consequências sistemáticas sobre esses fenômenos. Para a reflexão sobre essas questões na sociedade contemporânea o principal autor escolhido foi Wright (2015b), cuja teoria será detalhada nesta seção.

As abordagens contemporâneas acerca do marxismo propõem que, no lugar de conceber a existência de sujeitos históricos já pré-constituídos, com grandes missões e responsabilidades de mudanças sociais, surgiram outras formas de enxergar as questões sociais, principalmente partindo da pluralidade ou multiplicidade de dimensões, sob as quais os trabalhadores constituem suas identidades reconhecendo-se não mais somente como classe social, mas também como atores sociais protagonistas em movimentos. Guimarães (1993) reafirma que aceitar a atualidade do conceito de classe não significa desconsiderar outras dimensões do social e que a luta entre capital e trabalho poderia ser expressa pelas forças políticas para além das relacionadas à classe.

Para Guareschi (1992), a passagem da **estrutura** define o terreno dos interesses materiais **para a formação de classe**, mas esta não é automática, é condicionada a várias razões, como consciência da realidade, interesses contraditórios, multiplicidade de interesses de classe ou não, dilemas da ação coletiva, capacidades e poder de classe (Guareschi, 1992).

Busca-se compreender a atualidade do conceito de classe social em uma concepção **estrutural, de relações** e de **consciência de classe**, partindo-se do pressuposto de que a produção e o mercado compõem os elementos mais precisos de classificação e mobilidade social e que os conceitos de conflito e o de **exploração** são fundamentais. Em outras palavras, entende-

se que as classes sociais expressam a forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista.

Os dois principais autores utilizados para fundamentar essa perspectiva foram Eric Wright e Pedrinho Guareschi<sup>43</sup>. Tanto para Wright (2015b) quanto para Guareschi (1992), a tradição marxista de análise de classe está diretamente associada a uma agenda normativa, que é composta por três teses centrais: 1 - **Igualitarismo radical**: “O progresso humano seria amplamente favorecido por uma distribuição igualitária radical das condições materiais de vida”; 2 - **Possibilidades históricas**: “Nas condições de uma economia altamente produtiva, torna-se materialmente possível organizar a sociedade de tal modo que haja uma distribuição sustentável radicalmente igualitária das condições materiais de vida”; 3 - **Anticapitalismo**: “O capitalismo bloqueia a possibilidade de alcançar uma distribuição radicalmente igualitária nas condições materiais de vida” (Wright, 2015b, p. 21-22).

As duas últimas teses possuem correntes antagônicas: uma, que entende que é possível haver mudanças dentro do sistema capitalista (reformista), e outra, que acredita ser isso impossível (revolucionária). Esse debate foi profundamente fundamentado por Rosa Luxemburgo em sua obra “Reforma ou Revolução”, (2015) [1900], na qual a autora enfatiza a inviabilidade de se realizar uma reforma dentro do sistema capitalista, contrapondo-se às teorias reformistas de Eduard Bernstein<sup>44</sup>

A opção pela macroanálise centra-se nos conceitos da **estrutura** de classe, na qual estão presentes os aspectos de **exploração, dominação e conflito na produção**. Nessa perspectiva, a questão de classe envolve uma complexidade, sendo a estrutura apenas um de seus elementos, como bem explica Wright (2015a):

O conceito de “**estrutura de classes**” é apenas um elemento da análise de classes. Outros elementos conceituais são a **formação de classes** (a formação das classes até se tornarem atores coletivamente organizados), a **luta de classes** (as práticas de atores para a concretização de interesses de classe) e a **consciência de classe** (a compreensão, pelos atores, de seus interesses de classe). A tarefa da análise de classes não é apenas entender a estrutura de classes e seus efeitos, mas entender as interconexões entre todos esses elementos e suas consequências para outros aspectos da vida social. [grifo nosso] (Wright, 2015a, p. 123).

As questões de classe a partir da **estrutura e formação** de classe tem o intuito de contribuir na compreensão da forma como se dá a passagem de uma para outra; uma vez que, de

<sup>43</sup> Após a escolha dos autores, descobri que trabalharam juntos na realização de um pós-doutorado.

<sup>44</sup> Nessa obra, Luxemburgo retoma os conceitos de Marx e Engels contrapondo as publicações de Eduard Bernstein - que na última década do século XIX fazia parte da diretoria da social democracia alemã -; o qual defendia que a revolução não era desnecessária, mas argumentava em suas publicações que se podia chegar ao socialismo por meio de reformas graduais.

acordo com Guareschi, “a estrutura de classe vê as pessoas como ocupantes de posições definidas relacionalmente, a formação de classe as vê como participantes de ações coletivas”. (Guareschi, 1992, p. 72).

Para Guareschi, ocupar uma posição na estrutura depende de onde se nasce, já participar da formação de classe depende de uma tomada de consciência que pode se dar via coletivo. No entanto, essa passagem não é automática: é composta por resistências, mas é possível, o que corrobora a perspectiva materialista histórica dialética<sup>45</sup> de Marx.

Nesse sentido, tanto para Guareschi (1992) quanto para Wright (2015b), as análises macro e micro são importantes e se complementam, pois, assim como a microanálise é fundamental para a compreensão dos “microfundamentos” da ação coletiva, ela não pode estar dissociada de uma macroanálise, uma vez que “homens e mulheres fazem escolhas, e, através dessas escolhas, eles constroem a história, mas os dilemas que eles enfrentam e os obstáculos que eles encontram são impostos sobre eles pela estrutura social em que vivem” (Guareschi, 1992, p. 72). Essa perspectiva dos referidos autores ajuda a compreender o conceito de totalidade defendido por Marx e reafirmado por Lukács<sup>46</sup> (1989).

Wright (2015b) explica as relações, posições e situações de classe que ficam entre a **estrutura** e a **formação de classe**. Para ele, “as relações de poder envolvidas nas relações sociais de produção dizem respeito às maneiras como as atividades das pessoas são regulamentadas e controladas, não apenas à distribuição de uma série de coisas valiosas” (Wright, 2015b, p. 25). Entende, portanto, que **relações de classe** são compostas pelas **relações de produção**.

As **relações de classe** não são definidas exclusivamente pela existência de direitos e poderes desiguais referentes à propriedade de um recurso, mas pela constatação de que essa desigualdade deva se estender também às desigualdades quanto à apropriação dos resultados do uso desses recursos. Wright define três variações nas **relações de classe** na tradição marxista: escravagismo, feudalismo e capitalismo. Em síntese, na escravidão, o escravo pertencia a um dono; no feudalismo, havia uma posse conjunta (o servo deveria produzir para o senhor durante parte do seu tempo) e, no capitalismo, essa posse é proibida. Em decorrência dessas variações, para Wright, as análises marxistas convencionais buscam polarizar as lutas de classe. Segundo o autor, em contraposição a essa perspectiva, “nas sociedades concretas situadas no tempo e no

---

<sup>45</sup> Para Marx, as condições materiais, concretas, antecedem as ideias, por isso o materialismo: “A minha investigação desemboca no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida” (Marx & Engels, 1977, p. 301).

<sup>46</sup> A categoria de totalidade significa que “de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Lukács, 1967, p. 240).

espaço, as relações de classe nunca são tão simples” (Wright, 2015b, p. 27), e a tarefa da análise de classe é a de dar precisão à complexidade e de expor suas ramificações (Wright, 2015b).

Assim, Wright (2015b) descreve as possíveis interferências nas **relações de classe** na atualidade, como, por exemplo, as restrições que o estado impõe ou os limites que os sindicatos estabelecem para os capitalistas. Contudo, o autor deixa claro que, embora essas intervenções modifiquem as relações de classe, possibilitando ampliação do seu conceito para além da polarização, essas relações não deixam de ser capitalistas, “pois o poder básico sobre a alocação de capital e o comando dos lucros permanece [...] sobre o controle privado dos capitalistas” (Wright, 2015b, p. 28), ainda que a estrutura de classe possa variar a partir da redistribuição e de recombinações.

Um dos objetivos da análise de classe é compreender as consequências dessas formas de variação das relações de classe. Tal complexidade, no entanto, é complexidade na forma das relações de classe, não algum outro tipo de relação social, uma vez que as relações sociais em questão continuam sendo constituídas pelos direitos e poderes desiguais das pessoas sobre bens economicamente relevantes (Wright, 2015b, p. 28).

Ao tratar das **relações de classe**, Wright (2015b) enfatiza as **situações de classe**, que se referem às posições sociais ocupadas pelos indivíduos dentro de um tipo específico de relação social. Dessa forma, **situação de classe** não se define como uma classe social, mas como uma situação dentro das **relações de classe**. Nesse aspecto, o autor, além de reforçar o limite quanto à visualização de apenas duas classes sociais e de enfatizar a necessidade de ampliação desse quadro para a compreensão da realidade, afirma que “as **situações de classe** são definidas pelos direitos e poderes que as pessoas têm sobre os recursos produtivos e as atividades econômicas” (Wright, 2015b, p. 32) e que as pessoas podem possuir mais de uma **situação de classe** dentro das **relações de classe**.

Para Wright, “as pessoas estão ligadas a **relações de classe** não apenas por seu próprio envolvimento direto no controle e uso de recursos produtivos, mas também por vários outros tipos de **relações sociais**, especialmente as de família e parentesco” (Wright, 2015b, p. 34). Assim, considera que a tipologia de classe pode ser estabelecida dependendo do propósito da pesquisa, conforme ilustração da Quadro 1:

Quadro 1 - Tipologia de classe mais complexa proposta por Erick Wright.

		relação com meios de produção				
		proprietários	empregados			
número de empregados	muitos	capitalistas	gerentes especializados	gerentes qualificados	gerentes não qualificados	gerentes
	poucos	pequenos empregadores	supervisores especializados	supervisores qualificados	supervisores não qualificados	supervisores
	nenhum	pequena burguesia	especialistas	trabalhadores qualificados	trabalhadores não qualificados	não gerência
			especialistas	qualificados	não qualificados	
			relação com qualificações escassas			

Fonte: Wright, 2015a, p. 149.

Nessa perspectiva, apresenta-se, de forma ilustrativa uma das tipologias de Wright. Salienta-se que o referido autor refere-se a estruturas de empresas convencionais, com ênfase na sociedade norte-americana.

Além disso, outra definição importante de Wright refere-se à **exploração**; questão considerada decisiva para a explicação das classes sociais. Para o autor, “exploração, portanto, é o conceito central para entender a natureza dos interesses gerados pelas relações de classe” (Wright, 2015a, p. 132). Wright define a **exploração** sob três critérios:

- a) O bem-estar material de um grupo de pessoas depende causalmente das carências materiais de outro; b) A relação causal em (a) envolve a exclusão assimétrica dos explorados em relação ao acesso a determinados recursos produtivos. Normalmente, essa exclusão é apoiada pela força, na forma de direitos de propriedade, mas pode não ser em casos especiais; c) O mecanismo causal que traduz exclusão (b) em bem-estar diferenciado (a) envolve a apropriação dos frutos do trabalho dos explorados por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. (Wright, 2015a, p. 133).

Wright faz uma ressalva sobre os aspectos morais que envolvem o debate acerca da **exploração**. Destaca que, nessa perspectiva, o conceito de **exploração** é ampliado para além do sentido de tirar do outro para benefício pessoal, mas “o bem-estar do explorador depende do esforço dos explorados, e não apenas das privações destes”. Essas configurações vão depender

do que é encontrado no campo empírico interpretado a partir das características a, b e c de exploração que ele apresenta. Esse aspecto será analisado no capítulo 4.

Associado ao conceito de exploração considera-se adequado o uso da perspectiva marxista voltada para o **exército industrial de reserva**, que compõe o cenário de lutas e relações de classe. Entende-se que os catadores, trabalhadores que compõem o campo desta pesquisa, podem ser compreendidos dentro das três formas previstas, devido a sua heterogeneidade e momentos históricos vivenciados: **flutuante**, **latente** e **estagnada**.

A **flutuante** é constituída por trabalhadores que ficaram desempregados pela modernização da indústria e lutam por sua absorção; a **latente** é representada pela força de trabalho supérflua (rural), pronta para ser absorvida pela indústria, que é ameaçada pelo pauperismo; e a **estagnada** é formada pelos inaptos, desqualificados, inválidos e que se encontram na indigência e no pauperismo (Ianni, 1990).

### 2.1.1 Por que os catadores são considerados classe social

A partir do exposto na seção anterior, a teoria de Wright será adotada para definir o entendimento de classe pela perspectiva de **exploração e opressão**.

Se limitarmos a análise da estrutura de classes no capitalismo à propriedade dos meios de produção e à exclusão em relação a eles, vamos acabar com uma estrutura de classes em que existem apenas três posições – a classe capitalista, a classe trabalhadora e a pequena burguesia (aqueles que possuem os meios de produção, mas não contratam trabalhadores) – e na qual cerca de 85% a 90% da população, na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, estão em uma única classe. Embora possa refletir de alguma forma uma verdade profunda sobre o capitalismo – a de que a grande maioria da população está separada dos meios de produção e precisa vender sua força de trabalho no mercado de trabalho para sobreviver – isso não nos oferece uma estrutura conceitual adequada para explicar muitas das coisas que queremos que a classe ajude a explicar. (Wright, 2015a, p. 142).

Em face dessas considerações, neste estudo, os catadores de materiais recicláveis, principalmente os organizados em coletivos, são compreendidos como classe social pelas seguintes razões:

Compõem a classe dos trabalhadores e também são identificados como explorados e oprimidos dentro da cadeia produtiva da reciclagem.

Pertencem a uma classe organizada a partir de seu tempo de existência, composição de espaços de articulação política, consolidado via MNCR e outras frentes de luta. São trabalhadores que possuem pautas comuns.

No que se refere às forças produtivas, grande parte dos equipamentos que utilizam e praticamente todos os espaços físicos de trabalho, quando possuem, são de propriedade do estado. Portanto, não são donos dos meios de produção.

Executam um serviço de atribuição do município, possuem contratos com valores abaixo do preço de mercado e sofrem constante pressão para a manutenção ou diminuição dos valores cobrados a cada renovação de contrato<sup>47</sup>. Contexto que desonera o poder público, pelo fato de que - por necessidade - os recicladores realizam o serviço, mesmo nessas condições não ideais, liberando, assim, o poder público para investir o recurso em outro lugar.

A falta de regulamentação da cadeia produtiva - atrelada a falta de fiscalização por parte do estado - faz com que os acordos setoriais acabem não sendo cumpridos ou sendo parcialmente cumpridos. Esse fator tem duas consequências que favorecem as grandes empresas privadas que utilizam materiais recicláveis em seus processos produtivos: 1) mesmo sem pagar os catadores, o serviço de coleta seletiva que realizam sozinhos ou via prestação de serviço para o estado, segue sendo realizado; 2) o poder público arca com custos de coleta seletiva. Ou seja, o cenário de vantagens para as empresas privadas, descrito no capítulo 1, só é favorável para as empresas porque possuem, para elas, custos mínimos e ganhos máximos em matéria de economia e divulgação dessas boas práticas.

Além disso, com o desmembramento das questões de classe, identificam-se questões relacionadas ao exército industrial de reservas. A partir do histórico dos recicladores do Vale dos Sinos, que será apresentado no capítulo 4, pode-se considerar que a força de trabalho que era empregada nas indústrias calçadistas constituía-se na força **latente**, composta por trabalhadores oriundos do campo, realidade dos pais de muitos dos recicladores entrevistados e destino de muitos deles.

O contexto posterior, formado por trabalhadores já expulsos da indústria calçadista, pode ser identificado como a forma **flutuante**, pois uma das justificativas apresentadas pelo sindicato para a demissão remete à modernização das fábricas. Assim, a opção de não se reinserir no mercado convencional pode ter sido influenciada pelo contexto de crise do trabalho, enfrentada no início dos anos 2000 e não somente por uma opção dos trabalhadores em não buscarem uma absorção, conforme abordado no capítulo anterior.

---

<sup>47</sup> Importante não perder de vista que os recicladores do Vale dos Sinos, campo deste estudo, são exceção, pois, mais de 90% dos catadores do país não são pagos pelo serviço que executam. Portanto, o cenário é ainda pior.



Já a força **estagnada** pode ser identificada tanto nos trabalhadores que atuavam individualmente antes de comporem uma cooperativa como por meio de parte dos atuais 90% dos catadores que atuam de forma individual, esparsa e que vive nas ruas<sup>48</sup>

Essa **força estagnada** pode ser identificada como a do **lumpem proletariado**<sup>49</sup> (Marx, 2003), que se constitui na parcela da população mais precária, que dificilmente consegue se reorganizar de outra forma. Pode-se pensar que a consolidação de um grupo constitui numa forma de possibilidade de superação dessa condição. Por tudo isso, leva-se em conta a força da articulação coletiva, a partir do pressuposto de que as condições podem se tornar menos difíceis quando se pertence a um grupo, principalmente no que se refere aos momentos em que se necessita de auxílio-doença, licença-maternidade ou quando chega o momento de aposentar-se. Esses são alguns dos direitos que podem ser garantidos, também, via trabalho cooperativado.

Nesse sentido, as **relações de classe** constituem-se como **relações de poder** e de **privilégio**; portanto, esse contexto dos recicladores compõe um cenário de **exploração** não só porque é vantajosa a existência desses trabalhadores para o estado, mas essa dependência do explorador com o explorado é tão perceptível que acaba exigindo dos explorados a capacidade de resistir, via espaços políticos organizativos, como a consolidação de suas cooperativas, assim como as organizações de segundo grau.

Portanto, busca-se compreender que o lugar onde se nasce (a estrutura) e sua posição dentro das **relações sociais de produção** contribuem para a **formação da classe** a partir da sua **tomada de consciência**, aspecto que será analisado na próxima seção.

## 2.2 A consciência de classe

Para alguns teóricos, muitas das teorias de Marx, ou interpretações destas, não deixaram espaço para a discussão da subjetividade (Iasi, 2012; Wright, 2015a). Até a década de 1960, poucos estudos de inspiração marxista haviam se ocupado seriamente dessas questões. Georg Lukács<sup>50</sup> constitui-se como uma exceção, principalmente a partir de sua obra “História e consciência de classe” (1989), publicada em 1923. A ortodoxia do “marxismo oficial” dos partidos comunistas, mesmo após a década de 1960, mantinha a discussão da subjetividade separada da crítica ao capitalismo, não deixando, portanto, muito espaço para o debate

<sup>48</sup> Por certo, nem todos os catadores individuais estão numa condição de grande vulnerabilidade, mas considera-se, a partir de dados do IBGE (2012 e 2013), que a realidade enfrentada por esses trabalhadores é de bastante pobreza, dificuldades e baixa perspectiva de superação de sua condição.

<sup>49</sup> Refere-se à camada flutuante dos trabalhadores destituída de recursos econômicos e caracterizada pela ausência da consciência de classe.

<sup>50</sup> Autor de grande relevância neste estudo sobre a consciência de classe, que será apresentado no decorrer deste capítulo.

relacionado à consciência de classe. Entendia-se que cada classe tinha uma consciência própria e, se esta não estava latente, tratava-se apenas de despertá-la (Iasi, 1999, 2004).

Contrapondo-se a essa tendência, Mauro Iasi argumenta contra a ideia de consciência como essência, tanto latente quanto manifesta, não concordando com a concepção de que a classe se encontra instituída à revelia dos seus próprios agentes. Nessa perspectiva, o entendimento sobre consciência de classe será construído principalmente a partir de autores clássicos como Gramsci (1989), Lukács (1967) e Sartre (1963, vol. I e II).

Também serão utilizadas duas pesquisas contemporâneas acerca do tema. A primeira foi realizada pelo professor já citado, Mauro Iasi<sup>51</sup>, cuja tese de doutorado se constituiu na publicação denominada “As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento” (2004). Nessa obra, Iasi refina a análise teórica sobre o conceito de **consciência de classe** utilizando principalmente as teorias de Jean-Paul Sartre, Norbert Elias e Sigmund Freud. A outra pesquisa é de Tiago Nunes<sup>52</sup> que, baseando-se nos estudos de Mauro Iasi, recentemente concluiu sua tese de doutorado intitulada “A autogestão em perspectiva comparada – quatro organizações de trabalho associado na resistência da produção à contestação ao capital” (Nunes, 2016).

Dito isso, inicia-se com a perspectiva de Marx, para quem as concepções acerca da consciência de classe estão atreladas à ideia de classe social:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (Marx e Engels, 2007, p. 47).

Sob a perspectiva materialista histórica, Marx compreende que a subjetividade estaria condicionada às questões concretas, materiais.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (Marx & Engels, 1977, p. 301).

Guareschi (1992), elaborou um quadro para contribuir para essa reflexão:

---

<sup>51</sup> Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>52</sup> Professor da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Quadro 2 - Tipologia e trajetórias de interesses relacionados

	Interesses instrumentais	Interesses intrínsecos
Interesses Imediatos	2. Salários mais altos: menos exploração, menos sofrimento; alívio das doenças, etc.	1. Sobrevivência, comer, beber, ter saúde, bem-estar, o mínimo físico e psicológico.
Interesses Fundamentais	3. Mudança das estruturas da sociedade, das relações estruturais (mudança das regras do jogo).	4. O tipo de sociedade que se deseja: tipo de comunidade, de cidade, estado; de estilo de vida.

Fonte: Guareschi (1992, p. 202).

Nesse sentido, é necessário que se supram necessidades básicas para que se consiga avançar em perspectivas de superação de sua condição. Comer, beber e ter onde morar constituem interesses que antecedem a possibilidade de se idealizar reivindicações por salários, ou de se almejar outro tipo de sociedade; perspectiva materialista que se concretizou na célebre frase de Marx: “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história” (Marx e Engels, 2007, p. 32).

Para fins analíticos, Marx distingue conceitualmente a perspectiva de **classes em si** da **classe para si**. A **classe em si** constitui-se no conjunto dos membros de uma sociedade, identificados pelo compartilhamento de determinadas condições objetivas, ou pela mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção; já a **classe para si** situa-se numa etapa de organização política em prol da defesa consciente de seus interesses, e sua identidade é construída também do ponto de vista subjetivo (Marx e Engels, 2007).

Aprofundando tal debate, apresenta-se, a seguir, as concepções dos demais teóricos marxistas que fundamentam esta dissertação. Um dos principais conceitos desenvolvidos por Gramsci<sup>53</sup> foi o de **Bloco Histórico**, com o qual o autor teorizou sobre a unidade entre infraestrutura e superestrutura social. Enfatiza aspectos relacionados à superestrutura como a ideologia, questões políticas, culturais e religiosas correlacionando-as com aspectos da infraestrutura e modo de produção. Dedicou-se à análise relacionada à hegemonia e formas de sua superação a partir de articulação política em busca da construção de outra hegemonia, sob outra

<sup>53</sup> Antonio Gramsci foi um estudioso marxista, jornalista, crítico literário que viveu entre os anos de 1891 e 1937, membro do Partido Comunista da Itália, preso em 1926 pelo regime fascista de Benito Mussolini, período em que escreveu grandes obras, mesmo submetido a condições adversas. Morreu aos 46 anos, na prisão de Mussolini.

base cultural; para isso, aponta a importância da sociedade civil no seio do **Bloco Histórico** (Portelli, 1977).

Gramsci trouxe importantes contribuições sobre o mundo das ideias marxistas, principalmente sobre os escritos de Marx relacionados às **crenças das massas**. Esse revolucionário italiano defendeu o determinismo econômico da base material e, no seu conceito de bloco histórico, elaborou a sua própria teoria sobre a relação entre a base material e as ideias (Minayo, 1995). Para Gramsci, “pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir [...] somos homens-massa ou homens-coletivos” (Gramsci, 1989, p. 12). Ao mesmo tempo em que o referido autor aponta elementos ilusórios, também valoriza o senso comum e procura compreender sua contribuição na construção da contra-hegemonia (Minayo, 1995; Gramsci, 1989; Portelli, 1977).

Alguns aspectos importantes destacados por Gramsci: a) desconstrói a ideia de que o “senso comum” seja inerente à ignorância das massas; b) alerta para os aspectos dinâmicos geradores de mudanças que coexistem com o conservadorismo no senso comum; c) propõe a análise da concepção mais abrangente de **visão de mundo**, das representações sociais, de qualquer grupo social e de determinada época histórica (Minayo, 1995).

Além dos aspectos apontados, destacam-se os conceitos de **hegemonia**, **intelectual orgânico** e **concepção de mundo** desenvolvidos por Gramsci em suas obras. O conceito de **hegemonia** representa “supremacia de um grupo ou classe sobre outras classes ou grupos, ela se estabelece com meios diferentes do recurso à violência ou à coerção” (Fontana, 2003, p. 114).

A teoria sobre os **intelectuais orgânicos** é a grande contribuição de Gramsci, pois esta se constitui na materialização do vínculo entre a estrutura e a superestrutura, não aprofundado por Marx (Portelli, 1977). Nas palavras de Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (Gramsci, 1978, p. 3).

Nessa mesma perspectiva, Lukács vai aprofundar o tema das representações em Marx a partir do conceito de **visão de mundo** e **práxis**<sup>54</sup>. Defende que a consciência individual é

---

<sup>54</sup> George Lukács, filósofo húngaro que viveu entre os anos de 1885 e 1971, foi influenciado inicialmente por Kant; depois por Engels e Marx, passando, a partir de então, a aderir ao marxismo. Foi um membro ativo do partido comunista da Hungria e estudioso de Lênin.

constituída a partir da consciência coletiva (de classe) e isso é apreendido por meio da integração desse pensamento individual ao conjunto da vida social.

Lukács constituiu-se em um dos principais teóricos marxistas; estudou com profundidade as questões voltadas para a consciência de classe. Considerava falsas as acusações a Marx de ter negligenciado a subjetividade:

Para compreender a História, a análise marxista remonta aos fundamentos materiais da ação humana, à produção e à reprodução da vida humana. Nela descobre as leis históricas objetivas, mas não nega, no entanto, o papel da subjetividade na História. Apenas determina o lugar exato que lhe cabe na **totalidade** objetiva da evolução da natureza e da sociedade. [grifo nosso] (Lukács, 1967, p. 127).

Para o referido autor, a subjetividade faz parte da perspectiva de **totalidade** defendida por Marx e ela não está nem no indivíduo, nem no coletivo: está numa terceira configuração criada a partir dessa junção<sup>55</sup>.

Esta consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que pensam, sentem, etc., os indivíduos que formam a classe, tomados um por um. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por esta consciência e não pelo pensamento, etc., do indivíduo; esta ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência (Lukács, 1989, p. 64-65).

Essa perspectiva que complexifica a forma de apreensão da consciência de classe destaca também o aspecto materialista de sua concepção de consciência:

Não se pode ultrapassar o limite que lhe é imposto pela estrutura econômica da sociedade da sua época e pela sua posição dentro dela. A consciência de classe é, pois, ao mesmo tempo, considerada abstrata e formalmente uma inconsciência, determinada em conformidade com a classe pela sua própria situação econômica, histórica e social. (Lukács, 1989, p. 65).

Nessa mesma linha e adentrando na perspectiva contemporânea, Iasi (1999, 2004) define três formas de consciência, tipologicamente desenhadas: alienação subjetiva; consciência em si; consciência para si. Não prevê a ocorrência de uma mudança linear ou evolutiva, mas a partir de processos de rupturas e continuidades. A passagem de uma para outra é definida por uma série de questões e se dá por intermédio do grupo. A síntese de cada fase é apresentada a seguir:

Ao tratar da **alienação** como primeiro estágio da consciência, Iasi utiliza os estágios de consciência de Freud para explicar o modo como se dão as transformações das relações sociais

---

<sup>55</sup> Sartre ajuda na compreensão desse conceito a partir de sua teoria acerca da **dialética ternária**, que será explicada mais à frente, nesta seção.

em funções psicológicas. Define a consciência como um processo por meio do qual seja possível o reconhecimento de que esta se constitua a partir de uma relação dialética entre as representações ideais dos indivíduos e as relações concretas por estes assumidas. Iasi detalha esse processo e aponta seus desafios a partir da reflexão entre a influência da sociedade para a formação da consciência. O autor enfatiza que, quando uma pessoa vive uma injustiça solitariamente, tende à revolta, e o encontro com o outro pode criar tanto identificação como contradição: “em determinadas condições, a vivência de uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas pode gerar uma inicial superação da alienação. A pré-condição para essa passagem é o grupo” (Iasi, 1999, p. 34).

O segundo estágio é o da **consciência em si**, que se dá via avanço no estágio de revolta. Constitui-se como uma tomada de consciência da classe adaptada com a ordem estabelecida; os desafios são compartilhados no grupo, que passa a buscar alternativas via articulação política. Nessa etapa, o trabalhador enxerga-se dentro de um coletivo e identifica-se com ele. O que há de comum, nesses casos particulares, é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e de seus interesses próprios, que conflitam com os dos grupos que lhe são opostos (Iasi, 1999).

Essa consciência em si baseia-se na vivência das relações imediatas, não mais do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo, e pode chegar até a consciência de classe. “Ela é parte fundamental da superação da primeira forma de consciência [...], no entanto seu pleno desenvolvimento evidencia traços da antiga forma ainda não superados” (Iasi, 1999, p. 35).

O terceiro estágio é o da **consciência para si, ou revolucionária**. No segundo estágio, mesmo que passe pelo coletivo, o motor básico da reivindicação é a satisfação de algo para o próprio indivíduo. Iasi (1999) ilustra esse ponto com o exemplo da luta pela moradia: por mais que possa se consolidar no coletivo, “quem luta por moradia, por exemplo, luta para ter onde morar, se possível no mais curto espaço de tempo” (Iasi, 1999, p. 42), o que é justo. Mas, quando se fala da transformação da sociedade, exige-se outro sujeito: a classe.

Na passagem da **consciência em si** para a **consciência para si**, abre-se uma contradição. Para isso, apesar de as alterações da consciência somente poderem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que se irá realizar envolve, mais que a ação individual, a de classe. Na mesma perspectiva, Marx considerava que o proletariado tem que se tornar uma classe não só em face do capital, mas também para si próprio, isto é, tem que elevar a necessidade econômica na sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe atuante (Lukács, 1989).

Iasi (1999, 2004) e Nunes (2016) entendem a questão da consciência de classe como um **processo** por meio do qual “somente podemos alcançar uma nova consciência no sistema capitalista de forma embrionária” (Iasi, 1999, p. 49).

Na sociedade sob o domínio do Capital, enquanto seu sociometabolismo alcançar todas as esferas da vida, não é possível contemplar uma nova consciência a não ser de forma embrionária. No entanto, compreender a consciência como um processo, permite reconhecer que esta não é estática ou que se desenvolve de forma linear; é formada a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações concretas. (Nunes, 2016, p. 201).

Na perspectiva materialista histórica, nascer em determinada classe influenciará objetivamente nas escolhas que os indivíduos poderão fazer. No entanto, as classes não nascem plenas, já dispendo de consciência de si e para si: nascem, isso sim, como ser social que, em potência, carrega um vir a ser possível e mesmo necessário em razão da dinâmica estrutural do modo de produção; “portanto, a transformação da consciência não está além da luta política e da materialidade em que esta se insere. É, ao mesmo tempo, um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (Iasi, 1999, p. 51).

Nesse mesmo sentido, Sartre<sup>56</sup> (1963, vol. I) deu uma contribuição de extrema importância relacionada à compreensão do papel do grupo para a tomada de consciência. Destaca-se a sua obra "Crítica de la razón dialéctica", livros 1 e 2, publicados em 1963, nos quais é proposta não uma "história real", mas uma "gênese ideal" por meio da qual se busca a inteligibilidade dos grupos e dos diferentes momentos do processo grupal, que Sartre define como: **Série, Grupo em fusão, Organização e instituição, Juramento, Fraternidade-terror e Institucionalização**.

Para Sartre, o grupo não deve ser pensado como uma totalidade pronta, acabada, e sim como uma **totalização em processo**. Portanto, a dialética dos grupos será seu movimento inacabado, que surge e se mantém por meio da práxis. O autor coloca em questão o mito da eternidade e da maturidade das relações e grupos, pois, para ele, a formação do grupo passa por diferentes etapas e tentativas de sobrevivência.

Inicialmente, o grupo constitui-se a partir de uma luta constante em prol da superação da **serialidade**<sup>57</sup> e da alienação, o que gera unificação das liberdades e com ela a relação de

<sup>56</sup> Jean Paul Sartre foi um filósofo e escritor francês, um literato militante que viveu entre 1905 e 1980. Defendia a ideia de que os intelectuais deveriam desempenhar um papel ativo na sociedade e também apoiou causas políticas de esquerda.

<sup>57</sup> Na serialidade, a relação estabelecida entre os indivíduos não é capaz de levar a cabo uma iniciativa em comum. Sartre (1963, vol. II) traz como exemplo as pessoas esperando um ônibus numa fila, ou ouvindo a mesma estação de rádio, pessoas fazendo a mesma coisa, mas sem organização, diálogo e objetivo comum compartilhado.

reciprocidade. Para Sartre, a reciprocidade é a relação que permite que cada um seja para o outro o que é para si mesmo, o que possibilita a ocorrência de um processo de interiorização do outro por meio dos vínculos humanos estabelecidos. Em outras palavras, o grupo compõe um processo em marcha, por isso denominado **grupo em fusão**, que pertence a um movimento sempre inacabado. A inteligibilidade dos grupos passa pela dinâmica da troca e da reciprocidade.

A **fusão do grupo** constitui-se em seu nascimento, acontece com a tomada de consciência de uma tarefa comum<sup>58</sup> a partir da necessidade, escassez, perigo, etc. Cada qual se torna para si e para os outros uma pessoa com a qual é necessário contar. Nessa fase, Sartre define dois tipos de grupo: o grupo de sobrevivência e o grupo juramentado. O primeiro constitui-se na fusão do grupo para sanar uma demanda pontual: após esta ser resolvida, o grupo volta para a serialização e se desfaz. O segundo grupo constitui pelo reforço de seus vínculos, por meio dos quais passa para outra etapa, mantendo-se em união.

Se o grupo se mantém, passa para a fase do **juramento**, cuja origem é o temor permanente da dispersão inicial, caracterizando-se como compromisso: a liberdade de cada um fica comprometida com a permanência no grupo.

A etapa seguinte à do juramento é a da **organização**, na qual o grupo só continua a ser grupo enquanto se fizer continuamente, buscar uma autocriação contínua, por meio da qual se organiza para poder lograr seus objetivos. Nessa etapa de organização, a definição da função de cada membro é importante e representa o papel da práxis individual no grupo.

Depois de o grupo ter se organizado, ocorre a fase da **fraternidade-terror**, na qual o grupo tenta obcecadamente atingir sua unidade, sem consegui-la. Trata-se de uma luta permanente para evitar a dissolução do grupo, sua volta à serialidade. Dessa maneira, a fraternidade-terror tem o objetivo de possibilitar o controle das possíveis fugas e da não participação dentro do grupo, impondo limites e punições para quem se desviar do propósito coletivo.

A última fase do grupo seria a da **institucionalização**, em que se consolida a formalização do grupo perante a lei como símbolo de consagração e permanência do grupo, transformando a função (característica da organização) em obrigação. Nessa fase burocrática, ou a classe dá mais um passo de fortalecimento, ou ela volta para a serialização.

Importante considerar que, para Sartre, esse movimento que o grupo faz - explicado didaticamente por fases - não constitui um movimento linear, mas circular; portanto, a **práxis** ocupa um lugar central em sua análise. Sartre explica que a práxis incessante se dá no momento

---

<sup>58</sup> Mesmo significado da fase da “classe em si”, para Marx.



em que o grupo se reúne para realizar algo, tanto para dentro quanto para fora. Assim, numa perspectiva materialista, Sartre **define grupo como ato e não como ser**.

Por fim, outro conceito interessante trazido pelo referido autor é o da **dialética ternária**, que se constitui no movimento perpétuo de totalização em processo nunca acabado do grupo. Nessa lógica, cada participante é o grupo, e o grupo está em cada um, “la reunión transformada por mí y en mi grupo no pertenece a ninguna de las dos formas ni tampoco a sus intermediarios” (Sartre, 1963, vol. II, p. 40). É, portanto, pelo grupo, que todas as terceiras pessoas são mediadas. Em outras palavras, é como se uma pessoa que entra num grupo passasse a constituir uma terceira pessoa. Nesse sentido, Sartre descreve a complexidade dos estudos relacionados à consciência de classe.

Para Sartre, as relações recíprocas e ternárias fundamentam todas as relações entre os homens, e a unidade do grupo é dada pela ação grupal, pela unidade das ações. Nessa perspectiva,

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, onde cada momento traz em si os elementos de sua superação, onde as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos. (Iasi, 1999, p. 13).

Esses teóricos aqui apresentados possibilitaram a reflexão sobre as formas como as classes se fazem presentes na cena política, direta ou indiretamente, como atores políticos que perseguem seus objetivos de classe. Para isso torna-se fundamental a compreensão do protagonismo político dos trabalhadores - no caso deste estudo, dos recicladores - o que será analisado na seção seguinte.

Nos próximos capítulos, serão retomados os conceitos abordados até aqui em uma perspectiva de aplicação empírica, cuja finalidade é compreender em que medida a articulação política dos catadores em torno do FRVS contribui para o fortalecimento da consciência de classe dos participantes.

### **2.3 Protagonismo político e consciência de classe**

Quando Karl Marx, dentro do contexto de transição do feudalismo para o capitalismo em cujo desenlace esteve inserido, se refere às questões de consciência de classe em sua obra “A Ideologia Alemã” (2007), enumera uma série de pressupostos para que os trabalhadores constituam sua consciência de classe: os homens devem estar em condições de viver para fazer história; quando satisfazem a primeira necessidade surgem outras; portanto, a produção de

necessidades novas se constitui como o primeiro ato histórico; um modo de produção, ou um estágio industrial está sempre associado a um modo de cooperação. Somente depois dessas etapas é que, em sua visão, se criam as condições para que o homem modifique sua consciência. No entanto, isso não significa que o trabalhador não pense antes disso, mas que precise de condições materiais para chegar à reflexão sobre a sua condição. Portanto, a consciência nasce da necessidade, ela é um produto social (Marx, 2007; Sell, 2009).

Para a compreensão crítica acerca da exploração no trabalho, o indivíduo precisa tomar conhecimento de sua situação e esse processo passa pelo grupo; “para Marx, através do processo de organização política e das lutas coletivas, os operários vão formando a consciência que os faz passar da condição de ‘classe em si’ (condição objetiva) à ‘classe para si’ (condição subjetiva)” (Sell, 2009, p. 69).

Nesse sentido, entende-se que a **classe não é formada por trabalhadores isolados**. O ponto central é a organização continuada, que possibilita reflexões que constroem uma consciência coletiva. A partir dessa configuração, criam-se as condições para a entrada de outros elementos que constituem sua qualificação e vão consolidando sua identidade.

Para isso, compreende-se que existe uma estreita relação entre a democracia política e a democracia econômica; “nossa conceituação de necessidades econômicas depende crucialmente de discussões e debates públicos abertos, cuja garantia requer que se faça questão da liberdade política e de direitos civis básicos” (Sen, 2000, p. 175). Nessa perspectiva, um dos pressupostos da economia solidária é a autogestão e a consolidação de espaços de diálogos que contribuam para a sua efetivação, reforçando a importância da articulação coletiva (Singer, 2002).

O protagonismo político da sociedade, principalmente a partir da década de 1990, é de fundamental relevância para que se efetivem políticas públicas que atendam aos interesses de todos (Santos, 2010). Tais políticas são compreendidas por Souza (2006) como todas as ações de um governo que busquem avanços sociais ou econômicos, os quais constituem importante ferramenta para o enfrentamento dos problemas sociais, com objetivo de proporcionar vida digna a todas as pessoas. Nessa perspectiva, é necessário o enfrentamento para que as políticas públicas sejam elaboradas de acordo com as demandas da sociedade. Para isso, é imprescindível a articulação política dos trabalhadores, a qual se constitui de diversas formas em torno de partidos, sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais (Guimarães, 1993).

Nesse sentido, Perissinotto (2007) afirma que um problema teórico fundamental posto consiste na forma como um grupo de indivíduos ocupantes de lugares similares na estrutura social torna-se uma coletividade em busca da realização de seus interesses comuns. Considera-se

que é a partir da luta coletiva dos trabalhadores organizados que se materializa a busca por uma tomada de consciência da classe.

Em face desses argumentos, justifica-se que a pesquisa em tela tenha como propósito investigar em que medida a articulação política em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos constitui um como um espaço de fortalecimento da consciência de classe dos catadores de materiais recicláveis envolvidos. Isto posto, buscarei, nessa seção, explicar a seguir meu entendimento sobre o conceito de **articulação política, com ênfase no repertório organizacional do movimento de Economia Solidária (EcoSol)**, porque, além dos catadores se entenderem pertencentes a esse movimento, como veremos nos próximos capítulos, é também por meio dele que podem buscar a identificação de seus formatos organizacionais.

A proposta desta seção é tanto abordar a relevância das articulações em torno da EcoSol para a ampliação dos processos democráticos via organização política dos trabalhadores como fundamentar porque as redes e os fóruns se constituem como principais expressões organizativas do repertório organizacionais da EcoSol. Além disso, especificamente no que diz respeito aos recicladores, buscarei explicar as principais diferenças entre suas distintas instâncias coletivas de organização (cooperativa e fórum)<sup>59</sup>.

### 2.3.1 Participação em instâncias de primeiro e segundo grau

O termo economia solidária passa a ganhar relevância, no Brasil, a partir da década de 1990. Define as iniciativas de produtores, trabalhadores e consumidores de diferentes setores econômicos que passam a se organizar segundo princípios de cooperação, solidariedade, autonomia e gestão democrática (Gaiger & Laville, 2009; Silva & Oliveira, 2011, Santos, 2014). Além disso, esse modelo de economia consolida-se como forma que questiona o modelo convencional de trabalho, como afirma Santos (2014):

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) configuram formas coletivas de organização do trabalho em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional e em que a dinâmica de gestão apresenta importante significado político e cultural, dando condições para superar a privação de capacidades políticas e materiais. (Santos, 2014, p. 196).

Assim, considera-se que um dos pressupostos da Ecosol (via grupos informais, associações e cooperativas) é a consolidação de espaços de diálogos reforçando a importância da

---

<sup>59</sup> Serão abordados dois níveis de organização dos catadores, uma que se refere à articulação dentro das cooperativas (primeiro grau) e a outra, dentro do fórum (segundo grau). Embora o foco recaia sobre a de segundo grau, serão apresentadas diferenças da participação tanto teóricas, nesta seção, quanto a partir do campo de pesquisa, nos capítulos 4 e 5.

articulação coletiva. Nesse sentido, as experiências proporcionadas dentro das cooperativas de trabalho são distintas das experiências dentro de empresas convencionais, pois “essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (Gaiger & Laville, 2009, p. 162). Por se tratar de uma perspectiva diferente, destaca-se o aspecto político que as cooperativas acabam exercendo.

Graças à sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental. A solidariedade é ainda estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum. O fato conduz à criação de espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta. (Gaiger & Laville, 2009, p. 162).

Assim, é comum o engajamento das cooperativas em participações políticas que ultrapassem as ações do grupo, como em conferências, redes e, principalmente, em instâncias de segundo grau como os fóruns. Espaços que constituem o repertório organizacional predominante entre os trabalhadores da economia solidária, pois é, principalmente, neles que a interface com o poder público e entidades de apoio ocorrem.

Portanto, essas articulações - para além do empreendimento - constituem-se como formas escolhidas também de acordo com as necessidades de apoio em busca de legitimidades e consolidação de canais de diálogo com o estado. “Os empreendimentos de economia solidária apontam ampla participação política interna, no sentido de tomadas de decisão cotidianas do empreendimento, como também articulação com diversas redes e movimentos sociais” (Miranda, 2011, p. 107).

Uma das explicações referente à interface entre a sociedade civil organizada - os trabalhadores da economia solidária - e o estado, também diz respeito ao ingresso de representantes militantes na composição dos governos. Ao assumirem cargos do poder público, esses trabalhadores levam consigo as demandas do movimento, o que resultou em ações governamentais, as quais vieram a demonstrar não só a relevância, mas também as fragilidades dessa conexão (Silva & Oliveira, 2011).

Compreende-se que parte expressiva das “organizações de movimentos sociais passou, nas últimas três décadas, por um marcante processo de inserção como membros efetivos (mesmo que, muitas vezes, subalternos) de redes de políticas públicas em praticamente todos os setores do Estado brasileiro” (Silva & Oliveira, 2011, p. 91).

Para Santos, “a adesão destes trabalhadores ao movimento ocorre por consciência de causa, consciência política adquirida - principalmente” (Santos, 2014, p. 207).

A práxis dos empreendimentos da economia solidária motiva processos de participação política que vão além do cotidiano do EES, pode-se dizer que há uma ampliação do processo de democratização da base para outras esferas da vida social que dão fôlego para a construção de outro espaço social que questiona a lógica dominante. (Santos, 2014, p. 207).

Apesar de todos os desenlaces políticos e sociais havidos desde o início dos anos 2000 - os quais serão enfatizados na análise temporal do capítulo 4 - é indiscutível que a última década (de 2000 a 2010) tenha sido marcada por grandes conquistas do movimento da economia solidária no Brasil<sup>60</sup>. Destaca-se a formação de uma política pública federal – administrada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – e seus desdobramentos a partir da realização das três Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES)<sup>61</sup> e, principalmente, o importante avanço que teve o movimento ao criar um sujeito político representativo para atender a suas principais demandas: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a partir da realização das Plenárias Nacionais<sup>62</sup> (Santos, 2010, 2014; Silva & Oliveira, 2011).

Parte-se da compreensão de que o Movimento da EcoSol caracteriza-se por uma diversidade de atores que dialogam e problematizam questões de interesse comum (Santos, 2014). A EcoSol, que se organiza por meio de grupos informais, cooperativas e associações, tem relação direta com a visibilidade do trabalho autogestionário e associativo nas últimas décadas no país. Conforme Santos (2014), não se consolida somente com a presença de trabalhadores dos EES, pois:

Os EES não tiveram envolvimento direto com a gênese do movimento de economia solidária no Brasil. No entanto, houve a preocupação que os espaços deliberativos do FBES fossem ocupados em maior parte pelos EES. Com o passar do tempo e o realizar das Plenárias Nacionais e demais espaços deliberativos (encontro de empreendedores, CONAES), os trabalhadores dos EES foram ocupando os respectivos espaços e reivindicando crescimento no movimento. (Santos, 2014, p. 202).

Nesse contexto, a entrada de militantes na esfera governamental conseguiu pautar políticas públicas, as quais tanto disseminaram a EcoSol no país como também a deixou bastante

<sup>60</sup> Diversos autores entendem a EcoSol como Movimento (Santos, 2014; Silva & Oliveira, 2011).

<sup>61</sup> Em 2006, 2010 e 2014 foram realizadas, em Brasília, as três edições da Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Este espaço de discussão impulsiona o movimento a discutir sobre sua razão de ser e sobre as políticas públicas almejadas, já que assume um lugar de importância na relação Socioestatal (Santos, 2010).

<sup>62</sup> Foram realizadas cinco Plenárias Nacionais de EcoSol: a 1ª em 2002, a 2ª e 3ª em 2003, a 4ª em 2008 e a 5ª em 2012.

dependente dessas políticas. Nesse sentido, diferentemente de outros movimentos, o da Ecosol não é oriundo exclusivamente da luta dos trabalhadores, o que não impediu a entrada e afirmação dos trabalhadores que atualmente se constituem como maioria no movimento.

É importante ressaltar que a dinâmica interativa do movimento da economia solidária não condiz a uma dinâmica de movimento organizada “de baixo para cima” e nem “de cima para baixo”, uma vez que as entidades de apoio e o poder público também fazem parte do movimento da economia solidária, o que pode confundir a arena política configurando possível limitante para o protagonismo dos EES. (Santos, 2014, p. 202).

Silva & Oliveira (2011) analisam a interpenetração entre partido-movimento a partir da abordagem sobre a trajetória de militantes do denominado movimento de economia solidária no Estado do Rio Grande do Sul. Os autores argumentam que a EcoSol, no Rio Grande do Sul, consolida-se a partir da forte relação entre partido político (especialmente do Partido dos Trabalhadores) e o movimento social. Torna-se importante destacar que, ao invés de compreender esse processo como uma forma de cooptação, os autores defendem a perspectiva sob o viés da complexidade das relações entre sociedade civil e o Estado e o papel dos partidos políticos como mediadores.

Nesse ponto, pode-se pensar que, apesar dos limites, a articulação política da sociedade civil, sob suas diversas formas de organização, faz o contraponto na sociedade, como afirmam Silva & Oliveira (2011). Além disso, compreende-se que as relações entre movimentos sociais e partidos também devem ser pensadas não através de um padrão único de relações, mas sim como um rol de possibilidades.

Silva & Oliveira (2011), que definiram uma tipologia a partir de Hanagan (1998), consideraram três padrões principais de relação: a Dependência, que se constitui por uma separação significativa entre política institucional e política não institucional; a Cooperação, que se caracteriza pelas formas cooperativas de relação que se estabelecem entre o partido e movimento, mas mantendo suas fronteiras; e a Interpenetração, que ocorre “quando as fronteiras entre partido e movimento apresentam uma relativa diluição (cujo grau pode ser bastante variável), com o compartilhamento de militantes, marcos interpretativos, orientações ideológicas e estruturas organizativas” (Silva & Oliveira, 2011, p. 91). Nesse sentido, corrobora-se a perspectiva de que o movimento da EcoSol encontra-se nesse padrão de Interpenetração descrito por Silva & Oliveira (2011).

Nesse contexto, a entrada do militante partidário é uma importante característica da EcoSol. Para Clemens<sup>63</sup> (2010) e Silva & Oliveira (2011), é importante compreender a complexidade do cenário político das últimas décadas. O contexto que se apresenta exige olhar mais abrangente para a compreensão da aproximação que passa a existir na articulação entre atores, sociedade civil organizada, partidos políticos e o Estado.

Para Clemens (2010), são diversas as formas por meio das quais a sociedade civil vem se organizando ao longo dos anos em prol de unir suas pautas e reivindicações junto ao estado. Silva & Oliveira (2011), que realizaram extensa revisão da literatura sobre a articulação dos movimentos sociais, concluem que as relações entre os movimentos sociais, partidos políticos e Estado – ou, mais amplamente, entre política institucionalizada e política não institucionalizada – tornaram-se um dos focos centrais de problematização teórica e investigação empírica nesse campo de estudos.

Silva & Oliveira (2011) compreendem que a questão, no Brasil, enquanto espaço de regulamentação, convencionou-se no sentido da institucionalização dos movimentos após 1985. No entanto, esses autores consideram que tal processo não foi acompanhado pelos teóricos brasileiros - mais voltados para a compreensão da organização dos movimentos sociais oriundos de um período de redemocratização e pouco preparados para compreender as teorias relacionadas às outras formas de organização que surgiam.

Essa mudança de configuração reflete no que Clemens conceitua como repertório organizacional: “o conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis” (Clemens, 2010, p. 165). Pois, a partir da entrada de representação dos movimentos na esfera governamental - fato recente e novo nos últimos anos -, passaram a ser sentidas transformações no que diz respeito à forma como os movimentos se organizam:

Conforme um grupo se organiza de uma maneira particular, adota um modelo específico de organização, ele sinaliza sua identidade tanto para seus próprios membros como para outros. Os modelos de organização fazem parte do ferramental cultural de qualquer sociedade e, assim como preenchem funções instrumentais, preenchem também funções expressivas ou comunicativas. Além disso, a adoção de uma forma particular de organização influencia os vínculos que um grupo organizado estabelece com outras organizações. (Clemens, 2010, p. 180).

Nesse mesmo sentido, compondo as transformações ocorridas nas últimas décadas, “é possível identificar um processo organizativo que não apenas se dá externamente ao Estado, mas

---

<sup>63</sup> Elisabeth Clemens é Professora de sociologia da Universidade de Chicago e pesquisadora de temas correlatos ao entendimento do papel dos movimentos sociais e inovação organizacional na mudança política.

é, em grande medida, fomentado por agentes e políticas governamentais” (Silva & Oliveira, 2011, p. 88).

No que se refere à relação entre estado e movimentos sociais, Silva & Oliveira (2011) utilizam a teoria de Banaszak, que contribui significativamente para a compreensão dessas mudanças:

Adaptando o esquema de Banaszak para interpretar as mudanças nos padrões de inclusão/exclusão político-institucional dos movimentos sociais no Brasil, dos anos 1970 até os dias atuais, poderíamos identificar um processo que, mesmo não sendo linear, se caracteriza por um nível crescente de inclusão institucional das organizações da sociedade civil (incluindo as organizações de movimentos sociais). Tal processo tem seu ápice nas gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando se observa a presença de uma expressiva intersecção Estado-Movimentos. (Silva & Oliveira, 2011, p. 93).

Nessa perspectiva, os referidos autores destacam a forma como a participação dos partidos passa a ser abordada pela literatura após 2003; antes, eram vistos ou como um incômodo que tenderia a instrumentalizar os movimentos sociais desvirtuando seu propósito, ou como elementos imprescindíveis para que a pauta do movimento tivesse força. Nos dois casos, o partido consolida-se como algo externo ao movimento, o que difere do cenário configurado a partir de 2003 - e o movimento da EcoSol é um exemplo disso. O engajamento partidário, alvo de estudo dos referidos autores, é a característica predominante entre tais militantes.

Por esse ângulo, consideram-se pertinentes os conceitos de Banaszak quanto aos **ativistas institucionais**, que são pessoas que fazem parte do movimento, porém atuam na esfera do estado (Banaszak, 2010), estabelecendo intersecção estado-movimento, entendimento segundo o qual os movimentos podem compartilhar seus membros com o Estado.

Compreende-se que o compartilhamento ocorre porque os estados, como conjunto de instituições, podem ter membros que são também ativistas de movimentos por meio da participação em organizações de movimentos sociais, como “contribuintes ocasionais” ou ainda participando em “atividades espontâneas e não organizadas” (Silva & Oliveira, 2011, p. 93).

### 2.3.2 O repertório organizacional da economia solidária

O surgimento do Fórum Social Mundial (FSM)<sup>64</sup> foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil, pois “desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar

---

<sup>64</sup> O FSM é um evento altermundialista organizado por movimentos sociais de muitos continentes, que busca construir alternativas para uma transformação social global. As edições de 2001, 2002, 2003 e 2005 ocorreram em Porto Alegre.



forma a esse movimento” (Santos, 2014, p. 199). Portanto, considera-se que as principais expressões organizativas do repertório organizacional do movimento de EcoSol, que se constituem nas redes e fóruns, podem ter sido inspiradas por essa importante experiência.

Em 2004 esse movimento passou a estruturar-se com base no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tornando-se sua maior expressão institucional nacional. Possivelmente, o FBES passou a servir de modelo e inspiração para as inúmeras organizações locais que se estruturaram, nas últimas décadas, em torno da temática; corroborando a teoria de Clemens (2010), tanto quando esta destaca os **modelos por repetição**, como por constituírem-se como **formas menos burocrática**.

Nessa perspectiva, reforça-se o papel dos fóruns a partir de Santos (2010): “se por um lado a economia solidária não supera totalmente a carência de bens e de serviços essenciais, por outro, avança na capacidade de se organizar na sociedade, adquirindo voz e vez, legitimando certo protagonismo popular” (Santos, 2010, p. 80).

Compreende-se que o movimento da economia solidária é composto por um espaço político onde convivem atores com as mais diferentes concepções e estratégias. Pode-se entender que isso se deve ao fato de que boa parte dos EES possui suas demandas atendidas pelo poder público, mediadas pelas entidades de apoio, e que, assim, o movimento reproduz tal realidade. O FBES é simbolicamente representativo, servindo de modelo, inspiração e principal expressão do Movimento (Santos, 2010 e 2014).

Na mesma perspectiva, Gaiger (2012) faz um estudo referente à presença política da economia solidária a partir do primeiro mapeamento nacional<sup>65</sup>. Destaca a presença de um *ethos* movimentalista e uma vocação política por meio da associação e auto-organização.

A atuação coletiva de trabalhadores, além das melhorias nas condições materiais de vida, encerra práticas que conduzem a uma tomada de consciência frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento, ensejando relações com o entorno local e com demandas que nele afloram. (Gaiger, 2012, p. 296).

Além disso, o autor afirma que a maior articulação com o entorno dos EES está diretamente relacionada com o aumento de seu desenvolvimento econômico. Como resultado do seu estudo, Gaiger salienta a importância de se ter dados quantitativos a partir do primeiro mapeamento, o que não existia até 2007. Na pesquisa, uma série de dados foram extraídos, como

---

<sup>65</sup> Conforme enfatiza Santos (2014), o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) destaca-se por ser pioneiro em consolidar uma base de dados de abrangência nacional. Apesar de a base ser considerada nova e só ter alcançado a metade dos municípios brasileiros, é importante reconhecê-la como importante avanço para o dimensionamento da economia solidária em todo o território brasileiro, principalmente porque passa a incluir categorias que, nas demais bases nacionais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não existem, como: trabalhador associado, sócio cooperado, empresa autogestionária, etc.; possibilitando, assim, uma aproximação do que se constitui a economia solidária atualmente no Brasil.

a composição dos EES, que compreendem associações (51,5%), grupos informais (36,5%) e cooperativas (9,7). Desses percentuais, 63,3% referem-se ao ramo da produção e 27%, ao de serviços.

No que se refere à análise sobre a participação sociopolítica dos EES, Gaiger (2012) destaca três aspectos. O primeiro refere-se ao fato de que 45,7% dos EES afirmaram participar de alguma rede ou fórum de articulação. O mapeamento permite detalhamento sobre a informação, o que demonstra as diversas articulações em que os EES estão inseridos<sup>66</sup>. Um aspecto a destacar é o de que esses empreendimentos se constituem em espaços para se tratar de questões coletivas, o que exclui aspectos de interesse particular dos participantes. Outra característica desse primeiro aspecto é a de que, nesses espaços de articulação política, procura-se garantir a presença de representantes de órgãos públicos assim como a de entidades da sociedade civil organizada.

O segundo aspecto aponta que 57,7% dos EES afirmam manter relações com movimentos sociais e populares. Chama a atenção os tipos de movimentos em que os EES participam, pois superam a finalidade do grupo. E, o terceiro aspecto, enfatiza que 56,8% dos EES tem envolvimento com ações de caráter social ou comunitário.

Assim, Gaiger (2012) afirma que a participação política entre os EES é disseminada e geralmente se desdobra em mais de uma frente: dessa forma, 69% dos EES que atuam em redes e fóruns também participam de movimentos sociais populares.

Essa pesquisa, a partir do SIES, possibilitou constatar que existe maior adesão em demandas coletivas por parte dos participantes que exercem essas práticas dentro de seus coletivos de trabalho (Gaiger, 2012). Entende-se que “sua razão de ser consiste em preencher as necessidades materiais de seus membros, assim como suas aspirações não monetárias, de reconhecimento, inserção social autônoma, etc.” (Gaiger, 2012, p. 315).

Para Gaiger (2012), Santos (2014) e Miranda (2011), essa dinâmica - que potencializa a formação de sujeitos críticos a partir do envolvimento com a nova práxis, com as novas relações sociais de trabalho e com o sujeito político coletivo - sustenta uma argumentação que nega a economia solidária como simples paliativo ao desemprego e à precarização de trabalho. Gaiger (2012) considera, ainda, que se constitui numa resposta às demandas sociais urgentes por meio da qual pode representar a base para a reconstrução da classe popular.

Embora se compreenda como significativo o aspecto de organização política, é importante frisar que as práticas em torno da economia solidária não se constituem como revolucionárias no sentido de superação do sistema capitalismo, ou seja, elas não têm como

---

<sup>66</sup> Ver mais em Gaiger, 2012, p. 302-303.

pressuposto proporcionar mudanças relacionadas ao modo de produção, como enfatiza Gaiger (2007).

El resultado de este abordage, ante los argumentos expuestos, permite entender a los emprendimientos solidarios como expresión de una *forma social de producción específica*, contrapuesta a la forma típica del capitalismo, y con la cual, no obstante, debe convivir para subsistir en formaciones históricas dominadas por el modo de producción capitalista. (Gaiger, 2007, p. 92).

Nesse artigo, Gaiger faz um resgate sobre o conceito de modo de produção, a partir de Marx, e salienta o cuidado que se deve ter ao abordar o tema, pois alguns teóricos apressados acabam considerando a economia solidária como uma forma de superação do sistema, que à luz da teoria marxista precisaria passar pela mudança de modo de produção, o que não é o caso.

Tal perspectiva não ofusca a relevância dessas experiências, pois se compreende que, nessa forma de organização do trabalho, a autogestão está associada à participação coletiva, às práticas democráticas e à autonomia na gestão e condução do empreendimento, que podem ser verificadas tanto a partir das práticas de eleições livres e diretas quanto por meio de dinâmicas participativas (Gaiger, 2012); aspectos que se distanciam das práticas convencionais de trabalho, se constituindo, assim, como espaços também educativos para os trabalhadores.

Os EES buscam implementar soluções de gestão coletivas, autogestionárias e democráticas dentro de seus grupos. As decisões mais importantes costumam ser tomadas em assembleias de sócios, em que vigora o princípio de que “cada cabeça é um voto” de igual peso, sem que importe a função ou posição administrativa desse sócio no empreendimento.

O modelo de ação coletiva escolhido conforma as alianças com outros grupos e as relações com as instituições políticas. Tanto no âmbito cultural como no institucional, os modelos de organização e de atividade coletiva são mecanismos centrais na transformação dos sistemas políticos. Uma vez que a forma organizacional é vista como sendo simultaneamente uma afirmação de identidade e constitutiva de campos institucionais mais amplos, os movimentos sociais aparecem como não apenas veículos de interesses preexistentes e causas de efeitos políticos específicos, mas como fontes cruciais de mudança institucional. (Clemens, 2010, p. 180).

Quando se pensa a organização da EcoSol para além do empreendimento individual, o repertório organizacional encontrado vem sendo os **fóruns e as redes** de comercialização. Entende-se, a partir dos autores, que esse formato se constitui como menos burocrático e mais semelhante ao das formas realizadas dentro dos EES.

Nesse sentido, comparando os múltiplos modelos de organização de Clemens como sindicatos, fóruns, conferências, associações de bairro, etc., percebe-se, na EcoSol, uma

adaptação dos repertórios organizacionais para dar conta da demanda dos participantes desse movimento. Assim, conforme Silva & Oliveira (2011), em vez de afirmar que a inovação política se baseou em características distintivas, o argumento aqui desenvolvido toma o **processo de imitação e inovação organizacional** como central para a compreensão das mudanças institucionais no período.

Nesse sentido, à luz da teoria de Clemens (2010), interpreta-se a articulação política dos trabalhadores associados a partir de seu conceito de **repertório organizacional**, segundo o qual as pessoas não se organizam de qualquer maneira, elas escolhem algumas formas que fazem mais sentido para elas. O “repertório de organização tanto reflete como ajuda a dar forma aos padrões de organização social. Assim como qualquer indivíduo ou grupo o adquire, um repertório é em grande medida constituído pela experiência e pela percepção das formas existentes de organização social” (Clemens, 2010, p. 182).

Por fim, entende-se que a consciência de classe dos trabalhadores somente pode ser modificada no decorrer da sua articulação coletiva em torno de propósitos comuns. No caso da economia solidária, constitui-se via os fóruns e as redes; e apesar de seus limites, no que se refere a mudanças estruturais, a experiência pode ser analisada como significativa para as mudanças acerca da **visão de mundo** crítica dos trabalhadores envolvidos, aspectos que serão aprofundados nos próximos capítulos.

## 2.4 Voltando à problemática da pesquisa

Em face das considerações teóricas apresentadas, o conceito de classe, consciência de classe e protagonismo político são fundamentais para a presente pesquisa. Considera-se que os catadores compõem a classe dos trabalhadores e a ênfase se dará nas **relações de classe** na cadeia produtiva da reciclagem que se constituem como relações de **poder** e de **privilegio**.

O contexto em que os catadores do país estão inseridos compõe o cenário de **exploração** e **opressão**. É vantajosa a existência desses trabalhadores para o estado e para a cadeia produtiva da reciclagem, pois a relação de ambas com os catadores se constitui numa dependência do explorador com o explorado, seja via apropriação direta do excedente, seja via economia de recursos.

Assim, para haver uma organização de resistência dos trabalhadores, é preciso que ocorra a tomada de consciência a partir da mudança de visão de mundo; essa passagem de um estágio alienado para um estado crítico se constitui num processo que se inicia via organização coletiva.

Quando os catadores compreendem a sua condição desfavorável dentro da cadeia da reciclagem, na qual executam a maior parte do trabalho e são os menos beneficiados, procuram

se articular em espaços políticos organizativos, seja em cooperativas, redes ou fóruns. O fato é que sozinhos, na perspectiva individual, tanto a consolidação de uma visão mais crítica, como o seu enfrentamento, se tornam mais difíceis. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o coletivo é fundamental para o enfrentamento que se faz necessário em busca de reconhecimento e garantia de direitos da classe.

Tendo em vista as considerações apresentadas por meio desta fundamentação teórica, a questão de pesquisa que foi elaborada relaciona-se com a classe, com seu processo de tomada de consciência e organização dos trabalhadores. Após os esclarecimentos acerca das concepções de classes sociais, sua importância e pertinência a partir dos autores que me parecem mais adequados e possíveis de serem estudados no percurso do mestrado, julgo conveniente recapitular a problemática e o objeto desta investigação:

Em consonância com o exposto, parte-se do pressuposto de que “não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência” (Marx, 2007, p. 94). Busca-se, assim, verificar **em que medida a articulação coletiva em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos se constitui como um espaço de fortalecimento da consciência de classe dos recicladores envolvidos.**

Para responder essa problemática, buscou-se realizar uma revisão sistemática acerca dos conceitos de classe social e de consciência de classe, apresentada neste capítulo; no próximo, se aprofundará a elaboração das categorias teóricas concernentes ao estudo assim como serão confrontados, nos dois últimos capítulos desta dissertação, os dados empíricos sistematizados a partir do marco teórico conceitual utilizado.



### CAPÍTULO 3 - O PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme foi explicado na introdução desta pesquisa, a aproximação com o campo ocorreu em 2012, após o meu ingresso no Projeto “Caminho das Águas” como pesquisadora e sistematizadora de dados. Com essa experiência, conheci o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), campo deste estudo. Apesar de o FRVS não fazer parte do projeto citado, era nele que as cooperativas beneficiadas pelo projeto se encontravam; então, a aproximação com o Fórum foi uma estratégia a fim de estender as ações para além dos grupos previstos. O projeto “Caminho das Águas” foi realizado entre março de 2012 e março de 2013; após o seu término, segui acompanhando as ações e participando como militante do FRVS, por considerar esse espaço, no mínimo, curioso pelo grande protagonismo dos trabalhadores e pela pouca - ou nenhuma - intervenção do estado. Apesar de tais características irem ao encontro das minhas experiências empíricas anteriores e também da bibliografia que eu havia revisado (Santos, 2010; Miranda, 2011 e Silva & Oliveira, 2011), o Fórum estudado possui peculiaridades que serão apresentadas nos capítulos 4 e 5.

Em fevereiro de 2014, quando passei a compor a equipe da Incubadora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre (IFRS/POA), via Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)<sup>67</sup>, retornei para o Vale dos Sinos como técnica para acompanhar grupos ligados ao FRVS, tanto uma cooperativa de São Leopoldo, quanto o projeto da COOPETSINOS<sup>68</sup>, que se constitui no braço econômico do Fórum. Mantinha-me, dessa forma, integrada ao FRVS. Durante esse trabalho no IFRS/POA também compus a equipe de um projeto do Departamento de Fomento e Incentivo à Economia Solidária do Rio Grande do Sul (DIFESOL<sup>69</sup>), executado entre julho de 2014 e junho de 2015 pela Escola Técnica Mesquita, denominado “Formação de Multiplicadores da Cadeia Solidária Binacional do PET”. Esse projeto tinha por objetivo a realização de ações

---

<sup>67</sup> O PRONINC tem por finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2010a).

<sup>68</sup> A Central de Cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos (COOPETSINOS) é um dos 4 polos de beneficiamento de PET no Estado do Rio Grande do Sul, oriundo de um projeto na gestão do Governador Tarso Genro. O projeto constitui-se na Cadeia Binacional do PET, na qual a produção de garrafas PET do Estado, seria reunida nas quatro centrais, que fariam o beneficiamento transformando as garrafas em flocos para seres reutilizados na indústria. Após esse processo, seriam enviados para uma cooperativa do Uruguai que faria o fio de PET e, depois, o enviaria para outra cooperativa em Minas Gêrias, que faria o tecido; voltando para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seriam fabricados diversos produtos, como: roupas, mochilas e tênis. No entanto, o projeto foi parcialmente realizado, com alto investimento do poder público Estadual, mas as obras, de responsabilidade dos governos municipais, não foram concluídas e, portanto, não foi colocado em prática o pretendido (Miles, 2014).

<sup>69</sup> A Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa do Rio Grande do Sul (SESAMPE), fazia parte do Departamento de Fomento e Incentivo à Economia Solidária do Rio Grande do Sul (DIFESOL). Nesse período, a diretora da SESAMPE, no que se refere à EcoSol, era a Nelsa Nespolo, importante militante do Movimento de Ecosol. Após a saída do Governo Tarso Genro, em 2015, a secretaria foi sendo desmontada.

necessárias para apoiar as centrais de empreendimentos de economia solidária na sua inserção e manutenção na Cadeia Solidária Binacional do PET, buscando a sustentabilidade e a diminuição de suas fragilidades, mediante acesso a capacitações e assessorias. Esse projeto também favoreceu meu contato com o FRVS, uma vez que a COOPETSINOS compõe essa cadeia.

Portanto, minha permanência no campo, de 2012 a 2015, deu-se por razões de militância e de trabalho. Ao iniciar esta pesquisa, em 2016, passei a, gradativamente, ir abrindo mão desses papéis, com o objetivo de não influenciar o campo durante o período da pesquisa. Apesar disso, reconheço que a minha trajetória institucional, política e intelectual se refletiu sobre as interpretações e observações trazidas ao longo da pesquisa.

O nascimento da ideia deste estudo surgiu por influência dos próprios recicladores, em 2015, durante uma reunião itinerante<sup>70</sup> do Fórum. Naquele encontro, apresentei a possibilidade de participação do Fórum em um edital que fomentaria o capital de giro para que pudesse ser viabilizado o sonho dos recicladores de realizarem a comercialização conjunta dos materiais recicláveis entre os participantes do FRVS. Dispus-me a escrever o projeto com outras colegas<sup>71</sup>, o grupo aceitou e, quando solicitado o histórico para a elaboração da proposta, eles responderam que não tinham nada muito organizado e, um pouco constrangidos, sugeriram que eu fizesse um estudo sobre eles para que pudessem, além de ter sua história escrita, ser mais reconhecidos como trabalhadores. Não recorro exatamente a frase que utilizaram, mas o sentido era, mais ou menos, o de que fazer parte de um estudo na universidade poderia contribuir para dar legitimidade ao trabalho que realizavam.

Saí da reunião “com uma luz”, pensando que talvez pudesse ser interessante fazer um estudo sobre aquele espaço com o qual, por alguma razão - também afetiva - eu me conectava. Depois de dialogar com alguns recicladores sobre a ideia da pesquisa e, também, após dividir a possibilidade com a colega Joice Maciel, que era integrante do Grupo ECOSOL<sup>72</sup>, passei a frequentar o Grupo com ela, o que me ajudou a consolidar um projeto. Dessa forma, aos poucos, fui regressando para o ritmo da academia, que havia abandonado desde 2010, porque percebia uma desconexão entre a vida real e o mundo da pesquisa, o que, de certa forma, começava a ser reconectado com esse meu retorno a partir de uma demanda dos atores do campo de estudo, e não o contrário.

---

<sup>70</sup> A coordenação do Fórum, por diversos períodos, adotou a prática de realizar a reunião preparatória do encontro de forma itinerante nas cooperativas participantes, com o propósito de sensibilizar mais pessoas para participarem das reuniões.

<sup>71</sup> Dessa parceria, também foi nascendo o coletivo de mulheres Apoena Socioambiental, do qual faço parte. Somos associadas à Vila Flores, uma casa colaborativa de Porto Alegre. Mais informações podem ser acessadas em: <http://www.apoenaconsultoriasocioambiental.com/>.

<sup>72</sup> O Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos é um coletivo de estudantes e professores que, desde 1999, se propõem a aprofundar conceitos acerca do tema.



Ingressei no mestrado em 2016, com o desafio de pesquisar um campo que não me era estranho: já conhecia tanto o Fórum em si como muitas das cooperativas que o compõem, e esse conhecimento não se deu apenas por meio de visitas técnicas, mas também pelas pesquisas realizadas. Ficava, então, o desafio de separar a Kellen técnica, da militante e da pesquisadora. Para resolver esse dilema, a leitura de Gilberto Velho contribuiu profundamente, pois me fez compreender que a “distância social” e a “distância psicológica” são pontos distintos.

A ideia de que, para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade, é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado de observação e empatia. (Velho, 1978, p. 124).

A aproximação social prévia, por si só, não garante o conhecimento do que se está pesquisando, mas é preciso uma intenção e um ajuste na forma de olhar o que já parece conhecido. Quando comecei a frequentar o Fórum como pesquisadora, de fato, passei a escutar as falas e dar atenção aos movimentos, gestos, expressões que até então não estavam nos meus objetivos enquanto técnica e militante. Considero que o processo de incorporação da postura de pesquisadora me fez perceber o quanto desconhecia o campo.

Em busca de compreender esse espaço conhecido, mas estranho, é que se constituiu o presente **estudo de caso** a partir do uso de **entrevistas semiestruturadas, pesquisa participante** e **revisão documental**. O acesso a documentos e registros desde 2002 foi possível pela aproximação com os apoiadores<sup>73</sup>, principais responsáveis pelos registros, sistematizações e organização do histórico do Fórum.

Este estudo se constitui num **estudo de caso** único, pois se entende que o FRVS é um espaço com características sociais, políticas e econômicas possíveis de serem analisadas. Este estudo de caso é composto por observação direta e entrevista dos participantes, características que para Yin (2005) diferencia um estudo de caso de estudos históricos. Nesse sentido as **entrevistas** com apoiadores e com os catadores foram fundamentais, além da **pesquisa participante** buscando compreender a rotina dos encontros e suas entrelinhas, assim como a **revisão documental** que se fez necessária para traçar o histórico de atuação do Fórum.

Quanto à realização das entrevistas, a estratégia escolhida foi o uso da técnica **bola de neve**, que se constitui em um processo em que um entrevistado indica o outro (Vinuto, 2014). De acordo com Becker (1993) essa técnica é utilizada e mais efetiva em pesquisas cuja população não seja muito extensa, assim como possui maior efetividade quando o pesquisador explicita

---

<sup>73</sup> São denominados “apoiadores” os técnicos que estão vinculados ou não a entidades de apoio e que acompanham o FRVS.

claramente ao informante “semente” (o primeiro entrevistado) o propósito da pesquisa para que as indicações sejam adequadas. Essa opção deu-se tanto pelas relações já estabelecidas, com o propósito de buscar neutralidade na escolha dos entrevistados, como pelo interesse em levar em conta a decisão dos participantes sobre quem eles reconheciam como informantes para ajudar a contar a história do Fórum. Apesar de se reconhecer os limites da técnica bola de neve, por se constituir numa amostragem não probabilística, mas que utiliza cadeias de referência (Vinuto, 2014), optou-se por ela porque “se a preocupação da pesquisa estiver relacionada a uma população relativamente pequena de pessoas, que possivelmente estejam em constante contato umas com as outras, a amostragem em bola de neve pode ser uma forma eficaz para construir uma base de amostragem exaustiva” (Vinuto, 2014, p. 207).

Outro fato que influenciou a escolha da técnica é que os entrevistados já eram meus conhecidos. Além de a técnica contribuir para me eximir da escolha do entrevistado, a cada indicação, percebi que também me estava sendo apontado o tipo de narrativa que gostariam que o trabalho tivesse. A circunstância de possibilitar que os catadores reconhecessem as pessoas relevantes para eu entrevistar contribuiu para o protagonismo que tentei compartilhar com eles durante toda a pesquisa, ou seja, as reflexões foram construídas a partir dos depoimentos dos participantes que eles consideravam relevantes, não eu. Nesse sentido, essas foram as razões pelas quais escolhi o emprego da referida técnica.

A escolha da “primeira informante chave” (Yin, 2005), ou minha “semente” (Vinuto, 2014), recaiu sobre uma das apoiadoras históricas do Fórum e se deu pelo fato de que ela tinha muitos registros e já havia externalizado, em outros momentos, que precisava de ajuda para organizar a história do Fórum, para que não fosse perdida. No final da entrevista, pedi que me sugerisse um reciclador e um apoiador para eu entrevistar, e assim fiz com todos até que estes começaram a se repetir, momento em que entendi que já tinha as informações necessárias para a pesquisa.

Portanto, este capítulo tem por finalidade detalhar o percurso metodológico utilizado neste estudo. Na primeira seção, será apresentada a fase exploratória; na segunda, a realização do campo e os questionamentos éticos e; na terceira, a forma de sistematização e de análise dos dados adotados nesta pesquisa.

### **3.1 A pesquisa exploratória**

Para a realização da fase exploratória da pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos: revisão da literatura, pesquisa documental e bibliográfica, além de participação nas reuniões mensais do FRVS.

Como resultado da revisão da literatura, que ocorreu durante todo o percurso da pesquisa, a teoria escolhida para a **análise do conceito de classe social e consciência de classe** foi a marxista, principalmente a partir de Wright (2015<sup>a</sup>, 2015b) e Lukács (1967 e 2003); pois, por meio da experiência prévia no campo (de 2012 a 2015), havia ficado evidentes as relações de conflito, exploração e luta de classes - que se constituem como temas centrais na perspectiva marxista -, as quais eram pautas frequentes nos encontros mensais do Fórum.

A **pesquisa documental e bibliográfica** referente aos catadores foi realizada a partir de dados do IPEA, do IBGE, do MNCR, do SIES, do relatório final do projeto “Caminho das Águas” (2012), do relatório do “Programa de Desenvolvimento Regional Alternativo Vale dos Sinos” (2001), de teses e dissertações acerca do tema, entre outros, com a finalidade de traçar o perfil dos trabalhadores da reciclagem do Brasil e do Vale dos Sinos.

A fase exploratória também se consolidou a partir da realização de **pesquisa participante**. De 2012 ao momento atual, participei das reuniões mensais do FRVS, experiência que resultou não só na elaboração de registros sistemáticos das reuniões, registros fotográficos e vídeos, como também na realização de entrevistas informais com participantes e acesso a documentos históricos desde 2002, fornecidos principalmente pela informante “semente”.

A investigação desta pesquisa será **qualitativa**, a partir da abordagem **descritiva e explicativa** de um **estudo de caso**. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), será descritiva porque pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade a partir de uma série de informações; e explicativa, porque se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Constitui-se num estudo de caso pelo fato de ter como foco uma entidade definida, por meio da qual se visa conhecer o “porquê” e o “como” de determinadas situações.

Realizou-se no capítulo 2 desta dissertação um resgate do conceito de classe social, consciência de classe e protagonismo político. Busca-se, nos capítulos 4 e 5, a partir da pesquisa de campo, aprofundar, refinar, confirmar e inclusive refutar aquelas evidências **relacionadas ao fato de que a articulação política dos recicladores em torno do FRVS influencia no processo de formação de consciência e da ação de classe**. Com base nessa estrutura de dissertação, optou-se pelo estudo de caso único, pois se entende que ele se constitui em uma estratégia de inserção empírica para tratar um problema teórico. O FRVS trata-se de um caso, um exemplo apropriado para explorar empiricamente a questão teórica.

Para isso, conforme apresentado no capítulo anterior, o referencial teórico escolhido foi fundamental tanto para a escolha das categorias de análise que serão apresentadas nas próximas

seções, como para subsidiar a elaboração dos instrumentos de pesquisa utilizados, um roteiro de entrevista semiestruturado para os recicladores e outros para os apoiadores (Apêndice A).

Na pesquisa de campo, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), além da continuidade do uso de dados bibliográficos e documentais, acrescenta-se a participação ativa da autora na pesquisa, que pode ser de diversas formas. Nesta, as informações foram coletadas por meio de **pesquisa participante e entrevistas semiestruturadas**.

Considera-se que a **pesquisa participante** constitui-se pelo envolvimento e identificação entre o pesquisador e o grupo investigado e, nesse sentido, destaca-se que a pesquisadora não está apenas observando as ações do grupo, mas interage e contribui nos encontros. Assim, busca-se realizar uma pesquisa **com** o FRVS - e não apenas **sobre** o FRVS -, o que torna fundamental maior tempo de convívio no campo. De acordo com Gerhardt (2009), se referindo à pesquisa participante:

É a inserção prolongada do pesquisador em um meio de vida, do trabalho. Defrontamo-nos em carne e osso com a realidade que queremos estudar. Devemos observar mais de perto os que a vivem e interagir com eles. Nessa expressão temos observação e participação (Gerhardt, 2009, p. 101).

Por certo, esse tipo de aproximação exige maior tempo de campo. Assim, a coleta de informações propriamente dita, que havia sido iniciada em 2011, mas, somente nos anos de 2016 e 2017 passou a constituir o foco da investigação proposta, conforme detalhes que serão trazidos na próxima seção. Como parte da pesquisa exploratória, em 2016, foi realizada a primeira entrevista - que teve a duração de 3h - com a informante “semente”. Nesse encontro, tive acesso aos documentos que ela poderia me fornecer, o que foi fundamental para a materialização da proposta de pesquisa. Extratos mais relevantes para esta pesquisa serão apresentados nos próximos capítulos. Segue a relação de documentos do Fórum e sobre o FRVS que foram utilizados (Apêndice B).

### 3.2 A práxis da pesquisa

Apesar do acúmulo de documentos e participações no FRVS desde 2011, o campo, com base no referencial teórico escolhido, assim como por meio de um olhar atento de pesquisadora, se deu em 2016 e 2017. No primeiro ano, os registros foram feitos por escrito ou sistematizados durante ou logo após as atividades. Foram realizadas muitas conversas (pessoalmente e por

*WhatsApp*<sup>74</sup>), fotografias, filmagens e tentativas de materializar um estudo que tivesse algum sentido não só para mim, mas também para os recicladores que haviam participado.

A mudança de postura como técnica e militante para a de pesquisadora foi um processo que precisou de tempo para acontecer e causou estranhamento por parte dos recicladores, principalmente pelo fato de eu passar a não me posicionar em alguns debates (como eu costumava fazer). Além disso, nunca deixei de ser incluída ou chamada para as conversas, tanto em reuniões das quais eu participava como observadora, quanto nas entrevistas, pois, como havia acompanhado grande parte da história deles, era inevitável que, em alguns momentos, surgissem falas como: “lembra aquele dia que a gente fez tal atividade?” ou “aquele dia em que aconteceu tal situação?”. Essas frases não precisavam ser enunciadas de forma completa, pois eles sabiam que eu os estava entendendo.

O acesso a documentos e registros, desde 2002, foi possível pela aproximação com os apoiadores, que faziam os registros, as sistematizações e organizavam o histórico das atividades<sup>75</sup>. As fontes de evidência escolhidas para este estudo de caso constituíram-se nas **entrevistas semiestruturadas, pesquisa participante, revisão de documentos**. Entre os documentos, foram encontrados convites e registros de reuniões, listas de presença, materiais de divulgação de atividades - como seminários e eventos em outros espaços -, cartas de manifestações, tabelas de preço de materiais, fotos e vídeos.

A primeira entrevista com a minha “semente” ocorreu em 2016, durante uma tarde de conversas sobre o Fórum; abrimos diversos CDs e pen drives, nos quais memórias significativas apareceram. Senti-me feliz nesse dia por estar contribuindo para a sistematização dessa história. A maior parte da documentação utilizada neste estudo surgiu nessa tarde e, com ela, a certeza de que era viável o propósito da pesquisa.

No final, pedi para a minha “semente” que sugerisse um reciclador e um apoiador para eu entrevistar, e assim fiz com todos até que começaram a se repetir e entendi que já tinha os informantes necessárias para a pesquisa. Utilizando a técnica bola de neve, entrevistei 15 pessoas, 10 recicladores e cinco apoiadores<sup>76</sup>. Dentre as 10 entrevistas realizadas com os recicladores, três envolveram supostos recicladores não incentivadores do Fórum<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> Fui inserida no grupo do WhatsApp do Fórum em 2016, quando foi criado.

<sup>75</sup> O único documento que os recicladores se responsabilizam por organizar são as listas de presença, mesmo assim, parte das listas não possuíam data.

<sup>76</sup> Três dos apoiadores haviam sido meus colegas de trabalho no Projeto “Caminho das Águas”. Trata-se de pessoas que participam do Fórum desde seu início, em 2002, e dois deles foram catadores por mais de 10 anos durante seu percurso profissional.

<sup>77</sup> Com intuito de compreender outras visões dos recicladores, optou-se por entrevistar também alguns que não participavam do FRVS e que fossem conhecidos como não incentivadores da iniciativa.

As entrevistas tiveram duração média de 1h30min cada. Foram realizadas nos locais combinados diretamente com cada entrevistado. Com os recicladores, oito entrevistas ocorreram nas cooperativas, uma em restaurante e uma na casa da entrevistada; com os apoiadores, as cinco que foram realizadas tiveram como cenário restaurantes, cafés ou espaços institucionais de trabalho.

O fato de oito das 10 entrevistas com os recicladores terem sido realizadas nas cooperativas contou com os desafios de ruídos, certa pressão não dita, mas expressada, para voltar ao trabalho, por parte de alguns; por parte de outros, entretanto, pôde-se perceber um interesse reforçado no sentido de contribuir. A sensação de os estar atrapalhando influenciou, em alguns momentos, para os meus “atropelos iniciais de escuta”, pois um dos meus propósitos era o de impactar o mínimo possível na rotina de trabalho dos entrevistados.

Duas pessoas que não haviam sido indicadas durante a aplicação da técnica de bola de neve pediram-me para ser entrevistadas, o que fiz de forma mais sintética, com o propósito de valorizar o interesse. O fato se apresentou como interessante, porque, após a análise das entrevistas, de fato, quem havia sido indicado eram as pessoas que tinham mais acúmulo da história e foco no que havia sido estabelecido como ênfase da pesquisa, o que me fez gostar ainda mais da referida técnica.

Além da análise de documentos e a realização das entrevistas, atuei como **pesquisadora participante** das reuniões mensais do Fórum, de janeiro a agosto de 2017. Tais reuniões foram gravadas e, posteriormente, foi possível retomar o conteúdo dessas discussões por meio da escuta dessas gravações. Além disso, participei de algumas atividades, como a elaboração do documento escrito com as entidades de apoio contra a incineração<sup>78</sup>, a realização de 3 manifestações (que surgiram a partir desse documento) e também do Seminário que o FRVS realizou em 2016, em Novo Hamburgo, no qual se destacou o protagonismo das mulheres.

Após a conclusão da coleta dos dados, em agosto de 2017, tive uma sensação de “afogamento”, pois não tinha clareza de como iniciar a organização desse material para posterior análise. Essa fase, embora breve, suscitou diversos diálogos com amigas pesquisadoras experientes e com o meu orientador. Considero que esses contatos tenham representado para mim um ponto forte de crescimento pessoal enquanto pesquisadora, pois o campo nunca tinha sido alvo de minhas preocupações, o que veio a provar o meu estranhamento sobre o conhecido (Velho, 1978). Quando iniciei a fase de seleção dos trechos das entrevistas, passaram a surgir mais dúvidas, que me levaram a escrever a seção seguinte.

---

<sup>78</sup> A incineração constitui-se na prática de queima do lixo em forno ou usina. Prática bastante usual na Europa que provoca polêmica no Brasil principalmente pelo fato de excluir os catadores do processo e utilizar resíduos sólidos para a combustão.

### 3.3 Desigualdade política entre quem escreve e sobre quem se escreve

Após a realização e a sistematização do campo de estudos, quando passei para a etapa de seleção dos trechos das entrevistas, inúmeros questionamentos me acompanharam. Por mais que tivesse clara minha problemática, técnicas de coleta e possíveis categorias de análise, fundamentadas pelo referencial teórico, a escolha pelos trechos a serem trazidos - assim como o referencial teórico escolhido e o que iria ser incluído nessa análise - estava carregada de intenções e desejos da pesquisadora. Nesse sentido, apresenta-se meu desconforto quanto à ideia de neutralidade da ciência, pois, em última análise, as escolhas são do pesquisador, sendo, portanto, inevitável a assimetria política entre quem escreve e sobre aquele de quem se escreve, como bem explica Fonseca (2008).

Nesse sentido, fui em busca de pessoas experientes sobre o assunto. As reflexões de Fonseca (2008) e as teses e dissertações de Bonetti (2000), Cruz (2012) e Rau (2016) contribuíram no desenrolar dos dilemas que surgiram como os que diziam respeito à manutenção (ou não) do anonimato dos entrevistados; à forma como recortar as falas sem descaracterizar a intenção do entrevistado, à dúvida quanto ao objetivo do estudo no sentido de explorar o não dito (a essência além da aparência) - desafio que o termo de consentimento não resolve, pois os entrevistados não podem prever as consequências do seu consentimento! Entre outros questionamentos, apresentaram-se os seguintes: como devolver a pesquisa para os recicladores do Fórum com nomes trocados ou fictícios? Como não identificar a pessoa, no momento em que conto a história do grupo, em cujo processo de formação ela teve um papel de destaque?

Para Fonseca, os questionamentos sobre a ética no campo surgem com a maturidade do pesquisador, e a “nossa maneira de nomear os nativos define, entre suas múltiplas variantes, qual etnografia estamos propondo” (Fonseca, 2008, p. 40). Embora o presente estudo não seja uma etnografia, a forma de identificar os entrevistados trouxe dúvidas, por não se considerar que se trata de um mero detalhe técnico, pois “mascarar nomes de pessoas ou de determinada comunidade pode trazer a mesma impressão que trazem os rostos borrados ou as tarjas pretas cobrindo os olhos que vemos em filmes e fotos de jovens infratores” (Fonseca, 2008, p. 41). Confesso que julgava adequada a escolha que havia feito pelo anonimato, até me deparar com uma entrevista que me fez rever esse procedimento. Tratava-se de um depoimento de uma mulher que merecia ter um rosto, pois relatava de forma interessante o quanto a sua participação no Fórum havia contribuído, inclusive para a sua atuação enquanto mulher na sociedade. A partir desse momento, passei a questionar a não identificação do entrevistado.

Obviamente a opção ou não pelo anonimato passa também pelo tipo e propósito da pesquisa que se está realizando. O foco desta dissertação não se centra no indivíduo, mas na

significação do espaço coletivo a partir das perspectivas dos participantes; para isso, não será o caso de trazer questões pessoais que adentrem a intimidade de qualquer um deles, restringindo-as ao coletivo, **ao papel do Fórum para o fortalecimento da consciência de classe**. Para isso, será realizada uma descrição que permita o registro desse grupo a partir dos desafios econômicos e políticos que os conectam ao cenário nacional, regional e local.

Procurando achar um meio termo e também ciente de que “os nomes fictícios não garantem o anonimato dos informantes” (Fonseca, 2008, p. 45), uma vez que são trazidos detalhes contextuais fáceis de identificar para as pessoas próximas, decidi que procederia de duas formas. No capítulo 4, nas partes que se referem à história do Fórum contada a partir da conjuntura nacional, regional e local, foram trazidos os nomes verdadeiros das pessoas citadas, até por reconhecimento de seus protagonismos para que o FRVS se constituísse e porque estas já compõem a história desse espaço, mesmo que em documentos dispersos, nos demais depoimentos será mantido o anonimato. Já no capítulo 5, em que se registram reflexões acerca das dinâmicas do Fórum, a opção foi manter o anonimato, apenas fornecendo breve perfil dos entrevistados<sup>79</sup>.

A posterior organização desse material, a seleção de determinadas passagens depois de muitas horas investidas nos registros, sistematizações, gravações, escutas, transcrições e releituras de extensos relatos, buscando responder à minha problemática de pesquisa sem provocar situações constrangedoras, foram momentos importantes e trabalhosos tanto para o desenvolvimento da pesquisa, quanto para meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Por maior que fosse a minha vontade fazer **com** os recicladores a história deles, fui obrigada a admitir que, pelo fato de que as escolhas pelo que iria aparecer neste estudo seriam feitas por mim, evidenciava-se a existência de uma desigualdade política e técnica quanto a esse processo. Ciente de tudo isso, “obviamente a responsabilidade pelo que foi observado, pelas interpretações e pela escrita é absolutamente minha” (Bonetti, 2000, p. 32). Portanto, a abordagem que será trazida nos dois próximos capítulos tem o recorte que escolhi, sujeito a erros e à parcialidade.

### 3.4 A sistematização dos dados e suas sutilezas

Becker<sup>80</sup> descreve em seu livro “Segredos e truques da pesquisa”, de 2007, como passou a se interessar por essas questões relacionadas a “coincidências”. Relata aspectos pessoais sobre a questão, mas destaca que o grande momento a partir do qual passou a incorporar em seus

---

<sup>79</sup> Por mais que se pretenda manter o anonimato dos entrevistados, reconheço que os participantes mais atuantes do Fórum não terão dificuldade de identificar as pessoas entrevistadas.

<sup>80</sup> Howard S. Becker é um sociólogo estadunidense.



estudos esse fenômeno foi quando chegou ao Brasil, na década de 1990, a convite de Gilberto Velho - antropólogo brasileiro citado na seção anterior. Para Becker (2007), a noção de “coincidência” pode significar um tipo de representação útil - talvez bastante realista - de “coisas que não são exatamente aleatórias, mas tampouco são completamente determinadas” (Becker, 2007, p. 50).

Becker veio ao Brasil em 1990 lecionar uma disciplina no curso de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional e, nesse período, passou a utilizar a sala de Gilberto Velho. Entre as muitas possibilidades de leituras e aperfeiçoamento de seu português, deparou-se com um artigo de Mariza Peirano, no qual ela havia entrevistado renomados cientistas sociais brasileiros, entre eles, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira: o fato curioso era que todos eles utilizaram a expressão “foi por acaso” para explicar o rumo de suas carreiras.

Podem parecer estranha a constatação de que uma pesquisadora que se propõe a realizar seu trabalho numa perspectiva materialista histórica possa interessar-se por essas questões. Contudo, considero que este estudo está permeado por várias coincidências ou circunstâncias que podem, muitas vezes, passar despercebidas, mas que, para quem está atenta aos fatos, num processo de investigação como este, se mostram interessantes. É nesse contexto que trago à dissertação algumas sutilezas.

Para a transcrição das entrevistas, foram utilizados dois *softwares* gratuitos disponíveis na internet, o *Speech Logger*, que faz o reconhecimento automático de voz e tradução instantânea,<sup>81</sup> e *O transcribe*<sup>82</sup>, que facilita o processo de escuta dos áudios para a transcrição, ao disponibilizar botões específicos para a realização desse procedimento no teclado do computador. O primeiro transcreve o áudio direto do gravador com suas limitações de entendimento, mas faz em torno de 50% do trabalho, o que é muito bom, pois quem já fez transcrição sabe o quão ela é trabalhosa. No entanto, em busca de melhorar ainda mais o resultado da transcrição, a opção foi ouvir a gravação com fones de ouvido e, simultaneamente, ir fazendo a narração a ser transcrita pelo programa. Dessa forma, ainda que esse processo tenha se tornado um pouco mais demorado, apresentou uma eficiência maior, uma vez que houve diminuição considerável de erros de transcrição.

Apesar de o processo de transcrição exigir tempo e paciência, possibilita escuta mais apurada quanto a trechos das entrevistas que tenham passado despercebidos durante a sua realização. Isso ocorre devido a diversas preocupações presentes durante a entrevista, como as ligadas à manutenção do foco no roteiro da entrevista - e do entrevistado dentro do foco - e ao

<sup>81</sup> Para saber mais acesse: <https://speechlogger.appspot.com/pt/>

<sup>82</sup> Para saber mais acesse: <http://otranscribe.com/>

funcionamento do gravador, entre outros fatores externos (ambiente e tempo); além da importância que deve ser dada à observação de gestos, expressões e olhares do entrevistado. Por tudo isso, a gravação ajuda a evitar perda de informações e, quando a transcrição é feita pelo pesquisador, como foi o caso dessas entrevistas, cada nova escuta possibilita voltar à pesquisa e reviver seus momentos, sensações muito vivas e reais, que se aprimoram a cada volta ao áudio e a cada releitura.

Esse aspecto demonstrou-se importante neste estudo, pois o fato de ter conseguido fazer a transcrição de cada entrevista logo após sua realização<sup>83</sup> possibilitou o reconhecimento de falhas cometidas nas primeiras entrevistas, relacionadas, entre outros aspectos, ao atropelo que incidia na fala do entrevistado, quando este demorava para responder, situação que ao ser percebida durante as primeiras transcrições, resultou em ajustes de condução nas entrevistas seguintes.

Nesse processo de transcrição com a utilização do *software Speech Logger*, as palavras *catador*, *triar* e *catar* - muito recorrentes em todas as 15 entrevistas realizadas por serem comuns ao campo investigado - eram traduzidas pelo programa da seguinte forma: “catador” por “caçador”, “triar” por “criar” e “catar” por “cantar”. Trata-se de diferenças sutis na escrita, mas profundas em seus sentidos.

É evidente que, simplesmente, o *software* não possuía em sua memória essas palavras citadas nas entrevistas, o que ocasionou bastante trabalho. Contudo, de acordo com o sentido da reflexão teórica proposta, infere-se que *caçador*, *cantar* e *criar* são palavras que pertencem a uma outra configuração social (outra classe, por que não?). Essas perspectivas apontam para a existência de uma divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que se expressa na não compreensão e entendimento do sentido do trabalho mais bruto e braçal da classe trabalhadora de catadores, que é o catar e o triar.

Essas provocações, originalmente surgidas como “coincidência” no uso do *software* contribuíram para a consolidação de um olhar ainda mais atento e cuidadoso sobre os dados que seriam analisados nos capítulos seguintes. Algumas dúvidas e curiosidades sobre as sutilezas do universo da pesquisa ainda permaneciam, como aquela em que nos questionamos quanto ao nosso preparo para percebê-las ou quanto à hipótese de estas dizerem alguma coisa ou representarem apenas coincidências.

Além das entrevistas, os documentos, registros de reuniões (escritos e gravados), fotos e vídeos foram organizados cronologicamente e fundamentaram a construção do capítulo seguinte, que busca sistematizar o resgate histórico do FRVS.

---

<sup>83</sup> Essa é umas das importantes combinações que fiz com meu orientador.

Os registros das oito reuniões, de janeiro a agosto de 2017, foram gravados e escutados; além disso, foram realizadas anotações acerca dos debates travados pelos recicladores, das intervenções e proposições dos apoiadores, e dos encadeamentos de um encontro para o outro.

O FRVS realizou em torno de sete seminários desde seu surgimento. Participei de 3 deles, realizados em 2014, 2015 e 2016. Nos dois primeiros, participei como ouvinte e técnica, tendo ajudado também na organização das atividades e, no último, como ouvinte pesquisadora. Foi realizado um resgate das falas do Seminário de 2016, que foi gravado e reescutado.

Os documentos analisados foram cedidos principalmente pelos apoiadores do Fórum. Neles, buscou-se identificar os conteúdos abordados, as formas de intervenções e o papel dos apoiadores. Nos registros de reuniões, constam nomes de cooperativas e associações participantes. Com isso, foi possível identificar quem permanece atuante até hoje. No registro do primeiro encontro dos catadores, em 2003, encontra-se uma tabela de preços de materiais da época, que, no capítulo 5, será comparada com outra, com preços atuais.

As 15 entrevistas foram gravadas e transcritas; após a transcrição foi realizada uma segunda escuta com a finalidade de descartar possíveis erros. Para o tratamento de resultados, foram numeradas as linhas do documento e extraídas deles as partes consideradas interessantes para a pesquisa a partir da definição de conceitos centrais, extração que se constitui no que se denominou de síntese da entrevista. Da síntese, foram extraídas subcategorias que seriam utilizadas, assim como foi elaborado um resumo das entrevistas, de no máximo dois parágrafos. Tal processo facilitou o manuseio das entrevistas com qualidade para a etapa de análise, pois seria impossível trabalhar com as transcrições de forma integral, uma vez que cada uma delas resultou em cerca de 35 páginas.

O fato de as transcrições terem sido realizadas logo após cada entrevista possibilitou a identificação da reação do entrevistado em decorrência da abordagem de algumas questões. Podem ser identificados os temas que tenham causado maior ou menor interesse no decorrer da entrevista; além disso, foi possível perceber outros assuntos que, às vezes, não tenham sido compreendidos ao se formular a pergunta, e que, a priori, eram minhas questões. Um exemplo refere-se aos termos “catador” e “reciclador”: eu imaginava haver razões mais profundas na escolha do termo, inclusive achava que os recicladores não gostariam de ser chamados de catadores, perspectiva que foi refutada em todas as entrevistas e será melhor detalhado no capítulo 4.

Quando percebia que a pessoa perdia atenção na entrevista, usava a estratégia de dizer: “então, para fechar a conversa”, e, às vezes, fechava mesmo, continuando em outro dia o assunto e até mesmo esclarecendo alguns pontos por telefone ou mensagens pelo *WhatsApp*. Não raro,

um entrevistado me mandava um áudio após a entrevista complementando alguma fala dele ou reorganizando a resposta que havia me dado, material que foi incluído como complemento na transcrição.

Sobre o tempo das entrevistas, é importante considerar que é um processo cansativo e que se trata de uma dinâmica a que grande parte dos recicladores entrevistados não está acostumada. Em todas, criei uma estrutura menos rígida, procurando proporcionar momentos descontraídos (tomando um cafezinho, chimarrão ou mesmo almoçando), pois acredito que as pessoas ficam mais felizes quando compartilham uma bebida ou um alimento. Tal aspecto é de grande relevância nas reuniões mensais do FRVS, em que sempre são oferecidas bebidas e comidas levadas pelos participantes, que se organizam para fazê-las circular durante a reunião, uma vez que não há momento estabelecido para o lanche. Portanto, observar o que não é dito ou não está latente exige prática, sensibilidade, tempo e disposição, constitui-se numa tarefa paciente de “desocultação”, como bem lembra Bardin (2011).

### 3.5 Técnicas de análise

A técnica escolhida para a análise dos dados coletados neste estudo foi a **análise de conteúdo**, a partir de Bardin (2011), para quem “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás da palavra sobre a qual se debruça. A linguística é um estilo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *por meio* das mensagens” (Bardin, 2011, p. 50). Para a referida autora, essa análise é composta por variáveis de ordem sociológica, psicológica, histórica e faz uso de mecanismos de dedução por meio de indicadores que são reconstituídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

Trata-se de uma análise similar à realizada sob a luz da linguística descritiva, que, porém, “reivindica com minúcia, refreada por debates teóricos ou metodológicos, os quais não deixam de proceder a práticas experimentais, que, pela sua importância epistemológica e pelo seu interesse na *organização dos enunciados* de um discurso, só podem ser proveitosas para a análise de conteúdo” (Bardin, 2011, p. 276).

A partir da perspectiva de que, para entender as peculiaridades do FRVS, era necessária a compreensão histórica tanto da região como também de questões nacionais ocorridas desde sua criação em 2002, será utilizada também a **análise de séries temporais** (Yin, 2005). Tendo em vista que a suposição básica que norteia a análise de séries temporais é a de que haja um sistema causal mais ou menos constante, relacionado com o tempo, que exerceu influência sobre os dados no passado e pode continuar a fazê-lo no futuro (Yin, 2005).

Essa possibilidade de análise vai ao encontro do propósito deste estudo, que identificou padrões que se referem a questões econômicas, políticas, mudanças havidas no mundo do trabalho e processos coletivos como tentativa de sobrevivência dos trabalhadores. Procura-se, assim, detectar, nesse contexto, as perspectivas do despertar da consciência de classe a partir da participação política.

### 3.5.1 Categorias e subcategorias que compõem a análise

À luz da teoria marxista, será constituída uma análise em busca da compreensão da influência do FRVS para o fortalecimento da consciência de classe dos recicladores envolvidos. A partir da conexão entre a teoria e a realização do campo de estudos, foram definidas duas categorias que possibilitam a compreensão do processo de consolidação da denominada **consciência de classe** dos participantes: as **relações de classe** e a **visão de mundo**. Para cada uma das categorias, foram alocadas subcategorias retiradas dos dados primários, principalmente das entrevistas. Seguindo tal organização, o quadro abaixo sintetiza a organização, que será explicada ao longo da seção:

Quadro 3 - Síntese das categorias e subcategorias.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE	
RELAÇÕES DE CLASSE	VISÕES DE MUNDO
<p>Exploração</p> <p>Contradições</p> <p>Classes</p> <p>Reprodução e superação das desigualdades</p> <p>Cadeia produtiva</p> <p>Superação do trabalho individual</p>	<p>Exploração</p> <p>Ideia de Grupo</p> <p>Prática</p> <p>Revoltas</p> <p>Processos/mudanças</p> <p>Motivo de ingresso e permanência na luta</p> <p>Papel das formações</p> <p>Garantia de adesão ao Fórum</p> <p>Possibilidade de vivenciar o poder como verbo</p> <p>Papel exercido pelas lideranças</p>

Fonte: Elaborado pela a autora (2018).

Esse quadro foi elaborado a partir do conhecimento teórico, de observações no campo - compreensão sobre a importância do impacto causado no momento em que os recicladores passaram a se organizar como atores coletivos e políticos - e também a partir das expressões surgidas nas entrevistas (subcategorias).

O objetivo deste estudo não é o de medir níveis de consciência, mas de compreender a forma como os recicladores que participam da articulação política que se constitui no FRVS constroem sua compreensão crítica de mundo. Para isso, busca-se investigar em que medida esse espaço contribui e como os recicladores percebem as diferenças entre a sua participação na cooperativa (organização de primeiro grau) e a sua participação do Fórum (organização de segundo grau), uma vez que, em ambas, subentende-se haver a ocorrência de relações sociais diferenciadas no âmbito de uma empresa convencional.

Reconhece-se o papel fundamental que o conceito de lutas de classe exerce na teoria marxista. No entanto, tendo em vista que se refere, principalmente, a um debate binário como luta entre burguesia e proletariado, no modo de produção capitalista, optou-se por utilizar o conceito de relações sociais a partir de Wright (2015b). Nessa perspectiva, compreende-se que nas questões relacionadas aos catadores organizados em cooperativas, que não possuem patrão, os aspectos de exploração identificados se referem às suas relações com o estado e com os compradores, o que torna mais complexo o contexto estudado. Portanto, uma das categorias adotadas neste estudo para a compreensão da consciência de classe será denominada de **relações de classe**.

Partindo-se do pressuposto de que as classes sociais expressam a forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista, entende-se que é fundamental reconhecer o antagonismo dos interesses materiais que estão ligados às **relações de classe** em virtude da apropriação do esforço do trabalho, apropriação que pode ser chamada de exploração. Nas entrevistas, as palavras ou expressões que foram identificadas com o sentido de relações de classe (subcategorias) foram: **Exploração, Contradições, Classes, Reprodução e superação das desigualdades, Cadeia produtiva, Superação do trabalho individual**.

Entre essas palavras, a exploração define um padrão de interações permanente e estruturado por um conjunto de relações sociais. Para Wright (2015b), a exploração é uma das condições necessárias para a apropriação do excedente em uma sociedade capitalista e se constitui num conceito central para entender a natureza dos interesses gerados pelas **relações de classe**.

Compreende-se, a partir de Wright (2015b), que nos contextos em que os direitos e poderes das pessoas em relação aos recursos produtivos são distribuídos de forma desigual, algumas pessoas possuem mais direitos e poderes que outras sobre determinados recursos

produtivos e apropriação do resultado do uso desses recursos, o que se constitui nas relações desiguais de classe.

A outra categoria que compõe a **consciência de classe** é a **visão de mundo**. Para Marx (2003), o homem distingue-se de outras espécies em virtude de possuir consciência sobre a própria atividade. É a essa consciência que ele se refere quando cita a comparação entre o arquiteto que cria um edifício e a abelha que constrói a colmeia. A condição de possibilidade de existência dessa consciência não se estabelece senão a partir da ação, e só há ação porque há condições de existência. Nesse sentido, destaca-se a importância das questões materiais de reprodução da vida na teoria marxista.

A **visão de mundo** está associada a uma classe e não é fruto somente do empírico, mas se constitui a partir de concepções de trabalho (Lukács, 1967 e 2003). A trajetória familiar, de vida e de trabalho dos recicladores, apreendida nas entrevistas, aponta como foram se consolidando suas visões de mundo.

Nas entrevistas, os principais depoimentos referentes a **visão de mundo** (subcategorias) estão fortemente relacionados com suas condições de vida a partir da restrição econômica e percepção de exploração no mundo do trabalho e podem ser vinculados aos termos: **exploração, ideia de grupo, prática, revoltas, processos/mudanças, motivo de ingresso e permanência na luta, papel das formações, garantia de adesão ao Fórum, possibilidade de vivenciar o poder como verbo e papel exercido pelas lideranças**.

Assim, parte-se do pressuposto de que a organização coletiva dos recicladores seja um fato determinante no que diz respeito ao aumento das chances de melhoria das condições materiais dos envolvidos, o que pode representar o surgimento das condições necessárias para envolvimento maior em prol de outras pautas, como a política. Dessa forma, após a garantia quanto ao suprimento de suas necessidades básicas de existência, abre-se, para esses recicladores, a possibilidade de entendimento de que a práxis (a prática refletida) exerce papel fundamental na concepção e função do FRVS, o que efetivamente será abordado nos capítulos seguintes desta dissertação.

Os atores envolvidos nessa relação são os recicladores (catadores), os compradores (e grandes empresas que processam os materiais reciclados) e o estado (que prioriza o contrato de grandes empresas). Ainda que os recicladores executem o trabalho mais penoso da cadeia produtiva da reciclagem - pois, conforme o CEMPRE (2016), são os responsáveis por 90% de todo material reciclado no País - são os que menos ganham, portanto, os mais explorados.

Todos os recicladores entrevistados tiveram experiência profissional na indústria calçadista, espaço onde as contradições se acirraram: por um lado, estes mencionavam que aquele

era o seu “ganha pão”; por outro, percebiam que, por mais que trabalhassem, sua baixa remuneração não possibilitava, por exemplo, comprar os melhores sapatos que confeccionavam<sup>84</sup>.

Os depoimentos apontavam desde o descontentamento diante das restrições impostas quanto ao uso do banheiro, até a insegurança quanto à manutenção de seu emprego: alguns revelaram que chegaram a torcer para que os colegas ficassem doentes – o que provocaria a demissão destes em seu lugar. Tais questões apontadas como situações de revolta na vida, motivaram o ingresso deles em coletivos como sindicatos, partidos, movimentos comunitários ou cooperativas de trabalho; lugares em que seus desconfortos pudessem ser socializados e enfrentados a partir do grupo.

Nesse sentido, a **visão de mundo** é um conjunto de ideias e aspirações de um grupo que pode ser entendido como uma classe social, que compõe a sua consciência coletiva de classe e se opõe a outros grupos (Minayo, 1995). A **visão de mundo** é um dos aspectos da constituição da consciência individual, que, para Lukács (1967), se dá a partir da consciência coletiva (de classe). Esse processo ocorre a partir da integração desse pensamento individual ao conjunto da vida social. Em outras palavras, a **visão de mundo** é o conjunto de ideias de uma classe social, que forma sua consciência coletiva e se opõe a outras (Lukács, 1967 e 2003).

É importante considerar que “a consciência de classe não pode ser compreendida sem apreendermos como as classes estão se manifestando concretamente, pois nenhuma classe é portadora metafísica de uma missão histórica” (Iasi, 2012, p. 26). Nesse sentido, nesta pesquisa, a **consciência de classe** não será medida e nem se considerará a existência de um patamar revolucionário no campo investigado, mas esta será aferida a partir da **visão de mundo** que os recicladores consolidam, também, dentro do Fórum e também dos aspectos das **relações de classe**, identificados nos conflitos relacionados à cadeia produtiva da reciclagem. Assim, ao realizar a escolha da categoria **consciência de classe**, buscou-se maior compreensão acerca dos processos que ocorrem dentro do Fórum, pois, **visão de mundo** e **relações de classes** são componentes da consciência e de ações específicas, avançadas.

A condição em que os recicladores se encontravam na década de 1990, a partir da crise da indústria calçadista<sup>85</sup>, impulsionou a “fusão do grupo”, que é um dos conceitos de Sartre (1963, vol. I). Segundo o autor, o processo de consciência é constituído por avanços e retrocessos, saindo de uma perspectiva maniqueísta já ultrapassada e de difícil apreensão. Sartre propõe o processo do círculo, o que Iasi (2012) atualiza ao propor o da espiral, corroborando a ideia de que, embora os processos de tomada de consciência sejam inconstantes – e mudem sempre - o pressuposto quanto à existência do grupo, quanto a sua totalidade, é mantida.

---

<sup>84</sup> Conseguiram adquirir apenas os sapatos modestos. Maiores detalhes serão abordados no próximo capítulo

<sup>85</sup> Contexto que será detalhado no capítulo 4.



A **consciência de classe** só se realiza sob a forma de mediações práticas, de mediações contingentes; por isso, como já procuramos argumentar, partiu-se de um estudo sob a perspectiva de duas categorias conceituais concretas (**relações de classes** e **visão de mundo**), que se expressam a partir de inúmeras subcategorias apreendidas no campo.

Buscou-se, a partir do campo de estudo, analisar as práticas que se constituem no Fórum para o desenvolvimento, ou não, da **consciência de classe**. De acordo com Iasi (2012), no interior desse processo, tornar-se consciente equivale a assumir papel militante em algum ponto do movimento. Portanto, não necessariamente espera-se uma revolução, pois parte-se do pressuposto de que a consciência é movimento (Sartre 1963, vol. I; Iasi, 2012). Na descrição do processo de consciência, ao mesmo tempo em que a segunda fase, consciência em si, pode acabar em revolta mesmo, não se busca compreender se um viés dessa articulação política possa ser revolucionário ou reformista (Luxemburgo, 2015), buscando, ao contrário disso, compreender como se dá o processo.

Por tudo isso, entendemos que o marxismo é uma das formas de enxergar a realidade, que busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Nesse sentido, para Marx (2007), o materialismo histórico não se constitui em um conjunto de regras formais que se aplicam - é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador.

Nos capítulos seguintes, serão confrontados os dados empíricos com os teóricos, a partir das categorias e subcategorias apresentadas. No capítulo 4, será apresentada a análise temporal que contribui para o entendimento das **relações de classe**. O capítulo 5, abordará as questões relacionadas à **visão de mundo**.



## CAPÍTULO 4 - A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA CLASSE DOS RECICLADORES

A partir da conexão entre a teoria e a realização do campo de estudos, foram definidas duas categorias que possibilitam a compreensão do processo de consolidação da denominada consciência de classe dos participantes do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), que são: a constituição das **relações de classes** e da **visão de mundo**. Portanto, para cada uma das categorias foram alocadas algumas subcategorias retiradas das entrevistas realizadas; as subcategorias que se referem às **relações de classe** serão trazidas e analisadas neste capítulo, já as relacionadas à **visão de mundo**, serão abordadas no capítulo seguinte.

Neste capítulo, portanto, em que serão analisadas as **relações de classes** a partir de diferentes perspectivas, busca-se compreender as peculiaridades encontradas na articulação do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS) a partir de “como” e “por que” essa articulação política pode contribuir para o despertar da consciência de classe dos envolvidos. Para isso, será apresentada parte dos dados do campo da pesquisa relacionados ao contexto histórico do FRVS. Para descrever esse panorama será utilizada a técnica de **análise de séries temporais** (Yin, 2005), que consiste em correlacionar a influência dos acontecimentos históricos para as mudanças havidas no campo de estudos.

Dessa forma, busca-se compreender a dinâmica do Fórum sob perspectiva por meio da qual se percebe que os acontecimentos locais estão diretamente correlacionados com as mudanças econômicas, políticas e sociais de contextos mais gerais havidas no período.

Na primeira seção, será reconstituída a história do FRVS a partir de três momentos históricos: entre 2000 e 2005, o surgimento do Fórum; de 2006 a 2012, a consolidação da experiência; de 2013 a 2017, os desafios atuais<sup>86</sup>. Na segunda seção, serão apresentados os recicladores do Vale dos Sinos e também o perfil dos entrevistados; na terceira seção, será trazido um quadro com a síntese histórica do FRVS e será explicado o seu funcionamento; na quarta seção, serão identificados os aspectos voltados às relações de classe e a exploração percebida nessas relações. Por fim, na última seção, haverá um fechamento do capítulo relacionando as trajetórias dos recicladores com as relações de classes.

---

<sup>86</sup> Conforme explicado no capítulo 3, serão preservados os nomes originais dos participantes nesta primeira seção.

#### 4.1 Análise de séries temporais do FRVS

As séries temporais foram construídas a partir de revisões bibliográficas, consultas a jornais, documentos do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), cedidos por uma das apoiadoras que atuava nessa instituição no período de surgimento do Fórum, assim como históricos e registros concedidos por apoiadores que permanecem até o momento atual acompanhando as ações do Fórum, além de informações obtidas nas entrevistas e registros de reuniões e seminários.

A análise se dará em três momentos históricos; esse formato contribui para a constatação de que as questões pessoais também estão atreladas às questões históricas. Será apresentado um panorama da trajetória dos recicladores do Vale dos Sinos e a consolidação das suas relações de classe.

Um fator que contribuiu para a opção pela **análise temporal** foi o de que as informações, por vezes, são desconstruídas. Não procurando apresentar a verdade, mas uma aproximação com a realidade optou-se por se cercar de fontes diversas<sup>87</sup> e de uma lógica cronológica.

##### 4.1.1 De 2000 a 2005 – O Surgimento do Fórum

De acordo com o contexto do neoliberalismo apresentado no capítulo 2, entende-se que “após a crise de 1970, é possível identificar uma tendência de flexibilização e precarização das relações de trabalho” (Rosenfield, 2015, p. 117). O Brasil inseriu-se em um processo de globalização, a partir da década de 1990, o que contribuiu, ainda mais, para aumentar as mudanças no mundo do trabalho.

No início do século XXI, acompanhou-se a tomada de poder por governos populares. A esquerda política brasileira elegeu seu representante Luís Inácio Lula da Silva<sup>88</sup> a presidente do país, em 2002, e o reelegeu em 2006.

Nos anos 2000, a retomada do desenvolvimento econômico com justiça social ofereceu novo horizonte para a questão da desigualdade no território. Passou-se a assistir ao crescimento econômico descentralizado, por opção de políticas públicas de investimento e políticas de renda onde o Brasil encontrava-se esquecido por séculos. (Pochmann, 2015).

---

<sup>87</sup> Utilizando-se a perspectiva da triangulação apresentada por Yin (2005), a qual se constitui pela utilização de fontes múltiplas, bastante indicadas nos estudos de caso.

<sup>88</sup> Lula, que foi ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, concorreu 3 vezes à presidência do país antes de ser eleito em 2002.

Pochmann (2015) refere-se aos desafios encontrados nos anos 2000, após os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que acirraram as políticas neoliberais num contexto de privatizações e aumento do desemprego. Os desafios com a tomada de poder por um governo popular estenderam-se por diversos estados e municípios, os quais também elegeram outros governos populares (Fundação Perseu Abramo, 2009).

Nesse período, foi se consolidando um cenário de crise econômica, mas também de esperança política, favorecendo a realização do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, em Porto Alegre/RS, acontecimento que fomentou uma visão coletiva, conforme seu lema, de que “outro mundo é possível”. A partir do FSM, entre muitas ações, ocorreram as Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES), que desembocaram na consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>89</sup>

No que se refere ao setor da reciclagem, em âmbito nacional, durante o período de 2000 a 2005, pode-se considerar fatores fundamentais como a criação do MNCR, em 2001 - durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o reconhecimento da profissão de Catador pela CBO, em 2002. Entende-se que essas conquistas são resultado de mobilização coletiva, inspirada na realização do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, ocorrido em 1998, assim como na realização do I Congresso Nacional dos catadores de papel, em 1999, a partir do que se infere que a compreensão do desencadeamento histórico dos fatos contribui para o entendimento da totalidade.

Para a compreensão das mudanças no Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, é necessário retomar o contexto do cenário nacional, considerando o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista, que se inicia a partir de 1970 (Schneider, 2004). Nos últimos 30 anos, de 1985 a 2015, o número de empresas no Vale dos Sinos passou de 584 para 1,2 mil, o que foi inversamente proporcional ao número de postos de trabalho, que baixou de 79,9 mil para 43,13 mil (Santos, 2015). As mudanças havidas justificam-se tanto pelas transformações produtivas e tecnológicas que se operaram a partir da própria formação industrial desse setor, como pelas alterações estruturais que ocorreram na economia gaúcha, a partir da década de 1970.

Um mar de guarda-pós de orgulhosos sapateiros invadia as ruas das cidades da região a cada final de expediente nos anos 80. Era o apogeu do setor calçadista nos Vales dos Sinos, Paranhana e Caí. Uma indústria pulsante, composta por potências como Irmãos Müller e Centenário, em Novo Hamburgo, Strassburger, em Campo Bom, e pela Starsax, Rio de Luz e a Azaleia dos seus gloriosos tempos em Parobé. Hoje, parte dessa sólida indústria já não existe

---

<sup>89</sup> De acordo com a definição da V Plenária Nacional de Economia Solidária, o FBES é reconhecido como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil” (FBES, s/d).

mais. O que sobrou do Vale Sapateiro são muitos prédios vazios e empresários obstinados que lutam para driblar os crescentes custos de produção e a concorrência desleal de países asiáticos. (Santos 2015).

À medida que a indústria vai se consolidando, vão surgindo novas formas de regulação das relações de trabalho, que podem ser compreendidas como mecanismos e estratégias de que as empresas fazem uso para recrutar trabalhadores. Para Schneider (2004), são três esses momentos: o primeiro, de **contratação formal** do trabalho; o segundo, de **implementação tecnológica**<sup>90</sup>-bastante influenciado por um mercado externo - e, a partir de 1980, o terceiro momento, caracterizado pela **descentralização das indústrias** com a abertura de filiais e subunidades das empresas, assim como a terceirização nas pequenas cidades das microrregiões vizinhas ao Vale dos Sinos. Esse último momento é descrito em uma das entrevistas: *“aqui a gente estava vivendo a questão das fábricas de sapato que estavam, estavam começando a aparecer as ‘coopergatos’<sup>91</sup>, que era o dono da fábrica que ia na vila e levava para a população fazer o trabalho sem vínculo, sem nada”* (A2<sup>92</sup>).

À proporção que foi se ampliando a participação das indústrias coureiro-calçadistas no mercado internacional, novas formas de recrutamento de mão de obra foram surgindo, fortemente marcadas pela presença de trabalhadores oriundos da agricultura familiar, principalmente do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Havia ênfase na contratação de jovens menores de idade, pelo fato de receberem somente meio salário mínimo: “observava-se que 24% dos empregados tinham menos de 18 anos” (Araújo et al., 2010, p. 176). A justificativa usada para explicar essa situação era a de que o trabalho de menores seria uma alternativa para a manutenção das famílias que viviam em meio à crise econômica no Brasil.

O emprego de menores era um fator de preocupação, principalmente com aqueles que trabalhavam no setor de colagem de calçados, “posto que o Sindicato dos Sapateiros, frente à situação de crise, defendia o emprego de menores, mas impunha a proibição do trabalho com cola” (Araújo et al., 2010). É nesse contexto que se enquadram os recicladores do Vale dos Sinos:

*Com 12 anos saí da escola com os 3 anos do primeira grau incompleto e fui trabalhar com calçado, com 12 anos, numa fábrica de calçado em Campo Bom, aí trabalhei 2 anos na função, passando cola, era profissional na cola e naquela época era comum ter muitas crianças nas fábricas, se não fosse na fábrica poderia ser em casa, fazer os enfiadinhos<sup>93</sup>, eu fazia com a minha mãe, minha mãe fazia muito trabalho manual que as firmas terceirizavam e as famílias todas faziam os enfiadinho em casa pra ajudar na renda da família. Mas era entediante porque tu tinha que fazer uma série pra ganhar uns troquinhos, era mais fácil ir catar lixo, já tinha naquela época os comprador de ferro velho e já tinha muito comprador de osso, lata velha, essas coisas (R3).*

<sup>90</sup> Instalação dos trilhos de transporte de sapatos e as cadeias de montagem (Schneider, 2004).

<sup>91</sup> Coopergatos é como, popularmente, são conhecidas as falsas cooperativas que surgem com o propósito maior de driblar a legislação trabalhista.

<sup>92</sup> Conforme explicado no capítulo 3 e nas convenções, os depoimentos dos entrevistados serão trazidos em itálico.

<sup>93</sup> Segundo relato do R3, enfiadinhos são trancinhas utilizadas em cima de alguns sapatos.

O relato trazido ilustra o cenário no Vale dos Sinos. Outros recicladores denunciam o fato de que alguns de seus colegas que haviam trabalhado nesse setor de cola - quando adolescentes – tiveram, no decorrer da vida, problemas com o uso abusivo de drogas e álcool; inclusive, alguns deles, se mantêm em tratamento até os dias de hoje.

Identificou-se, também, uma íntima relação entre o mercado e a política, pois a indústria de calçados do Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, foi articulando no Estado formas específicas de regulação das relações de trabalho e de ajustes desse setor produtivo com o sistema econômico local<sup>94</sup>. Mesmo assim, a partir da década de 1990, em decorrência das políticas neoliberais em curso no país, o setor coureiro-calçadista tem experimentado uma crise, que resulta em falências de muitas grandes empresas e, conseqüentemente, em elevação dos índices de desemprego. Para Araújo et al. (2010), a primeira crise, em 1996, acabou sendo amenizada por um aumento de 10% na exportação de algumas fábricas específicas, o que foi mascarando o cenário.

No decorrer da crise, enquanto os desempregados alcançaram o número de 89.000 na região metropolitana, algumas empresas adotaram a hora-extra de trabalho para aumentar a produtividade, o que foi considerado pelo sindicato da categoria um absurdo diante do índice de desemprego; algumas empresas chegaram a aumentar em 57,14% a carga horária dos funcionários. A situação era reconhecida pelos empresários: “nós adotamos o salário do mercado, que é um salário que, reconheço, é muito baixo, mas esperamos recuperar com prêmio produtividade a ser definido junto aos empregados [...]. Se não pagarmos bem, não vamos ter bom produto. Isso evitará a alta rotatividade” (Araújo et al., 2010, p 177). Esse contexto apareceu em diversas entrevistas:

*Porque o Strassburger mandava um ônibus lá para o interior e trazia levás e levás de operários que chegavam domingo de noite e segunda-feira de manhã; já começava a trabalhar mesmo não tendo nem onde morar. E era assim, e aí vinham famílias e famílias e aí loteamento abrindo sem luz, sem água, sem esgoto mal e mal tinha uma rua e a gente começou a se engajar ali. (A4).*

O depoimento trazido reforça o contexto conhecido pelos empresários. Mesmo reconhecendo que os salários eram baixos, o cenário para as empresas só piorava. As justificativas para o fechamento das fábricas e as demissões em massa baseavam-se na alegação da queda do mercado interno em relação aos pedidos de sapatos e acessórios em couro; já para os

---

<sup>94</sup> Um dos exemplos emblemáticos é o da atuação do grande empresário Cláudio Ennio Strassburger, que é considerado não apenas um dos grandes responsáveis pela expansão do segmento, como também o patrono da exportação. Ocupou cargos políticos, sempre na defesa do setor, como os de deputado federal e secretário da Indústria e Comércio na gestão de Sinval Guazzelli (que era membro da ARENA e foi governador do RS entre 1975 e 1979).

sindicalistas, a culpa também recaía na troca da mão de obra humana pelas máquinas, decorrente do desenvolvimento tecnológico, já presente nesse período (Araujo et al., 2010).

No contexto político do Vale dos Sinos, assim como no cenário nacional, a partir dos anos 2000, ocorreu a eleição de inúmeros prefeitos populares. Importante considerar que, mesmo antes disso, questões relacionadas aos resíduos sólidos ocupavam um espaço na agenda das prefeituras: como exemplo, a Cooperativa de Dois Irmãos, que possui contrato de prestação de serviços desde 1995, e a Cooperativa Coolabore de Campo Bom<sup>95</sup>, que o possui desde 1996. Não por coincidência, essas cooperativas tiveram atuações importantes no FRVS, fazendo essa pauta manter-se presente até os dias de hoje. Destaca-se que as reivindicações feitas pelo FRVS, desde o seu nascimento, antecederam essa agenda, que só passa a ser incorporada ao MNCR, de fato, a partir de 2010<sup>96</sup>.

Em decorrência dessa conjuntura, passou a ocorrer uma articulação entre as entidades do Vale dos Sinos, dentre as quais destaca-se o CAMP, o Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (CECA), o Círculo Operário Leopoldense (COL), o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, a Federação dos Sapateiros e o Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo. Essa organização das entidades parceiras tinha o intuito de somar esforços para a elaboração conjunta de uma proposta de desenvolvimento que promovesse a junção de trabalhadores da região.

O desemprego era motivado não apenas pela crise que assolava o setor coureiro-calçadista, mas também pela expulsão dos trabalhadores que haviam participado de atividades sindicais, como bem ilustra o reciclador 4:

*Com a posição política sindical ocorre uma perseguição em não ser aceito em empresas grandes, aí acabei em fabriquetas, porque eu já era identificado como problema; então, a opção era o biscate ou em fábrica pequena mesmo, porque eu tinha questionamentos, gerou essa situação e isso era o caso de todos que formavam a chapa, mais de 20 pessoas. Alguns conseguiram se manter em incógnita até a primeira inscrição da chapa, quem era de uma empresa grande ficavam até passar depois... a perseguição. (R4).*

Buscando pensar soluções para esse cenário, entre os anos 2000 e 2001, essa articulação de entidades desenvolveu um processo de discussão sobre o “modelo de desenvolvimento”, denominado “Projeto Desenvolvimento Regional Alternativo do Vale dos Sinos” (PDRA-VS). Teve início com uma série de “pesquisa-ação” realizada em várias entidades, sindicatos e grupos.

<sup>95</sup> A Cooperativa Coolabore possui a matriz em Campo Bom e duas filiais em Novo Hamburgo, uma no Bairro Roselândia, desde 2010 e a outra no Centro, desde 2012. Portanto as filiais são identificadas por Coolabore Roselândia e Coolabore Centro.

<sup>96</sup> Parte dos entrevistados entende que, no início, o MNCR defendia a autonomia dos recicladores e que mais recentemente a pauta por pagamento por serviços, em relação ao poder público, passa a compor a agenda do Movimento.



A pesquisa envolveu diversos coletivos de geração de trabalho e renda, entre eles, algumas cooperativas de recicladores já existentes e outras em processo de consolidação.

Como resultado desse estudo, foi lançado o Caderno CEDOPE, denominado “Vale dos Sinos: Resgate Histórico e Visão popular do desenvolvimento” (Soethe et al. 2001), cujos dados foram utilizados também no capítulo 1 desta pesquisa. Em julho de 2001, realizou-se um seminário regional de devolução e análise do diagnóstico na região.

*Nós chegamos num determinado ano - final dos anos de 98 - no planejamento seguinte nós começamos a trabalhar com um projeto chamado Projeto de Desenvolvimento Regional Alternativo e o que que tava na centralidade dessa discussão? Começamos a ganhar os governos locais! Entendeu? E tinha uma projeção ascendente ganhar os governos estadual, Federal. Nós já tínhamos ganhado a Prefeitura de Porto Alegre, já tinha outra experiência. E também aqui a gente está vivendo na questão dos sapateiros das fábricas de sapato que estavam quebrando estavam começando a aparecer as cooperativas... então tudo isso levou a gente a começar a discutir como é que nós, movimento de entidades, vamos contribuir para essa linha ascendente de que era para ganhar governos e tal, mas com que ideias e projetos com que ideias? [...] ideia era nós construirmos um diagnóstico, mas a ideia era construir um diagnóstico que ele fosse ao mesmo tempo participativo do ponto de vista de levantar as opiniões e as reflexões, mas também organizativo. (A2).*

No dia 1º de dezembro de 2002, realizou-se o **Seminário de Empreendimentos de Economia Popular Solidária (EPS)** do Vale dos Sinos e Paranhana, realizado no CECA, em São Leopoldo. Nesse evento identificou-se a participação de três coletivos de recicladores, os mesmos que, em 2003, fundariam o **Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS)**. Esse foi um encontro de Empreendimentos Populares do Vale dos Sinos, portanto reuniu diversos setores produtivos, desde alimentação, confecção a reciclagem. A partir desse encontro, vários grupos de reciclagem da região (associações e cooperativas) começaram a se conhecer e debater seus problemas, em conjunto com outros empreendimentos de Economia Popular Solidária (EPS), como bem lembra um apoiador, que, na época, era reciclador: “nesse primeiro encontro em dezembro de 2002, saímos dali com vontade de se encontrar mais, depois, em maio de 2003, que teve um encontro aqui na Unisinos, com um grupo maior da reciclagem a gente pediu pra fazer a reunião separada e dali saiu o Fórum” (A4).

Como panorama geral do cenário da região, esse encontro foi de fundamental importância. No entanto, para a articulação de estratégias de ações mais efetivas, o setor da reciclagem resolveu se desvincular desse grupo maior para dedicar mais tempo e espaço para tratar de suas pautas específicas: segundo a entrevista com a apoiadora 2, as pautas mais recorrentes nesse encontro de EPS eram a formação de feiras e constituição de espaços para comercialização e, como grande parte dos grupos era de produção, tal propósito afastava-se dos interesses dos recicladores.

*Diversas associações e cooperativas surgiram a partir de 1990, tudo era novo e difícil. Os recicladores passaram a sentir a necessidade de socorrerem uns aos outros para viabilizar suas organizações. Na caminhada, foi organizada a Federação das Associações de Reciclagem do RS (FARRGS)<sup>97</sup> que, por alguns anos, contribuiu com processos de capacitação e fortalecimento da categoria através da articulação entre si. Essa entidade representativa foi se enfraquecendo pela dificuldade da falta de recursos para manter sua articulação. (A4).*

A consolidação do FRVS foi inspirada por outras iniciativas como a da FARRGS, pelo surgimento do MNCR, em 2001<sup>98</sup> e pela histórica atuação, em Porto Alegre, do Irmão Antônio Cechin - na Ilha dos Marinheiros - e também do Prof. Nilton Fischer, os quais, de acordo com relatos das entrevistas, também promoviam um grupo de estudos semanal voltado para educação de jovens e adultos na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do qual alguns recicladores participaram.

Foi nesse contexto que, no Seminário de EPS do Vale dos Sinos, ocorrido em 18 de maio de 2003, no CECA, **o setor de reciclagem foi criado**<sup>99</sup>. A partir deste momento, esses recicladores começam a se articular, discutindo seus problemas, levantando alternativas e criando seus encontros específicos, o mais importante foi o que promoveu a consolidação do **Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS)**.

Esse primeiro encontro dos recicladores contou com a presença de 60 pessoas, oriundas de oito municípios do Vale dos Sinos, representados por 11 grupos de reciclagem e de outros dois municípios, Viamão e Alvorada, como visitantes. O total de trabalhadores envolvidos com a reciclagem era de 230 pessoas, as quais eram responsáveis pelo sustento de cerca de 1000 pessoas, conforme o registro desse encontro (Anexo A).

É importante destacar que os grupos que participaram desse primeiro encontro levaram cartazes com suas demandas, fizeram um amplo debate e, para garantir os avanços dos encaminhamentos, constituíram comissões, que se encarregaram de pensar em soluções que seriam socializadas no encontro seguinte. Essa metodologia, de uma forma ou de outra, sempre permaneceu dentro do Fórum, bastante incentivada pelos apoiadores e estimulada por alguns recicladores.

---

<sup>97</sup> A FARRGS foi a primeira organização dos catadores e carrinheiros de Porto Alegre e Região Metropolitana e Serra, na década de 1990.

<sup>98</sup> Os recicladores que fundaram o FRVS participaram também, em Brasília, da fundação do MNCR.

<sup>99</sup> A partir dos registros da época, os empreendimentos da reciclagem que participaram desse encontro foram: Usina de Reciclagem de Dois Irmãos; Associação de Recicladores de Nova Hartz; Cooperativa de Recicladores de Estância Velha/COOPEREV; Reciclagem de Araricá; Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana/COOLABORE; Reciclagem de Sapiranga/COOPETRA; Associação Ecológica de Reciclagem de Esteio; Associação de Recicladoras Amigas Solidárias/ARLAS; Associação de Carroceiros e Catadores de Material de Canoas/ACCMC; Aterro de Canoas, Associação de Triagem e Reciclagem Mato Grande/ATREMAG, Associação Ecológica Amigos da Natureza (Documento 1).

Desde o início dos encontros, foram sendo consolidados processos participativos<sup>100</sup>, aspecto apontado com orgulho por parte dos recicladores que se preocupam em manter sua autonomia em relação aos apoiadores, por mais que, na prática, os apoiadores se constituam como fundamentais em algumas funções, perspectivas que serão abordadas no capítulo 5.

As pautas iniciais do FRVS, de acordo com as entrevistas e registros de reuniões, se constituíam em “se fortalecer, trocar informações de preços, como se organizar, socializar, como fazer o trabalho... tudo, a gente tava iniciando, na época não tinha acumulação de conhecimento” (R4). O registro dessa primeira reunião também aponta como demanda o aumento crescente do número de recicladores, a importância do poder público para garantir material para reciclagem e, além disso, já aparecia um sentimento de insegurança quanto à forma como eram firmados os contratos<sup>101</sup> (Documento 1).

No mesmo ano de criação do FRVS, realizou-se, no dia 26 de julho, o **I Encontro de Recicladores do Vale dos Sinos**, quando foi escrita uma **Carta Aberta à População** (Anexo B - Documento 2). Uma das questões apontadas nessa carta era a denúncia sobre o aterro de Minas do Leão, que fica a cerca de 100 km de Porto Alegre; de acordo com a carta, com o surgimento do aterro, as prefeituras estariam se aproveitando para “se livrar do lixo” mais rapidamente sem se preocupar com a questão social, ou seja, as reciclagens e seus trabalhadores (Documento 2).

Em 2003, o aterro de Minas do Leão já recebia resíduos de 41 municípios; em 2016, como indicava uma reportagem da época, “o local recebe resíduos de 34% da população gaúcha. Os números são grandiosos. A área é de 500 hectares, recebe 90 mil toneladas de lixo por mês e atende 140 municípios” (Matos, 2014). O destaque da carta citada refere-se à denúncia sobre municípios como Morro Reuter, que, após a criação de Minas do Leão, desativou a campanha de coleta seletiva e o local de triagem para aproveitamento dos resíduos recicláveis, enviando todo o “lixo” doméstico produzido pela cidade para o aterro.

Nessa Carta Aberta à População, os recicladores pedem o cumprimento do artigo 219 do Código Estadual de Meio Ambiente, segundo o qual, “a segregação dos resíduos sólidos domiciliares na origem, visando ao seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade e será gradativamente implantada pelo estado e pelos municípios, mediante programas educacionais e projetos de reciclagem” (Documento 2).

---

<sup>100</sup> As entidades de apoio que estavam presentes nesse primeiro encontro foram o CAMP, O IHU e a Escola 8 de março.

<sup>101</sup> Mesmo que, nesse momento, se restringisse a Dois Irmãos e Campo Bom, tais pautas são consideradas precursoras nesse debate.

No mesmo ano, realizou-se o **I Intercâmbio entre os Coletivos**, por meio do qual teve início a prática das **plenárias mensais**<sup>102</sup> – nas quais foi se consolidando um diagnóstico dos coletivos com o apoio do CAMP, do COL e do IHU.

A realização dos **intercâmbios** é uma prática valorizada pelos recicladores, conforme relato:

*A questão dos intercâmbios é uma proposta muito interessante... tu tinha que designar duas pessoas do teu grupo que vão trabalhar o dia inteiro no meu e eu duas pessoas do meu grupo pra trabalhar no outro, mas que não fosse o presidente e assim funcionava o intercâmbio, era um dia. (A1).*

O **intercâmbio** foi citado por todos os entrevistados como momentos significativos de aprendizado, pois proporcionam trocas tanto de conhecimento prático do trabalho quanto de formas de gestão, que passam a materializar-se. Proporciona aprendizados práticos e simbólicos para os recicladores.

Para os que estão em uma situação econômica melhor, a experiência serve como oportunidade para conhecer outras realidades que os fazem valorizar as suas conquistas e também se interessar em contribuir para a melhoria de condições de outros grupos; já para os que se encontram em uma situação menos favorável, os intercâmbios possibilitam o conhecimento de que é possível melhorar e de que não estão sozinhos, podem contar com a força do Fórum. Portanto, o **intercâmbio** é um processo de formação por intermédio da prática, na lógica da práxis e da ação refletida.

Já as **reuniões mensais** se constituem em encontros dos recicladores no Fórum que, desde sua criação se configura dessa forma. As reuniões, por muitos anos, realizaram-se no auditório do Círculo Operário Leopoldense (COL) e, mais recentemente, a partir de 2012, estão ocorrendo na Antiga sede da UNISINOS.

Outro ponto a destacar no período de consolidação do FRVS foi o seu distanciamento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Foram identificados na pesquisa quatro representantes de grupos da reciclagem que haviam participado da Fundação do MNCR em Brasília, em 2001<sup>103</sup>, e, no ano seguinte, da fundação do FRVS, estes foram questionados sobre a razão de terem fundado outra articulação, ao invés de terem se vinculado ao Movimento Nacional. A resposta foi que o FRVS “*não tinha a mesma metodologia das pessoas que ficaram na liderança do movimento*” (A4), e que a maior parte dos grupos do Vale envolvidos no período, ou já tinham contratos com as Prefeituras, ou estavam em tratativas a fim de consegui-los.

<sup>102</sup> No decorrer do capítulo as plenárias mensais serão chamadas de reuniões mensais.

<sup>103</sup> Alguns recicladores do Vale dos Sinos foram para esse encontro com um ônibus fretado pela FARRGS.

Outro reciclador aponta que as pautas eram distintas “*os outros grupos não tinham isso, e pela questão de conquistas iam (o MNCR) mais pelo enfrentamento, né, eu acho*” (R4), já havia uma cultura de diálogo com o poder público na região. Portanto, a pauta do FRVS constituía-se numa série de responsabilidades das quais eles precisavam provar sua capacidade; caracterizando um contexto distinto do dos demais catadores do país que participam, ou não, do Movimento: “*nosso demanda não era só de movimento, entendo que é para além do político, o técnico para dar conta era fundamental*” (R4).

Esse reciclador aponta que a exigência de conseguirem executar um bom trabalho nos municípios - para garantir os contratos - precisou caminhar junto com as pautas políticas: por vezes, precisaram negociar com o poder público, fator que não era bem visto pelo MNCR, pois seu posicionamento inicial era o de que os catadores não deveriam depender do poder público; esse era outro fator que os distanciou nesse período<sup>104</sup>. A mudança de perspectiva do MNCR ocasionou o desencadeamento da consolidação do Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) e do Pagamento por Serviço Ambiental (PSA)<sup>105</sup>.

Outro olhar sobre o distanciamento entre o FRVS e o MNCR é apresentado por um dos apoiadores entrevistados:

*Eu senti sempre que o pessoal queria preservar muita autonomia daquele processo ali sabe, do Vale dos Sinos, né, porque teve uma iniciativa anterior também de organização dos catadores no Rio Grande do Sul que era Federação dos catadores, e o Roque participou desse processo, a Bia participou desse processo [...]eu sempre senti isso que o pessoal queria preservar muito autonomia e que havia certas divergências com as opiniões do MNCR, mas nós nunca discutimos muito, sabe, quando a coisa não é pauta, né. (A2).*

Nesse sentido, a forma como foram se consolidando alguns grupos de recicladores do Vale dos Sinos, os quais acabaram por estar à frente do FRVS, foi distinta da que se constituiu como realidade em outros lugares.

Os diálogos e formações foram sendo fortalecidos em inúmeros outros encontros que consolidaram a história do FRVS; entre eles, destaca-se o seminário “**Lomba Grande em Debate**”, que ampliou a discussão sobre o futuro da região para além da reação de contestação do Plano Diretor do Município, buscando interligar associações e comunidades quilombolas.

Em 2005, iniciaram-se os Encontros Públicos dos Fóruns e os Seminários: **I Encontro com Gestores Públicos** – realizado na Central de Licitações (CELIC) em São Leopoldo, **II**

<sup>104</sup> Importante considerar que essa visão pode ser identificada, principalmente, no início do movimento, a pauta atual deles é a contratação pelo poder público (MNCR..., 2011).

<sup>105</sup> De fato, as questões relacionadas ao pagamento pelo serviço prestado, entraram na pauta do MNCR, formalmente, em 2010 com o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) e em 2014 como o Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP).

**Seminário com Gestores** – na Câmara de Vereadores de São Leopoldo. A partir desse histórico inicial, percebe-se que o diálogo com o poder público sempre esteve na pauta do FRVS.

#### 4.1.2 De 2006 a 2012 - A Consolidação da experiência

Na conjuntura nacional, entre 2006 e 2012, acompanhou-se, como principais fatos, a reeleição do presidente Lula, a crise de 2008 e a eleição da presidente Dilma Rousseff, em 2011. No que se refere ao setor da reciclagem, desde 2006, uma série de significativas legislações foram criadas. Seguem algumas delas:

Em 2006, foi instituído o **Decreto nº 5.940** (Brasil, 2006), que prevê a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública Federal direta e indireta, na fonte geradora, e define a sua destinação para as associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, entre outras definições.

Em 2007, a **Lei nº 11.445** (Brasil, 2007) estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera algumas leis, entre elas a nº 8.666/1993, lei que estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos. A principal mudança trazida refere-se à dispensa de licitação, possibilitando o contrato direto de cooperativas de catadores.

A grande legislação foi a **Lei nº 12.305** (Brasil, 2010b), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)<sup>106</sup>, por meio da qual o Brasil passa a ser o primeiro país a integrar catadores organizados em cooperativas, reconhecendo as contribuições desses trabalhadores e proporcionando um enquadramento jurídico para permitir que cooperativas sejam contratadas como prestadores de serviços. “Em 2010 saiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos do Governo Federal. As pessoas chamam de Lei do Lula porque era um projeto que estava engavetado fazia 20 anos no Congresso Nacional. O Fórum está acompanhando essa política bem de perto” (Documento 3).

A PNRS atribui destaque à importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Ministério do Meio Ambiente, s.d / a).

Em 2011, também tivemos a Criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), que reestruturou o comitê anterior, criado em 2003. O CIISC, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da

---

<sup>106</sup> No período de discussão para aprovação da PNRS, houve participação de duas lideranças do Fórum no encontro ocorrido em Brasília.

República, busca garantir a inclusão do catador de material reciclável, teve um papel fundamental na criação de fomentos e de políticas para os catadores, como o Programa Pró-Catador<sup>107</sup>.

Em nível local, uma das importantes experiências que surgiu em 2010 foi o Programa Catavida, em Novo Hamburgo, que consiste em um Programa Social que busca fomentos para a melhoria das condições de vida dos catadores por meio de ações que lhes possibilitem o acesso a formações, entre inúmeras outras oportunidades. Um dos seus incentivos deu origem ao **Coral do Catavida**, que reúne os recicladores para a realização de ensaios desde 2011 e que, em 2016, passou a contar com instrumentos musicais adquiridos com o intuito de incentivar essa atividade artística (Coral..., 2016).

No que se refere aos incentivos para as formações, o FRVS realizou diversos encontros, que ocorreram no Sítio da Lomba Grande e também realizaram visitas a indústrias na região<sup>108</sup>. Em junho de 2009, houve um grande Seminário na Unisinos com o apoio da Incubadora Tecnosocial da Unisinos<sup>109</sup>, e outro em setembro, em parceria com o Fórum da Sub-Bacia do Arroio Sapucaia, que se reúne mensalmente na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP).

Realizou-se, no auditório do COL, o encontro com o candidato Tarso Genro em 29 de maio de 2010, ano em que foi eleito a governador do Estado do Rio Grande do Sul. No encontro, representantes do FRVS entregaram a ele um documento com propostas de políticas públicas para a reciclagem, desfecho que será analisado no capítulo 5. Naquele mesmo ano foi instituída a Política Estadual à Economia Popular e Solidária do Rio Grande do Sul, Lei nº 13.531/2010.

No que diz respeito à nova legislação dos resíduos, o Fórum participou de diversos painéis, entre os quais, o Encontro Estadual de Catadores em Santa Cruz, o Encontro Nacional de Formadores e Apoiadores de Catadores (Canoas), Seminários do Consórcio Pró-Sinos, tendo realizado, ainda, a elaboração de documentos e audiências com gestores (prefeitos, secretários) para cobrar destes, ações e políticas na área da reciclagem.

Em dezembro de 2010, no encontro de comemoração de seu aniversário de oito anos, o FRVS iniciou a construção do seu primeiro planejamento estratégico. Dentre outras metas, estava previsto o fortalecimento de novas lideranças e a continuidade das chamadas “Oficinas de Intercâmbio nos Coletivos”.

---

<sup>107</sup> “O programa prevê ações nas áreas de capacitação, formação, assessoria técnica, incubação de cooperativas e empreendimentos sociais solidários, pesquisas e estudos sobre o ciclo de vida dos produtos e a responsabilidade compartilhada, aquisição de equipamentos, máquinas e veículos, implantação e adaptação de infraestrutura física e a organização de redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de trabalhadores” (Programa..., s.d. / b).

<sup>108</sup> Realizaram visitas técnicas nas seguintes Fábricas: Astoria, Recipel, Saint Gobain, Metalax.

<sup>109</sup> A Tecnosociais acompanha e assessora os Coletivos de Reciclagem da cidade de São Leopoldo. De 2009 a 2016 é representada no Fórum pela Célia Severo; e a partir de 2016, pela Renata Hahn. A parceria é valorizada e reconhecida pelos entrevistados.

Conforme definido naquele planejamento, o FRVS é reconhecido como:

Um espaço de encontro e articulação de empreendimentos de trabalhadoras e trabalhadores da **economia solidária** e entidades de apoio que buscam, pelo consenso, proporcionar a troca de experiências e informações, capacitação, ajuda mútua e a criação de políticas públicas que **reconheçam o trabalho do setor da reciclagem** no Vale dos Sinos. (Documento 4).

Nesse sentido, conforme abordado no capítulo 2, o FRVS se identifica como protagonista da economia solidária e busca na sua articulação força política em prol do reconhecimento dos recicladores.

Reforçando a perspectiva de reconhecimento, a comemoração anual do aniversário do Fórum é entendida como um momento de avaliar a caminhada e de lembrar-se da sua história para que esta não seja perdida. Como a prática de escrita pelos recicladores não é usual, a história oral acaba sendo bastante valorizada, tanto nas reuniões, nos momentos de retrospectiva do ano, quanto nos planejamentos. O resgate histórico é bastante incentivado pelos apoiadores e realizado pelos recicladores, “*a gente tinha uma preocupação de celebrar os aniversários, isso ajuda a conhecer a história*” (A1).

Nos anos de 2011 e 2012 houve muitas atividades no Fórum, principalmente as que ocorreram por meio da execução do projeto Caminho das Águas, financiado pela Petrobras. Conforme os relatos das entrevistas, foi um “*período rico em atividades*” (A1). Compondo a equipe executora desse projeto, havia três apoiadores históricos do Fórum e um reciclador. Entre as diversas atividades, realizaram-se encontros de formação sobre a PNRS e, em agosto de 2011, quando essa Lei estava completando um ano, o Fórum promoveu uma Plenária de formação sobre o assunto.

Além desse tema, outro que ocupou significativo espaço foi o relacionado à Nova Lei das Cooperativas de Trabalho, a Lei nº 12.690 (Brasil, 2012), que alterou aspectos significativos na formalização das cooperativas de reciclagem. O Fórum realizou vários encontros de estudos sobre essa Lei, um dos quais foi ministrado pelo Prof. Telmo Adams<sup>110</sup> e por mim. As formações buscavam, também, apoiar as associações que estavam em processo de transformação em cooperativas.

Em 2011, foram realizadas duas oficinas específicas com **As Mulheres das Reciclagens** e também um **Seminário no Sindicato dos Metalúrgicos** de São Leopoldo. Em 2012, o Fórum recebeu um convite do Pró-Sinos para realizar um Seminário no Unilasalle, em Canoas. O evento

---

<sup>110</sup> O Prof. Telmo Adams é um apoiador reconhecido pelo Fórum, citado em várias entrevistas. Sua tese de doutorado foi sobre a Cooperativa de Reciclagem de Dois Irmãos. É um parceiro bastante querido por todos do FRVS.



foi organizado pelos Coletivos do Fórum numa parceria entre o Pró-Sinos, a UPAN, a REFAP e a Associação Caminho das Águas. No mesmo mês, o Fórum havia participado de um Painel num grande Seminário do Unilasalle. Além disso, representantes dos Coletivos da região estiveram em visita a outros grupos em São Paulo, para falar das experiências das Cooperativas do Vale dos Sinos.

No dia 1º de dezembro de 2012, foi o aniversário de **10 anos do FRVS**. Importante considerar que, ainda que o ano em que foi realizada a reunião de abertura do Fórum tenha sido 2003, a data considerada pelos recicladores como a de fundação – a partir da qual ocorrem às comemorações anuais – remonta a 2002. *“Durante esse tempo houve todo um processo de formação com Oficinas e Cursos e intercâmbios, visitas, e que foram dando a cara – formando a identidade desse nosso Fórum”* (Documento 5).

#### 4.1.3 De 2013 a 2017 - Os Desafios atuais

No que se refere às questões nacionais, acompanhou-se o primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, 2010-2014, e a sua reeleição em 2014-2016. No ano de 2016, o seu mandato que foi interrompido pelo seu *impeachment*, situação que provou reações de toda ordem, dividindo o país. Em suma, o processo iniciado em dezembro de 2015 resultou na cassação do mandato de Dilma em agosto de 2016.

Em 2014, conforme relatório da FAO, o Brasil saiu do mapa da fome: “o país reduziu em 82% a pobreza extrema entre 2002 e 2013, segundo relatório sobre insegurança alimentar no mundo, e foi citado como caso de sucesso no esforço global pela redução da fome” (Brasil, 2014), tema que gerou a polêmica apresentada no capítulo 2, relacionada ao aumento da classe média no país.

A partir de 2015, em decorrência do início do processo de cassação da Presidente Dilma, mudanças estão em curso no país, muitas delas percebidas como retrocesso por grupos considerados de esquerda. Dentre os retrocessos, destacam-se alguns que vão desde questões legais, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 - que prevê o corte de recursos por 20 anos nas áreas de saúde e educação; mudanças na Lei Trabalhista; Reformas da Previdência, mudanças na definição e fiscalização do trabalho escravo - até os provocados por uma onda conservadora que se materializa, por exemplo, no retrocesso às leis que protegem as mulheres, como a proposta da PEC 181/2015 que visa restringir o aborto também nos casos já previstos em lei, como em caso de estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe (Cidades..., 2017; Carvalho, 2017); no surgimento de movimentos conservadores como o Movimento Brasil Livre (MBL), entre cujas propostas de política pública elaboradas em

seu congresso de 2015 estão à polêmica da escola sem partido e o incentivo às privatizações das áreas de saúde e educação.

Em virtude desse cenário, acompanhou-se uma série de manifestações por todo o país (Chauí, 2013); entre as manifestações, estão presentes as de uma parcela que, mesmo com pouca adesão, pede o retorno dos militares, além de ataques contra organizações coletivas, como as dos anarquistas, vivenciadas recentemente em Porto Alegre (Lentz, 2017), processos que acentuam a sensação de incertezas sobre o que está por vir.

No que se refere às ações voltadas para os catadores, de 2013 a 2017, tivemos dentro do Pró-Catador o “Programa Cataforte” I, II e III, de 2007 a 2014. O “Cataforte I” destinou-se ao fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. O “Cataforte II” deu enfoque à logística solidária, ou seja, ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações em rede, aprimorando as capacidades operacionais desses empreendimentos, e o “Cataforte III”, em fase de implementação, destina-se à estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, visando a avanços na cadeia (Programa..., s.d. / a).

Entre 2013 e 2015, foram realizadas duas edições do Prêmio Pró-Catador. O município de Canoas, que participa do FRVS, foi um dos vencedores por sua Gestão Compartilhada de Resíduos, que inclui catadores de seis cooperativas (Iniciativas..., s.d.).

No que se refere aos acontecimentos no Vale dos Sinos, na contramão da queda da representatividade das mulheres na política brasileira, a região elegeu sete mulheres para comandar as prefeituras dos seus municípios, a partir de 2017 (Vale..., 2016). Esse cenário aponta que 50% das prefeituras do Vale dos Sinos estão sendo lideradas por prefeitas. Um fato a considerar é que elas são representantes de partidos considerados mais à direita (PSDB, PMDB e PP); apenas a prefeita de Nova Santa Rita, Margarete Simon Ferretti, é do PT. Com esse cenário, o PT, que tinha seis prefeituras do Vale dos Sinos nas eleições de 2013/2016, passa a compor três prefeituras na última eleição de 2016 (Retrato..., 2013).

Considera-se que é pouco tempo para se fazer uma avaliação mais detalhada sobre a gestão atual do Vale dos Sinos. Além disso, é necessário também considerar o contexto de crise econômica e política que se vivencia no país, a qual se reflete na morosidade de repasses de recursos dos estados e municípios, ocasionando atrasos de pagamentos tanto de fornecedores como de servidores. No que se relaciona às questões da reciclagem, percebe-se que a cada ano, ao invés de a articulação do poder público com os recicladores melhorar em função da PNRS, verifica-se a dificuldade de manutenção dos contratos. Dos oito municípios participantes do

FRVS, somente a Cooperativa de Dois Irmãos não apresenta problemas com a manutenção de seu contrato.

Os casos mais emblemáticos têm sido o de São Leopoldo e o de Novo Hamburgo. O primeiro, até dezembro de 2017, estava com quatro meses de atraso nos repasses para as cooperativas de recicladores que prestam o serviço de coleta seletiva<sup>111</sup> no município.

Já em Novo Hamburgo, os problemas ocorridos em 2016 e 2017 referem-se à manutenção de contratos com as cooperativas, situação que se agrava e dificulta a cada ano. Ainda que as informações veiculadas pela Prefeitura ratifiquem a manutenção das cooperativas de recicladores – estas, de fato, estão sendo mantidas –, na prática é possível constatar a existência de diversos problemas, entre os quais os que dizem respeito a valores e vigências dos contratos.

Os contratos firmados com as prestadoras dos serviços terão a duração de 12 meses, renováveis por iguais períodos, até o limite legal de 60 meses. A média mensal calculada de resíduos sólidos domiciliares a ser transportada é de 4.800 toneladas. Os custos estimados com a prestação dos serviços nos três lotes devem ser de aproximadamente R\$ 15 milhões anuais. (Novo..., 2017).

Esse trecho foi retirado do Edital aberto pela Prefeitura de Novo Hamburgo no primeiro semestre de 2017 para a contratação de empresas para a prestação de serviços relacionados à gestão dos resíduos, que seriam divididos em três lotes. O fato é que a cooperativa, que já presta serviços para o município desde 2010, fazendo toda a triagem da coleta domiciliar do município, um trabalho extremamente insalubre, teria seu valor de contrato reduzido, o que não ocorreu pela pressão dos recicladores junto ao MNCR e ao FRVS; cuja movimentação, inclusive conseguiu impugnar esse edital. O contrato com as cooperativas são anuais, com um valor abaixo do mercado e, ainda assim, nos últimos anos, a cada vencimento a renovação é colocada em risco. Até o final de 2017 a questão seguia em aberto e a vigência do contrato da Cooperativa, após meses de atraso, foi renovada por seis meses.

Importante considerar que São Leopoldo é gerido pelo Prefeito Ary José Vanazzi (PT) e Novo Hamburgo, pela Prefeita Fátima Cristina Daudt (PSDB), ou seja, esses dois municípios são ilustrativos, pois, independentemente da vertente política, as dificuldades permanecem as mesmas.

Tal constatação faz com que os recicladores da região tentem manterem-se neutros ou mesmo desacreditados no processo eleitoral, aspectos identificados nas entrevistas. O FRVS possui papel interessante para o enfrentamento dessas questões, pois consegue mobilizar as pessoas e contar com a participação mais efetiva dos apoiadores para promover uma pressão em

---

<sup>111</sup> Informação confirmada pelo Fórum dos Recicladores de São Leopoldo.

busca da garantia do trabalho das cooperativas nos municípios, independentemente de quem esteja no poder.

Em relação à insegurança quanto à manutenção de seu trabalho, desde 2013, o Fórum vem se deparando com informações de que algumas administrações públicas de municípios da região estariam dialogando com empresas e desencadeando processos para a instalação de Usinas de Incineração a partir dos resíduos para obtenção de energia, dando assim, um “jeito” no “lixo” e “ajudando” os municípios a cumprirem a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A partir de então, o Fórum começou a estudar o assunto, a se apropriar do tema realizando diferentes momentos de formação, tendo inclusive promovido uma oficina com representantes do Ministério Público. Seus integrantes participaram de conferências municipais, estadual e nacional do meio ambiente e ajudaram a votar, contra a incineração, ficando essa definição entre as quatro decisões mais votadas nas conferências do RS e Brasil (Wirth, 2015).

Wirth (2015), ao descrever o contexto político em torno da incineração no Rio Grande do Sul a partir da PNRS, apresenta a disputa que está sendo colocada. Para a autora, “as empresas incineradoras e setores de técnicos querem o apoio do governo para a implantação da incineração, enquanto os catadores, por meio de seu movimento, e outros setores da sociedade civil lutam por sua proibição” (Wirth, 2015, p. 2).

Entretanto, “parece haver uma distância entre a voz dos espaços democráticos de participação popular (consagrados no país, como as inúmeras conferências realizadas, sobre os diversos temas, para os quais a população é chamada a opinar) e os encaminhamentos dos gestores públicos” (Documento 6). Nessa perspectiva, mesmo que, em 2010, os recicladores tenham apoiado a candidatura de Tarso Genro (PT) a governador do Estado do Rio Grande do Sul, sob o compromisso deste, entre algumas ações, proibir a incineração no Estado, isso não ocorreu. Esse fato preocupou ainda mais as cooperativas e estas recorreram, inclusive, a uma audiência com o governador (Wirth, 2015).

Esse cenário mobilizou ações efetivas em todo o Estado, e o FRVS elaborou um documento em parceria com as instituições apoiadoras posicionando-se técnica e politicamente contra a incineração. Além disso, dedicou três meses de suas plenárias para a realização de manifestações públicas em cidades diferentes. Dentre essas ações, no dia 05 de julho de 2014, na cidade de São Leopoldo, município reconhecido como sede do Fórum, foi realizado um ato no qual foi lançado um documento público entregue aos representantes da Prefeitura e realizada uma marcha pelo centro da cidade, durante a qual foram distribuídos panfletos explicativos à

população. Os outros dois atos foram realizados em Canoas, no dia 02 de agosto de 2014, e em Novo Hamburgo, no dia 30 de agosto de 2014.

Essas manifestações, motivadas por problemas concretos, são reconhecidas como importantes para que os recicladores reforcem o seu poder via articulação coletiva. Uma das entrevistadas, quando questionada sobre a contribuição da participação do Fórum na sua vida, reconheceu essa luta em torno da incineração como um fator positivo para que ela passasse a acreditar nesse tipo de manifestação e também para que ela participasse com mais frequência do FRVS, *“o que eu achei mais importante foi aquela vez quando foi para gente derrubar aquele negócio da queima do lixo...eu nunca tinha participado de passeata e até nem fazia questão, mas depois que eu participei dessas aí já me abriu outras”*(R6); outro cooperado complementa *“a pessoa vai se empoderando, né. Vai vendo do que ela é capaz de fazer. Porque às vezes as pessoas não são capazes de fazer por que nunca fizeram...Aí eles vão uma vez ver que dá para fazer”* (R5).

Ambos os entrevistados reforçam o fato de terem ficado estimulados com as manifestações também pelo fato dela ter gerado resultado positivo para eles, como demonstrado no depoimento do R6: *“o resultado foi bom, né! Foi proibido em Canoas”*. Nesse sentido, fica claro o papel pragmático das ações do Fórum.

Os recicladores também participaram ativamente das audiências de discussão dos Planos Estaduais e Municipais<sup>112</sup> do Vale dos Sinos. As cooperativas participantes do fórum foram estimuladas a acompanhar os debates nos seus municípios. Como o Plano Estadual abrange o período 2015 – 2034, suas definições são estratégicas para o futuro do setor, e o Fórum, ciente disso, teve uma participação considerável.

Desde 2011-2012, foi sendo gestada a ideia entre os catadores e representantes do Governo do Estado, de se consolidar a Cadeia Solidária Binacional do PET, que foi o campo de estudo da tese de Miles (2014). A COOPETSINOS, que é um dos quatro polos de PET do Estado, foi inaugurada simbolicamente em setembro de 2014<sup>113</sup>.

A COOPETSINOS constitui o braço econômico do FRVS, o qual, até o momento atual, não se viabilizou. Trata-se de um projeto do Fórum que enfrenta diversos obstáculos, dos quais destaco dois: o primeiro refere-se ao compromisso que o governo municipal de São Leopoldo

<sup>112</sup> “A partir de dezembro de 2010, com a promulgação da Lei Federal nº. 12.305 e do Decreto Federal nº 7.404 que a regulamentou, ficou definido um conjunto de objetivos, princípios, prazos e ferramentas para a implantação de novo modelo de gestão dos resíduos sólidos no país. Dentre as ferramentas elencadas, está a necessidade de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos por todos os estados da União” (PERS-RS, 2015, p.1).

<sup>113</sup> Essa cerimônia contou com a presença do ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica, o ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e cerca de 200 catadores do Estado. O Coral do Catavida fez a abertura do evento.

havia firmado, de concluir as obras<sup>114</sup>, o que não foi realizado -, e o segundo, refere-se à dificuldade de gestão dos recicladores tanto por questões de confiança entre eles e qualidade do material, quanto de capital de giro para realizar o sonho da comercialização conjunta entre as cooperativas participantes.

Durante o ano de 2016, importantes fatos aconteceram no Fórum, entre eles, o das formações propostas pela parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre (IFRS/POA). Havia sobrado um pequeno recurso do PRONINC 2014-2016; então, ao invés de devolver o recurso para o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), junto com a Incubadora da Unisinos, a Apoena Socioambiental e em diálogo com os recicladores do Fórum, foram realizadas duas formações: uma oportunizada às mulheres catadoras, a fim de fortalecer o seu protagonismo nos Coletivos, denominada “Oficina de Dicação e Oratória para Catadoras”, e a outra, um curso de Informática, oferecido aos trabalhadores das cooperativas, em parceria com o Projeto Eu-Cidadão, de inclusão digital - UNISINOS, a fim de garantir aos participantes a realização dos controles de produção de suas cooperativas.

Além das formações, foram realizados intercâmbios e oficinas sobre a separação de materiais, com ênfase nos plásticos<sup>115</sup>. Como resultado dessa oficina, confeccionaram-se banners com os tipos de materiais, buscando contribuir com a qualificação do processo de triagem dentro das cooperativas e também foi produzido um vídeo institucional do Fórum (Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos, 2016).

A realização dessas formações foi enfatizada nas entrevistas como significativas para a atração de pessoas para o Fórum, porque muitas das participantes mulheres seguiram acompanhando as ações após o encerramento das atividades. Dos entrevistados, quatro deles passaram a frequentar ativamente o FRVS após a sua participação nessas formações, em 2016.

*E agora tu pode ver que a Coolabore tá com um número gigantesco de participação no Fórum por causa dos cursos do ano passado que só eu e a Regina participamos do curso de Dicação e Oratória e a Regina fica falando vai no Fórum, vai no Fórum, tem que ir no Fórum...e agora o pessoal tá indo mais porque está esperando oportunidade para fazer outros cursos. (R1).*

Esse relato de umas das recicladoras reforça a importância das atividades de formação. Na festa de aniversário de 14 anos do Fórum, em dezembro de 2016, foi realizada a formatura dos participantes dos cursos com a entrega de certificado e participação de seus familiares. Foi uma formatura emocionante, cujas mestras de cerimônia foram as mulheres que participaram do

<sup>114</sup> A prefeitura de Novo Hamburgo cedeu um espaço no município com um prédio que precisava de adaptações para ser utilizado pela COOPETSINOS.

<sup>115</sup> Essa oficina foi ministrada pelos apoiadores Odete Spies e Roque Spies, pessoas referência na história do FRVS.

curso de Dicção e Oratória, o que, pelos resultados evidenciados, comprova a importância dessa formação.

Como estratégia de melhor dividir as demandas existentes no FRVS para não sobrecarregar a coordenação, em janeiro de 2016, foram criadas três comissões: 1- Redes e comercialização solidária, 2- Registros, comunicação e divulgação, 3- Formação, palestras e intercâmbio. Cada Comissão era composta por um reciclador coordenador, outros recicladores que aderiam voluntariamente para ajudar a realizar as demandas da comissão e apoiadores. Por mais que essas ações tivessem provocado uma movimentação interessante de responsabilidade dos participantes, tiveram a duração de, em média, seis meses, e eram incentivadas por poucos recicladores. Aos poucos, essas foram se perdendo e atualmente não se realizam mais.

Nesse sentido, as formações e algumas ações contribuíram para o aumento do número de participantes no Fórum, pelo menos das cooperativas que já participavam mais ativamente. Em 2017, um dos aspectos apontados nas primeiras reuniões mensais do Fórum, e também nas entrevistas realizadas, foi a diminuição de cooperativas participantes, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Cooperativas participantes do Fórum em 2016 e 2017.

COOPERATIVA	MUNICÍPIO
COOARLAS - Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários.	Canoas
Cooperativa RENASCER.	Canoas
COOPCAMATE - Cooperativa de Catadores Mathias Velho.	Canoas
COOTRE - Cooperativa de Trabalhadores e Recicladores de Esteio.	Esteio
COOPERFEITORIA - Cooperativa dos Catadores do Bairro Feitoria.	São Leopoldo
Cooperativa de Recicladores Nova Conquista.	São Leopoldo
COOLABORE - Cooperativa de Limpeza Urbana Roselândia.	Novo Hamburgo
COOLABORE - Cooperativa de Limpeza Urbana Centro.	Novo Hamburgo
Univale - Cooperativa de Trabalho e Renda.	Novo Hamburgo
COOLABORE - Cooperativa de Limpeza Urbana Campo Bom	Campo Bom
Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos	Dois Irmãos
COOPERLAR - Cooperativa de Trabalho e Habitação	Nova Hartz

Fonte: Elaborado pela autora a partir das listas de presença do período (2018).

Fazendo um recorte de três momentos do Fórum, na sua constituição, em 2002 e 2005, chegou a contar com a participação de 17 cooperativas; em 2012, no projeto de execução do projeto Caminho das Águas, contava com cerca de 12 e, atualmente, 2016 e 2017, a participação, a partir das listas de presença, registra-se que 11 cooperativas passaram pelo FRVS, conforme sistematização apresentado no Quadro 4. No entanto, efetivamente, as que participaram com regularidade em 2017 foram: COOARLAS, COOPERFEITORIA, COOLABORE Roselândia, COOLABORE Centro e Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos.

Na reunião de setembro de 2016, foi destacado o desafio a fim de promover a participação dos cooperados no Fórum e também nas formações, uma vez que estes consideravam “perda de tempo a ‘tal participação política’, já outros se deslocam até a pé, sem comer, só pra conseguir participar das atividades... eu sempre tô aqui” (Documento 3).

Entre as possíveis razões quanto à diminuição do número - efetivo - de participantes, apontarei três, que foram as mais recorrentes nas respostas dos entrevistados. A primeira razão está, relacionada à criação de fóruns municipais; a segunda ao pouco incentivo das lideranças para a adesão do grupo e, por fim, uma terceira razão diz respeito ao interesse particular por parte de algumas cooperativas que só participam quando há algum benefício para receber do Fórum. Esses aspectos serão detalhados no capítulo 5.

O FRVS também se interessa pela visibilidade de suas ações e articulação com o poder público e a comunidade local e, para isso, promoveu sete seminários anuais desde o seu surgimento. Participei de três deles, realizados em 2013, 2015 e 2016. Nos dois primeiros, participei como ouvinte e técnica, ajudei na organização das atividades e, no último, como ouvinte pesquisadora. Foi realizado um resgate das falas do Seminário de 2016, que foi gravado e reescutado. Esse seminário foi atípico, pois contou com o protagonismo de mulheres catadoras, tanto na coordenação da atividade como na função de mestre de cerimônia e de composição das mesas.

*Acho que houve um avanço de (principalmente mulheres) se enxergarem como trabalhadores... acho que em alguns grupos tem sim. Tu viu a fala das gurias no seminário em NH, um empoderamento, uma das gurias dizendo assim: nós não vamos nos dividir, todos nós somos catadores! Acho que ali teve uma riqueza (A1).*

Dentre os desafios e avanços que ocorreram na Região, é importante destacar o da coleta seletiva e os dos processos de construção de centrais e redes de comercialização conjunta:



Canoas criou uma Central das Cooperativas que assumiu a coleta seletiva na Cidade. São Leopoldo também tem coleta seletiva iniciada em 2005 e agora entregue aos grupos de catadores. Novo Hamburgo construiu uma organização de catadores de rua para realizar também a coleta seletiva e venda conjunta (Documento 5).

Por fim, entre os desafios identificados, os mais latentes referem-se à manutenção dos contratos e à possibilidade de viabilizarem as vendas conjuntas. Destaca-se que todas as cooperativas participantes do FRVS, atualmente, possuem contratos com o poder público; no entanto, a cada ano, as renovações são colocadas em dúvida. Constata-se um retrocesso, pois, ao invés de serem reajustados os valores dos contratos, ou estes se mantêm os mesmos, ou ocorre diminuição nos valores repassados.

#### 4.2 Os recicladores do Vale dos Sinos

Parte dos dados utilizados para a reconstituição do perfil dos recicladores do Vale dos Sinos é oriunda de um trabalho citado no capítulo anterior, realizado ao longo de 12 meses, entre março de 2012 e março de 2013, pela Associação Caminho das Águas - Projeto Ecoprofetias. Fiz parte da equipe como analista de pesquisa, responsável pela elaboração dos instrumentos de coleta, realização dos grupos focais, sistematização, análise de dados<sup>116</sup> e produção de relatórios.

A pesquisa, composta por diferentes etapas, foi realizada em 14 coletivos de recicladores, seis dos quais na Região do Vale dos Sinos, todos participantes do FRVS. No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória em documentos e registros; a seguir, formou-se um grupo focal em cada uma das cooperativas e aplicou-se um questionário estruturado individual, de caráter censitário para estabelecer um diagnóstico inicial do perfil dos trabalhadores de cada Coletivo<sup>117</sup>.

Para a elaboração do perfil dos recicladores do Vale dos Sinos, foram extraídos do banco de dados do Projeto Ecoprofetias apenas os dados dos coletivos da região, composto por seis Cooperativas, totalizando 252 respostas<sup>118</sup>. Os resultados estão sistematizados a seguir.

No Vale dos Sinos, 59% dos recicladores são homens, 70% têm mais de 30 anos de idade, e a idade média é de 37 anos. No que se refere à etnia, 61% são brancos; o percentual de

---

<sup>116</sup> A partir do segundo semestre do projeto passei a contar com o apoio técnico do Instituto Fidedigna, que contribuiu com a sistematização e análise dos dados.

<sup>117</sup> O grupo focal foi realizado, transcrito e analisado por mim, e a aplicação do questionário foi realizada pelos educadores que acompanhavam os coletivos. A análise de todo o material foi realizada por meio do *Sphinx*, software de análise quali-quantitativa.

<sup>118</sup> As cooperativas são oriundas dos seguintes municípios: Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Novo Hamburgo, Sapucaia e São Leopoldo e todos os cooperados responderam ao questionário.

negros - composto por pardos e pretos - corresponde a 38%. A maioria é casada ou têm união estável (66,7%), e cerca de 77,8% possuem filhos, com média de 2,97 filhos por pessoa.

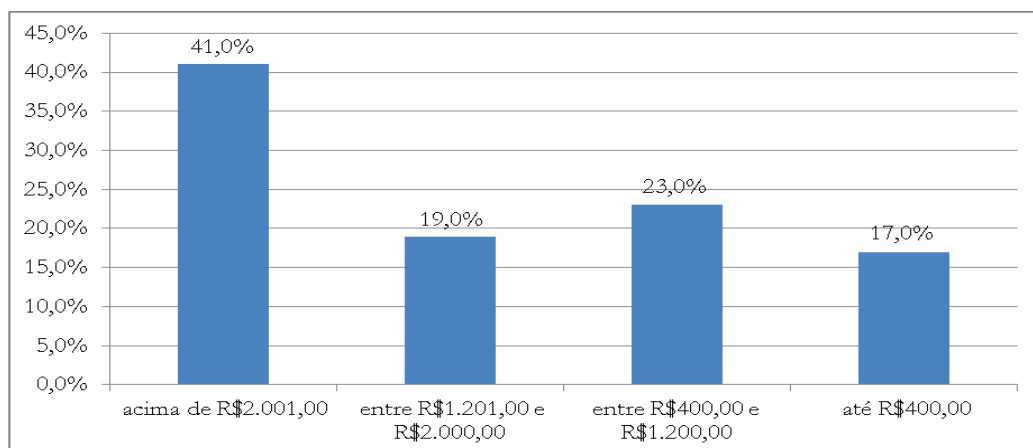
Sobre educação, 82% estudaram até o ensino fundamental (32% entre a 1ª e 4ª série; 50% entre a 5ª e 8ª), 4,4% possuem ensino médio completo e 4,8% não são alfabetizados, o que corresponde a um percentual inferior ao da média nacional de analfabetismo entre os catadores, que é de 20,4%.

No que se refere à situação de moradia, a maioria afirma ter residência própria (62%), sendo que, destas, a maior parte está quitada (55%); uma parte dos recicladores reside em moradia alugada, (18%), a outra, em ocupação ou área verde (14%) e parte não explicam (13%).

Quanto aos dados relacionados à renda, importante considerar que a pesquisa foi realizada em 2012 e 2013, período em que o contexto econômico da região se apresentava favorável; a renda atual, de 2017, é inferior a essa. Assim, quando questionados sobre a renda familiar, entendida como a soma da renda das pessoas que possuem trabalho remunerado e que residem no mesmo local, os valores declarados foram os seguintes: 42% afirmam receber, mensalmente, acima de R\$2.001,00; 13,5% entre R\$1.501,00 e R\$2.000,00; 18%, entre R\$1.001,00 e R\$1.500,00; 18%, entre R\$501,00 e R\$1.000,00; e 8,5%, até R\$500,00. 49% dos respondentes possuem entre três e quatro dependentes e 14%, mais de cinco dependentes<sup>119</sup>. Dos entrevistados, 23% possuem outra fonte de renda (pensão, aposentadoria, aluguel); destes, 15% são beneficiários do bolsa-família.

Quanto à renda individual, 41% dos recicladores afirmam receber acima de R\$2.001,00; 19%, entre R\$1.201,00 e R\$2.000,00; 23%, entre R\$400,00 e R\$1.200,00, e 17%, até R\$400,00.

Gráfico 1 - Renda individual dos recicladores do Vale dos Sinos



Fonte: Dados projetos Caminho das Águas (2013).

<sup>119</sup> Tendo em vista que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o valor per capita para uma família ser considerada em situação de extrema pobreza tem que ser até R\$ 85,00, apenas 8,3% dos recicladores do Vale poderiam ser enquadrados nessa situação.

No que se refere à naturalidade, quase todos os recicladores nasceram no Rio Grande do Sul (94%): mais da metade deles são do interior do Estado e possuíam a sua renda familiar oriunda da agricultura. Esses recicladores, portanto, fazem parte da parcela de trabalhadores oriunda do êxodo rural.

Em relação às suas experiências profissionais anteriores, que, no formulário, era uma questão de múltipla escolha, a maior parte trabalhou em indústrias (49%), prestação de serviços (25%), serviços gerais (25%), construção civil (20%) e somente 4% trabalharam na reciclagem: poucos, portanto, exerceram esse tipo de trabalho anteriormente. Esse dado contribui para a reflexão de que praticamente todos os recicladores do Vale dos Sinos tiveram experiências profissionais em outras áreas, o que precisa ser levado em conta para a análise de seu perfil.

No que se refere a tempo de atuação no setor da reciclagem, fator que pode ser considerado um aspecto importante para a reflexão acerca da permanência de tempo de trabalho dos recicladores nas cooperativas, 17% permanece mais de 8 anos; 37%, entre 2 e 8 anos; 18%, de 1 a 2 anos e 18%, menos de 6 meses. Conclui-se que a maioria (54%) está trabalhando na atividade de reciclagem há mais de 2 anos.

Sobre o aspecto familiar do trabalho, 37% possuem algum familiar trabalhando no mesmo coletivo. Uma das cooperativas delimita em seu regimento interno a possibilidade de, no máximo, ter três pessoas da mesma família no grupo.

Quando questionados sobre o que traria qualidade de vida no trabalho, para 45,6%, seria melhorias de infraestrutura; para 44%, seria a existência de coleta seletiva e conscientização da população e, para 5,6%, o cumprimento de direitos trabalhistas.

Em relação ao por que da escolha da profissão, questão também apresentada no formato de múltipla escolha, 46,4% responderam que gostam do trabalho, têm experiência ou consideram o ambiente satisfatório; 32% apontaram que a renda é satisfatória e 32% disseram que isso ocorreu por falta de opção (idade/estudo/necessidade).

Um aspecto de destaque relaciona-se à carga horária de trabalho: 75% trabalham mais de 40h. Talvez em consequência do esgotamento provocado pelo trabalho que exercem, ao serem questionados sobre opções de lazer nas horas vagas, de todos os entrevistados, 74% não souberam responder (as tentativas de respostas foram no sentido de mais trabalho, relacionados aos cuidados da família, casa e dos filhos). Entre as respostas restantes (26%), 16% responderam que frequentam a igreja, 6% assistem televisão e 4% apontaram como lazer a participação no Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos. Esse dado apresenta-se significativo como indicador da centralidade do trabalho na vida.

Importante salientar a heterogeneidade dos recicladores do Vale dos Sinos, o que às vezes fica pouco perceptível ao observar os dados quantitativos. A realidade de cada município, suas trajetórias e razões pelas quais constituem as cooperativas são diversas, como explicitado neste extrato de entrevista:

*Então quer dizer, esses processos da Coopcamate e da Coopermag são absolutamente diferentes dos de Dois Irmãos e da Coolabore, que é um grupo de pessoas que se reúne, enfrentam o desemprego, já são militantes do PT, já vem de outras experiências de militância de formação...por isso que eu digo. Essa formação que eu falo, não é só uma formação, mas é **uma formação que foi feita no tempo de luta política...** dentro de um contexto de saída da ditadura, entendeu? Então é um processo que vem da igreja, que vem do partido e hoje nós temos que pensar como é que ele pode acontecer, considerando esse contexto. Porque falta para as pessoas! (A2).*

As cooperativas citadas pertencem ao FRVS e possuem processos distintos, conforme o relato apresentado. Para algumas, a formação política antecede a sua existência fazendo parte da vida de alguns cooperados, principalmente daqueles que compõe a diretoria; para outros, não. Esse aspecto será aprofundado no capítulo 5.

#### 4.2.1 O perfil dos recicladores entrevistados

Na seção anterior foram apresentados os dados gerais oriundos do projeto da Associação Caminho das Águas; nesta, serão apresentados os dados coletados para o desenvolvimento da dissertação.

Foram entrevistados dez recicladores. Três foram apontados como não participantes do Fórum, dois fazem parte da coordenação do Fórum e os outros cinco são participantes, sem cargos.

Segue, nesta seção, o perfil geral dos catadores, que está sistematizado no Quadro 5.

Quadro 5 - Perfil dos recicladores entrevistados

Reciclador	Características
R1	Estudou até a 6ª série do ensino fundamental. Tem 36 anos, a mãe é recicladora, e o pai era pintor. Trabalhou como doméstica e terceirizada de fábricas de calçados. Seus filhos estudam, a mais velha possui formação de educadora. Atribui grande função às formações de que participou e participa; afirma que, a partir delas, conseguiu mudar a sua visão de mundo tanto como mulher, quanto como mãe. Passou a frequentar o FRVS em 2016, a partir de oportunidades de cursos oferecidos, e, desde lá, é uma das incentivadoras do espaço. Recicladora cooperada desde 2012 e também atuante no MNCR.

R2	Possui ensino médio incompleto. A mãe era diarista, e o pai, vigilante. Reconhece-se como catador <sup>120</sup> desde os oito anos, apenas com uma pausa entre os 14 e 23, quando trabalhou em fábricas de calçados, período em que participou do Sindicato dos Sapateiros. Retorna para a reciclagem como catador individual, quando conhece o Fórum dos Recicladores de São Leopoldo, em 2006, e, a partir disso, cria uma cooperativa de reciclagem. Tem três filhos, dos quais, dois trabalham na reciclagem, um deles pretende se especializar em cursos técnicos na área. Tem 46 anos e participa do FRVS desde 2010.
R3	Com sete anos trabalhava vendendo balas e picolé; aos 12 anos, começou a trabalhar na fábrica de calçados (passando cola), entra no sindicato, o que resulta em expulsão do trabalho e necessidade de buscar vários "bicos" para sobreviver. Possui ensino fundamental completo e não tem filhos. Trabalha na reciclagem há 19 anos. Atribui às formações de que participou e às atividades em grupo grande função por ter conseguido ampliar o seu olhar sobre o mundo. Tem 49 anos e participa do FRVS desde seu início, considerando alguns períodos de menor participação e também atua no MNCR.
R4	Trabalhou em fábrica de calçado, pertenceu ao Sindicato dos Sapateiros, trabalhou na construção civil e é reciclador há 21 anos. Seus pais não eram recicladores e seus dois filhos também não são, ambos possuem curso superior. Tem 59 anos, ensino médio completo. É entusiasta do FRVS e participa dele desde o seu surgimento, em 2002.
R5	Possui ensino médio incompleto. Tem 42 anos e tem uma filha. Os pais eram agricultores. Trabalhou em fábrica de calçados e atua na reciclagem desde 2007, período em que também passou a participar do FRVS, do qual é um entusiasta.
R6	Possui ensino médio incompleto. Recicladora desde 2007, 38 anos, não tem filhos. Seus pais eram agricultores. Histórico de trabalho em fábrica de calçado, sentimento de gratidão a tudo que o FRVS fez pelo seu grupo, considera que é necessário retribuir.
R7	Estudou até a 5ª série e tem 30 anos. Trabalhou como doméstica, lavadora de carro, entregadora de panfletos, mas a maior parte do seu tempo de trabalho foi dedicado em serviço terceirizado das fábricas de calçados buscando conciliar trabalho remunerado com o cuidado com os filhos. A mãe é recicladora, e o pai era pintor. É mãe de 6 filhos, os em idade escolar estudam, a mais velha faz curso técnico de enfermagem. Tornou-se recicladora em 2012, além de participar do FRVS desde 2016 também atua no MNCR.
R8	Possui curso superior completo e tem 34 anos. Seus pais eram agricultores; hoje a mãe é catadora. Trabalhou na indústria calçadista, é catador <sup>121</sup> desde 2008. Atribui às formações de que participou grande função por ter conseguido mudar suas concepções de mundo. Já frequentou o FRVS, atualmente se dedica ao MNCR, não se considera opositor <sup>122</sup> ao Fórum, pelo contrário, o considera como uma instância importante de articulação local.
R9	Possui ensino fundamental completo e tem 36 anos. Foi catador individual de 1998 a 2006 quando passou a compor uma cooperativa. Seus pais são agricultores e tem 1 filho. Participou da articulação do FRVS; atualmente se dedica ao MNCR, reconhece a força do Fórum e diz não participar principalmente porque possui muitas demandas e precisa eleger as prioridades.
R10	Estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Recicladora desde 1996. Mãe de quatro filhos. Seus pais eram agricultores. Um de seus filhos trabalhou como catador; atualmente, todos estudam e buscam outras profissões. Tem 47 anos e já frequentou o FRVS, mas, no momento, não o frequenta porque considera que <i>“as coisas não saem do papel”</i> .

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2018).

<sup>120</sup> Dos 7 recicladores entrevistados que frequentam o Fórum, esse foi o único que afirma não se reconhecer como reciclador, mas como catador. Esclarecido isso, a nomenclatura que será utilizada para identificar os trabalhadores participantes do FRVS será a de reciclador.

<sup>121</sup> R8 e R9 são os identificados como críticos ao Fórum. Entendem-se como catadores em virtude de suas atuações no MNCR. Mas reconhecem que os trabalhadores que estão no FRVS se entendem como recicladores pelo fato de não atuarem na rua catando materiais. Portanto, reconhecem as diferenças, mas consideram que a luta é a mesma.

<sup>122</sup> Crítico no sentido de fazer oposição.

Foram entrevistados recicladores de quatro cooperativas (Colabore Roselândia, Cooperfeitoria, Uniciclar e Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos), dos quais, seis eram do sexo masculino, e quatro, do feminino. A idade dos recicladores variou entre 30 e 59 anos, a maioria entre 30 e 40 anos. Dos dez entrevistados, seis possuem filhos uma média de dois filhos; apenas uma entrevistada possui seis.

No que se refere ao tempo de trabalho na reciclagem, cinco entrevistados trabalham entre cinco e dez anos, e os outros cinco atuam entre 19 e 23 anos. Sobre a participação no FRVS, três pessoas frequentaram-no entre um e dois anos; duas, entre sete e dez anos; duas, desde seu início, há 15 anos. Já dos três identificados como opositores ao FRVS, dois frequentaram-no em seu início (2002) e um, entre 2008 e 2009<sup>123</sup>.

Destacam-se alguns **pontos de consenso** entre as falas dos entrevistados. Todos sabem que a maior parte dos catadores do país não está organizada e possuem clareza de que pertencem ao elo mais fraco da cadeia da reciclagem no que se refere ao pagamento pelo serviço que prestam.

Apenas um dos entrevistados entende que, para ser considerado “reciclador”, é preciso estar na etapa de beneficiamento do material, como a da Cooperativa de Dois Irmãos, por exemplo. Para os demais, a diferença está entre trabalhar na rua catando material, por isso ser considerado “catador”, ou estar organizado num espaço de trabalho fazendo a triagem e o beneficiamento, quando possível; por isso, seriam considerados “recicladores”. Assim, como os trabalhadores do Fórum estão em espaços de trabalho organizados, não catam na rua, se consideram recicladores.

Outro ponto de encontro nas entrevistas é referente a não viabilidade do trabalho na reciclagem sem os contratos com o poder público. Tendo em vista que, no Estado do Rio Grande do Sul, dos seus 497 municípios, 63 possuem algum tipo de parceria com cooperativas de catadores, e apenas 20 efetuaram contratos com as cooperativas para a realização da coleta seletiva (Wirth, 2016), o FRVS, que tem todos os seus atuais membros contratados pelo poder público, constitui-se como exceção na realidade do Estado.

**Os pontos de dissenso entre os entrevistados foram** agilidade e morosidade do Fórum, falta de indignação e diferenças sobre a percepção referente ao papel dos apoiadores; são aspectos que se constituem em questões que serão apresentadas no capítulo 5.

Por fim, cabe salientar que os recicladores do Vale dos Sinos - que foram entrevistados - se constituem, praticamente, como a 1ª geração de recicladores de suas famílias. A maior parte

---

<sup>123</sup> Mesmo tendo sido identificados como não incentivadores do Fórum, os três recicladores afirmam não participar por falta de tempo, dois deles se dedicam ao MNCR e a outra, embora tenha afirmado não fazer oposição, considera pouco efetivo o papel do Fórum, acredita ser muito “demorado os encaminhamentos”.

dos seus pais eram agricultores e, na cidade, foram trabalhar em fábricas ou em “bicos”, como eles dizem. Apesar de sentirem orgulho de seu trabalho, seus filhos fazem outras atividades e estudam, portanto, não pretendem seguir a profissão de seus pais o que, para a maioria, os enche de orgulho por conseguir proporcionar educação para os filhos<sup>124</sup>.

### 4.3 O funcionamento do FRVS

Buscando sintetizar os acontecimentos históricos descritos nas seções anteriores, segue um quadro com os principais acontecimentos de 1970 a 2017:

Quadro 6 - Evolução histórica dos acontecimentos no FRVS comparados com os acontecimentos nacionais e regionais.

Conjuntura Nacional	Conjuntura do Vale dos Sinos	Conjuntura do FRVS
<b>1970 / 2000</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundamento das políticas neoliberais em curso no país.</li> <li>- Crise econômica, aumento de desemprego, privatizações acirradas pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.</li> <li>- Surgimento, em Porto Alegre, da FARRGS, uma das primeiras articulações dos catadores (1996).</li> <li>- Realização do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (1998).</li> <li>- I Congresso Nacional dos catadores de papel (1999).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Contexto de apogeu e crise das indústrias coureiro-calçadistas.</li> <li>-Flexibilização das relações de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos firmou seu primeiro contrato de coleta seletiva com o poder público (1995).</li> <li>- A Cooperativa Coolabore de Campo Bom firmou seu primeiro contrato de prestação de serviço com o poder público (1996).</li> </ul>
<b>2000/2001</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundamento das políticas neoliberais.</li> <li>- Criação do MNCR (2001).</li> <li>-Tomada de poder por diversos governos populares no país.</li> <li>-Realização do 1º FSM (2001).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação entre as entidades de apoio para elaboração da proposta de desenvolvimento para região do Vale dos Sinos (PDRA/VS).</li> <li>- Divulgação do diagnóstico da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O FRVS começa a surgir a partir dessas reuniões no Vale dos Sinos em busca de soluções coletivas. Nesses encontros do PDRA/VS participaram várias associações e cooperativas de reciclagem.</li> </ul>

<sup>124</sup> Essa passagem e a convivência no campo de estudo possibilita aferir que, por mais que os recicladores do Vale dos Sinos possam ter alcançado um nível de organização e renda melhor do que os demais catadores do país, ainda assim a atividade que exercem, que é de grande esforço físico e insalubridade e pouco reconhecimento, os faz desejar um futuro diferente para seus filhos.

	região, resultado do PDRA/VS.	- Os recicladores do Vale dos Sinos atuaram da constituição do MNCR em Brasília (2001).
<b>2002/2003</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002).</li> <li>- Reconhecimento da profissão de Catador pela CBO (2002).</li> <li>- Criação da SENAES e do CNES.</li> <li>- Realização de três Plenárias Nacionais de Economia Solidária.</li> <li>- Realização do 2º e 3º FSM.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise, desemprego e fechamento de fábricas do setor coureiro-calçadista que começavam a migrar para outros estados e países.</li> <li>- I Seminário de empreendimentos de Economia Popular Solidária (EPS) do Vale dos Sinos e Paranhana (2002).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do setor de reciclagem no Seminário de EPS do Vale dos Sinos, ocorrido em 2003, no CECA.</li> <li>- I Encontro de Recicladores do Vale dos Sinos, no qual foi escrita a Carta Aberta à População, marco fundador do FRVS (2003).</li> <li>- I Intercâmbio entre os coletivos e início das plenárias mensais (2003).</li> </ul>
<b>2004/ 2005</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Período de crise econômica, grande índice de desemprego.</li> <li>- Diversos governos populares assumem os estados e municípios.</li> <li>- Realização do 5º FSM (2005).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de três Encontros de empreendimentos de economia solidária (2004).</li> <li>- São Leopoldo inicia a coleta seletiva, começando as tratativas com os catadores (2005).</li> <li>- Seminário “Lomba Grande em Debate” que ampliou a discussão sobre o futuro da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Encontros do Setor de Reciclagem com formações, oficinas, cursos, intercâmbios e visitas técnicas.</li> <li>- Iniciam os encontros Públicos do Fórum:</li> <li>- I Encontro com Gestores Públicos, na CELIC – em São Leopoldo.</li> </ul>
<b>2006/2007</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reeleição do Presidente Lula.</li> <li>- Instituição do Decreto nº 5.940/2006, que prevê a destinação de materiais recicláveis de órgãos federais para associações e cooperativas.</li> <li>- Lei nº 11.445/2007, que prevê a dispensa de licitação para contrato dos catadores.</li> <li>- Início do Programa Cataforte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Surgimentos do Fórum dos Recicladores de São Leopoldo.</li> <li>- Constituição do Fórum de Economia Solidária de Novo Hamburgo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formações no Sítio da Lomba Grande.</li> <li>- Foram realizadas diversas visitas em indústrias na Região: Astoria, Recipel, Saint Gobain e Metalax.</li> <li>- II Seminário com Gestores – na Câmara de Vereadores de São Leopoldo.</li> </ul>
<b>2008/2009</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise econômica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As prefeituras de Canoas, Sapucaia, Novo Hamburgo e São Leopoldo constituíram diretorias de economia solidária e garantiram equipes comprometidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seminário na Unisinos e outro em parceria com o Fórum da SubBacia do Arroio Sapucaia, que reúne mensalmente na REFAP (2009).</li> </ul>



<b>2010</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.</li> <li>- Eleição da Presidente Dilma Rousseff.</li> <li>- Tarso Genro foi candidato e venceu as eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul.</li> <li>- O MNCR cria o Pagamento por serviços ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Catavida, em Novo Hamburgo.</li> <li>- Em Canoas foi criada a Central das Cooperativas (COOPERCAN).</li> <li>- Contratação das cooperativas de Canoas para a realização da coleta seletiva na Cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontro com o candidato Tarso Genro no Auditório do COL.</li> <li>- Entrega de um documento para o candidato com propostas de políticas públicas para a reciclagem.</li> <li>- Participação de duas lideranças do Fórum no encontro em Brasília para a elaboração da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.</li> <li>- O Fórum teve participação em diversos painéis sobre a nova Legislação dos Resíduos: Encontro Estadual de Catadores (Santa Cruz), Encontro Nacional de Formadores e Apoiadores de Catadores (Canoas) e Seminários do Consórcio Pró-Sinos.</li> <li>- Elaboração de documento e audiências com gestores (prefeitos, secretários) cobrando ações e políticas na área da reciclagem.</li> <li>- Realização do Planejamento Estratégico do FRVS em seu aniversário de 8 anos.</li> </ul>
<b>2011</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seminário no Sindicato dos Metalúrgicos (São Leopoldo). Debate com representantes do Governo do Estado, uma proposta de construção da Cadeia Binacional do PET, a COOPETSINOS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas de Intercâmbio nas cooperativas.</li> <li>- Estudos coletivos sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.</li> <li>- Em agosto de 2011, quando a PNRS completou um ano, o Fórum promoveu uma Plenária de formação sobre o assunto.</li> <li>- Realização de duas oficinas com mulheres da reciclagem.</li> </ul>
<b>2012</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 12.690/2012 que dispõe sobre a organização e funcionamento das Cooperativas de Trabalho.</li> <li>- Início das tratativas com o governo Federal e Estadual para a consolidação da COOPETSINOS.</li> <li>- Realização da 5ª Plenária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novo Hamburgo contratou a cooperativa composta por catadores individuais (Coolabore Centro) para realizar a coleta seletiva e venda conjunta no centro da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comemoração dos 10 anos do FRVS.</li> <li>- Realização de Seminário no Unilasalle, em parceria com o Pró-Sinos, a UPAN, a REFAP e a Associação Caminho das Águas.</li> <li>- Visita técnica de representantes das cooperativas do Vale dos Sinos a empreendimentos em São Paulo,</li> </ul>

<p>Nacional de Economia Solidária.</p>		<p>com o propósito de trocar experiências.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação ativa dos recicladores nas audiências sobre os planos municipais e estadual de resíduos.</li> <li>- Realização de encontros de estudos sobre a nova Lei das Cooperativas de Trabalho.</li> <li>- Qualificação dos processos tecnológicos de algumas cooperativas participantes através de projetos e parcerias.</li> </ul>
<b>2013, 2014 e 2015</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início do Programa Pró-catador (2013).</li> <li>- Primeira edição do Prêmio Pró-catador.</li> <li>- O MNCR entrega uma proposta ao Governo Federal do Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) (2014).</li> <li>- Reelection da Presidente Dilma Rousseff (2014).</li> <li>- Brasil sai do mapa da fome.</li> <li>- Início do processo de <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff, sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal (2015).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- São Leopoldo contrata as cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva (2014).</li> <li>- O projeto de Coleta Seletiva Solidária, de São Leopoldo, recebeu o prêmio “Gestor Público 2015”, do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do RS.</li> <li>- O governador do RS, Tarso Genro, não vetou a proibição da incineração no Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do FRVS contra os projetos de instalação de Usinas de Incineração a partir dos resíduos, para obtenção de energia (2014).</li> <li>- Participação em conferências municipais, estadual e nacional do meio ambiente. Com ênfase para o Plano Estadual com vigência de 2014-2034.</li> <li>- Realização de três atos contra a incineração em São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo.</li> <li>- Inauguração simbólica da COOPETSINOS, em Novo Hamburgo.</li> <li>- Realização de seminários em 2013 e 2015 sobre a questão da reciclagem no Vale dos Sinos.</li> </ul>
<b>2016/2017</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff, em seu lugar o vice-presidente Michel Temer assume a presidência.</li> <li>- Diversas reformas em curso no país (Reforma trabalhista; Reforma Previdenciária; Flexibilização da fiscalização do trabalho escravo).</li> <li>- Fortalecimento dos movimentos conservadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleição de sete prefeitas mulheres.</li> <li>- Onda conservadora na região, retrocesso, também, nas políticas da reciclagem.</li> <li>- Problemas na manutenção dos contratos das cooperativas do Vale dos Sinos.</li> <li>- Criação do Fórum Municipal de Catadores de Novo Hamburgo. Contratação da Cooperativa Univale para a realização da coleta seletiva em mais um bairros, como projeto piloto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização do seminário sobre a reciclagem - resgate da história do Catavida - , em Novo Hamburgo (2016).</li> <li>- Realização do curso de Dicção e Oratória para as catadoras e do curso de Computação para os trabalhadores das cooperativas em Parceria com o IFRS/POA, a Apoena Socioambiental e a Unisinos.</li> <li>- Diminuição da quantidade de municípios participantes do FRVS.</li> <li>- Manutenção dos contratos e vendas coletivas como pauta</li> </ul>

		central.
--	--	----------

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas entrevistas realizadas e documentos sobre o FRVS (2018).

Retomada a síntese histórica, considera-se que os integrantes do Fórum reconhecem como fundamental o suporte que tiveram - desde o começo - das entidades de apoio como o COL, o CAMP, o CECA e as incubadoras das Universidades UNISINOS, UNILASALLE, e do IFRS/POA, com ênfase para a Incubadora Tecnosocial da Unisinos<sup>125</sup>, que faz acompanhamento sistemático do Fórum, desde 2009.

Nos primeiros anos, as reuniões do FRVS eram no COL, articuladas por intermédio do Conselho Diretor, do setor de Movimentos Sociais e Administrativo dessa entidade. Essa parceria possibilitava ao Fórum, tanto a utilização de espaço físico para realização de reuniões e encontros de formação, como o apoio em mobilizações, registros, capacitações e elaboração de documentos. A maior parte dos registros do FRVS é proveniente desse período, pois este contava com apoio mais sistemático. Desde 2014, as reuniões passaram a ser na antiga sede da UNISINOS.

Historicamente, o FRVS organiza-se de forma autônoma, com recursos próprios, ainda que, pontualmente, busque apoio financeiro em diversos órgãos financiadores. A elaboração desses projetos é protagonizada pelas entidades de apoio e apoiadores individuais, em conjunto com os recicladores, com o propósito de fortalecer aspectos definidos por estes.

As últimas demandas identificadas para a captação de recursos foram as que buscavam proporcionar capacitações para as mulheres recicladoras, para a realização de intercâmbios e para a constituição de capital de giro, visando à realização de vendas coletivas pelo Fórum. Importante considerar que entre as demandas de formação, tanto nos registros como nas entrevistas, a de formação política não consta na pauta, por mais que, na prática, as ações apontem para essa direção.

No que se refere à questão de registros das atividades do Fórum, considera-se esse ponto um desafio. Inúmeras razões são identificadas para que isso ocorra, como, por exemplo, a pouca prática de leitura e escrita por parte dos recicladores, o que se reflete também na fragilidade dos registros internos de muitas das cooperativas e representa a pouca valorização que eles dão a esse tipo de prática<sup>126</sup>.

O FRVS é uma entidade informal, portanto nunca teve o processo burocrático de escolha de coordenação: ficam à frente do grupo pessoas que se disponibilizam para tal. Segue abaixo a

<sup>125</sup> O nome completo da incubadora é: Programa Tecnosociais para empreendimentos solidários. Tecnosociais - Unisinos, Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários de Geração de Trabalho e Renda.

<sup>126</sup> Aspecto interessante de se analisar, pois as cooperativas mais bem estruturadas também possuem melhores registros e a ideia deste estudo surge por meio dos participantes desses grupos.

linha de sucessão da representação, que os recicladores chamam de coordenação, assim como as entidades e apoiadores que estiveram presentes em sua trajetória:

Quadro 7 - Histórico de coordenação e apoio do FRVS

Período	Cooperativas	Municípios	Representantes	Apoiadores/ Instituições	Apoiadores Pessoas Físicas
2002 2006	Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos e Coolabore Campo Bom	Dois Irmãos e Novo Hamburgo	Odete Spies, Roque Spies e Paulo Bohn.	CAMP, COL, ONG Itapuy.	Maria Suziane Gutbier.
2006 2012	Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos, Coolabore Novo Hamburgo, Coarlas e Coolabore Campo Bom	Dois Irmãos, Novo Hamburgo, Canoas e Campo Bom.	Roberto da Silveira, Paulo Bohn, Beatriz da Silva e Geraldo Simmi.	COL, Tecnosociais Unisinos, Associação Caminho das Águas, CAMP.	Odete Spies, Roque Spies, Maria Suziane Gutbier., Maria Isabel Lima, Roseli Dias.
2012 2015	Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos, Renascer, Coopcamate, Coarlas e Coolabore Roselândia.	Dois Irmãos, Canoas e Novo Hamburgo.	Roberto da Silveira, Michele Santos, Maria Onélia Silveira, Anna Silveira e Paulo Bohn.	COL, Tecnosociais Unisinos, Associação Caminho das Águas, IFRS/POA, CAMP.	Alda Beatriz Fortes, Roque Spies, Odete Spies, Maria Isabel Lima, Alessandro Soares e Maria Suziane Gutbier.
2015 2017	Cooperativa de Recicladores de Dois Irmãos, Coolabore Roselândia e Cooperfeitoria	Dois Irmãos, Novo Hamburgo e São Leopoldo	Roberto da Silveira, Delci Simch, Paulo Bohn e Josué dos Santos.	Tecnosociais Unisinos, IFRS/POA, Apoena Socioambiental.	Alda Fortes, Maria Suziane Gutbier., Roque Spies, Odete Spies, Maria Isabel Lima e Alessandro Soares.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2018).

Percebe-se uma permanência - ao longo dos 15 anos do Fórum - de coordenação entre a Cooperativa de Dois Irmãos e a Coolabore Roselândia.

Entende-se que o processo que se estabelece dentro das cooperativas é diferente do que o Fórum proporciona.

*Participar do fórum hoje é um comprometimento, pra ver as pessoas, pra saber como estão e, de alguma forma, ajudar. Pensar de que alguma forma coletivamente se pode avançar, né. As pessoas que vão a gente nota que depois passa a reproduzir aqui no grupo essa forma coletiva de trabalho, é um aprendizado para as pessoas que vão. O fórum ajuda a criar um elo entre os grupos, o que é bem importante. (R4).*

As reuniões do FRVS são mensais, ocorrem todo o último sábado do mês. Essa coordenação citada no quadro acima se encontra todas as segundas terças-feiras do mês para pensar a pauta do encontro mensal. Normalmente, participam dessa reunião de coordenação entre cinco e seis pessoas. Esse encontro é aberto a todos e sempre conta com a presença de apoiadores.

Nas primeiras reuniões, os recicladores assumiram o compromisso de construir uma caminhada conjunta marcando encontros frequentes que passaram a ser mensais, tornando famoso o último sábado do mês como dia de reunião do Fórum dos Recicladores, sempre recheada de assuntos da reciclagem e acompanhada por chimarrão e partilha de lanches (famosas cucas) trazidos pelos participantes. Algumas lideranças sempre assumiram a tarefa de preparar e mobilizar as associações para as reuniões mensais e outras atividades programadas com a colaboração de apoiadores. (Documento 7).

Nas reuniões mensais, participam entre 30 e 50 pessoas. Atualmente, uma média de seis cooperativas são representadas por um ou mais cooperados, e sempre estão presentes em torno de cinco apoiadores individuais ou representando entidades de apoio. As reuniões possuem certa regularidade em seu andamento.

Iniciam com a apresentação de todos os presentes. Essa apresentação demora porque cada participante relata a sua situação, normalmente trazendo demandas ou descreve os acontecimentos do mês de sua cooperativa. Constitui-se num momento de socialização sobre o que está acontecendo nas cooperativas de reciclagem do Vale dos Sinos.

Após a apresentação, os participantes recebem um convidado externo buscando capacitar o grupo sobre uma demanda deles; outras vezes, alguém do grupo se organiza para falar, ou ainda, esse tempo é utilizado para aprofundar uma pauta do mês, sem a presença de convidados externos. Quando existem recursos disponíveis, via projetos, as capacitações aumentam e esse período é destinado para esse fim.

Em 2016, fizeram a tentativa de organizar os participantes por comissões a partir de adesão voluntária, que era denominada de reunião das comissões. O grupo foi dividido em três comissões; cada comissão compunha-se, também, por apoiadores, mas os coordenadores de cada uma seguiam sendo os recicladores, conforme explicado na seção anterior. Essa dinâmica funcionou por um tempo, mas as comissões foram perdendo a força, e as reuniões passaram a não incluir esses momentos<sup>127</sup>. Por fim, ocorrem os informes e os encaminhamentos. Quando

---

<sup>127</sup> Particularmente eu considerava as comissões uma ideia ótima para descentralizar as ações do Fórum. No entanto, poucos recicladores também consideravam e aos poucos a movimentação foi perdendo força. Acredito que o baixo incentivo dos apoiadores também foi um fator que contribuiu para o fim dessas práticas, aspecto pouco citado nas entrevistas.

funcionavam as comissões, também era previsto um tempo para socialização das discussões dos grupos.

De forma geral, a estrutura segue essa ordem: às vezes, não acontece a reunião porque é realizado algum seminário; outras ocorrem passeatas ou manifestações. Tudo sempre é combinado nessa reunião de coordenação e em conformidade com as demandas existentes. Normalmente, não há intervalos nas reuniões e cada pessoa leva um alimento, café e chimarrão para compartilhar, momento sagrado dos encontros.

O Fórum é percebido pelos recicladores como um local de apoio, onde é possível pedir ajuda para a resolução de questões, tanto relacionadas ao município, como aos grupos participantes. Assim, como ocorre com a realidade de muitas organizações de catadores, o grupo é heterogêneo, alguns se mantêm porque acreditam na causa; outros, encontram ali um espaço de acolhimento, porque o Fórum é identificado como acolhedor, reconhecimento identificado nas falas das entrevistas, principalmente por parte das mulheres. Outros ainda o frequentam esporadicamente quando precisam de algum auxílio. De qualquer forma, para todos, inclusive para os entrevistados reconhecidos como críticos do FRVS, o Fórum é fundamental, como fica expresso no seguinte trecho de fala de um dos recicladores entrevistados: *“vou dizer assim, para nós o fórum do Vale nunca foi ruim. Ele sempre foi bom, tanto é que ele vive até hoje né, com todas as dificuldades que tem. Ele existe até hoje, **resiste!**”* [grifo nosso] (R8).

O Fórum também é reconhecido como espaço de formação para as cooperativas grandes, que não conseguem suprir a demanda de formação interna de cada cooperado que ingressa na cooperativa a cada mês. Apesar de as ações do Fórum envolver menos místicas, comparado a outros movimentos, como o MNCR, por exemplo, sua dinâmica contribui para qualificar e fortalecer os recicladores da região. As práticas se dão mais no nível empírico e menos subjetivo, o que é expresso no hino que o Catavida canta, reconhecido pelo FRVS como hino dos recicladores. Esse hino trata de aspectos concretos, da importância da reciclagem, da segregação do material; não reforça a importância da categoria, mas busca qualificar suas condições de trabalho e, conseqüentemente, sua remuneração, aspecto muito valorizado entre eles.

#### 4.4 As relações de classes

A exploração, portanto, não define apenas um conjunto de status dos atores sociais, mas um padrão de interações permanentes estruturado por um conjunto de relações sociais, as quais ligam mutuamente exploradores e explorados. (Wright, 2015a, p.134).

Buscou-se trazer ao longo da trajetória dos recicladores, nas seções anteriores, um raciocínio que contribuisse para o entendimento das relações estabelecidas no FRVS.

A categoria relações de classe é composta pelas seguintes subcategorias identificadas nas entrevistas: exploração, contradições, classes, reprodução das desigualdades, cadeia produtiva, superação do trabalho individual. Essas subcategorias foram identificadas em diversas situações, como nas descrições de conflitos entre os catadores individuais e os catadores organizados; situações compreendidas como exploração dos recicladores por parte do estado, compradores e empresas. Esses contextos, identificados como de exploração, expressam-se em fatos como, por exemplo, o de os recicladores serem os responsáveis pela execução da maior parte do trabalho (90%) e 75% dos ganhos ficarem com as indústrias, conforme dados do IPEA (2012). No FRVS, esse cenário pode ser verificado tanto por meio das situações dos contratos com o poder público e pelos conflitos com os catadores individuais, como pela desvalorização dos preços de seus materiais, aspectos, entre outros, que serão apresentados nesta seção.

#### 4.4.1 A exploração nas relações de classes

Retomando o que foi apresentado no capítulo 1 sobre a cadeia da reciclagem, os aspectos destacados nesta seção serão relacionados à desvalorização dos preços dos materiais comercializados pelos recicladores, à insegurança quanto à manutenção dos contratos das cooperativas com o poder público e à relação das cooperativas tanto com os compradores como com o estado, o qual prioriza a contratação de empresas convencionais.

Quanto à desvalorização dos materiais comercializados pelos recicladores, segue um quadro por meio do qual podem ser comparados os reajustes da cesta básica, do salário mínimo e de alguns materiais comercializados em 2003 com os de 2017. A tabela de preços de 2003 foi retirada do registro da primeira reunião do FRVS (Documento 1); essa organização dos preços dos materiais foi chamada nessa reunião de Leilão de Materiais<sup>128</sup>; já os preços de 2017 foram obtidos por meio de uma média estabelecida entre os valores de comercialização de duas cooperativas que pertencem ao FRVS.

---

<sup>128</sup> Essa organização dos preços dos materiais se constituiu numa atividade criada no primeiro encontro do FRVS em 2003 pelos apoiadores envolvidos no PDRA, que propuseram aos recicladores convidados que estes levassem seus dados de comercialização para ser feita uma comparação entre eles, atividade que os recicladores tentam manter ativa.

Tabela 3 - Comparativo de preços e valores de 2003 e de 2017.

	<b>Cesta básica</b>	<b>Salário mínimo</b>	<b>Alumínio latinha</b>	<b>Papelão</b>	<b>Plástico filme transparente</b>	<b>Pet verde</b>
<b>2003</b>	R\$ 214,66	R\$ 240,00	R\$ 2,90	R\$ 0,35	R\$ 0,40	R\$ 0,65
<b>2017</b>	R\$ 436,68	R\$ 937,00	R\$ 4,00	R\$ 0,40	R\$ 1,20	R\$ 1,60
<b>Aumento em %</b>	<b>103,43%</b>	<b>290,42%</b>	<b>37,93%</b>	<b>14,29%</b>	<b>200,00%</b>	<b>146,15%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese, 2017), o salário mínimo de 2003 era de R\$240,00, e o de 2017 é de R\$937,00. O custo da cesta básica (PROCON, s.d) em Porto Alegre, em 2003, era de R\$214,66 e, em 2017, é de R\$436,68. Os materiais escolhidos para ilustrar os ajustes de valores comparados com o aumento do custo da cesta básica e do salário mínimo foram os que estão entre os mais comercializados e também os que possibilitaram comparações: o alumínio, o papelão, o plástico filme transparente e o Pet verde.

Tendo em vista que a remuneração mensal de grande parte dos catadores do país é oriunda apenas da comercialização dos materiais<sup>129</sup> - uma vez que 90% trabalham individualmente -, o fato de o salário mínimo ter aumentado 290,42%, a cesta básica 103,43% e a comercialização dos materiais mais vantajosos - exceto a linha de plásticos -, ter aumentado 37,93%, que é o alumínio, contribui para algumas reflexões, mesmo sem grande profundidade nos cálculos, o que se reconhece como necessário.

O alumínio é o material campeão na reciclagem do país, chegando a um percentual de aproveitamento de 98,4%<sup>130</sup>. No entanto, “no Brasil, a lata de alumínio corresponde a 1% na coleta seletiva municipal segundo a pesquisa Ciclossoft 2012. Boa parte delas é coletada antes por catadores autônomos” (CEMPRE, 2018a). Nesse sentido, a garantia da reciclagem de quase 100% do alumínio do país é garantida pelos catadores individuais, os mais explorados da cadeia, o que garante o aumento da margem de lucro das empresas e também que isso siga sendo um excelente negócio, para alguns.

Essas constatações comprovam o quanto os reajustes da reciclagem deixaram de ser refletidos em ganhos para os trabalhadores que estão na ponta da cadeia. Se olharmos para o

<sup>129</sup> Em diálogo informal com representante do MNCR, ele contou que ficava com raiva cada vez que o salário mínimo subia porque tudo subiria junto, menos a remuneração deles.

<sup>130</sup> “Em 2015, 97,9% do total das latas de alumínio disponibilizadas no mercado brasileiro foram recicladas. Foram 292,5 mil toneladas, o que corresponde a 23,1 bilhões de unidades, ou 63,3 milhões por dia ou 2,6 milhões por hora [...] o processo de reciclagem do alumínio consome apenas 5% da energia elétrica necessária para produzir a mesma quantidade de alumínio pelo processo primário” (CEMPRE, 2018a).



preço do papelão, o quadro piora: seu ajuste, nesses 15 anos, foi de apenas 14,29%, levando-se em conta que também é um dos materiais de grande escala de reciclagem<sup>131</sup>.

Quando se observa o caso dos plásticos, a situação se modifica, pois existe uma valorização de preços desses materiais e parte dos lucros obtidos está sendo repassada para os recicladores no momento da comercialização, mas a maior parte do ganho fica para as empresas, conforme dados do IBGE (2012). Esse desajuste vem sendo discutido nos acordos setoriais, com menos velocidade do que mereceria.

Está em curso uma discussão importante no que se refere à logística reversa e aos acordos setoriais que precisam ser firmados, responsabilizando todos os envolvidos, desde a produção ao descarte final das embalagens. O fato é que, mesmo que o CEMPRE (2016) afirme que as empresas estão “apoiando” ou “apoiaram” 683 cooperativas de catadores, de 2012 a 2016, os apoios referem-se a melhorias de estrutura, equipamentos e assessoria para o gerenciamento de indicadores. Até o momento, os recicladores não são pagos para prestarem esse serviço, que é de obrigação das empresas: o de darem o destino correto para o resíduo que produzem<sup>132</sup>.

Mais de 90% dos catadores do país exercem gratuitamente esse serviço, sobrevivendo apenas com o valor da comercialização dos materiais que catam. No caso do Vale dos Sinos, em que as cooperativas possuem contratos com o poder público, quem paga parte dessa conta são as prefeituras. Ainda assim, os contratos se restringem à coleta do material, e não ao serviço de triagem<sup>133</sup>.

Quando se atenta exclusivamente para a questão econômica, sem medir questões sociais e ambientais, a coleta seletiva se apresenta como mais cara para o município, a um custo de R\$438,00/ton, do que a coleta convencional, cujo custo é de R\$95,00/ton. No entanto, parte desses custos deveria ser bancado pelo setor privado, que precisa dar o destino ambientalmente correto às embalagens que produz, por exemplo.

Mesmo que esteja previsto na PNRS que o setor privado tem a obrigação de construir seu Plano de Gerenciamento de Resíduos, participar da logística reversa para embalagens e remunerar os municípios que executam a logística reversa em seu benefício, na prática as ações não são realizadas. Sabe-se que os lucros das empresas não param de crescer tanto pela economia que

---

<sup>131</sup> Importante considerar que esses valores, mesmo com defasagem, ainda são os melhores porque são pagos para catadores organizados que possuem uma quantidade considerável de material para a comercialização. O cenário certamente se agrava para os catadores individuais que vendem diariamente o que catam para sucateiros. O objetivo era fazer uma tabela envolvendo os preços praticados em diferentes datas (anos), porém esses dados não são públicos, pois são negociados diretamente com as cooperativas e variam conforme a região; os dados apresentados são do Vale dos Sinos.

<sup>132</sup> O fato de o CEMPRE utilizar o termo “apoio” às cooperativas já explica a forma como as enxerga, o que representa a dificuldade em serem reconhecidas como prestadoras de serviço, o que as retiraria do âmbito da assistência social.

<sup>133</sup> As exceções são os contratos das cooperativas de Dois Irmãos, Coolabore Campo Bom e Coolabore Roselândia.

realizam por meio da utilização de matérias recicláveis, quanto pelos lucros auferidos a partir do não pagamento dos recicladores, conforme abordado no capítulo 1<sup>134</sup>.

Portanto, os recicladores deveriam estar sendo remunerados também por esse serviço que executam. No entanto, as discussões travadas desde 2010, embora tragam previsões legais, na prática não se efetivam, e as perspectivas de quem acompanha o debate são pessimistas:

Vocês sabem que as indústrias no Brasil, elas têm muito claro que não vão fazer contrato com as cooperativas, isso todas elas, Brasken e companhia LTDA, todo mundo afirma que as empresas, na logística reversa, eles vão apoiar as cooperativas com equipamentos, estrutura, **mas jamais pensam em fazer contratos de prestação de serviço de coleta e coisa assim**. E essa é a dificuldade maior que nós temos; **uma coisa é tu ter estrutura, outra coisa é tu manter essa estrutura depois**, por exemplo, Dois Irmãos ainda tem a cobertura da energia, mas, em Canoas, eu já perguntei se eles têm noção do que significa a energia e o tratamento da água, que também é um problema, tem que fazer um poço artesiano e depois o tratamento dessa água, a gente sabe de tudo isso aqui pelo debate da usina da Pet, né, então, assim, se é viável, então, acho que é uma questão econômica que é assim que pra nós falta, muitas vezes, elementos sobre isso, temos que aprofundar isso. Mas assim, qual é a estratégia que as grandes empresas que estão fazendo logística têm com relação aos catadores... (Documento 3).

A fala desse apoiador é bastante ilustrativa da realidade enfrentada. A PNRS prevê – conforme foi pactuado no acordo setorial de 2015 - a redução de 22% dos materiais destinados aos aterros sanitários até o final de 2017<sup>135</sup>. As informações precisas sobre os resultados serão divulgadas em 2018<sup>136</sup>. O que pode-se afirmar é que, a partir dos dados publicados pelas próprias empresas (Coca Cola, AMBEV e Brasken), é que o reaproveitamento dos resíduos sólidos, que elas mesmas geram, vem sendo vantajoso para seus negócios, conforme apresentado no capítulo 1.

Já para os trabalhadores - que atuam na ponta da cadeia - executando a parte mais penosa do trabalho - o que se tem acompanhado, em nível nacional, em benefícios deles, é a atual execução de um projeto financiado pela Coca Cola, que prevê a adequação de 250 cooperativas do país para o início do trabalho na logística reversa. A gestão desse projeto vem sendo administrada pela Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis

<sup>134</sup> Existem contradições nesse ponto. Mesmo que os dados do IPEA (2013) apresentem a economia das empresas a partir da reciclagem, se este for comparado com o custo a partir da utilização da matéria-prima virgem, obtém-se o lucro de R\$1.164,00/ton. Mesmo assim, o CEMPRE (2016) aponta a necessidade de desoneração da cadeia produtiva a partir da redução dos tributos para estimular a ampliação do parque reciclador.

<sup>135</sup> Essa redução representa 3.815,081/ton de embalagens por dia. Maiores informações em: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/embalagens-em-geral>>.

<sup>136</sup> A situação dos dados também é um problema a se enfrentar, pois grande parte são oriundos do CEMPRE, que representa o setor empresarial, portanto não possui neutralidade para a veiculação das informações, ou pelo SINIR, que é vinculado ao governo federal, mas as informações são fornecidas voluntariamente, portanto, são incompletas.

(ANCAT), braço jurídico do MNCR, e as cooperativas beneficiadas são, preferencialmente, as filiadas ao Movimento e os benefícios se restringem a readequação de estrutura e assessoria na parte de gestão.

No que se refere aos dilemas com o poder público, destaca-se o reconhecimento da importância - por parte dos recicladores - das leis que os protegem, pois estes, nas entrevistas, afirmam que, para muitos, o entendimento em relação aos contratos firmados com os municípios parece não ser completamente compreendido como direito, mas como favor. Esse diagnóstico evidencia, ainda mais, o papel das formações promovidas pelo FRVS.

Os conflitos entre as cooperativas com o poder público são diversos e se acirraram nos últimos anos: exceto no que diz respeito à situação de Dois Irmãos, os demais municípios enfrentam dificuldades, que se estendem desde o período de vigência dos contratos, chegando estes a serem de seis meses, a exemplo do contrato atual da Cooperativa Coolabore, em Novo Hamburgo, até o não reajuste de valores, sob a justificativa de restrição de recursos; mas, ao mesmo tempo, a firmação de contratos milionários para a contratação de empresas para a prestação de serviço de coleta no município, incluindo os contêineres, que é desacompanhada de um programa de educação ambiental, e de diálogo com a sociedade para a definição de prioridades, acaba sendo um problema para a efetividade da boa gestão dos resíduos (Cidades..., 2017).

Em decorrência disso, em agosto de 2017, os recicladores de Novo Hamburgo, apoiados pela população, MNCR e o FRVS solicitaram uma audiência para esclarecimentos. Para a surpresa de todos, a audiência não contou com a presença de representantes governamentais; mesmo assim, a audiência ocorreu<sup>137</sup>, sendo enfatizados nela aspectos como os trazidos pela recicladora Tássia Rodrigues:

O material chega de tal forma nos galpões de maneira que não é possível sua reciclagem. Nós seremos impactados com isso. Nossa renda diminuirá. O que eles querem é privatizar todos os serviços. Não querem o catador, mas o serviço gerido por grandes empresas. (Câmara..., 2017).

Nesse cenário, o papel do Fórum é reconhecido como mobilizador em prol dos enfrentamentos locais que as cooperativas precisam fazer. Com o propósito de compreender as negociações que estavam sendo realizadas, em 2017, como ação preparatória para a audiência, foi organizado um grupo de estudos entre apoiadores e recicladores para a compreensão acerca dos custos com esses serviços. O trecho de entrevista a seguir ilustra a situação: *“agora, como as*

---

<sup>137</sup>Audiência Pública realizada na Câmara dos vereadores de Novo Hamburgo (Câmara, 2017).

*prefeituras estão em crise, elas querem diminuir os valores dos contratos, né, mas não para as empresas; em Novo Hamburgo eles vão aumentar o valor do contrato com a empresa, meu Deus! Drasticamente, né” (A4).<sup>138</sup>*

Outro caso emblemático é o de São Leopoldo, que, ao invés de reajustar o valor do repasse das sete cooperativas de reciclagem, impõe a necessidade de redução de 9% a partir da renovação do contrato, em julho de 2017, com a justificativa de que a diferença seria repassada para as duas outras cooperativas, que, até o momento, não eram remuneradas pelo serviço que prestam<sup>139</sup>.

Só pra ajudar no contexto...vai haver uma redução de 9% do contrato. Pra incluir a Cooperesíduos e Mundo Mais Limpo... a diferença das cooperativas vai pros dois, 12 mil e 3 mil e pouco. Então, esse valor que tá indo, tá saindo das cooperativas, das 7 contratadas. Onde foi proposta a ideia pra renovar, **ou se não quisesse renovar ai seria aberto edital público...** e ai propuseram, e ai, na outra terça-feira, tivemos uma reunião, ai, fechou os 9%, ai só pra vocês entenderem que não é o governo que vai bancar, são as cooperativas que vão bancar... (Documento 3).

Contudo, as informações, até dezembro de 2017, são de que, além de os repasses da Prefeitura de São Leopoldo estar com atraso de quatro meses, as duas cooperativas não conseguiram entregar toda a documentação solicitada. Assim, as sete cooperativas que possuem o contrato nem mesmo com o desconto estão recebendo em dia<sup>140</sup>.

É uma coisa que vai vir pra nos ajudar mesmo... embora a gente não fique muito contente, porque, na verdade... fui bem claro lá que não sabia de nada, que foi uma decisão deles... (Fala do reciclador que pertence a um dos grupos que supostamente seria incluído - Documento 3).

Que foi um retrocesso foi, né, mas, a princípio, eu olho pra esse lado; pelo menos, entrou lá 60 pessoas de lá e mais 10 do Mundo Mais Limpo. Então, pra coleta, agregou bastante... e eles tão lá há anos, e agora uma ajuda vai vir né, mas dessa forma. (Documento 3).

Essas falas expressam a forma como o Estado consegue colocar um trabalhador contra o outro, ou colocar sob a responsabilidade deles a ajuda mútua. Os valores de contratação das cooperativas não acompanham critérios específicos e reais de custo do serviço. Ao se comparar os valores pagos à Cooperativa de Novo Hamburgo<sup>141</sup>, que já é baixo, e não haverá reajuste, fica por volta de 60 mil/mês. Já a Cooperesíduos, que tem o mesmo número de trabalhadores, teria

<sup>138</sup> O contrato com a cooperativa do município que executa a triagem do material reciclável e domiciliar gira em torno de 60 mil ao mês; o contrato com a empresa responsável pelos contêineres custa em torno de 1 milhão ao mês.

<sup>139</sup> Com essas duas novas cooperativas, seriam firmados convênios, e não contratos.

<sup>140</sup> De qualquer forma, mesmo que as duas cooperativas estivessem aptas a receber, quem as estaria pagando seriam as sete cooperativas, ou seja, a Prefeitura de São Leopoldo estaria beneficiando nove cooperativa com o mesmo custo de sete.

<sup>141</sup> A cooperativa é composta por 66 trabalhadores.

um convênio de cerca de 12 mil/mês para realizar o mesmo serviço de triagem do material domiciliar exercido pela cooperativa de Novo Hamburgo.

*A relação com o poder público se constitui como frágil, como esse problema agora em Novo Hamburgo, anos de trabalho em risco a cada governo. O trabalho com os resíduos é responsabilidade do poder público, sei que pela lei são parte da gestão compartilhada dos resíduos, né, só que a maioria dos grupos “carrega o piano”, e essa incapacidade de se articular e sentir a importância do seu trabalho. No entanto, o gestor não entende como um serviço de sua responsabilidade. (A1).*

De todas as questões apresentadas sobre os dilemas na cadeia produtiva e relações com o Estado, o que fica claro para os recicladores é a constante incerteza do que pode acontecer. Essa situação reforça a necessidade da articulação do setor nos fóruns municipais e também no regional, pois, nos momentos de negociação, a presença dos recicladores de toda a região, apoiadores e simpatizantes ajuda na mobilização, fazendo pressão social.

Normalmente, as propostas por parte do poder público acabam sendo aceitas porque os recicladores partem do pressuposto de que é melhor o valor baixo do que nenhum valor; mesmo assim, grande parte deles tem clareza de que precisam caminhar para a garantia de direitos já conquistados e o aprimoramento destes, como expressa o trecho da entrevista abaixo:

*Teve um dia que a gente fez uma reunião e eu falei: gente, se a gente fazer uma retrospectiva, a gente vai ver que, lá no passado, a gente aceitou trabalhar 100 toneladas<sup>142</sup>, a gente discutiu quantos minutos a gente ia ficar no banheiro, entendeu? Então, a gente aceita retroceder? Não, né! **A gente não pode aceitar, a gente tem que andar para frente, buscar mais direito e não perder!** Então, eles não aceitam muito quando parte das pessoas as ideias, mas, no fim, acaba aceitando porque não têm outras alternativas. [grifo nosso] (A1).*

E quando questionado o papel do Fórum, a mesma entrevistada comenta:

*Ano passado, todo movimento partiu do Fórum, né. Com certeza, aquela primeira carta que foi feita no Fórum e levado lá na Prefeitura lá, a gente ficou muito abismado com aquilo que a nossa inteligência não ia tão longe (risos) como aquela carta... sim, eles acham que vão mexer aqui e não dá nada, mas, daqui a pouco, eles vão ver que, nossa, tem um movimento organizado e nós não vamos mexer com ele...eles vão vir tudo contra nós, ali eles voltam. (A1).*

Nesse relato, a recicladora explicita o papel do Fórum, a partir tanto da possibilidade de respaldo no momento de escrita de uma carta de apoio, papel normalmente dos apoiadores, quanto do fato simbólico de sua existência, pois os faz perceber que não estão sozinhos, que podem recorrer à ajuda, assim como entendem que essa articulação regional também causa certo constrangimento por parte do poder público.

<sup>142</sup> O valor do contrato deles era para 100t/mês e haveria acréscimo de pagamento quando passasse desse peso, o que sempre acontecia. Essa combinação estava em risco, a Prefeitura não queria mais pagar o acréscimo.

No que se refere ao papel dos compradores que fazem a intermediação entre as indústrias e os recicladores, são pessoas e organizações, que, normalmente, “nem tocam nos materiais”, conforme relatos dos entrevistados, pois são eles que carregam o caminhão na cooperativa e, quando chega na fábrica, os trabalhadores de lá descarregam. Mas quem se beneficia economicamente, com uma parte substancial do processo, exclusivamente pelo fato de ter relações e capital de giro, são os atravessadores e a indústria.

*A gente vê os atravessadores como parceiros, mas, ao mesmo tempo, a gente vê também que parte da nossa renda fica nas mãos deles, a gente pensa se vendesse direto o material, se descobrir pra quem ele vende, né, tem essa visão assim... mas a gente não tem muito acesso sobre isso, não tem muito desenvolvimento pra correr (R3).*

*A gente tem receio assim porque quem compra um material compra todos, e eles podem boicotar a gente, eles até tentaram boicotar a gente quando começamos a parceria com Dois Irmãos, aí o cara veio e disse: ó, como é que vocês vendem material pra Dois Irmão se eu tô comprando o material de vocês? Né? (R3).*

E quando questionados sobre de que forma o FRVS contribui nessas negociações ou nesse cenário, a resposta dos recicladores pode ser sintetizada nos dois trechos seguintes:

*Pelo fortalecimento na questão de buscar, de melhorar a renda, de não ficar preso no atravessador, né. O Fórum ajuda nisso porque, naquelas planilhas de preço<sup>143</sup>, o grupo tá vendendo a tanto, quanto?... pra tá dentro dos valores né? Isso também traz uma noção, assim, bah, mas tô vendendo a tanto pro fulano, a gente pode melhorar... mas aí tem aquele impasse, posso melhorar um material, mas e aí, o outro material? O cara que vai me comprar o material vai me questionar (R3).*

*Ele é chantagista, né, ele joga muito com nós, né. Se tu não deixar levar esse material, ele não quer outro, ele tem que levar o bom para poder levar o ruim e joga demais **com a gente que acaba cedendo. A gente ainda dá uma brigada porque nós temos material, a gente é uma cooperativa grande né, mas pega uma cooperativa pequena ele acaba mandando, né... acaba assumindo tudo.** [grifo nosso] (R7).*

As possibilidades de superação dessa situação passam tanto pela união e confiança entre as cooperativas, para que tenham quantidade de material, como por capital de giro para que estas consigam garantir o pagamento mensal dos cooperados, uma vez que a indústria pede entre 40 e 60 dias para pagar. Esse cenário agrava-se pelo fato de que algumas cooperativas, além de trabalhar com adiantamento de recurso por parte do comprador, que acaba pagando ainda menos, possuem equipamentos cedidos pelo comprador, o que fica explicitado na fala de uma entrevistada: “*imagina se eu tivesse aqui um equipamento do João, como é que eu ia brigar com o João? Como é que vai ficar sem a máquina?*” (R1).

<sup>143</sup> A planilha de preços é uma dinâmica adotada pelo FRVS. A cada mês as cooperativas participantes levam a planilha preenchida com os valores dos materiais comercializados naquele mês, assim como o nome dos compradores. Por mais que nos discursos se apresente como importante, na prática, poucas fazem e vem caindo em desuso.

Nesse sentido, uma ação que tentaram colocar em prática, conforme já foi abordado neste capítulo 4, foi a COOPETSINOS, que se constituiu num exemplo das dificuldades que surgem quando se pretende superar esses desafios da comercialização conjunta. Além da iniciativa da COOPETSINOS não ter dado certo, por várias razões já comentadas, acabou sendo um exemplo negativo para a superação dessa condição de ficarem dependentes dos compradores, o que será analisado no capítulo seguinte.

Outras cooperativas mais históricas estão qualificando seus processos tecnológicos, investindo em beneficiamento dos materiais, recebendo equipamentos por meio de projetos e parcerias, a partir de uma lógica de que “não se pode esperar muito do poder público”. No entanto, o que se questiona nessa seção é o fato de o poder público priorizar os investimentos em empresas privadas em detrimento dos trabalhadores. O que pode ser entendido como exploração, a partir de Wright, pois, mesmo que o estado não seja beneficiado diretamente pela restrição dos recicladores, a condição em que se encontram os recicladores possibilita que o estado consiga direcionar seus investimentos para as empresas privadas, normalmente as de médio e grande porte, o que deixa claro a serviço de quem ele está.

#### 4.5 A trajetória do FRVS e as relações de classes

A partir da perspectiva de que para entender as peculiaridades do FRVS era necessária a compreensão histórica tanto da região como também de questões nacionais ocorridas desde sua criação em 2002, utilizou-se a técnica de **análise de séries temporais** (Yin, 2005). Teve-se em vista que a suposição básica que norteia essa técnica foi a de que existe um sistema causal mais ou menos constante, relacionado com o tempo, que exerceu influência sobre os dados no passado e pode continuar a fazê-lo no futuro (Yin, 2005).

Os padrões detectados referem-se aos cenários que ajudam a compreender as mudanças havidas no mundo do trabalho, a forma como os trabalhadores foram sendo levados a um trabalho informal e, para alguns, a constatação de que o trabalho coletivo vem se apresentando como possibilidade de sobrevivência.

O fato é que “o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção” (Bosi, 2008, p. 113). Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, sendo considerado, portanto, que uma relação social de **exploração** se faz presente. Para Wright (2015a, 2015b), é fundamental reconhecer o antagonismo dos interesses materiais que estão ligados às **relações de classe** em virtude da apropriação do esforço do trabalho; essa apropriação pode ser chamada de **exploração**. Wright define exploração no sentido de extração de valor do trabalho, de uns (explorados) pelos outros

(exploradores), que pode ser aferida de duas formas: **opressão econômica não exploratória**, quando não há apropriação direta do fruto do trabalho do explorado pelo explorador e **exploração**, quando há apropriação do fruto do trabalho, como já apresentado no capítulo 2.

Assim, a **exploração** define um padrão de interações permanente e estruturado por um conjunto de relações sociais que constitui tanto uma das condições necessárias para o lucro numa sociedade capitalista, como um conceito central para entender a natureza dos interesses gerados pelas **relações de classe**.

Nesse sentido, o conflito de classe está no cerne das explicações marxistas. É indiscutível que a classe afeta vários aspectos da vida social. A análise de classe pode ser compreendida como central em uma agenda de pesquisa sobre as causas e as consequências das **relações de classe**.

Os principais aspectos constatados na trajetória dos recicladores do FRVS se referem a fatores como: a) seus pais eram trabalhadores rurais e acabaram migrando para cidade em busca de melhores condições de vida; b) possuem histórico de grande parte de trabalhadores com experiências em trabalho formal que conseguiram acessar espaços de formação política (sindicatos, movimentos ligado à teologia da libertação, partidos políticos, etc.) que contribuíram para a consolidação das cooperativas de trabalho a que atualmente pertencem; c) no que se refere a tempo de trabalho na reciclagem, cinco entrevistados trabalham entre cinco e dez anos, e os outros cinco atuam entre 19 e 23 anos no setor; d) mais da metade dos entrevistados participa do FRVS há mais de sete anos, o que representa uma permanência e resistência na causa, fator de fundamental relevância para o estabelecimento de uma luta constitutiva da classe.

Nesse sentido, por mais que a história do FRVS se constitua por uma série de fatores que apontem a trajetória dos recicladores participantes como exitosa, essa realidade constitui-se como exceção à regra, pois a maioria dos catadores do país é de trabalhadores individual e se encontra inserida nesse sistema ainda de forma desorganizada, sem respaldo coletivo e legal.

Por tudo isso, a autonomia dos catadores identificada noutros estudos precisaria ser, pelo menos, relativizada. De fato, o processo histórico que constitui a massa de trabalhadores para atuar na reciclagem, a partir da exclusão do mercado formal, baixa escolaridade, idade avançada para recomeçar outra profissão, é fruto de uma articulação histórica do sistema capitalista que, para fazer com que o setor da reciclagem se tornasse lucrativo, precisou de grande quantidade de trabalhadores com o perfil adequado a necessidade (Bosi, 2008). Esse histórico indica que o trabalho do catador é integrado ao circuito de acumulação de capital; portanto, não se constitui em trabalhador excluído do mundo do trabalho, mas incluído na forma histórica em que o sistema capitalista vem se consolidando e permitindo que o seja: explorado, como afirma Bosi (2008).



Em referência ao cenário dos recicladores do Vale dos Sinos, que estão organizados em cooperativas de trabalho, grande parte dos equipamentos que possuem e praticamente todos os espaços físicos de trabalho são de propriedade do estado. Os recicladores executam um serviço de atribuição dos municípios, possuem contratos com valores abaixo do preço de mercado e sofrem constante pressão para a manutenção ou diminuição dos valores cobrados a cada renovação de contrato<sup>144</sup>. Tal contexto desonera o poder público, pelo fato de que - por necessidade - os recicladores realizam o serviço, mesmo nessas condições longe das ideais, liberando, assim, o poder público para investir seus recursos em outros fins<sup>145</sup>.

Além disso, a falta de regulamentação da cadeia produtiva da reciclagem - atrelada à ineficiência de fiscalização por parte do estado - faz com que os acordos setoriais acabem não sendo cumpridos ou sendo parcialmente cumpridos. Esse fator tem duas consequências, que favorecem as grandes empresas privadas que utilizam materiais recicláveis em seus processos produtivos: a) mesmo sem pagar os catadores, o serviço de coleta seletiva que esses trabalhadores realizam sozinhos, ou via prestação de serviço para o estado, segue sendo realizado porque eles precisam do trabalho (mesmo que só do material para vender); b) o poder público (via impostos) arca com as despesas da coleta seletiva que custa seis vezes mais do que a domiciliar. Ou seja, o cenário de vantagens para as empresas privadas, conforme descrito no capítulo 1 e analisado na seção anterior, só é extremamente favorável porque possuem custos mínimos e ganhos máximos em matéria de economia e divulgação dessas boas práticas. Tal contexto é possível porque historicamente os catadores compõe a massa do **exército industrial de reserva**, ou seja, o excedente de mão de obra criado pelo próprio sistema capitalista que garante o barateamento da força de trabalho. No caso analisado, o custo com a maioria dos catadores acaba sendo zero (Bosi, 2008).

Mesmo que no contexto da reciclagem não se tenha apropriação direta do excedente dos recicladores por parte das empresas capitalistas da cadeia da reciclagem, o produto que adquirem à jusante do processo de coleta e separação feito pelos catadores e recicladores lhes sai a baixo custo. Ao mesmo tempo, o estado economiza com o que não paga ou economiza porque paga menos para esses trabalhadores. O fato de os compradores pagarem menos pela compra dos

---

<sup>144</sup> Importante considerar que os recicladores do Vale dos Sinos são exceção, pois, mais de 90% dos catadores do país não são pagos pelo serviço que executam.

<sup>145</sup> Um exemplo do que se afirma é encontrado em Demajoravic & Lima (2013), que citam o que ocorre em Santo André/SP. Nesse município, os 1400 catadores coletavam diariamente 196 mil quilos de material, enquanto que a empresa contratada para realizar a coleta seletiva da cidade coletava 15 mil quilos. Esse cenário possibilita economia estimada em 3 milhões por ano para o poder público, caso todo esse volume fosse coletado pela empresa.

materiais dos recicladores resulta em ganhar mais na hora da comercialização para a indústria, mesmo que todo o trabalho insalubre e pesado tenha sido realizado pelos recicladores<sup>146</sup>.

Em face dessas considerações, compreende-se que as **relações de classe** se constituem como relações de poder e não apenas de privilégio, o que se verifica, também, a partir das dificuldades no cumprimento da legislação prevista - o PNRS.

Nessa perspectiva, a explicação do conflito sempre exige, pelo menos, dois elementos: uma visão de interesses opostos em jogo no confronto e outra da capacidade dos atores para buscarem seus interesses. Assim, o contexto dos recicladores se constitui em um cenário de **exploração** não só porque é vantajosa a existência desses trabalhadores para o estado, mas também porque essa dependência do explorador em relação ao explorado<sup>147</sup> é tão perceptível que acaba resultando na capacidade de resistir, como, por exemplo, a consolidação dos espaços políticos organizativos através de suas cooperativas e suas organizações de segundo grau, nesse caso, o FRVS.

Por fim, o objetivo de construir esta análise foi a busca por melhor compreensão acerca das mudanças havidas no Vale dos Sinos que desencadearam na organização da classe dos recicladores. Com isso, pode-se compreender que as cooperativas de catadores da região surgem, principalmente, em decorrência do desemprego oriundo do setor coureiro-calçadista. Portanto, a opção pela profissão também passa por uma necessidade e todos os desafios enfrentados - tanto pelas cooperativas quanto pelo Fórum - estão diretamente associados com os acontecimentos regionais e nacionais. A consolidação de classe é compreendida como a formação de atores coletivos organizados em torno de interesses de classe.

No próximo capítulo trataremos das **visões de mundo** dos recicladores a partir de suas vivências, assim como se fará um fechamento no final do capítulo 5 sobre o **processo de tomada de consciência** a partir das **relações de classe** e das **visões de mundo**.

---

<sup>146</sup> Essa exploração resulta de dominação por parte dos compradores que, por possuírem capital de giro, garantem a intermediação entre os recicladores e as empresas. De acordo com Bossi (2008), o setor dos compradores pode ser considerado como oligopsônio, pois é uma estrutura de mercado caracterizada por haver um número pequeno de compradores.

<sup>147</sup> Para Wright: “bem-estar do explorador depende do esforço dos explorados, e não apenas das privações destes” (Wright, 2015b, p. 133). Em síntese, significa que o Estado, por exemplo, não é entendido como uma classe de pleno direito, pois o “principal mecanismo envolvido não está centrado nas relações sociais de produção, e sim no controle direto da violência por parte do Estado e, portanto, a elite do Estado não é uma “classe” no sentido padrão” (Wright, 2015b, p. 133).

## CAPÍTULO 5 - AS VISÕES DE MUNDO DOS RECICLADORES

Com o intuito de identificar as dinâmicas relacionadas à constituição da consciência de classe, neste capítulo serão trazidos os dados do campo da pesquisa a partir das perspectivas de **visão de mundo**. Ressalta-se que o objetivo deste estudo não é o de medir níveis de consciência, mas de perceber de que forma a articulação política em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS) contribui para a compreensão crítica de mundo dos recicladores participantes.

Nesta seção, serão abordadas as subcategorias que compõem a **visão de mundo** dos recicladores, a partir de aspectos voltados para o despertar de consciência crítica, a organização nas cooperativas, o papel das formações, as diferenças de concepções de mundo proporcionadas pelas experiências na cooperativa e no Fórum, o sentido do Fórum e os desafios a serem enfrentados. Nessas reflexões, as subcategorias identificadas foram **exploração, ideia de grupo, prática, revoltas, processos/mudanças, motivo de ingresso e permanência na luta, papel das formações, garantia de adesão ao Fórum, possibilidade de vivenciar o poder como verbo e papel exercido pelas lideranças dos recicladores**.

Para a compreensão da **visão de mundo** dos recicladores, buscou-se o entendimento das dinâmicas de suas vidas. Como foram constatadas situações bastante heterogêneas, serão identificadas neste capítulo com as **visões de mundo** tendo como foco a compreensão sobre a influência do FRVS. A partir do resultado das entrevistas, optou-se por considerar as histórias relacionadas **às experiências de trabalho** como o primeiro momento de composição da visão de mundo, pois se percebeu que todas as falas se constituem de períodos nos quais os entrevistados “se dão conta de sua condição” ou “passam a se dar conta da condição do outro”.

A escolha do segundo recorte de situação na vida que foram detectadas mudanças na visão de mundo dos entrevistados ocorre a partir da entrada na cooperativa ou de suas inúmeras outras participações em outros espaços de articulação política em razão disso. Desse contexto, buscou-se compreender as diferenças entre as contribuições que o trabalho cooperativado proporciona, das provenientes de participação no FRVS, uma vez que nem todos que estão na cooperativa participam do Fórum.

Nesse sentido, as seções que compõem este capítulo se estruturam da seguinte forma: a primeira, apresenta as visões de mundo do trabalho formal ao cooperado; a segunda, analisa as visões de mundo a partir das formações e participações em reuniões; a terceira, refere-se ao papel dos recicladores líderes para as visões de mundo do grupo; a quarta aborda a influência dos apoiadores na consolidação da visão de mundo dos participantes, assim como o olhar dos recicladores sobre o papel dos apoiadores; a quinta, propõe um debate entre as contradições

presentes nas práticas de superação das desigualdades e sua reprodução; e, na última, conclui-se o capítulo relacionado à convergência das categorias **visão de mundo** e **relações de classe** para a consolidação da **consciência de classe**.

### 5.1 As visões de mundo do trabalho formal ao cooperado

*Se a gente não tem uma estratégia, a gente está na estratégia de alguém! (R2<sup>148</sup>)*

A partir do estudo de campo, principalmente em decorrência das entrevistas, identificou-se que o processo de consolidação de consciência dos participantes do FRVS ocorre em diversas situações, com destaque para as relacionadas às restrições econômicas vivenciadas por eles e à **exploração** percebida no mundo do trabalho, em cujo sistema vigora, também, a estratégia de colocar trabalhador contra trabalhador:

*Quando eu comecei a participar dos grupos de novena, grupos de jovens e aí entra o [estudante de teologia] também né, e eles estavam fazendo trabalho de conscientização daí comecei a **despertar**, a ver que o patrão não era tão bonzinho e comecei a me dar por conta e me lembro até hoje ainda existe lá a casa, tem a fábrica, a Casa Velha que a gente passa às vezes por lá que aí na esquina tinha uma casa que era uma loja que a gente fazia os sapatos para exportação e o sapato falhado ficava naquela loja ali, os que tinham defeito, e os bonitos, que **tiravam o couro da gente**, e isso era exportado né **e eu nunca tinha dinheiro para comprar um e aí comecei a despertar**, né... o bom eu não consigo eu não tinha dinheiro para comprar um bom para mim. E aí a disputa dentro né, quando começa a conscientizar assim... **e isso me deu o “tcham” assim de não poder comprar o calçado que eu fabricava**, só aqueles lá falhado. E outra coisa assim, de não ir no banheiro, por exemplo, porque era produção e aí tinha fila de gente né, **se tu não quer outros querem**, né...sabe que eu cheguei até a pensar assim, minha colega que era minha amiga trabalhando ali, tomara que tenha uma dor de barriga uma coisa porque eles amedrontavam a gente, se tu não quer tem um monte de gente. Tomara que ela precise ir, porque aí eles mandam, porque eles ameaçavam a gente né! Então que ela tenha uma dor de barriga uma coisa que vai ela embora e que eu fique com o emprego... E quando eu comecei a me dar por conta disso... (A5).*

Nesse trecho de entrevista, é apresentada a visão sobre a **exploração** na relação entre patrão e empregado; além desses, outros aspectos são mencionados, como os que envolvem a ameaça constante de ser mandado embora. Tal situação provoca nos trabalhadores insegurança tão significativa que os faz esquecer preceitos éticos e morais a ponto de desejar o mal dos colegas a fim de que sua situação – ainda que seja pautada na **exploração** – seja preservada.

<sup>148</sup> Neste capítulo será mantido o anonimato dos entrevistados.

Ainda em relação à exploração, também se destaca nas entrevistas o papel dos grupos de jovens promovidos por uma parte da igreja católica, por meio da teologia da libertação e pastoral da terra, em defesa de uma lógica de inclusão dos pobres:

*O que me despertou foi a **participação no grupo de jovens, as questões de justiça, de desigualdade social...** essa situação que eu vivia dentro da empresa, dava pra ver. Também tinha as questões de não poder estudar. Então essas situações de ser injustiçado, **ver que a divisão do bolo era muito desparelha**. Tive também várias influências da região do vale dos sinos na época, a própria constituição do partido dos trabalhadores, tinha uma ligação direta através da CUT. (R4).*

Nesse sentido, destacam-se alguns pontos como a percepção de **exploração** por parte dos trabalhadores da indústria coureiro-calçadista, os quais, por essa razão, passaram a fazer parte dos sindicatos e de outras organizações políticas na época. Esse primeiro cenário de que “*tinha alguma coisa que não batia, mas que não sabia compreender*” (A2) foi sendo amadurecido nesses espaços de formação, como sindicatos, partidos, espaços vinculados à igreja como as comunidades eclesiais de base, etc. Essas experiências foram importantes para que os recicladores tivessem tido acesso à formações políticas durante seu percurso de trabalho formal.

*No momento, tava entediado com a situação, eu trabalhava de sol a sol e o que eu ganhava não tinha como eu ter uma estrutura pra me desenvolver como adulto, eu queria ser adulto, queria ter roupa daquela época, queria ter um tênis daquela época, que era o Adidas Marathon, nossa, eu chorava! Trabalhava e não tinha dinheiro pra comprar um, era como se fosse um Nike hoje, sabe. Aí eu ficava loco porque trabalhava e não tinha e tem gente que os pais dão, eu ficava pirado, aí fui me entediando com isso. (R3).*

Esse contexto, atrelado ao cenário de desemprego no Vale dos Sinos a partir da década de 1990, fez com que muitos dos atuais recicladores, que haviam tido participação ativa nos sindicatos e na fundação de partidos políticos vinculados à esquerda, junto com o apoio de entidades de apoio, percebessem o cooperativismo como uma estratégia, pois vislumbravam não apenas ganhos econômicos e a estabilidade no trabalho, mas, também, a possibilidade de exercerem a autogestão.

Além dessas questões um entrevistado lembra que:

*A organização de catadores ou outros profissionais em associações ou cooperativas em diversos casos no Vale do Sinos e possivelmente em muitas outras situações Brasil afora aconteceu por indução das prefeituras tanto em casos de fechamento de lixões ou a proibição de catação em cima de aterros. Os catadores proibidos de catarem em lixões foram obrigados a formalizar uma organização para poderem passar a triar em centros de triagem (Ex. Cooperativa Mãos Dadas de Canoas; RENASCER; Cooperesíduos de São Leopoldo...). Em algumas cidades, grupos de profissionais desempregados se organizaram para assumir centros de triagem: Ex. Campo Bom, Nova Hartz,*

*Dois Irmãos, Sapiranga... Algumas Usinas de reciclagem no Vale do Sinos já foram operadas no início por funcionários concursados das Prefeituras como Esteio e São Leopoldo. Em São Leopoldo teve um período que a Usina foi operada por presidiários. (A4<sup>149</sup>).*

Importante considerar que essas outras razões pelas quais as cooperativas foram se consolidando, ilustram a heterogeneidade das experiências, reforçando a necessidade do uso de **visões de mundo** no plural. No entanto, a realidade dos recicladores entrevistados neste estudo é mais voltada para a participação política, a partir de outras experiências formais de trabalho, conforme explicitado no perfil dos entrevistados, no capítulo anterior.

Identifica-se como de fundamental importância o papel das entidades de apoio nesses processos de organização dos recicladores, as quais uniram esforços para a realização do estudo na região, o que deu origem ao “Projeto Desenvolvimento Regional Alternativo do Vale dos Sinos” (PDRA-VS). A possibilidade de articulação dos setores reunidos pelo PDRA fez que os recicladores do Vale dos Sinos se aproximassem e, desde lá, em 2002, se mantivessem unidos. As formações propostas nesse período assim como a contribuição na leitura de análise de conjuntura foram de grande ensinamento para os recicladores.

Na transição do trabalho assalariado para o trabalho cooperado, foram identificados diversos fatores que contribuíram para a consolidação das cooperativas de reciclagem no Vale dos Sinos. Nessa perspectiva, a própria **ideia de grupo** que se materializava em perspectivas de **mudança** foi sendo alicerçada a partir das experiências nas cooperativas, que, por si só, se constituem muito distintas das experiências vividas nas empresas privadas, principalmente pelos aspectos da autogestão, dinâmicas de reuniões, tomadas de decisões coletivas e possibilidade de contribuir na elaboração das regras do trabalho. Por certo, essas possibilidades não são percebidas ou aproveitadas por todos, mas, para aqueles que delas participam - o que é o caso dos entrevistados desta pesquisa - é importante salvaguardar o funcionamento das cooperativas segundo as regras prescritas.

Foi enfatizado em diversos depoimentos o papel acolhedor da cooperativa, principalmente para aqueles que possivelmente teriam mais dificuldade de encontrar um trabalho formal pela sua idade, condição física ou escolaridade. Destacam-se os relatos de algumas situações de cooperados com problemas com o uso abusivo de álcool e outras drogas, os quais consideram que se trabalhassem numa empresa convencional não teriam tido as chances de recuperação que tiveram na cooperativa e que, por isso, conseguiram sair da situação.

Já a **ideia de grupo**, que se constitui a partir da **participação no Fórum**, há outros sentidos presentes, desde a percepção do que “se pode fazer lá” até a compreensão de que a luta

---

<sup>149</sup> Os apoiadores 4 e 5 foram catadores por mais de 10 anos, como será apresentado na seção 5.4.

nesse tipo de formação coletiva é maior do que a da cooperativa, pois existem muitos trabalhadores na mesma condição, ou em situação pior do que a de quem participa; além disso, há o sentido de aprendizado estabelecido não somente pela repetição, mas também pelo que não é dito - mas percebido.

Portanto, o papel do Fórum é identificado como bastante distinto do da rotina da cooperativa: “*essa forma de trabalho do Fórum, isso eu nunca imaginei que existisse e nem imaginei que eu ia participar*” (R1), pois, na cooperativa, os desafios acabam por si mesmos; já os vivenciados no Fórum possibilitam amplitude de conhecimentos a partir da realidade de outras experiências.

Quando questionados sobre o que havia mudado em sua vida a partir da participação no FRVS, as respostas foram: “*mudar mudou muito... mudou a minha mente, a minha forma de ver as coisas mudou muito, consegui fazer mais enfrentamento, né*” (R1), e associam essas mudanças à sua participação no Fórum:

*Sim, tem a ver com o Fórum isso. Voltando lá nas discussões de contrato eu **aprendi muito no Fórum que a gente tem que enfrentar**, que não é eles que trazem um modelo de contrato para gente... é nós que sabemos como tem que ser, qual é a nossa dificuldade, é nós é que temos que apresentar esse modelo de contrato. Quantas vezes o Pedro disse no Fórum, né: “**não é esmola, é o pagamento de um trabalho que é feito pro município**” né... então eu aprendi isso no Fórum e chegar na cooperativa e dizer gente, não! Como assim? Vamos negociar! É um negócio, não vamos bater martelo... também não vamos brigar, eles vão dar um preço, nós vamos discutir outro preço e isso é normal numa negociação. No começo, quando a gente discutia, aí um dizia: “então pede 42 mil aí”, aí eu dizia: pera aí, mas a gente está com 52 porque que vamos baixar? Vamos negociar, vamos subir mais pra poder baixar depois, né? se tiver que baixar... **e isso tudo foi no Fórum que a gente leva pro grupo...** [grifo nosso] (R1).*

Os relatos sobre as dinâmicas do Fórum contribuem no sentido de ampliação de horizontes, a partir do aprendizado com a postura de representantes de outras cooperativas e, também, da forma como outros grupos procedem ao encaminhamento da resolução de seus problemas. Assim, existe reconhecimento pelas trocas realizadas; por isso, o tempo de apresentação inicial dos encontros - que acaba sendo ocupado com a exposição de um panorama a respeito da situação de cada cooperativa participante - é maior na reunião, pois ali não acontecem apenas relatos: essa parte inicial funciona como forma de troca de experiências e aprendizado entre aqueles que dela participam, o que é avaliado por alguns como um aspecto positivo<sup>150</sup>.

<sup>150</sup> Dos 10 recicladores entrevistados, nenhum afirmou não ver sentido na luta coletiva e nas reuniões, mas apontam as falas dos colegas que não participam e não entendem como importante o Fórum. Dos três entrevistados que supostamente seriam opositores ao Fórum, dois são militantes de outros Fóruns e do MNCR, apenas uma afirma não participar porque não tem tempo.

É evidente que nem todos enxergam dessa forma: no relato de uma das recicladoras que possui visão de rejeição em relação ao Fórum, ela considera que, no “*fórum, se fala muito e se faz pouco*” (R10). Outro relato pontua que: “*eu já tive vários enfrentamentos na cooperativa sobre o Fórum, das pessoas dizer que aquilo lá não funciona, para que perde uma manhã inteira indo lá? Que que tu aprendeu lá? As pessoas querem que tu volte “expert”, que tu volte ‘a pessoa’ né...risos*” (R1), a entrevistada reforça que e essas falas “*partem de pessoas que não participam de nada na cooperativa, mas criticam os outros que participam*” (R1).

Nesse sentido, percebe-se que a permanência nesses espaços e a capacidade de enxergar sentido neles passam por aprendizado por meio da experiência e da compreensão de que as coisas precisam de tempo para acontecer, não são instantâneas, exigem persistência. “*Sempre o pessoal gosta de receber uma opinião mais formada, mais resolvida já. Isso tudo eu busquei no Fórum, aprendi no Fórum, sem contar na minha vida pessoal que com certeza mudou muita coisa... a forma de eu me posicionar dentro de casa com as crianças, mudou*” (R1). O que se aprende no Fórum estende-se para as relações pessoais, em outros papéis da vida.

São enfatizados os ensinamentos práticos que são aprendidos a partir da participação no FRVS, o papel de influência das lideranças, que, no Fórum, também se expressam de forma distinta das que são desempenhadas na cooperativa:

*É que nem no ano passado que a gente estava com essa questão dos contratos, **ai a gente vai conhecendo o Fórum e vai vendo como funciona, né!** Até ali eu pensei que não podia falar no contrato nada porque eu vi que o (coordenador) não falava, daí precisou o (outro coordenador) ir lá e cutucar e aí a gente começou a falar disso e **a partir dali que a gente começou todo aquele movimento...** a gente se reuniu quando lançou o Fórum de Novo Hamburgo, quando a gente fez aquele seminário, quando a gente começou a **enfrentar a Prefeitura ali, foi a partir daquela reunião que foi falado da situação de Novo Hamburgo dos atrasos nos pagamentos.** (R1).*

É bastante interessante perceber nos relatos dos participantes o caráter educativo do Fórum. Muitos afirmam aprender observando o comportamento dos outros participantes; metodologia significativa para eles, aspecto que também influencia no sucesso da realização dos intercâmbios, comprovando a ênfase dada nos processos de aprendizagem pela observação e pela ação<sup>151</sup>.

Quando questionados sobre o tempo de participação no Fórum, seis dos 15 entrevistados revelaram participar desde o seu início. As razões pelas quais se mantêm participando ganham

<sup>151</sup> No que se refere ao aprendizado pela ação, um caso emblemático foi o de uma recicladora que precisava usar óculos, mas se considerava feia com eles, então se negava a usar. Em uma das formações realizadas pela Apoena Socioambiental, cujo coletivo que todas as componentes usam óculos, após alguns encontros essa recicladora chega com os óculos e relata essa história para uma das ministrantes da formação, que também foi entrevistada nessa pesquisa (A3).



conotações distintas nas entrevistas. Para alguns, o Fórum representa a força coletiva na região, e estar nele traz ganhos pessoais para a sua cooperativa e para a sua “categoria profissional” (R2), porque este carrega a marca de ser regional – consideram que participar dele é diferente de estar isolado na sua cooperativa.

São relatados sentimentos de gratidão pelo Fórum e a permanência nele significa ajudar a estender para outras cooperativas os benefícios que a sua encontrou: *“hoje nós temos obrigação de ajudar o Fórum e participar do Fórum por causa que eu sempre digo que nós chegamos até aqui graças a ele. E ninguém chega sozinho a lugar nenhum”* (R5). As falas oriundas de integrantes das cooperativas mais antigas, que são as mais bem estruturadas, vieram carregadas de gratidão pelo Fórum, pelo reconhecimento de que, se não fosse a sua existência, a trajetória de cada uma das cooperativas teria sido mais difícil.

No entanto, quando os entrevistados foram instigados a refletir sobre as razões de participação, ou não, de outras cooperativas, além das respostas acima, dizem que, para alguns deles, as motivações vão ao encontro de benefícios pessoais, consolidação de espaço de poder e, para outros ainda, *“só aparecem quando precisam”* (R5), principalmente em momento em que o Fórum possui recursos de projetos. Quando os demais cooperados eram questionados sobre o porquê de as cooperativas mais bem estruturadas manterem-se participando do Fórum, algumas respostas vieram no sentido de manutenção de poder, ou espaço de destaque de alguns e, quando os cooperados mais antigos foram questionados diretamente, a resposta veio no sentido de gratidão:

*Se vai olhar os equipamento que nós ganhamos. O aprendizado que a gente tem. **É porque a gente buscou e teve um Fórum que apoiou.** Porque tinha projeto. Fomos conhecer outros lugares. Um monte de coisas que a gente aprendeu graças ao Fórum. Porque, se não tivesse o Fórum como é que tu ia ter? Ia poder conhecer outros lugares? Não! Assim, aí o Fórum facilitou pra gente. Eu sempre digo, **sempre que eu tiver que defender o Fórum, eu vou defender.** Porque hoje, graças os equipamentos que a gente tem aqui, que a gente conseguiu, é por causa do Fórum. [grifo nosso] (R5).*

Algumas reflexões emergiram a partir das contradições surgidas nesses depoimentos: por um lado, o Fórum se constitui em uma força coletiva e pode haver interesse pessoal para estar à frente dele, representando-o; mas, por outro, o fato de ver um grupo avançando pode causar incômodo, a ponto de serem feitos comentários duvidosos a seu respeito, na perspectiva de quem olha de fora. A situação gera um sentimento, um incômodo que provoca um questionamento entre os participantes: “se são tão bons por que estão aqui?”; e as possíveis respostas também surgem: “talvez nem sejam tão bons assim, podem parecer que executam

alguns processos reconhecidos como modelo” e, ou, respostas que vão ao sentido de o interesse de dominação ser mais forte, por isso não “abriam espaço”, mesmo que estivessem bem.

Esses olhares apontam que, no FRVS, existem problemas semelhantes aos que ocorrem em outras organizações. Talvez o desafio esteja em não deixar que isso consuma as energias dos participantes para que estes consigam focá-las no fortalecimento daqueles que, em situações semelhantes, necessitam encontrar soluções para causas comuns. Buscando discernir como isso gera um movimento comum, considera-se que exista um aprendizado nesse processo.

Entre os desafios detectados está o de compreender que as cooperativas que progridem podem lançar um olhar de gratidão sobre o processo que contribuiu para alçá-las em situações que almejavam e hoje desfrutam. Então, uma das funções desta pesquisa também se torna a de registrar outras visões dos recicladores, tornando-as pública.

De fato, tanto a consolidação histórica abordada no capítulo anterior, quanto a trazida nessa seção - voltada para a formação das **visões de mundo** - ajudam a compreender que o reciclador que passa a participar do Fórum, instância de segundo grau de organização política, já chega ao Fórum com olhar diferenciado, assim como nele aprende e ensina. Portanto, o movimento é dialético e possui avanços e retrocessos e o FRVS se constitui como um dos espaços de referência para as reflexões da classe.

## 5.2 As visões de mundo a partir das formações e reuniões

Os entrevistados reconhecem o **Papel das formações** nas suas trajetórias e possuem diversas ideias para que o Fórum não perca essa característica, que afirmam contribuir para a vida tanto profissional, quanto pessoal dos cooperados.

*Durante o tempo na cooperativa, eu passei por um processo de estudo, pensei em acabar os estudos e conheci, através do sindicato, o projeto Evolução da Escola 8 de março em parceria com o CEFET, escola técnica, que tinha um projeto bem político assim. Que a minha irmã convidou, ela é militante da secretaria da mulher do sindicato. Aí soube dessa oportunidade aí foi eu, ela, minha mãe e meus pais, os quatro fazer o curso e aí concluímos o ensino fundamental, **numa visão mais de trabalhador, numa visão mais política**. A gente participou de várias oficinas, de teatro... a questão do capitalismo, do socialismo, do neoliberalismo, ali eram os assuntos que a gente falava, então isso aí trouxe uma visão política pra mim bem grande. Depois mais a questão mais espiritual e de solidariedade [grifo nosso] (R3).*

Conforme esse relato, os participantes do Fórum trazem memórias de momentos em que despertaram para olhar mais crítico, e todos esses processos se deram via coletivos. Esses aprendizados, para serem colocados em prática, precisam de tempo de maturação. Em uma das entrevistas, ao explicar para a cooperada que eu já havia realizado um trabalho na Cooperativa da

qual ela fazia parte, mas que não me lembrava dela naquele momento, perguntei se, naquela época, ela já tinha o protagonismo que desempenhava no momento da entrevista. Ela respondeu que “*não, não tinha! A gente levou bastante tempo pra começar a fazer mais enfrentamento interno...*” (R1).

Nesse sentido, foi possível perceber o papel significativo que as formações trouxeram para a vida de alguns entrevistados, provocando mudanças também em suas estruturas familiares, como as relacionadas aos filhos e aos cônjuges: “*o curso trazia outras opiniões para mim, eu voltava para casa cheia de atitude né*” (R1); no entanto, no que dizia respeito às demandas da cooperativa, foi necessário mais tempo para que estes se sentissem integrados até conseguir fazer intervenções como fazem atualmente. A participante R1 destaca o papel significativo que as ações do FRVS tiveram na sua vida, assim como as atividades das quais participou do MNCR, que contribuem para a conscientização dos recicladores quanto a seus direitos e deveres.

As formações promovidas pelo FRVS também possuem papel de atrativo para a participação dos cooperados, como fica evidenciado no trecho de entrevista a seguir: “*ano passado, 2016, né? O [coordenador da cooperativa] chegou falando dos cursos que iam ter no Fórum, disse que no Fórum teria o curso assim, o curso assado e quem tivesse interesse em participar tinha que ir... aí eu comecei a ir para poder fazer os cursos*” (R1). Essa mesma entrevistada, que passou a ir ao Fórum para fazer os cursos, após a conclusão, não deixou de participar e, atualmente, é umas das maiores entusiastas a frequentar esse espaço.

Além das formações promovidas pelo Fórum, as formações internas das cooperativas foram identificadas como necessárias. No entanto, são apontadas as dificuldades do grupo conseguir mantê-las, tanto para os cooperados antigos como para os novatos, que devem ser introduzidos nesse contexto de trabalho, o que, para muitos, acaba sendo novidade. O fato é que, para a maioria dos entrevistados, não contar com esse respaldo sistemático de formação, com ênfase no cooperativismo, faz que as ideias e as visões que vão se consolidando dentro do grupo fiquem à mercê dos acontecimentos, e esse fator é identificado como problemático:

*Porque tu entra ali, muito querido, muito simpático, com vontade de tudo, né, mas, daqui a pouco, tu começa a ouvir a opinião de um, a opinião de outro, começa a entender muito e começa a formar a tua opinião e aí tu vê muitos se levantar contra também. Aí tu diz assim: nossa, tu reclama tanto do coral<sup>152</sup>, mas desde que tu entrou aqui existe o coral, **tu não participa**, tu só fica no contra” [grifo nosso] (R1)*

Esse depoimento reforça a necessidade de alinhamento dentro do grupo a partir de espaços de formação para evitar interpretações deturpadas. Além disso, entendem que as formações podem incentivar os cooperados a serem mais participativos, pois, normalmente os

<sup>152</sup> O coral do Catavida é um projeto da Prefeitura de Novo Hamburgo que promove a manutenção de um coral de recicladores.

mais contrários à atuação política e participativa dos colegas são os que não possuem uma prática de participação na cooperativa.

Quando questionados sobre as demandas atuais do FRVS, os entrevistados evidenciam a questão econômica, sobrepondo-a a política:

*Buscar conhecimento, entender o que está acontecendo, entender que as coisas estão mudando, elas mudam, né. Que não é sempre a mesma coisa. O buscar conhecimento tem a ver com as nossas necessidades enquanto cooperativa, **com mais foco na questão econômica, a gente não tem tanta visão política assim.** A gente quer melhorar o que? A renda! Até a questão ambiental é muito pequena perto da questão econômica, até bem distante. Pra tu ver, as vezes eu não separo o lixo direito dentro da minha casa, mas eu quero ter uma renda melhor [grifo nosso] (R3).*

Essa passagem expressa algumas contradições na perspectiva do Fórum, pois, por mais que o objetivo acabe centralizando-se na renda, o que atualmente garante a sua manutenção, são os contratos firmados com as prefeituras, que ocorrem no âmbito do político e do legal, que garantem a continuidade das cooperativas participantes do Fórum. Normalmente, o poder público precisa ser pressionado para vir a cumprir a lei.

Alguns consideram que esse ponto é uma diferença com o MNCR: “acho que no Movimento tem algumas diferenças, mas não foge muito, mas tem um seguimento mais intenso no aspecto de ações, né. A parte política bem mais intensa, acho legal e importante, é mais político do que econômico” (R3). Já outros possuem opiniões diferentes, acreditam que sim, o potencial e discurso do MNCR é maior, também por ser uma representação nacional, mas que, quando se olha para o que efetivamente conquista, o FRVS “teria mais vantagens para contar” (R1), mesmo parecendo ser menos político.

A simples ideia da discussão já é importante, pois alguns participantes do FRVS também atuam no MNCR e ajudam a entender essas diferenças. É fundamental não perder de vista que o perfil das cooperativas que fazem parte do Fórum pertence aos 10% das que estão organizadas; mais do que isso, apesar dos constantes problemas, todas possuem contratos com o poder público, cenário muito distinto do que se apresenta como realidade no MNCR; por isso, talvez, o trabalho do Movimento, além de ser alvo de outras divergências que não constituem foco deste estudo, parece também ser mais moroso.

De qualquer forma, reforça-se a importância das formações, cursos e capacitações para a constituição das **visões de mundo** dos recicladores assim como a possibilidade de participação política, cuja força se faz notar tanto por meio da consolidação de identidade do grupo como pelo conhecimento de seus direitos:

*Acho que essa situação de negócio, no caso do entendimento da lei própria (PNRS), também ajuda a gente nessa relação com o poder público, tá mais preparado, né... Que nem agora, a prefeitura está se questionando se vai fazer por dispensa de licitação o processo... se for pelo processo todos têm que fazer o cadastro único da assistência social. Essas coisas.. **como saber se está correto? Como reivindicar direitos se não conhece os direitos?** (R4).*

Por mais que os entrevistados reconheçam a importância das formações para que se qualifiquem, também, suas relações com o poder público, a demanda sobre a falta de qualificação, de conhecimento, foi mais enfatizada na fala das mulheres. Para elas, o acesso a formações é entendido como fundamental para o seu protagonismo dentro dos espaços de poder, e esse despertar das mulheres nos grupos é identificado nas entrevistas:

*Acho que são pessoas mais novas, no caso, essa questão da formação que teve no Catavida, de despertar toda essa visão geral, e por elas ser mais novas tem mais entendimento, buscam também mais informação, participação, têm oportunidade de cursos e aí tão participando, trocando informação com outras pessoas que tão também buscando né, e acho também que elas, assim como eu hoje que tô há tanto tempo na cooperativa e na reciclagem, né, elas tão assumindo que a cooperativa não é pra um ou dois anos...mas veem a cooperativa como futuro pra manter uma renda com dignidade. (R4).*

Esse relato aponta para as diferenças entre as formas com as quais os homens e as mulheres compreendem e fazem uso do Fórum. Nas entrevistas, nas falas das mulheres é mais recorrente do que nas dos homens a preocupação com as capacitações e as formações, expressas em frases como: “*aí a gente também é meio leigo, não consegue convencer*” (R1) ou “*eu sempre falo para ela estudar bastante porque falta estudo, né*” (R1), como se a apropriação a partir de um ambiente formal ou organizado de formação representasse oportunidade de qualificá-las e, assim, de legitimar, suas atuações. Preocupações essas não identificadas nas falas dos homens entrevistados, pelo contrário, são bastante seguros de suas competências e qualidades. Quando questionados sobre a atuação das mulheres no Fórum afirmam que “*elas precisam se capacitar*”, o que reforça a sensação de desqualificação que as mulheres já possuem sobre elas mesmas.

Por certo, a **visão de mundo** das recicladoras participantes do Fórum não está isenta das dificuldades enfrentadas por mulheres de todas as classes sociais. As situações de machismo e os desafios impostos pela lógica patriarcal estão presentes; mas se acirram em cenários com maior restrição econômica, pois, dificulta a superação das condições por parte das mulheres, que, normalmente possuem menor renda, patrimônio e acabam ficando como as responsáveis pela vida reprodutiva e doméstica da família. Atribuições não remuneradas e pouco reconhecidas tanto pelos homens, como pela sociedade de forma geral (Kolontai, 2000)<sup>153</sup>.

<sup>153</sup> As questões de gênero não eram alvo da pesquisa em tela, mas surgiram nas entrevistas. Por falta de embasamento teórico optei por guardar as informações que pretendo desenvolver na futura pesquisa de

Como expressão da subcategoria relacionada ao gênero, identificou-se o uso do **poder como verbo**. Nas falas dos homens, quando se referem ao poder, muitas vezes deixam subentendido a subjugação do outro, ou a ideia de se sobrepor no espaço em que têm poder; já para as mulheres, o poder refere-se à capacidade de conseguir se superar, de falar e ser escutada, de conseguir se colocar em uma reunião, tem relação com a prática, por isso o poder como ação.

*Acho que o empoderamento é de si, essa é a diferença! Não é um poder masculino que quer ter poder ali dentro... para mim o poder do João e do Pedro é mais fácil explicar, tipo eu mando nessa bagaça aqui e pronto. Já o empoderamento que imagino que a gente queira desenvolver é aquele que não, pera aí, eu posso falar também, **eu posso falar... é muito mais de dentro para fora, entende? Não é de comandar os outros, é de se auto comandar, entende? Estão me dizendo que eu não posso falar, então porque que eu não posso?** (A3).*

Por trás dos desafios enfrentados pelas recicladoras em assumir cargos de liderança, garantir tempo de fala e de atuar em espaços públicos, está a realidade de que “*são todas Fridas*”<sup>154</sup>, como disse a Apoiadora 1; expressão que o *software* de transcrição utilizado<sup>155</sup> traduziu como “são todas feridas”<sup>156</sup>.

Finalizando essas breves observações acerca de gênero, o FRVS também foi identificado como um espaço bastante acolhedor para todos os participantes, mas principalmente para as mulheres. Existe uma sensação entre as entrevistadas de que há um esforço por parte dos homens em respeitar as falas e escutar as companheiras que participam:

*Eu vou lá, eu levo uma coisa, eu partilho, eu troco ideia se eu sou ouvida... **até posso não falar, se eu não quiser falar, mas se quiser eles vão me ouvir, vão me dar atenção... sabe? Então acho o que une eles, mesmo, durante todo esse tempo, é essa questão mais de relação essa parte mais civilizatória... do que de renda mesmo, coisas para além do trabalho, sabe? Aí sim, quando a coisa aperta corre no Fórum porque lá tem esse espaço. Ele [o Fórum] é muito acolhedor, é um espaço muito acolhedor** [grifo nosso] (A3).*

A mesma apoiadora descreve que suas participações em outros Fóruns a fazem ter certeza do quanto o Fórum do Vale é um espaço que “*dá pra ir tranquila, e é bom estar nele*” (A3), pois lá “*ninguém vai te atacar politicamente e tuas intervenções serão respeitadas*” (A3). O FRVS é

---

doutorado, que tratará das questões de classe e gênero. Considerei que o foco nas questões de classe deste estudo se constitui como base fundamental para os estudos futuros.

<sup>154</sup> Somos todas Frida é uma expressão utilizada para remeter a pintora mexicana Frida Kahlo que pode ser considerada a frente de seu tempo e ícone para a bandeira feminista.

<sup>155</sup> O *software* de tradução utilizado foi o *Speechlogger*, apresentado no capítulo 3.

<sup>156</sup> Após ter escutado as entrevistas com relatos que ultrapassam o roteiro previsto, adentrando para questões pessoais, considero que esse programa utilizado, a partir de um suposto erro, aponta o histórico de muitas “feridas” nessas jornadas, muitas superadas via coletivo, ajuda mútua, formação política e autonomia financeira por parte das mulheres, conseguindo assim romper, também, com relações domésticas abusivas, assim como ajudar outras mulheres a se libertar dessas situações, transformando as “feridas” em “cicatrizes” que simbolizam a luta e a vitória.

reconhecido, também, como um espaço de “cuidado” e “acolhimento”, suas demandas ultrapassam os aspectos econômicos, mas mesmo os econômicos, se constituem em uma dimensão maior, como, por exemplo, o desejo de realizar vendas coletivas. Para a concretização desse sonho, existe a preocupação em aprenderem a preencher as planilhas, em estudar mercado, em socializar informações e buscar capital de giro, cuidar da logística, aspectos que são colocados e trabalhados no grande grupo e se constituem como demandas de formação. Práticas que reforçam a lógica não capitalistas de produzir e ganhar a vida como lembra Gaiger (2017), estão presentes nas relações estabelecidas no FRVS.

Ao falar de mulheres, destaca-se que todas as vezes que tiveram crianças nas reuniões do FRVS estavam acompanhando suas mães, não seus pais! O que ilustra o entendimento de que a responsabilidade pela vida familiar recai sobre as mulheres, como citado anteriormente<sup>157</sup>. Salienta-se a participação de uma das crianças de 5 anos, filha de uma cooperada. Em uma das reuniões a criança pede a palavra, levanta e diz: “Quem tá aqui é quem vai mudar de vida, porque a gente não falta nem trabalho nem estudo... Quando eu crescer eu vou ser a ‘prefeita’ do Brasil” (Documento 3). Fazendo uma análise de conteúdo, percebe-se que ela estava acompanhando atentamente as discussões travadas e o mais impressionante é como a lógica de que trabalhar e estudar, necessariamente, garantiriam a mudança de vida, estando presente, também, no imaginário desde a infância. Esse exemplo reforça o quanto que muitos aprendizados no FRVS ocorrem por imitação ou pela observação de comportamentos. Essa menina acompanha a mãe, que é uma das mulheres que sempre se posiciona e tem significativa participação, o que para ela serve, certamente de inspiração.

Por fim, compreende-se que as situações descritas contribuem para o entendimento das múltiplas visões de mundo que os recicladores constituem a partir de suas participações nas reuniões, capacitações e formações. Por todos esses relatos encontrados é que se entende que o FRVS se constitui como um dos espaços que contribui para o exercício de práticas que fazem com que os participantes obtenham ganhos na participação, ganhos esses que não são levados apenas para as cooperativas, mas para as relações pessoais dos participantes. Nesse espaço, identifica-se situações que despertam o lado crítico dos participantes e reforçam a sua luta enquanto classe social, dentro e fora da família.

---

<sup>157</sup> Aspecto interessante para reflexões futuras: normalmente as mulheres mães que possuem filhos pequenos, quando participam de espaços políticos, como o FRVS, precisam levar seus filhos junto. Já os homens pais não necessitam, pois suas companheiras estão em casa com as crianças. O que expressa as múltiplas responsabilidades atribuídas as mulheres.

### 5.3 Os recicladores líderes e as visões de mundo

Para tratar da subcategoria **garantia de adesão no Fórum** é fundamental tratar também do **papel das lideranças**, pois, de acordo com os depoimentos, elas se correlacionam. O Fórum, que nos seus primeiros anos chegou a contar com a participação de cerca de 17 empreendimentos, atualmente conta com cinco, efetivamente. Portanto, a demanda por garantir a adesão dos participantes está posta. Uma das apoiadoras levanta a necessidade de ampliar a participação:

Acho que sim, esse fórum tem um valor enorme até por se manter por todo esse tempo, o que eu vejo de desafio é trazer outras pessoas do grupo pra participar, só vemos alguns grupos preocupados com a formação de outras lideranças e isso é importante, porque nós vivemos numa sociedade completamente individualista e isso não é culpa dos recicladores, nem do fórum de mulheres que eu participo, é como se a gente tivesse dentro de um panelão e **por mais que a gente tente ser diferente, a gente tá dentro daquele panelão, que é a sociedade individualista**, que só cuida do seu umbigo. Eu sei pelas visitas que já fiz em muitos grupos, **tem muita gente que teria qualificação para estar aqui, mas que não é motivada pelas lideranças** e tem lideranças que ainda funcionam como patrão, não é uma cooperativa, mas em geral as instituições tem esse perfil centralizador, individualista e no sentido de patrão e empregado. Então trabalhar assim, como a gente tá trabalhando, aqui são poucas organizações e isso é um mérito desse Fórum apesar da pouca participação. Então um desafio seria ir visitar os grupos e dar uma ‘cutucada’. (Documento 3.2).

Nesse relato, os limites quanto às possibilidades de mudanças estruturais da sociedade são postos e o reconhecimento sobre a importância do Fórum é explicitado. Quando questionados sobre a forma como convidam os cooperados novos que entram no grupo, os recicladores respondem que:

*Sempre quando entra um novato a gente faz isso... é difícil, mas eu digo assim: nós temos um Fórum de reuniões onde a gente se encontra no último sábado do mês daí a gente discute os nossos problemas geral né... sobre a venda de material, algum preço que baixou ou que subiu, dificuldades, né. **E lá a gente também conhece a realidade de outros grupos** que trazem para a gente também a forma de trabalho e as dificuldades que eles estão passando. Então **a gente leva e traz informação**, a experiência é bem legal! E as pessoas inicialmente não participam né, só depois de algum tempo. (R1).*

A entrevistada reforça a ideia de que o Fórum é um local de troca de informações e experiências, a adesão a ele não é automática, precisa passar por uma sensibilização de quem participa, principalmente porque as pessoas não são educadas para esse tipo de participação, segundo eles “*quem chega na cooperativa não está acostumado com esse tipo de coisa, no seu trabalho fichado [carteira assinada] não tinha isso*” (R3).



Um dos aspectos a se considerar relacionados à diminuição da adesão das pessoas ao FRVS é o reconhecimento de sua baixa capacidade de atrativos, demonstrado na seguinte fala: “*é por isso que também o pessoal que vem lá de longe desiste, vem e vê aquilo ali, depois não volta, aí passa um tempo, volta a participar, mas vê que continua a mesma coisa aí, a coisa não anda de verdade*” (R1). Essa passagem ilustra uma situação contraditória, porque ao mesmo tempo em que, para alguns, a força do Fórum está justamente na qualidade das relações que estabelece, para outros, esses momentos são arrastados e de pouca efetividade.

Buscando compreender as razões pelas quais o FRVS está com menos participantes, umas das respostas apontam para a “questão de despertar”, como definiu um dos recicladores entrevistados, que se refere à necessidade de as lideranças das cooperativas incentivarem a participação dos cooperados:

***É uma questão de despertar;** aqui a gente conseguiu fazer o pessoal despertar um pouco pra isso, de ter essa participação, a gente facilita pra que as pessoas participem, né. A direção tem que motivar o pessoal pra participar... acho que é um espaço importante pro pessoal estar assumindo a questão de discussão. Hoje a gente já vê que tem pessoas se questionando porque não assumiram alguns cargos em alguns momentos [grifo nosso] (R4).*

Essa reflexão motiva as pessoas a pensar sobre a importância da participação e também do papel das coordenações nesse processo. Outra constatação realizada pela recicladora 1 é a de que a pauta de cada reunião é muito extensa, não se consegue vencer e tem um grande papel de intervenção dos apoiadores para encaminhamentos, comentários, sistematização do que se está discutindo. Essas questões serão melhor exploradas na próxima seção.

Um aspecto apontado como fundamental para garantir a participação dos convidados é sintetizado no trecho de entrevista a seguir:

*Sempre falo da pauta, da motivação, o que que ele pode trazer como resultado com uma boa participação, né... e a questão do entendimento, de como catador, como reciclador, né. Como temos aqui essa situação da refeição, de todo mundo aqui então tem essa motivação, aí essa questão de quem vai, já começam a se articular. A gente procura sempre **colocar a estrutura da cooperativa para as pessoas irem**, garantir a questão do transporte, no roteiro da Kombi [grifo nosso] (R4).*

Esses relatos sobre a garantia de participação são dos recicladores que compõem os grupos melhores estruturados e que sempre levam outros cooperados para participar do Fórum. Disponibilizar a estrutura do grupo para garantir a participação se apresentou como fundamental. Outros aspectos apontados como desafios para manter a participação no Fórum referem-se à entrada de pessoas novas no grupo, que muitas vezes não compreendem bem a proposta e só estão interessadas em garantir seu sustento material. Nesse sentido, um trabalho permanente de

formação na cooperativa é necessário, o que nem sempre é possível de ser mantido. Às vezes conseguem via parcerias e apoiadores, mas normalmente os participantes esperam que o Fórum tenha esse papel.

Outra questão identificada pelos recicladores reconhecidos como não incentivadores do Fórum é a situação relacionada com a Central de Cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos (COOPETSINOS), os quais identificam esse projeto como sendo um dos responsáveis pelo afastamento de algumas cooperativas do Fórum<sup>158</sup>.

Além desse, alguns outros pontos polêmicos foram identificados nas entrevistas. Quando questionados sobre formação política, um silêncio se instaurava nas entrevistas e muitos pediam para repetir a pergunta. O aspecto pragmático do sentido do Fórum é bastante evidente e claro; os participantes identificam que as atuais demandas referem-se às capacitações voltadas para o conhecimento das legislações relacionadas ao setor, conhecimento e atualizações sobre os tipos de materiais que triam, garantia dos contratos vigentes, entre outros, mas a formação política não apareceu como demanda. Esse cenário foi reconhecido por um entrevistado como “*falta de indignação*” (R2) no Fórum.

O depoimento de alguns reforça que essa “atribuição de formação política” seria o papel do MNCR:

*Da questão da própria luta, do **enfrentamento com o poder público**, além do Fórum, no caso, temos cooperados que estão envolvidos em atividades no Movimento (MNCR). Teve a oportunidade, aí foi colocado pro grupo e tem uns três ou quatro que estão participando de atividades periódicas com o Movimentos. Acho **muito bom esse nível político** pra dar essa sustentação na hora de fazer a discussão com o grupo, isso gera um crescimento [grifo nosso] (R4).*

Alguns reforçam o Movimento como importante no que se refere à formação política; já outros consideram que o Movimento “*fica muito nessa parte política e foca menos na questão econômica*” (R2), o que é central para a os recicladores do Vale dos Sinos. Inclusive, após essa constatação em algumas entrevistas, os recicladores chegaram à conclusão de que, talvez, o MNCR e o FRVS se complementem, por isso que pontualmente executam ações conjuntas, mas preservando a autonomia e identidade de cada organização.

Por fim, relacionado ao papel dos recicladores líderes, destacam-se alguns pontos de contradições. Identificaram-se relações de conflito com algumas lideranças, principalmente as que se eternizam no poder. Mas, ao mesmo tempo em que várias críticas são trazidas e demonstram

---

<sup>158</sup>Além disso, de acordo com as entrevistas, também se constituiu em fator de afastamento de algumas cooperativas, principalmente porque a confiança na diretoria é baixa, ocasionada pela prestação de contas mal sucedida que ocorreu com a gestão de um recurso cedido pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), entre 2014 e 2015, que seria para capital de giro e envolvia os quatro polos da Cadeia Binacional do PET.

vontade de mudanças, também reforçam a confiança na liderança atual e reconhecimento de que ela tem papel fundamental no grupo. Portanto, são sentimentos de gratidão, de afeto, de hábito, de conforto e de desconforto que se misturam, mas, na prática, percebe-se que nessas cooperativas não são preparadas outras pessoas para assumir o papel de liderança, o que constitui uma lacuna. Em muitos relatos, percebe-se indisposição para se pensar na substituição das coordenações, como se levantar esse assunto no grupo não fosse bem visto ou expressasse ingratidão. Portanto, são questões complexas que precisam de maturação, mas não se constituem como foco deste estudo.

#### 5.4 O papel dos apoiadores na construção de visões de mundo

Sobre os apoiadores entrevistados, dos cinco, quatro foram do sexo feminino e um, do masculino. No que se refere à idade, quatro tinham entre 53 e 72 anos e uma, 29. Dois deles foram catadores da Cooperativa de Dois Irmãos e participaram ativamente da fundação do Fórum; depois, seguiram como apoiadores. Relacionado ao número de filhos, três dos apoiadores possuem, em média, dois filhos cada; as outras duas não possuem. Seguem as características dos apoiadores entrevistados:

Quadro 8 - Perfil dos apoiadores entrevistados.

Apoiador	Características
A1	Professora de filosofia aposentada, histórico de militância política em diversas instâncias, desde movimento estudantil - Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC) -, e atuações pontuais na Ação Popular (AP), até a sua participação atual no Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC). Trabalhou em diversas instituições, entre elas, no CECA, no COL. Além disso, foi técnica em projetos voltados para os catadores e participou da elaboração do PDRA. É mãe de quatro filhos, tem 72 anos, militante do movimento de mulheres e dos recicladores. É uma das apoiadoras que participa desde a fundação do FRVS.
A2	Graduada em comunicação social e jornalismo, possui um histórico de militância desde a juventude, quando passou a fazer formações junto à igreja católica e passou a pertencer a JEC, na qual, posteriormente, passou a atuar na Juventude Operária Católica (JOC), inclusive em missões na América Latina. Quando retornou para o sul do Brasil, entre diversas atuações, trabalhou na Prefeitura de Porto Alegre, no CAMP, no Instituto Integrar, no COL, na Prefeitura de Canoas e na Cáritas. Não possui filhos, tem 53 anos; atualmente atua em diversas frentes de luta política, participou da elaboração do PDRA e da construção do FRVS. Segue como apoiadora e entusiasta do FRVS, embora não tenha uma participação tão ativa quanto já teve.
A3	Graduada em administração, 29 anos, não tem filhos. Começou a trabalhar com o tema da economia solidária, cooperativismo e reciclagem durante a graduação. Atualmente, é técnica de incubadora, acompanha sistematicamente dois Fóruns de reciclagem, um deles, o FRVS, desde 2015, além de acompanhar outros coletivos de recicladores. Possui um papel importante de acompanhamento das reuniões mensais do Fórum. É uma das incentivadoras e apoiadoras técnicas da elaboração das planilhas de produção das

	cooperativas participantes.
<b>A4</b>	Ex-seminarista, possui o terceiro grau incompleto, cursou filosofia e ciências sociais. Histórico de trabalhos nas comunidades, associação de moradores, mutirões. Participou de inúmeros cursos de formação tendo posteriormente ministrado esses e outros cursos. Tem 53 anos e participa do FRVS desde o seu início, até 2008, como reciclador, depois, como apoiador. Entre as diversas atividades profissionais, trabalhou por seis anos na Cáritas, 13,5 anos como catador em Dois Irmãos; atualmente, é apoiador do FRVS e atua na implementação da coleta seletiva em diversos municípios do Estado. É reconhecido pelos recicladores como uma das pessoas centrais no processo organizativo da reciclagem no Vale dos Sinos.
<b>A5</b>	Possui ensino médio completo, concluído com muito esforço, desafiando a resistência do pai. Participou de vários cursos de formação desde que sua família, que é de agricultores, precisou vir para Novo Hamburgo em busca de trabalho. Durante esse período participou de grupos de jovens da igreja e do Sindicato, quando passou a trabalhar nas fábricas de calçados. Depois, trabalhou em creche, lanchonete, até que foi funcionária da Cáritas por 10 anos na parte de assistencial e organização das comunidades. Foi uma das fundadoras da Cooperativa de Dois Irmãos, atuou como catadora por 12 anos, até 2006. Atualmente, é apoiadora, trabalha na implementação da coleta seletiva em diversos municípios do RS, tem 53 anos e participa ativamente do FRVS. É reconhecida, principalmente pelas recicladoras, como uma das pessoas centrais no processo organizativo da reciclagem no Vale dos Sinos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas (2018).

Todos os apoiadores entrevistados demonstraram sensibilização com a causa dos menos favorecidos, dedicaram (e dedicam) suas vidas para atuar na área social, possuem larga experiência no setor da reciclagem e, muitas vezes, em seus depoimentos, suas posições se confundem com as dos recicladores, demonstrando que existe um processo coeso de atuação. No entanto, desafios também são apontados, os quais serão abordados nesta seção.

*Não adianta só riscar o palito, tem que ajudar a colocar lenha! (R2).*

Considera-se que um dos papéis dos apoiadores constitui-se em incentivar ações e contribuir para que elas aconteçam, conforme sugere o depoimento do reciclador 2. Foram apontados nas entrevistas os papéis dos apoiadores a partir do reconhecimento de suas atuações voltadas para os registros e históricos do FRVS, realização de formações, acompanhamentos, capacitações e principalmente no que se refere à captação de recursos. Tendo em vista a importância histórica dos apoiadores para a consolidação do Fórum, considerou-se importante o entendimento sobre sua atuação, uma vez que são os protagonistas das formações e capacitações propostas, portanto, influenciam diretamente na consolidação das **visões de mundo** dos recicladores.

De acordo com o perfil apresentado, os apoiadores são trabalhadores que acreditam no potencial dos recicladores. Possuem formação voltada para as lutas sociais e atuam em entidades de apoio ou prestam serviço individualmente, mas também possuem militância junto ao FRVS,

pois alguns deles se mantêm participando das ações mesmo em momentos em que não são remunerados para isso.

O desejo de atuar profissionalmente em causas coletivas foi identificado entre os apoiadores, conforme o depoimento de uma delas: “*ai eu ficava pensando, pra que que eu vou trabalhar num lugar dando dinheiro pra uma pessoa se eu posso trabalhar num lugar dando dinheiro pra um monte de pessoas?*”<sup>159</sup> *Com meus conhecimentos, claro!*” (A3). Com base nessa reflexão, percebe-se que, entre as bandeiras levantadas pelos apoiadores, destaca-se a dedicação de seu trabalho a favor de uma causa, a da luta dos recicladores.

Alguns apoiadores foram importantes, inclusive como incentivadores para o nascimento do Fórum. Esse processo de aproximação foi resultando em uma relação, de fato, orgânica, pois, possuem um papel significativo para os recicladores e as trocas de experiências nesses espaços de convívio é considerada agradável para ambas as partes.

**Os apoiadores são reconhecidos pelos recicladores** como possuidores de conhecimento mais amplo, de conjuntura, que contribui para os aspectos organizativos da classe. Foi o que ocorreu em 2002, no surgimento do Fórum, quando apoiadores de diversas instituições uniram-se em torno do PDRA para, juntamente com os trabalhadores desempregados contribuir na elaboração de estratégias de geração de trabalho e renda.

Os principais registros existentes do FRVS são de períodos em que algum apoiador, ou apoiadores estiveram dando suporte para a realização das ações, principalmente quando remunerados para isso. Mesmo nos momentos em que o Fórum não possui projetos – portanto, não tem como remunerar os apoiadores – o Fórum mantém-se funcionando com a colaboração de, em média, quatro apoiadores, cujas atribuições ficam um pouco confusas, conforme veremos nas próximas páginas desta seção.

Um dos pontos centrais de atuação dos apoiadores, reconhecido pelos recicladores, refere-se à captação de recursos:

*Naquela época do Fórum era assim ó, era os projetos né. Quando eu comecei no Fórum, o Fórum mais atraía as cooperativas pelos projetos da Braskem, da Vonpar que faziam... isso era todo ano eles faziam, tinha o Pedro, que mais conhecia pessoalmente. Chegava o começo do ano e **sempre faziam o fórum** se reunir e faziam a Braskem investir alguma coisa nas cooperativas, aí faziam o que mais precisavam em cada grupo, aí a gente sentava e por exemplo, um grupo precisa mais de bombona. O projeto é pequenininho né, aí ganhava alguns equipamentos e mais a assessoria, né. Ajudava os grupos se conhecer, se fortalecer. (R5).*

Nesse relato, o reciclador destaca o papel dos apoiadores, tanto na execução de projetos, o que atraía a participação de cooperativas, quanto no exercício de uma pressão para que os

---

<sup>159</sup> A entrevistada refere-se a divisão dos ganhos nas cooperativas.

encontros se mantivessem: “*sempre faziam o fórum se reunir*”. Nessa passagem, fica parecendo que, se não fosse por insistência dos apoiadores, os encontros não aconteceriam. Nesse sentido, e por experiência própria, não acredito que o Fórum teria 15 anos de existência se, de fato, os recicladores não quisessem que ele existisse, pois, nesse mundo da reciclagem, assim como em outras organizações populares, o desejo não se torna realidade somente porque o apoiador quer.

**As visões dos recicladores sobre os apoiadores** dividem-se entre considerar que estes ou fazem poucas intervenções, ou fazem muitas, mas a maior parte dos entrevistados considera que as intervenções são suficientes, necessárias e na medida correta<sup>160</sup>.

Para grande parte dos recicladores, o Fórum não teria garantido sua existência, desde 2002, se não fosse o incentivo dos apoiadores. Sobre as formas de intervenções dos apoiadores, as opiniões se dividem: alguns acham que os apoiadores intervêm pouco nas discussões e encaminhamentos e, pelo seu histórico de atuação, teriam mais a contribuir:

*Eu penso também que os apoiadores tinham que ter mais atitude em relação ao fórum sabe... mais dominância tem que ter porque eu acho que não evolui por isso, né, as pessoas que estão aí esperam que tem alguém fazendo, entendeu...E os apoiadores estão ali tentando mostrar mas não querem fazer; não querem não! Eles entendem que quem tem que fazer é a coordenação (reciclador) né”.*  
(R1).

Já outros recicladores acham que os apoiadores se “*metem demais*”, a ponto de sua opinião sobrepor a dos recicladores, não porque os apoiadores imponham isso, mas o crédito que os recicladores dão aos apoiadores leva a essa constatação. Um exemplo ilustrativo dessas questões refere-se ao uso do grupo do *WhatsApp* do FRVS; segundo um dos depoimentos, algumas vezes, o que os apoiadores escrevem nele acaba sendo levado mais em consideração do que a informação escrita pelos recicladores. E, relacionado a esse ponto, que já foi pauta de reunião do Fórum, existe uma crítica quanto às intervenções partidárias por parte de alguns apoiadores no grupo do *WhatsApp*, mas, no dia em que ocorreu essa reunião, os apoiadores que precisavam ouvir a crítica não estavam presentes, e esse relato não chegou para eles<sup>161</sup>. Essa situação é ilustrativa: em alguns relatos, apontam a existência de questões que ficam na “*camaradagem*”, pois ninguém quer se indispor e entrar em conflitos. Isso ocorre tanto nas relações entre os recicladores, como em suas relações com os apoiadores, que estão ali “*na parceria*”, muitas vezes.

<sup>160</sup>Importante levar em conta que, nas avaliações sobre o papel dos apoiadores, estão sendo destacadas, principalmente, as pessoas que atualmente estão acompanhando o FRVS e que os julgamentos são afetados pelo tipo de relação pessoal que cada reciclador possui com os apoiadores. Durante as entrevistas, foi necessário reforçar que os recicladores analisassem o papel dos apoiadores de forma ampla e não personificada.

<sup>161</sup> Esse é um exemplo da falta que faz um registro mínimo de reuniões, pois certamente os apoiadores os leriam. Mas essa é uma constatação minha, não dos recicladores. Os registros são feitos pelos apoiadores, os recicladores responsabilizam-se pela lista de presença, que sempre tem, no entanto, algumas não possuíam data, o que inviabilizou uma análise mais precisa sobre a participação a partir dos registros.

O **olhar do apoiador sobre a sua atuação** reforça essa perspectiva de divergências. Dos cinco apoiadores entrevistados, dois deles consideram que precisam fazer intervenções mais incisivas diante do contexto político que se vivencia e três deles acreditam que precisam contribuir no processo, mas respeitando o tempo e o interesse dos recicladores.

Nas duas posições, são identificadas dúvidas nas falas dos apoiadores, pois, quem defende a intervenção maior acaba não tendo certeza sobre a efetividade do resultado do papel que assume, e quem defende menos intervenção acaba ficando angustiado, pois percebe que processos simples, como atualizar o grupo de alguma questão importante pelo *WhatsApp*, por exemplo, acaba não acontecendo e se constituem em pequenas ações que ajudariam na melhor organização do grupo.

As justificativas dos apoiadores para a necessidade de sua maior intervenção vão desde o sentido de que os recicladores trabalham muito e “*são sufocados pelo cotidiano*” (A1), passando pelos riscos de manutenção da PNRS:

*Eu acho que neste momento o papel do apoiador é central, acho que tá se recolocando essa questão... **de provocar e de ajudar a pensar**, nisso, por exemplo: então nós somos cooperativa certo? E a cooperativa depende né, da coleta seletiva né, a coleta seletiva é uma política né, que no período dos governos mais à esquerda avançou, cresceu né, certo? E agora está sob risco, a política nacional está sob riscos, os contratos em Novo Hamburgo estão ameaçados e em Canoas mudou a lógica... (A2).*

As justificativas para maior intervenção dos apoiadores nesse momento são as de que os tempos mudaram, os contratos e a PNRS estão em risco, governos mais à direita estão assumindo as prefeituras e estancam recursos para os recicladores em prol de acordos de governos com empresas privadas.

Referente à lógica do “*sufoco pelo cotidiano*”, apontado pela apoiadora 1, a apoiadora 2 fala também sobre a “*dinâmica exaustiva*”, referindo-se não apenas ao cotidiano dos recicladores, que são “demandados para fazer mil coisas” além de administrarem as cooperativas, o que já representa muito trabalho, mas também ao dos apoiadores, que também estão submetidos a essas condições:

*Então, eu acho que **eles têm uma dinâmica tão exaustiva**, né, e nós que acompanhamos - eu mesma - eu não consegui mais acompanhar sistematicamente o Fórum, né... então nós que acompanhamos **também fragilizamos o nosso acompanhamento** que talvez a gente podia ser mais propositivo nesse sentido de organizar, né? Então, a gente também esfalçou o processo de acompanhamento... [grifo nosso] (A2).*

Nesse sentido, os aspectos como os de excesso da carga horária e condições de insegurança no trabalho também foram identificados pelos entrevistados em relação às condições

de trabalho dos apoiadores, que ocorrem via execução de projetos - com começo, meio e fim -, levando-os também a viver em constante instabilidade econômica e profissional. Infere-se que talvez haja nesse contexto um ponto de encontro entre os trabalhadores recicladores e os trabalhadores apoiadores, pois ambos enfrentam, mesmo que de diferentes formas, desafios semelhantes.

Quando questionados sobre o porquê de permanecem apoiando o Fórum e sobre a forma como pensam o seu futuro, principalmente em relação aos que fazem ou fizeram isso voluntariamente (quatro dos cinco entrevistados), as respostas vão ao sentido de que, ao mesmo tempo em que acreditam no potencial do grupo e apontam a necessidade de manter a coesão dos recicladores em torno da força regional que é representada pelo Fórum, apontam uma preocupação quando ao seu futuro, pois consideram que alguns grupos vão se resolvendo e desistindo da luta coletiva.

É reconhecida, por parte dos recicladores, a contribuição dos apoiadores a partir de sua “visão panorâmica” que ajuda no entendimento sobre as questões locais: *“o papel do apoiador e da entidade é importante porque ele tem mais essa noção mais do todo, muitas vezes a gente cai, olha muito só pro seu, é como a pergunta que tu me fez agora eu já te coloquei como o nosso grupo aqui agia. A gente acaba se focando mais onde a gente tá”* (R4). Esse trecho de entrevista enfatiza que, para a maioria dos recicladores entrevistados, os apoiadores são identificados, também, por contribuírem com essa visão de totalidade sobre a realidade.

Optou-se por trazer parte da visão dos apoiadores sobre suas atuações, mesmo que esse fator não se constitua como alvo do estudo, pois se percebe que há consonância nas percepções dos recicladores e dos apoiadores quanto ao papel dos apoiadores. Os aspectos contraditórios encontrados **na forma como os recicladores enxergam os apoiadores** também foram percebidos na própria forma como os apoiadores se enxergam: para ambos, há consenso que os apoiadores poderiam fazer mais, principalmente pelo acúmulo de conhecimento que possuem; outros depoimentos os percebem como bastante intrometidos, principalmente nos momentos de tomada de decisão do Fórum, “que é dos Recicladores e não dos Apoiadores”, como lembram alguns recicladores.

Além disso, é comum a percepção de que, ao mesmo tempo em que os apoiadores desejam que o grupo tenha autonomia e condições de exercer seu trabalho garantindo seus direitos, também acabam realizando, muitas vezes, um papel de imposição de ideias ou se posicionando como se fossem recicladores do Fórum. No entanto, na prática, a tentativa de impor sua vontade acaba não sendo muito efetiva porque é conhecido o fato de que, se as proposições não forem assumidas pelos recicladores e exercidas por eles, não é o desejo do



apoiador que vai manter as ações em funcionamento<sup>162</sup>. Considera-se que as visões sobre papel dos apoiadores são divididas e não homogêneas, mas as mesmas críticas que alguns recicladores fazem sobre os apoiadores também são percebidas por parte dos próprios apoiadores sobre suas atuações.

Em face dessas considerações, acredita-se que seria possível identificar os apoiadores do Fórum como os intelectuais orgânicos, na concepção gramsciana. Nessa perspectiva, cada grupo social cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, um grupo de intelectuais que lhe dá homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (Gramsci, 1978).

### 5.5 A participação política e as visões de mundo

Em relação à **participação política e formações**, segue um quadro síntese com o objetivo de compreender a trajetória de participação política e de formação dos entrevistados (dez recicladores e cinco apoiadores).

Quadro 9 - Principais participações que cada reciclador e cada apoiador tiveram ao longo de sua trajetória<sup>163</sup>.

Participações	Reciclador (R)										Apoiador (A)				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5
Universidade															
Movimento Estudantil															
Movimento Popular															
EES															
Entidade de apoio															
Entidade Religiosa															
Entidades Representativas/Sindicatos															
Partidos															

<sup>162</sup> Esses fatos são fáceis de verificação. Um exemplo são as Comissões, apresentadas no capítulo 4, que acabaram sendo ensejadas por apoiadores e poucos recicladores, o que, a longo prazo, deixa de se efetivar. Um exemplo positivo são as formações efetuadas em 2016 com recursos do IFRS/POA; o recurso era pequeno, e os cursos foram bem-sucedidos, com praticamente nenhuma evasão, pois eram uma demanda dos recicladores.

<sup>163</sup> As linhas indicam, respectivamente: universidade, movimento estudantil, movimento popular, empreendimentos de economia solidária (EES), entidade de apoio, entidade religiosa, entidade representativa sindical, partidos, Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), outros fóruns de representação, cursos de formação. As células preenchidas com a cor cinza indicam a inserção do indivíduo em determinado espaço, entidade ou instituição, enquanto as células em branco indicam ausência de inserção

FRVS														
MNCR														
Outros Fóruns														
Cursos de formação														

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2018).

Todos os entrevistados fazem ou já fizeram parte de Empreendimentos de Economia Solidária e participaram de cursos de formação que reforçaram os princípios cooperativos ou de cunho político. Um dos recicladores entrevistados e quatro dos apoiadores cursaram a universidade e apenas duas das apoiadoras identificam o movimento estudantil como importante em sua formação política.

No que se refere à atuação em movimento popular, quatro dos recicladores e quatro dos apoiadores afirmam participar ou ter participado de algum. Os recicladores que participam de entidades de apoio são os que, atualmente, não participam do FRVS, porque possuem uma atividade importante dentro do MNCR e também da Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT), aos quais afirmaram dedicar grande parte do seu tempo. Inclusive, os depoimentos em que explicitam os motivos relacionados a não atuação no FRVS se deve ao fato de não terem tempo, ainda que considerem a sua importância. Todos os apoiadores estão ou estiveram vinculados a alguma entidade de apoio.

De forma geral, tanto para os recicladores identificados como mais militantes, quanto para os apoiadores que acompanham o Fórum desde o seu início, é fundamental considerar a influência da igreja católica em suas formações, seja em retiros (que eram cursos de formação política disfarçados de religiosos), cursos via comunidades eclesiais de base, Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC), teologia da libertação, etc. Além disso, destaca-se o papel de suas atuações nos sindicatos como significativas para a suas concepções críticas de mundo. A atuação no setor da reciclagem se constitui em um processo que vai envolvendo os participantes, de modo que todos falam dele com bastante orgulho.

Já a influência partidária mostrou-se forte para quatro dos apoiadores, mas, para os recicladores, foi citada apenas por um. Cinco dos recicladores entrevistados participam das ações do MNCR, o que possibilitou relatos interessantes sobre a diferença desses dois espaços de atuação política. Já em relação aos apoiadores, nenhum deles acompanha o MNCR.

Sete recicladores e todos os apoiadores acompanham mais de um Fórum de catadores ou de outro seguimento social. Essa configuração em torno dos fóruns se constitui no repertório organizacional dos recicladores. Os repertórios organizacionais são formas de articulação cultural e empiricamente disponíveis das organizações (Clemens, 2010). Nessa perspectiva, reforça-se o

papel dos fóruns a partir de Santos (2010), para quem, mesmo que a economia solidária não supere totalmente a carência de bens e de serviços necessários, contribui para a organização da sociedade, legitimando certo protagonismo popular.

Nesse sentido, é evidenciada pelos entrevistados a perspectiva de que, apesar dos desafios e conflitos, é por meio do coletivo que podem se fortalecer para a superação das demandas existentes. Entende-se que a classe não é formada por trabalhadores isolados. O ponto central é a organização continuada, que possibilita reflexões que constroem uma consciência coletiva (Lukács, 1989). A partir dessa configuração, criam-se as condições para a entrada de outros elementos que constituem sua qualificação e vão consolidando sua identidade.

No quadro relacionado à participação política dos entrevistados, fica claro que, além dos recicladores se entenderem pertencentes ao movimento de economia solidária, é por meio dele que consolidam a identificação de seus formatos organizacionais. Portanto, colocam em prática um dos pressupostos da economia solidária, que é a autogestão e consolidam espaços de diálogos que contribuem para a sua efetivação, reforçando a importância da articulação coletiva (Singer, 2002).

Entende-se que a consciência de classe dos trabalhadores somente pode ser modificada no decorrer da sua articulação coletiva em torno de propósitos comuns. No caso da economia solidária, a experiência pode ser analisada como significativa para as mudanças acerca de **visões de mundo** crítica dos trabalhadores envolvidos. Por fim, essa dinâmica - que potencializa a formação de sujeitos críticos a partir do envolvimento com a nova práxis e constituição de sujeitos políticos coletivos - sustenta uma argumentação que nega a economia solidária como simples paliativo ao desemprego e à precarização de trabalho (Gaiger, 2012; Santos, 2014 e Miranda, 2011).

## 5.6 Entre a superação e a reprodução das desigualdades

*Acho que nós tivemos estágios diferentes. Por exemplo, toda a problemática da falta de material, principalmente das cooperativas de São Leopoldo e Canoas, quando a empresa privada estava fazendo a coleta, essa era uma pauta de discussão como a que a gente faz com o poder público. Outra questão forte foi sempre a remuneração pelo trabalho. Ela se supriu em parte e, vamos dizer, assim, as coordenações se resolveram, resolveram as suas situações, porque a maioria das cooperativas, nesse momento dos contratos, passaram a diferenciar a renda; Canoas aconteceu isso e aqui em São Leopoldo também tá acontecendo, **a diretoria recebe de forma diferenciada dos demais trabalhadores, e os coletores também ganham diferenciado dos motoristas e dos triadores...** Dois Irmão, por exemplo, primeiro resolveu a remuneração da triagem, e recebe até hoje pela triagem e depois passou também a receber pela coleta do resíduo na rua, então tinham dois contratos, mas agora unificaram, remunera todo mundo. Até agora não conseguiu se resolver o problema da remuneração e aí eu vou dizer assim, quero crer que seja porque as **coordenações resolveram os seus problemas não tão lutando pra***

*remuneração melhor pra base, que seria o pagamento pela triagem, e não se discute isso mais. E as coordenações impuseram em muitas situações essa remuneração diferenciada [grifo nosso] (A4).*

Esse depoimento possibilita reflexões acerca de diversos aspectos referentes a limites a serem enfrentados e aponta desafios que passam por concepção de liderança e o papel das coordenações por uma luta coletiva.

Referente ao papel das lideranças nas cooperativas, o trecho de entrevista acima aponta a hipótese de que um dos fatores para a diminuição de participação no Fórum deve-se ao fato de que todas as atuais cooperativas participantes e as que não o estão frequentando nos últimos anos possuem contrato com o poder público e que, nesses contratos, não estão previstos os pagamentos pela triagem, apenas os de coleta do material. Esse fato, na prática, significa que as representações, normalmente os coordenadores, os coletores e os motoristas, conseguem melhorar seus ganhos econômicos, mas quem está na base - triando - acaba não sendo beneficiado diretamente.

A hipótese desse entrevistado pode ser vista como polêmica, pois, aponta algo que permeia, em parte das cooperativas do Vale dos Sinos, predomínio do interesse individual nas lutas coletivas e que, uma vez solucionado o problema de quem está à frente, a luta política perde o seu valor ou pelo menos sua intensidade.

O fato conhecido desse depoimento é que as remunerações dentro das cooperativas são diferentes, o que é apontado - por alguns entrevistados - como um dos principais problemas para a mudança da diretoria, pois entendem que ninguém vai abrir mão de um cargo em que ganha mais, e essa é a realidade de quase todas as cooperativas do Vale dos Sinos: mesmo que a diferença de remuneração seja às vezes simbólica, ela existe. E o fato é que a rotatividade das lideranças é pouco frequente<sup>164</sup>.

Assim, por mais que as cooperativas possam ser identificadas como alternativas, inclusivas e democráticas, além de se reconhecer a existência de avanços na perspectiva de os recicladores se entenderem como uma categoria profissional, como expressa uma das apoiadoras no trecho em que afirma “*que houve um avanço de se enxergarem como trabalhadores*” (A1), algumas contradições permanecem postas. Entre elas, a questão da diferença de remuneração entre os trabalhadores e as causas que as coordenações defendem, identificadas como escolhas em benefício próprio e, em alguns casos, menos interessadas nas causas coletivas. Tal aspecto é identificado por uma apoiadora como “*uma contaminação do modelo de sociedade que nós temos, poder*

---

<sup>164</sup> Também nesse sentido, a Cooperativa dos Recicladores de Dois Irmãos se constitui como exceção, pois a remuneração é igual para todos e existe regularidade na mudança de membros da diretoria.

*vertical. Quer dizer que alguém tem que comandar e os de baixo entendem que ele é que tem que decidir. Quem faz o processo de educação, de compartilhar responsabilidade, fica a concentração” (A1).*

Referente à relação com os compradores, por mais que seja apontada como grande desafio para os recicladores e seu rompimento se apresente como um sonho, na prática, as ações para sua concretização são poucas. Expressam-se, por exemplo, no limite relacionado ao preenchimento coletivo da planilha de comercialização, a qual, segundo um reciclador:

Não adianta também só colocar na planilha o valor que vende sem dizer quem é o comprador [...] se a gente quer, tem que ser uma coisa séria, essa coisa da comercialização às vezes a gente entra numa utopia de que vai dar certo, de que as cooperativas vão vender em conjunto, vão isso e vão aquilo, mas a gente sabe que todo mundo tem seu comprador, todo mundo tem as suas negociações individuais, tem suas amarrações com o atravessador e isso acaba não rolando, fica só na utopia. (Documento 3).

Parece que a dependência em relação aos compradores, de certa forma, proporciona situação de segurança e significa “menos incomodação” do que se tivessem que se relacionar diretamente com a indústria a partir da junção de materiais com outras cooperativas, além de que, nesse depoimento, fica clara a concentração de poder na relação entre o responsável pela comercialização na cooperativa com o comprador.

Outros aspectos contraditórios identificados são relacionados ao posicionamento crítico de alguns recicladores que, às vezes, parecem reproduzir um discurso conservador. Em uma reunião mensal do FRVS, um dos recicladores fez o seguinte comentário sobre a renovação do contrato da Cooperativa de Novo Hamburgo, que naquele momento teve a vigência prevista para seis meses: “temos que arrumar solução, não podemos ficar colocando a culpa nos outros e nem no governo e tal” (Documento 3).

Outro aspecto semelhante foi identificado em uma fala sobre a qualidade do material de uma cooperativa: quando, em uma intervenção, afirmei que precisava ser coleta seletiva para melhorar a qualidade do material, o reciclador respondeu que “*não, não é a coleta seletiva, não precisa ser, só que eles [os coletores] misturam, têm preguiça de separar direito, acham que não vale a pena*” (R5). Nesse depoimento, o entrevistado estava se referindo ao serviço prestado pelos recicladores, os responsabilizando pela qualidade ruim do material coletado que chegava na cooperativa, o que, certamente, seria facilitado com a implantação da coleta seletiva (que prevê a separação correta antes do descarte).

Um dos aspectos curiosos é o de que a menção a “não colocar a culpa no governo” partiu de um reciclador que considera “faltar indignação” no Fórum, o que leva à conclusão, a partir de outras situações, de que as falas mais inflamadas politicamente são as que, na prática, se

apresentam como pouco efetivas ou contraditórias; já as percepções mais humildes, inclusive algumas que chegam a considerar seu grupo como “nem tanto democráticos” ou “distantes da economia solidária”, são as em que, na prática, mais se percebe coerência nas ações em prol do coletivo. Tal constatação reafirma a importância da convivência no campo de estudo, pois parte dessas apurações não foram identificadas nas entrevistas, mas a partir das vivências.

Em face dessas considerações, caracterizadas como reprodução e superação das desigualdades identificadas, constata-se grande influência das concepções do sistema capitalista e da classe burguesa ou proprietária dos meios de produção a partir da naturalização de perspectivas que convém a manutenção da lógica de exploração do sistema. Tal lógica disseminada pode ser entendida a partir das perspectivas individualistas, competitivas e também a partir da ilusão de que por meio do trabalho e dos estudos se pode alcançar um lugar de privilégio nesta sociedade.

Questões constatadas que seguem abertas! Mas, acredita-se na importância das formações, capacitações e da garantia da autogestão nas cooperativas e nos fóruns para que esse debate possa ser estabelecido e essas questões continuem sendo problematizadas. A única certeza, a partir das entrevistas, é a de que trabalhador sozinho, despreparado politicamente, não faz enfrentamento.

### 5.7 A consciência de classe dos recicladores

Embora já tenha teorizado a respeito, sem querer cansar os leitores me parece conveniente retomar alguns achados da pesquisa. Lukács (1989, 2003) sustenta que a consciência individual é constituída a partir da consciência coletiva (de classe) e isso é apreendido por meio da integração do pensamento individual ao conjunto da vida social. A consolidação da consciência de classe foi organizada, neste estudo, a partir das categorias **relações de classe** e **visões de mundo**. Perspectiva aferida por meio da trajetória dos recicladores e sua participação no FRVS que pode ser percebida em diversas situações, com destaque para as relacionadas às restrições econômicas e as explorações vivenciadas por eles, abordadas no capítulo 4 e neste.

As **relações de classes** se expressam, principalmente, nos relatos que evidenciam a exploração. A exploração é identificada tanto nos casos em que os recicladores relatam seus históricos de trabalho em lugares convencionais quanto nas suas atuais relações com os compradores e com o Estado, representando, assim, a lógica de exploração apresentada por Wright (2015a), na qual há apropriação direta do excedente do explorado pelo explorador, conforme abordado nos capítulos 2 e 4.

Assim, a partir de Wright (2015a), entende-se que os recicladores constituem uma classe explorada e não oprimida, pois a opressão econômica não exploratória para Wright significa que não há apropriação direta por parte do explorador. Em casos como esse, ser oprimido seria pior, pois, sendo explorados, portanto produtivos para o capital, podem melhorar suas condições de exploração e reter aos poucos parte do valor que produzem. Essa luta se dá a partir da autogestão, frente ao estado e também frente aos compradores de materiais recicláveis, materializada nas cooperativas e na articulação política maior por meio do FRVS.

Tendo em vista que nada garante que as classes se façam presente na vida política apenas por serem classes, entende-se que a organização coletiva dos recicladores do Vale dos Sinos constitui-se em um espaço significativo de encontro e de formações, que exerce papel relevante na trajetória dos participantes, seja para sua vida profissional, seja no que se refere a questões pessoais.

Na perspectiva materialista histórica (Marx & Engels, 1977), nascer em determinada classe influenciará objetivamente nas escolhas que os indivíduos poderão fazer; mas as classes não nascem plenas, já dispendo de consciência de si e para si: nascem, isso sim, como ser social que, em potência, carrega um vir a ser possível e mesmo necessário em razão da dinâmica estrutural do modo de produção em que estão inseridas (Iasi, 1999).

Nesse sentido, compreende-se, a partir de Iasi (1999), que as mudanças da consciência não estão além da luta política e da materialidade em que esta se insere. O processo coletivo constitui-se no meio e no produto das transformações. A pesquisa de campo realizada aponta que há um processo de construção de **visões de mundo**, negando a consciência como essência, mas indicando movimento de reflexões que possui avanços e retrocessos, com muitas contradições, mas que, de todo modo, necessita da força do coletivo.

A classe não se encontra à revelia dos seus próprios agentes. Portanto, constitui-se em um processo de trocas de informações, a partir das vivências e o engajamento ocorre quando os atores percebem que podem exercer alguma ação (práxis) para alterar a realidade percebida. Reconhecer-se como protagonista também é um dos resultados identificados a partir da participação dos recicladores no FRVS, ao mesmo tempo em que se constata que sozinho não é possível alcançar mudanças significativas.

Já no que se refere à síntese da categoria **visão de mundo**, aponta-se o papel fundamental que as condições materiais de pobreza e exploração no mundo do trabalho tiveram na vida dos entrevistados. Os depoimentos reforçam o significado da experiência de um trabalho formal como parâmetro, a inserção política dos recicladores, tanto sindical como partidária e de ações vinculadas aos movimentos da igreja, comunidades eclesiais de base e a teologia da

libertação, que tiveram papel significativo para a constituição de **visões de mundo** crítica dos entrevistados, assim como teve um papel importante na formação das cooperativas a partir de projetos e da contribuição de apoiadores.

Nesse sentido, é necessário que se supram necessidades básicas para que se consiga avançar em perspectivas de superação de sua condição. Comer, beber e ter onde morar constituem interesses que antecedem a possibilidade de se imaginar a reivindicação por melhores salários, ou o desejo por outro tipo de sociedade.

Nesse sentido, Iasi (2004, 2012) define três formas de consciência, assim tipologicamente desenhadas: **alienação subjetiva**; **consciência em si** e **consciência para si**. A passagem de uma para outra se constitui em processo não linear que se dá por intermédio do grupo.

Os aspectos que podem ser identificados, no campo da pesquisa, como forma de **alienação subjetiva** estão associados aos momentos em que os recicladores relatam não perceber criticamente a sua situação, expresso em falas como *“sentia que tinha algo estranho, mas continuava no trabalho, precisava do dinheiro”* (R5). Trabalhavam - muitas vezes - defendendo seus padrões, mesmo que suas condições de trabalho e econômicas fossem inadequadas. Ou seja, não havia uma questão mais objetiva e clara que percebessem como questionável.

O processo para perceberem sua condição de classe trabalhadora explorada, com a apropriação direta do fruto de seu trabalho pelo patrão, deu-se, em um primeiro momento, via participações em espaços coletivos como sindicatos, grupos vinculados à igreja voltados para a teologia da libertação ou, no mínimo, em diálogos com outras pessoas que possibilitaram esse “clique”, como alguns recicladores, durante as entrevistas, denominaram o seu processo de mudança de visão de mundo.

No momento posterior, quando se encontraram desempregados, a maioria devido à crise das fábricas do complexo coureiro-calçadistas, a opção por consolidar espaços de trabalho coletivos foi influenciada pelo momento histórico, situação econômica e incentivada pelas entidades de apoio parceiras. Nesses debates, outros elementos surgem, como por exemplo, a autogestão.

Compreende-se, a partir de Lukács, que o fato de se perceber como explorado não representa tomada de consciência. A consciência de classe não é a mesma coisa que a consciência psicológica de sua situação de classe e também se sabe que não se pode dizer que um operário tenha consciência de classe por entender que é explorado. Mas é o ser do trabalhador enquanto classe que define o curso histórico que ele deve seguir, e não o que ele pensa sobre si próprio. Neste estudo, entende-se que os recicladores compõem uma classe a partir de sua consolidação história, permanente e com pautas claras.



Nesse sentido, entende-se que insistir no propósito de consolidação de uma cooperativa de trabalho constitui-se em uma das formas de identificação da **classe em si**, pois a cooperativa é composta por pessoas em torno de uma luta comum buscando garantir espaço de trabalho, com trajetórias e objetivos semelhantes. Pois, mesmo que fazer parte de uma cooperativa, para muitos, possa significar apenas suprir sua necessidade individual de trabalho<sup>165</sup>, processos diferenciados acontecem nelas; para outros, constitui-se como possibilidade de ampliação de conhecimento e garantia da luta “da categoria”, como se denominam. Para Iasi (2004), o estágio da classe em si é o estágio possível de ser alcançado dentro do sistema capitalista.

Já se idealizando o patamar mais avançado de processo de consciência que se constitui na **classe para si**, a qual é composta por objetivos que ultrapassam os interesses individuais, e tem como pressuposto a organização da classe, poderiam ser considerados os participantes mais insistentes do Fórum que permanecem nele em longo prazo. E para se alcançar aspectos semelhantes aos previstos nessa etapa, o pressuposto da participação política é necessário e isso precisa de tempo, disposição e condições, o que não é possibilitado a todos.

No entanto, o objetivo desse estudo não é o de medir processo de consciência, o que não teria sentido uma vez que se compreende que esse processo é mutável, funciona de forma cíclica, como propõe Sartre (1963, vol. II) ou em espiral, como afirma Iasi (2004). Portanto, a **práxis** ocupa um lugar central na análise. Isso quer dizer, a partir do campo, que os recicladores que estão, atualmente, à frente do Fórum, portanto os que poderiam ser considerados possuidores de uma consciência para si, podem não estar participando do Fórum amanhã e podem retornar depois de amanhã, pois isso funciona de forma cíclica ou em espiral, por isso se constitui em um processo contínuo e não em níveis hierárquicos que, uma vez alcançados, se manteriam continuamente.

Nesse sentido, o que se pode verificar é que o FRVS é composto por vontades, práticas e insistência nos processos de organização da classe de recicladores em torno da busca de superação de suas dificuldades comuns. Para isso, mesmo contando com apoiadores e entidades de apoio, mantém a sua autonomia.

Por fim, e Sartre, como contribuiria com a compreensão da tomada de consciência de classe dos recicladores? Em alusão aos conceitos desse filósofo para a compreensão do grupo, seguem algumas percepções associadas com o campo da pesquisa.

---

<sup>165</sup> Afirmação a partir de alguns relatos trazidos nas entrevistas, considero que não há nenhum problema nesse objetivo, é justo e, talvez, o propósito da grande maioria.

Para Sartre (1963, vol. II), o **grupo em fusão** se constitui tanto pelo grupo que busca sanar uma demanda pontual e volta a **serialidade**<sup>166</sup>, como pelo **grupo juramentado**, que se mantém na luta para o não retorno a serialidade e pertence a um movimento inacabado.

Os dois perfis podem ser encontrados no FRVS, pois, assim como existem recicladores que ficam um período de tempo para sanar um problema pontual normalmente relacionado a contratos com o poder público ou para acessar benefícios de algum projeto, depois desistem, voltando a **serialidade**; outros estão desde seu início, em 2002, dado que enxergam benefícios e buscam integrar mais cooperativas, reforçando os vínculos, pois constituem um processo de tomada de consciência a partir de uma causa comum. No caso dos recicladores, a luta comum passa pelo reconhecimento de sua importância via pagamentos pelos serviços que prestam. Esse último grupo se constituiria no grupo **juramentado**, no qual a liberdade de cada um é comprometida com a permanência no grupo.

O grupo juramentado passa para a etapa de **organização**, a qual garante a existência do FRVS até o momento atual, pois regras e sistemáticas de funcionamento são estabelecidas e é nessa etapa que se identifica o papel da **práxis** individual no grupo, no qual as pessoas vão se apresentando ou sendo indicadas como responsáveis para as tarefas.

A fase posterior se constitui na **fraternidade-terror**, na qual o grupo tenta obcecadamente atingir sua unidade. Para isso, cria mecanismos de punições para se manter coeso, o que se dá, por exemplo, na não inclusão no grupo de WhatsApp do Fórum de recicladores que não participam com frequência dos encontros presenciais. Já a última fase do grupo seria a da **institucionalização**, que se constitui na formalização do grupo ou na volta a **serialidade**. Considera-se que mesmo que essa institucionalização não seja formal, e sim, pela regularidade do Fórum que, desde 2002, promove encontros mensais entre os recicladores da região e mantém a reunião de coordenação para definir a pauta do encontro, este espaço já está institucionalizado.

Nesse sentido, compreende-se que existe uma tentativa constante de compor a classe para si a partir dessa luta política, por mais que nem todos permaneçam e alguns circulem no grupo de forma esporádica. Como bem lembra Sartre, há uma busca pela manutenção do grupo, uma luta contra a serialidade. Com isso, o Fórum, a partir dos sentidos que os participantes atribuem a ele, como espaço simbólico e representativo da luta dos recicladores da região, se constitui como um espaço significativo de encontro e de consolidação da consciência de classe dos participantes. Um processo que não é constante, mas se mantém existente e “resistente”, como lembra um reciclador.

---

<sup>166</sup> Na série, a relação entre os indivíduos não é capaz de levar a cabo uma iniciativa em comum. Sartre (1963, vol. II) traz como exemplo de serialidade as pessoas esperando um ônibus em uma fila, ou ouvindo a mesma estação de rádio, pessoas fazendo a mesma coisa, mas sem organização, diálogo e objetivo comum compartilhado.

Em face dessas considerações, entende-se que os recicladores ocupam uma posição na estrutura de classe porque também se comportaram enquanto classe. Sua articulação política e coletiva possibilitou que eles se profissionalizassem. Suas trajetórias atendem ao critério de estabilidade, longevidade, pauta comum, o que os faz agir de acordo com seus interesses de classe.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os 800 mil catadores de materiais recicláveis do país realizam 90% do trabalho na cadeia produtiva da reciclagem, ficando apenas com 25% dos resultados (IPEA, 2013, 2016) e que do total de catadores, cerca de 10% estão organizados em coletivos de trabalho, afirma-se, a partir deste e de outros estudos trazidos, como os de Bosi (2008), Demajorovic, (2013) e Darós (2009), que os catadores individuais, além de se encontrarem em uma situação econômica, política e social mais vulnerável do que a dos catadores organizados, são os trabalhadores mais explorados na cadeia produtiva da reciclagem.

Assim, os catadores individuais, neste estudo, podem ser identificados com o lumpemproletariado, que, para Marx, compõe a escala de maior desorganização laboral, o que levará muitos deles possivelmente a se manterem nessa posição. O fato é que a organização de trabalhadores em coletivos confere visibilidade para a atividade histórica que exercem. Por conseguinte, a organização da classe se revela fundamental para que mudanças políticas possam ocorrer.

As articulações dos catadores tiveram início no final da década de 1990 e, em 2002, nasceu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) a instância organizativa mais conhecida dentre todos esses movimentos. A partir do MNCR, surgem inúmeras outras organizações, entre elas, o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos, campo de estudos desta dissertação.

Em face dessas considerações, acredita-se que os catadores organizados em coletivos de trabalho possuem mais chances de adquirir condições melhores de trabalho, reconhecimento e pagamento pelo serviço que prestam. Os dados apresentados ilustram algumas das singularidades dos recicladores do Vale dos Sinos, relacionadas ao seu tempo de articulação, histórico familiar, experiência profissional, relação com o poder público, remuneração, etc. Alguns dos recicladores entrevistados do FRVS, que eram catadores individuais, afirmaram que foi a partir dos exemplos das organizações dos fóruns municipais que muitos deles passaram a se integrar a uma cooperativa; portanto, tanto o exemplo como a predisposição de outras pessoas constituem-se fatores fundamentais para essa transição.

Na perspectiva de Marx, as divisões de classe são definidas, principalmente, a partir da ligação entre as relações de **propriedade** e de **exploração**. As **relações**, então, são fundamentais para a constituição de diferentes classes, tendo a **propriedade** e a **exploração** como elementos constituintes. Assim, constata-se que as classes aparecem como posições derivadas das relações de exploração. A exploração consiste num processo por meio do qual são geradas as desigualdades de **direito** e de **poderes** sobre os **recursos de produção (meios de produção)**.

O fato é que exploradores se apropriam do excedente! A análise de exploração realizada por Wright (2015a, 2015b) adapta esse conceito às dinâmicas contemporâneas.

Compreende-se que os catadores organizados constituem uma classe social, o que se justifica pelo seu tempo de luta, pauta comum, vontade política, entre outras justificativas trazidas no estudo. **Exploração**, portanto, é o conceito central para entender a natureza dos interesses gerados pelas relações de classe.

A alegação de que a apropriação capitalista do esforço de trabalho dos trabalhadores é “exploração”, portanto, sugere algo mais do que um simples antagonismo de interesses materiais entre trabalhadores e capitalistas; ela sugere que essa apropriação é injusta. (Wright, 2015b, p. 136).

Portanto, mesmo que os recicladores do FRVS estejam num patamar de organização diferente da dos demais catadores do país, eles vivem numa situação de limite econômico e de insegurança em relação à manutenção de seu trabalho e se constituem como classe trabalhadora explorada dentro da cadeia produtiva da reciclagem tanto por parte dos compradores como pelo poder público.

A intenção desta pesquisa foi a de verificar em que medida a articulação coletiva em torno do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos se constitui como um espaço de fortalecimento da consciência de classe dos recicladores envolvidos. Considera-se que o referencial teórico escolhido e as metodologias adotadas foram suficientes para a constatação de algumas conclusões.

Foram definidas em diálogo com o campo de estudo duas categorias conceituais que possibilitam a compreensão do processo de consolidação da denominada **consciência de classe** dos participantes: a constituição de **relações de classes** e de **visões de mundo**. Portanto, neste estudo, o que se denomina de tomada de consciência passa pelas formas como os recicladores lidam, enquanto classe social, com as questões de relações de classe e visão de mundo apreendidas por meio da metodologia prevista.

No que diz respeito à metodologia utilizada, retomando os conceitos de Velho (1978) sobre distância social e distância psicológica, considero que parte da coerência apreendida nesta pesquisa entre o discurso e a prática dos recicladores também se deu com base no que eu sabia sobre os assuntos dos quais eles estavam falando a partir do meu acompanhamento do grupo para além do período de realização do campo da pesquisa. Nesse sentido, considero que o fato de já os conhecer bem tenha contribuído para me pouparem de discursos prontos.

O fato de eu já haver mantido contato com os entrevistados antes de iniciar esta pesquisa causou-me certa apreensão, contudo, a partir das entrevistas, que passei a realizar, percebi o

quanto havia sido interessante para mim ter tido esse conhecimento prévio. Pude constatar que eu, de fato, pouco os conhecia, pois os relatos que foram sendo tecidos por eles nas entrevistas provinham de experiências que emergiam de um universo interior, pouco acessado nos contatos anteriores. Percebi que estes vinham à tona em três níveis: primeiramente fundamentavam-se na história pessoal dos entrevistados; após, descreviam o modo como haviam chegado à cooperativa e, por último, abordavam a forma como havia se dado o seu envolvimento com o FRVS. Ouvi muitos relatos emocionantes e surpreendentes que eu não esperava ouvir, porque achava que os conhecia.

Considero que partes dos depoimentos foram trazidos porque havia um fator de confiança, os recicladores sabiam que eu teria bom senso ao escolher o que trazer para a dissertação. Eu saía dos encontros com os entrevistados sentindo-me valorizada por meu trabalho e também feliz e responsável por ter tido acesso àquelas revelações, que me desvelaram vivências pessoais surpreendentes, jamais imaginadas por mim. Tratava-se de uma grande responsabilidade trazer essas experiências sem expor nenhum dos entrevistados: tal preocupação gerou o extenso capítulo 3, no qual esboço, com muita emoção, o percurso desta pesquisa.

Procurei valorizar as trajetórias, mantendo o anonimato, ainda que seja possível reconhecer a autoria das falas, isso não compromete ninguém pessoalmente, uma vez que a pesquisa focou nas práticas coletivas.

A partir das entrevistas, percebi que esta dissertação representava para alguns deles a oportunidade de não somente organizar a história do FRVS, mas também estabelecer um canal de diálogo entre os recicladores e os apoiadores, já que estes, ao lê-lo, poderiam ter acesso aos sentimentos e reivindicações daqueles trabalhadores<sup>167</sup>. Considero que o grau de amadurecimento dessas considerações finais contou com o processo de leitura dos participantes do Fórum, pois, de acordo com o que foi mencionado na metodologia, os capítulos desta dissertação foram sendo disponibilizados a um grupo interessado. O resultado foi que três apoiadores e um reciclador leram o estudo antes de ser finalizado e fizeram contribuições e devolutivas que me ajudaram a reorganizar algumas partes, principalmente o capítulo de análise temporal.

A partir dessas reflexões, compreendi também que muitas das críticas trazidas acabavam sendo dicas sutis para mim, remetendo ao meu papel como apoiadora, a partir de menções como “lembra aquela vez que vocês fizeram aquela ação?” cujos desdobramentos, ora foram bem-sucedidos, ora nem tanto. Dessa forma, conseguiram expor sua visão acerca dos apoiadores, a

---

<sup>167</sup> Principalmente pelo fato de este ser o primeiro estudo sistematizado sobre o Fórum.

partir de questões concretas. Nesse sentido, considero que um dos meus papéis já identificados, o de apoiadora, não influenciou negativamente nessas avaliações<sup>168</sup>.

Nos capítulos 4<sup>169</sup> e 5 foi trazida uma série de acontecimentos a partir dos quais foram apreendidas situações que expressam momentos de percepção dos trabalhadores sobre a sua condição. A análise de séries temporais realizada no capítulo 4 foi ao encontro dos objetivos deste estudo, cujos padrões referem-se a questões econômicas, políticas, mudanças havidas no mundo do trabalho e processos coletivos como tentativa de sobrevivência dos trabalhadores. Procurou-se, assim, detectar, nesse contexto, as perspectivas do despertar da consciência de classe a partir da participação política.

O cenário de **exploração** pode ser identificado na trajetória dos recicladores do FRVS em diversas etapas de suas vidas. Trata-se de situações vivenciadas antes de estes participarem das cooperativas, tanto em seus espaços formais de trabalho como no cotidiano daqueles que viviam da reciclagem como catadores individuais. Os relatos de situações enfrentadas dentro de espaços formais de trabalho trazidos pelos trabalhadores, apresentados no capítulo anterior, ocorridos nas fábricas de calçados do Vale dos Sinos, ilustram a forma como, na prática, o medo do desemprego - ou de fazer parte do exército industrial de reservas - funcionava para jogar um trabalhador contra o outro.

No que se refere aos desafios atuais vivenciados a partir da constituição das cooperativas, destacam-se as desigualdades na cadeia produtiva da reciclagem e a desvalorização dos contratos com o poder público. Conclui-se que o estado trata os trabalhadores gerando restrições, medo e insegurança, fazendo que sua atuação pareça assistência e não cumprimento de lei. As prefeituras exercitam um jogo com os catadores a partir dos contratos, utilizando, em alguns casos, a legislação para manobras políticas.

O fato de o trabalhador perceber que é explorado não é suficiente para este compor uma classe: ele precisa conseguir se articular como classe para poder definir pautas concretas conjuntas e, para que essas relações de classe sejam percebidas, é necessária uma mudança na visão de mundo, que passa pelo coletivo.

---

<sup>168</sup> Essa experiência me fez ter certeza de que, sim, é possível exercer papéis diferentes no campo e conseguir manter a postura de pesquisadora. Além disso, aumentou a minha vontade em estabelecer relações mais profundas com as pessoas, a partir do olhar de que é possível dialogar sobre qualquer situação desde que se encontrem formas construtivas de abordagem. Considero que as informações que me foram trazidas tiveram esse cuidado, servindo como exemplo a ser seguido.

<sup>169</sup> O grau de detalhamento do capítulo 4, além das análises realizadas, foi pensado como um resgate histórico do Fórum como devolutiva para os recicladores. Pretendo anexar na versão da dissertação que será entregue para eles todos os documentos relacionados ao Fórum que utilizei, pois estes estavam dispersos em posse de apoiadores e de entidades de apoio.



Nesse sentido, no capítulo 5, buscou-se apresentar como se constituem **as visões de mundo** dos recicladores, levando em conta, a partir de Marx, que é necessário fazer a distinção entre o que o trabalhador pode, às vezes, pensar ou imaginar como seu objetivo e o que, de fato, ele é, buscando torná-lo ciente de que o que será determinante na ação histórica do trabalhador funda-se em seu próprio ser social, e não naquilo que ele pensa sobre si (Marx e Engels, 2007).

Para isso, foram enfatizados os processos realizados a partir de suas vidas, participações nas cooperativas às quais pertenciam até começarem a atuar no FRVS. Foram destacadas as ações e rotinas promovidas pelo FRVS que possibilitam mudanças de **visões de mundo**, considerando-se as mudanças no sentido de aspectos críticos em torno da consolidação de outros olhares.

É indiscutível que a experiência de trabalho formal dos recicladores participantes do FRVS contribui para o amadurecimento de suas reflexões; processo distinto do que se percebe na trajetória de outros catadores que sempre trabalharam com resíduos de forma individual e ou são oriundos de trabalho nos lixões. Isso reforça a heterogeneidade dos catadores.

Nesse sentido, alguns depoimentos avançam para as diferenças de formação das cooperativas participantes dos Fóruns, principalmente entre as oriundas de trabalhadores que já tiveram outras experiências profissionais e as que foram “ajudadas” pelas instituições ligadas a igreja, as quais, na visão de alguns apoiadores, acabam exercendo um papel de “tutela”. É notória a influência desse histórico no perfil das cooperativas: os grupos que tiveram maior apoio por parte de entidades ligadas à igreja, de certa forma, acabam sendo os mais fragilizados, e uma das explicações para isso é que esses grupos, por si só, já possuem trabalhadores com um perfil diferente, menos politizado, com mais dificuldade de compreender a lógica do trabalho associado e também que o papel das entidades, embora necessário, acaba não sendo muito construtivo, pois estas deixam o grupo dependente de sua atuação. Não é raro os casos em que as entidades necessitam cessar a assistência ao grupo e este segue sem ter condições de, sozinho, ter um protagonismo; por isso, os entrevistados consideram como tutela a assistência dada por algumas entidades.

Esse depoimento reforça a necessidade de alinhamento dentro do grupo. Entendo que as formações possam incentivar os cooperados a serem mais participativos, pois, normalmente, os mais contrários à atuação política e participativa dos colegas são os que não possuem uma prática de participação nem mesmo dentro da sua cooperativa. Nesse contexto, foi enfatizado o importante papel dos recicladores líderes para o que estes definiram como “o despertar” dos cooperados. A coordenação possui uma responsabilidade direta em facilitar a participação dos associados, tendo em vista que para muitos, as práticas exercidas na cooperativa e no Fórum são

bastante distintas daquelas a que estes estavam acostumados em trabalhos formais ou mesmo em grupos em que a autogestão não era levada a sério.

Entre as ações das coordenações, que foram identificadas como necessárias para garantir a adesão dos cooperados no Fórum estão a facilitação do transporte para os cooperados participarem das reuniões, a disponibilização da estrutura da cooperativa, assim como o convite aos cooperados explicando a importância do encontro e a mobilização de um grupo para participar do encontro mensal.

O fato de os trabalhadores se reunirem em torno de suas cooperativas pode ser pensado, em termos marxistas, na prática que constituiu uma classe *em si*, ou seja, uma classe em relação ao capital. A articulação política maior, como a que ocorre no FRVS, pode ser entendida como um exercício para que os recicladores se tornem uma classe *para si* mesmo, isto é, que estes elevem a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa.

Conclui-se que os recicladores participantes do Fórum oscilam entre a constituição de uma classe *em si*, que percebe a sua condição de classe, para a classe *para si*, que é capaz de lutar enquanto classe. E que esse processo para o seu fortalecimento em busca de se tornar uma classe *para si* pode se dar da seguinte forma:

A partir das três categorias de consciência definidas por Iasi (1999, 2012), os recicladores estariam já de antemão na segunda etapa, classe *em si*, e não haveria possibilidade de saírem dela dentro do sistema capitalista. Portanto, chegar ao nível de consciência da classe *para si*, pode ser imaginado como utopia. Quando se incluem as perspectivas de Lukács (1967, 1989) e Sartre (1963, vol. I) na análise, também utilizadas por Iasi (1999, 2012), entende-se a consciência como processo (circular e em espiral) e que a **visão de mundo** ocorre mediante a práxis. Nesse sentido, as ações promovidas pelo FRVS podem ser entendidas como contribuintes significativos desse processo.

Por mais que, nos depoimentos, não se tenha percebido, explicitamente, por parte dos recicladores, grandes preocupações sobre a formação política dos participantes, na prática, isso acontece de diversas formas, bastante pautadas a partir da necessidade de enfrentamento de demandas concretas, principalmente as relacionadas às negociações com o poder público e com os compradores. Assim, mesmo que os recicladores do FRVS se considerem pouco políticos, a partir dos registros sobre suas práticas, concluo que são políticos, não partidários e nem fanáticos, mas todo o seu histórico de atuação está orientado por permanentes relações políticas estabelecidas.

Nesse sentido, reforça-se a importância das práticas desenvolvidas no Fórum como: as formações, os cursos, as capacitações, as reuniões promovidas com o poder público, a realização de seminários buscando dialogar sobre suas práticas, sensibilizando também a sociedade, a realização de intercâmbios que proporciona a troca de conhecimento entre as cooperativas participantes, assim como a permanente reunião mensal do FRVS que nivela conhecimento e socializa as demandas da região. Todas essas práticas contribuem para a constituição das **visões de mundo** dos recicladores, tanto para as suas ações enquanto trabalhadores, como também para suas participações políticas na sociedade enquanto cidadãos, cuja força se faz notar pelo conhecimento de seus direitos e deveres.

Para isso, a atuação dos apoiadores é reconhecida como fundamental. Identificou-se, além disso, uma ligação afetiva na relação entre os recicladores e os apoiadores que possuem um ponto de encontro entre a categoria trabalhador reciclador e trabalhador apoiador, pelo fato de ambos enfrentarem, mesmo que em diferentes contextos, desafios semelhantes. Assim como ocorre com os recicladores, o trabalho dos apoiadores é permeado por insegurança quanto a sua continuidade, pois funciona a partir de projetos que possuem começo, meio e fim. A sua atuação pode ser identificada como a de intelectuais orgânicos, em perspectivas gramscianas, pois se constituem no grupo social de intelectuais em torno do FRVS que, de um modo orgânico, contribuem para uma certa homogeneidade do grupo e tencionam para que este amplie suas visões, tendo como finalidade contribuir para o fortalecimento da consciência de classe dos recicladores.

Identificou-se que está em curso o processo de tomada de consciência dos participantes do FRVS, apreendido a partir de inúmeras situações. Esse processo é contínuo, possui alguns momentos de elevação e outros, de baixa, e não necessariamente todos os trabalhadores organizados nas cooperativas de reciclagem passam por ele. Essa constatação parte das entrevistas com recicladores. Uma das situações que reforçam a questão de se considerar o processo circular ou em espiral é o fato de que é comum a rotatividade das representações das cooperativas no Fórum, mesmo que algumas destas possam ser identificadas como participantes desde o seu início.

O perfil de quem participa do Fórum é de quem já exerce certo protagonismo dentro de sua cooperativa, portanto não se pode generalizá-lo para os recicladores do Vale dos Sinos como um todo. O Fórum é um dos espaços de atuação política desses participantes, não o único, promove práticas que contribuem para o fortalecimento da **consciência de classe** dos que participam e agem, minimamente, como multiplicadores em suas cooperativas. As demandas discutidas no Fórum estendem-se para as necessidades das cooperativas, o que contribui para que

estas sejam beneficiadas a partir da participação de um dos cooperados. Portanto, o Fórum é um espaço reconhecido e valorizado como de fortalecimento da classe dos recicladores do Vale dos Sinos.

### **Considerações filosóficas finais - sobre a *indecência***

Em face dessas considerações, há um bom motivo para se afirmar que o “lixo”, que já é um dos importantes mercados do presente, será ainda mais valorizado no futuro. Espero que não leve muito tempo para que passemos a considerar *indecente* a quantidade de embalagens que são geradas, por exemplo, para se fazer um simples lanche. O fato é que isso, atualmente, a pouca gente importa.

Para além dos efeitos ambientais nocivos que esses hábitos naturalizados causam, por trás deles, está o fato de que agindo assim, parece que consideramos infinitos os recursos naturais, o que não se constitui uma probabilidade viável. Espero que, num futuro próximo, possamos considerar *indecente* sabermos que, num país que desperdiça 41 mil toneladas de alimento por ano (Cruz, 2016), possa se considerar “normal” uma família precisar se alimentar dos nossos “restos e descuidos” (Souza et al, 2013, p. 14), que acabam indo para o “lixo”. Em outras palavras, espero que, num futuro próximo, possamos considerar *indecente* um sistema social que necessita desperdiçar toneladas de alimentos para que estes retornem ao mercado mais valorizados, ou seja, trazendo mais lucros aos donos dos capitais.

Desejo que esses comportamentos venham a ser tão constrangedores que passem a ser banidos, que possamos encará-los espantados ao admitirmos a forma como lidávamos com essas questões. Que, em breve, possamos mudar o nosso olhar em relação aos catadores e as catadoras, pessoas que exercem um importante trabalho de coleta e triagem dos resíduos. Que possamos enxergá-los com o respeito merecido e que, em decorrência disso, estes possam ser pagos decentemente pelo trabalho que executam, sem precisarem submeter-se a uma atividade análoga a do trabalho escravo: atualmente, 90% desses trabalhadores executam de graça um serviço que é de responsabilidade do poder público, e o fazem porque precisam, não só porque optaram por isso.

Minha esperança vem da história, que nos ensina. Se olharmos para o Brasil Colônia, era “normal” que os escravos tivessem que carregar dejetos de seus senhores pelas cidades para jogá-los num rio ou fosso. Essa *indecência* passou! Essas reflexões estão permeadas pelas relações de classe: há uma classe (ou as classes) que podem produzir, pagar, consumir, explorar e desperdiçar

e existe outra, que necessita da sobra de tudo isso para sobreviver. Constatase, portanto, uma relação de mútua dependência.

A superação dessa *indecência* passa por reformas econômicas, sociais e políticas. Por mais que eu acredite na força do coletivo e no que possamos aferir como benefícios do que ele possa proporcionar, particularmente, não acredito nas reformas que atualizam ou moldam o capitalismo, pois a história também já nos mostrou que elas são paliativas e, por mais que possam tirar muitos da situação de miséria, elas mantêm o poder dos donos dos meios de produção e dos donos do capital financeiro, que não só os protege como os torna ainda mais ricos.

Por certo, as respostas para essa situação passam por educação, conhecimento e articulação política, pois, sem pressão política e social, nenhuma mudança se consolida. No entanto, contrariamente àquilo em que acredito, vivemos numa sociedade em que cada vez menos é valorizado o espaço para o povo, para os atores coletivos. Vivemos um momento em que se supervaloriza o individualismo, perspectiva que nos faz acreditar que as razões para os fracassos e os sucessos da vida são pessoais. Nesse contexto de transição de uma sociedade pautada na produção para uma sociedade de desempenho, o trabalho não tem fim, o lazer é diminuído e a angústia e a ansiedade tomam conta de todos: isso pra mim é *indecência* e pouco desenvolvimento!

Vivemos num contexto em que “para que a nova ordem se instale, é necessário acabar com o povo”, como lembra Pinto (2017). Pra onde estamos caminhando? O que queremos de tudo isso? Para quê e para quem serve o nosso conhecimento?

Não tenho resposta para essas perguntas, mas acredito que, num país em que 1% da população global detém a mesma riqueza que os 99% restantes (Reuben, 2016), retomar os conceitos de Marx, que prezou pela dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, se constitui num antídoto contra a selvageria aceita.



## REFERÊNCIAS

- ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério Brasil 2015** e atualização da distribuição de classes para 2016. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ctfab/Downloads/01\_cceb\_2015.pdf>. Acesso em: 12 fev 2018.
- AGÊNCIA IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação cai em 11 das 27 UFs no 2º trimestre de 2017**. 31 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017.html>. Acesso em: 08 fev. 2018.
- AMBEV- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS. **Reciclagem na Produção: um bom negócio**. 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.ambev.com.br/imprensa/releases/reciclagem-na-producao-um-bom-negocio/>. Acesso em: 6 out. 2017.
- ANDRADE, Anielle, K. da Silva; CARVALHO, Cinthia M. **Estamira: esquizofrenia X Poesia e filosofia no lixo e na vida**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/estamira-esquizofrenia-x-poesia-e-filosofia-no-lixo-e-na-vida/53902/>. Acesso em: 01 out 2017.
- ANTUNES, Ricardo. O Trabalho, Sua Nova Morfologia E A Era Da Precarização Estrutural. In.: **Revista Theomaie – Estudios sobre sociedad y desarrollo**, nº 19, primeiro semestre de 2009. Disponível em: <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2003.
- ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquíria L (Org.). **Lukács, um Galileu no século XX**. Boitempo Editorial. São Paulo-SP. 1996.
- ANTUNES. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2005.
- ARAÚJO, Denise Castilhos de; SCHEMES, Claudia; MAGALHÃES, Magna Lima. Enfoques de uma crise: o jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s**. Florianópolis, v.11, n.99, p.167-185, jul/dez. 2010.
- BANASZAK, Lee. **The women’s movement inside and outside the state**. Nova York: Cambridge University Press. 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER. Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. Dissertação (Mestrado)– Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BONETTI, Alinne de L. **Entre Feministas e *Mulheristas*: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre**. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal de Santa Catarina. 2000.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2008, vol. 23, n.67, pp. 101-116.

BRASIL sai do mapa mundial da fome, aponta FAO. Setembro de 2014. **GOVERNO DO BRASIL**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/09/brasil-sai-do-mapa-mundial-da-fome-aponta-fao>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2016. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.357 de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. 2010a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. 2010b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

CÂMARA debate nova proposta de gestão de resíduos em Novo Hamburgo. **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**. 24 ago. 2017. Disponível em: <[http://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao\\_e\\_conhecimento/noticias/camara-debate-nova-proposta-de-gestao-de-residuos-em-novo-hamburgo](http://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao_e_conhecimento/noticias/camara-debate-nova-proposta-de-gestao-de-residuos-em-novo-hamburgo)>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CAMINHO DAS ÁGUAS. ASSOCIAÇÃO CAMINHA DAS ÁGUAS - ECOPROFETAS. **Relatório final Projeto Caminho das Águas**. Petrobrás. 2013.



CARVALHO, Desirée. Deputados querem votar projeto que criminaliza aborto até em casos de estupro. **ESQUERDA DIÁRIO**. 20 set. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Deputados-querem-votar-projeto-que-criminaliza-aborto-ate-em-casos-de-estupro>> Acesso em: 31 jan. 2018.

CATTANI, Antonio. D; HOLZMANN, Lorena. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CATTANI, Antonio. Riqueza e Desigualdades. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

CBO - CLASSIFICA BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Profissão Catador de Materiais Recicláveis**. 2002. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. **Latas de alumínio**. 04 fev. 2018a. Disponível em: <http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica/id/5/latas-de-aluminio>. Acesso em: 04 fev. 2018.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Pesquisa Ciclossoft** 2016. São Paulo, 2016.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Um retrato de 20 anos sobre a coleta seletiva no país**. 12 fev. 2018b. Disponível em: <<http://cempre.org.br/cempre-informa/id/7/um-retrato-de-20-anos-da-coleta-seletiva-no-pais>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (Org.). **Classes? Que classes? Ciclo de debate sobre classes sociais**. 2013.

CIDADES do RS relatam problemas com novo sistema de coleta de lixo. 4 mar. 2017. **GLOBO.COM**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/cidades-do-rs-relatam-problemas-com-sistema-de-coleta-de-lixo.html>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 3. Brasília, pp. 161-218. jan/jul, 2010.

COMITESINOS – COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS. **Arno Kaiser**. 2017. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/sobre-comitesinos/historico/>>. Acesso em: 26 set 2017.

**CORAL do Programa Catavida recebe novos instrumentos musicais**. Jornal do Comércio. 11 abr. 2016. Disponível em: <[http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2016/04/jornal\\_cidades/492223-coral-do-programa-catavida-recebe-novos-instrumentos-musicais.html](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/04/jornal_cidades/492223-coral-do-programa-catavida-recebe-novos-instrumentos-musicais.html)>. Acesso em: 27 fev. 2018

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano de Campos de Cima as Serra**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, Elaine Patrícia. Brasil desperdiça 41 mil toneladas de alimento por ano, diz entidade. **EBC - Agência Brasil**. 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/brasil-desperdica-40-mil-toneladas-de-alimento-por-dia-diz-entidade>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero; VILHENA, André. **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995.

DARÓS, Marilene L. **Pobreza, ressentimentos e luta por reconhecimento: um estudo na Ilha Grande dos Marinheiros – Porto Alegre**. Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009.

DE BEM, Judite, S.; GIACOMINI, Nelci, M. R. As indústrias criativas como alternativa de retomada de crescimento: o caso do Consinos no Rio Grande do Sul. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR • v. 8, n. 3, p. 139-163, set-dez/2012, Taubaté, SP, Brasil.

DEMAJOROVIC, Jacques. LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em: 2 fev. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** – Editora Senac, São Paulo-SP. 2006.

DUARTE, Rachel. Aos 89 anos morre o Irmão Antônio Cechin, o profeta dos catadores. 16 nov. 2016. **SUL 21**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/irmao-cechin-aos-85-anos-o-profeta-dos-catadores-ainda-esta-disposto-a-lutar/>> Acesso em: 2 fev. 2018.

EIGENHEER, Emílio M. Entrevista: Lixo, Vanitas e Morte. In: **Revista Brasileira**, v. 84, p. 9–16, 2015.

EIGENHEER, Emílio, M.; FERREIRA, João A; ADIER, Roberto, R. **Reciclagem: Mito e realidade**. Rio de Janeiro: In- *Fólio*, 2005.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. s/d. Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

FONSECA, Cláudia L. W. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, nº 1, p. 39-53, 2008.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FRVS - FÓRUM DOS RECICLADORES DO VALE DOS SINOS. **Vídeo Institucional**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I2ur1TgFUV4>> Acesso em: 31 jan. 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Eleições – PT cresce e vence 559 prefeituras**. 24 jun. 2009. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/eleicoes-pt-cresce-e-vence-559-prefeituras>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

GAIGER, Luiz. Inácio. A presença política da economia solidária: considerações a partir do primeiro mapeamento nacional. In: LEITE, Márcia; GEORGES, Isabel (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Annablume, p. 289-321. 2012.

GAIGER, Luiz. Inácio. O espírito da reciprocidade. In: GAIGER, Luiz. I; SANTOS, Aline M. (Org.). **Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências**. São Leopoldo. Ed. UNISINOS. 2017

GAIGER, Luiz. Inácio. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, José L. (Org.). **La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas**. 1ed. Buenos Aires: Altamira, 2007, v. , p. 79-109.

GAIGER, Luiz. Inácio; LAVILLE, J. L. Economia solidária. In: HESPANHA, P. GAIGER L. I. CATTANI, A. D. LAVILLE, J. L. (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. 1. ed. Coimbra: Almedina, v. 1, p. 162-168. 2009.

GERHARDT, Tatiana & SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 1989.

GRAMSCI. Antonio. **Os Intelectuais e a organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 1978

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia da prática social**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2. ed. 1992.

GUIMARÃES, Sônia. Faz sentido falar em classe social? In: **Cadernos de Sociologia**. Programa Pós-Graduação em Sociologia. V. 4. Número especial. Porto Alegre: PPG/UFRGS. 1993.

HISTÓRIA do MNCR. 08 jan. 2018. **MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso em: 26 fev 2018.

IANNI, Octávio (Org.). **Marx: Sociologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

INICIATIVAS Vencedoras 3ª Edição. **SECRETARIA DE GOVERNO – PRESIDENCIA DA REPÚBLICA**. s.d. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/premio/iniciativas-vencedoras-3a-edicao>> Acesso em: 27 fev. 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2012.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1995.

JORGE, Luiza Milbroth. **A cadeia de reciclagem do plástico pós-consumo na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Editora Expressão Popular LTDA. São Paulo – SP. 2000.

LENTZ, Rodrigo. O retorno do terrorismo como etiqueta política em cadeia nacional. 31 de out. de 2017. **BRASIL DE FATO** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/artigo-or-o-retorno-do-terrorismo-como-etiqueta-politica-em-cadeia-nacional/>> Acesso em: 26 fev. 2018.

LIMA, Maria Isabel R. **Economia Solidária e vínculos**. Editora Ideias e Letras. São Paulo. 2013.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou materialismo**. São Paulo. Editora Senzala LTDA. 1967.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal: Publicações Escorpião. 1989.

LUTA contra Lei anti-catador em Porto Alegre. 28 mai. 2009. **MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS**. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/luta-contr-lei-anti-catador-em-porto-alegre-2013-rs>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2015.

MACIEL, Joice, P. **Indicadores para qual sustentabilidade? Elementos teórico-metodológicos para a análise da eficiência multidimensional de empreendimentos econômicos solidários de reciclagem do Vale dos Sinos – RS**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

MARCOS, Plínio. (1978). **Homens de Papel**. São Paulo, Global.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Boitempo. 2007

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. (2. ed.). Editora Avante. Lisboa, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Expressão Popular. São Paulo. 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. **O capital: a crítica da economia política**. Livro 1. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1, tomo 2. Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

MARX, Karl. **Prefácio - Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 1997.

MATOS, Eduardo. Maior aterro sanitário do sul do país recebe 90 mil toneladas por mês de lixo. **GAÚCHAZH**. 01 out. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/noticia/2014/10/maior-aterro-sanitario-do-sul-do-pais-recebe-90-mil-toneladas-por-mes-de-lixo-cj5vqd3nj0pa0xbj01kttb17.html>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MILES, Duílio Castro. **A educação na economia solidária e seu potencial emancipatório na construção de uma cadeia produtiva solidária binacional do PET**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

MINAYO, Maria, C. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho, *et al* (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Catadores de Materiais Recicláveis**. s.d. / a Disponível em: <[www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis](http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis)>. acesso em: 27 fev. 2018.

MIRANDA, D. O. **A democracia dialógica e a economia solidária**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS. 2011.

MNCR luta por contratação pública pelos serviços. 28 mar. 2011. **MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/mncr-luta-por-contratacao-publica-pelos-servicos>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

NETTO, José Paulo. **Sobre o XVIII de Brumário de Luís Bonaparte**. 31 dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMbk1HLek80>. Acesso em: 11 nov.2017.

**NOVO Hamburgo terá 300 contêineres para a coleta de lixo**. PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO. 25 mai.2017. Disponível em: <<http://novohamburgo.org/site/noticias/geral/2017/05/25/novo-hamburgo-tera-300-containers-para-a-coleta-de-lixo/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

NUNES, Tiago de Garcia. **A autogestão em perspectiva comparada – quatro organizações de trabalho associado na resistência da produção à contestação do capital**. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2016.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil reduz a pobreza extrema em 75% entre 2001 e 2012, diz FAO. **ESTADÃO**. 16 set. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-entre-2001-e-2012-diz-fao,1560931>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea**. São Paulo: Lua Nova, 71: 81-121, 2007.

PINTO, Celi. O povo deve ser destruído. 29 jul. 2017. **Sul 21**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/celi-pinto/2017/07/o-povo-deve-ser-destruido/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PIRROTI, TatianeM. C.; BITENCOURT, Cláudia C.; WEGNER, Douglas. Sozinhos não vamos vencer: Práticas colaborativas em uma rede de empreendimentos da economia solidária. In: **IV Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio Unilasalle**, Canoas/ RS, de 7 a 9 de novembro de 2016. p. 716-726. Disponível em: <[http://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Anais\\_FINAL-2016.pdf](http://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Anais_FINAL-2016.pdf)>. Acesso em: 26 fev.2018.

POCHMANN, Márcio. O vigor do outro Brasil surgido nos anos 2000. In: **Rede Brasil atual**, 2015. Disponível em: <[www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/02/a-desconcentracao-da-riqueza-nacional-nos-anos-2000-329.html](http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/02/a-desconcentracao-da-riqueza-nacional-nos-anos-2000-329.html)>. Acesso em 15 jan. 2018.

PORTELA, André.et al. **Relatório de Comissão para a Definição da Classe Média no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00002809.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO. Marcos. **Estamira**. 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSZv8jO9SAU>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Todos Somos Porto Alegre**.2018. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p\\_secao=127](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_secao=127)>. Acesso em: 11 fev 2018.

PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor. **Valor Mensal da Cesta Básica**. s/d. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/pdf/acs-valoresmensais salariominimo.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

PROGRAMA Cataforte. **Secretaria de Governo – Presidência da República**. s.d. / a. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>> Acesso em: 27 fev. 2018.

PROGRAMA Pró-Catador. **Secretaria de Governo – Presidência da República**. s.d. / b. Disponível em:<<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver: um olhar sobre o programa nacional de alimentação escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2016.

RETRATO da política no Vale do Sinos: a presença das Mulheres. **Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale dos Sinos - OBSERVASINOS**. 06 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/retrato-da-politica-no-vale-do-sinos-a-presenca-das-mulheres>> Acesso em: 31 jan. 2018.

REUBEN, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo 18 jan. 2016. **BBC Brasil**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.839 de 5 de dezembro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.839.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ROSENFELD, Cinara. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 30 nº 89 outubro/2015, p. 115-197.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **Terra dos homens**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2015.

SANTOS, Adair. Calçados, do apogeu aos momentos de crise. **Jornal NH**. 28 jun. 2015. Disponível em <<https://social.shorthand.com/jornalnh/uC0NglovZ/calçado-do-apogeu-aos-tempos-de-crise>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SANTOS, Aline, M. **O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Tese de doutorado, 2010.

SANTOS, Aline, M. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. In: **Revista Otra Economía**, 8(15):196-209, julio-diciembre, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la Razón Dialéctica**. Buenos Aires: Editorial Losada, v. I, 1963

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la Razón Dialéctica**. Buenos Aires: Editorial Losada, v. II, 1963

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: Achyles B. da Costa; Maria Cristina Passos. (Org.). **Indústria de calçados no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

SCHWENGBER, Daiana. **Qualidade de vida e perfil socioeconômico de profissionais catadores de quatro cooperativas de resíduos sólidos da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Dissertação (mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano) – Centro Universitário La Salle, Canoas. 2015.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Durkheim, Marx e Weber**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de Referência: Fomento aos empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.** 2013.

SEVERO, Célia M. T.; et. al. Trabalho, economia solidária e a superação da pobreza: uma experiência do Programa Tecnosociais da Unisinos no Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos. In: DALMOLIN, B. M.; et al (org.). **Trabalho e Renda, possibilidades da extensão universitária.** Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

SILVA, Ari Rocha. **Dois em um: ator rururbano em contextos de desigualdades.** 4º Congresso Latinoamericano de Ciências Sociais Salamanca – Espanha. Simposio Movilidad, Diversidad y Desigualdad Social Eixo temático: Sociologia. 2017. No prelo.

SILVA, Marcelo Kunrath. OLIVEIRA, Gerson Lima. A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, p. 86-124, set. /dez. 2011.

SILVA, Pedro H.I. **Trajatórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil.** Brasília: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Tese de doutorado, 2015.

SILVA, Telma Bartolomeu. **Resíduos Sólidos: Lei 12.305/2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos comentada artigo por artigo.** São Paulo. Editora Nova Orla EIRELE-ME. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos. Acordo setorial de embalagens em geral. **Ministério do Meio Ambiente.** s.d / c. Disponível em: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/embalagens-em-geral> > Acesso em: 31 jan. 2018.

SINIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. 2014. In.: **Cooperativas de catadores: exemplo de economia solidária e preservação do meio ambiente em São Leopoldo.** ObservaSinos. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/ambiente/cooperativas-de-catadores-exemplo-de-economia-solidaria-e-preservacao-do-meio-ambiente-em-sao-leopoldo>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SOBRE O SINIR. SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos. **Ministério do Meio Ambiente.** s.d / b. Disponível em: <<http://sinir.gov.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SOETHE, José Renato.SARIA ICAZA, Ana Mercedes, et. al. Vale dos Sinos: Resgate histórico e visão popular do desenvolvimento. In: **Cadernos CEDOPE.** 2001.

SOUZA, Celina. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias** n.16 Porto Alegre jul. /dez. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SOUZA, Estamira; PRADO, Marcos. **Fragmentos de um mundo em abismo: baseado no documentário homônimo de Marcos Prado.** São Paulo, nº1. 2013.



VALE dos Sinos terá metade das cidades comanda por mulheres. **IHU - INSTITUTO HUMÂNITAS UNISINOS**. 06 out. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/560883-vale-do-sinos-tera-metade-das-cidades-comandada-por-mulheres>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma; et al. A Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (Org.). **Classe? Que classe? Ciclo de debates sobre classes sociais**. 2013.

VERONESE, Marília. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. In: **Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 213-236, Jan.–Jun. 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. In: **Temáticas, Campinas**, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

WIRTH, Ioli Gewehr. A luta por uma lei que proíba a incineração no estado do Rio Grande do Sul. In: **I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015, São Carlos**. Anais do I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015.

WIRTH, Ioli. G; OLIVEIRA, Cristiano. B. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os modelos de gestão. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

WRIGHT, Erik, O. Análise de classes. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília, maio – agosto, 2015a, pp. 121-163. 2015a.

WRIGHT, Erik, O. **Análise de classes: abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015b.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3, ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



## APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

### Roteiro da entrevista 1 - catadores do FRVS

**Obs.:** A entrevista não será feita por essas perguntas, mas através de uma conversa despretensiosa. Serve então como uma orientação pra trazer o entrevistado para as questões que me importam a partir da problemática do projeto. São questões que perpassam pelo empreendimento dos catadores, sua vida suas articulações políticas e o papel do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos. Nesse sentido, busca detectar a contribuição do Fórum para o fortalecimento da consciência de classe dos catadores participantes.

#### Identificação do entrevistado:

1. Idade:
2. Sexo:
3. Onde nasceu:
4. Principais experiências profissionais anteriores:
5. Quanto tempo atua como catador:
6. Estrutura familiar (quem mora com você)?
7. Porque começou a fazer parte de uma cooperativa? Qual foi o principal aprendizado nessa cooperativa?

Perguntas sobre a concepção de mundo do catador entrevistado:	
1	Como você percebe essas questões políticas atuais? Acha que isso afetar sua vida?
2	O que é pobreza para você?
3	Você acha que cada um tem o que merece?
4	O que você pensa sobre o papel das mulheres na reciclagem?
5	Quando se fala de sistema capitalista, qual a primeira questão que você pensa?

Perguntas voltadas para a atuação de grupo do catador:	
1	Na sua opinião, o que significa ser catador?
2	Como dividem o que produzem?
3	O que pensa sobre formação política para os catadores?
4	O que você pensa sobre os catadores individuais?
5	O que você pensa sobre a incineração? Como que o FRVS se posiciona em relação a isso?

6	Conhece outras articulações políticas de catadores? Se sim, quais? E o que pensa sobre elas?
7	Participou de alguma ação coletiva, comunitária ou política junto a outros fóruns e redes no último ano? Se sim, quais?
8	Conhece mulheres coordenadoras de cooperativas, o que pensa sobre isso?
9	O que pensa sobre os compradores/atravesadores?
10	Como você avalia o papel do estado em reação aos catadores?
11	Você acha que tem relação entre a economia solidária e os catadores? Se sim, Qual?
12	Porque o nome do Fórum do Vale é de recicladores e não de catadores?
13	Desde quando e porque a sua cooperativa participa do FRVS?
14	Qual o desafio atual que o FRVS enfrenta para ter mais catadores participando?
15	Quando você vai convidar um catador para participar do FRVS, quais argumentos utiliza?
16	Qual o papel dos apoiadores e entidades de apoio para o Fórum?
17	Acha que a sua participação no FRVS mudou a sua forma de pensar? Se sim, de um exemplo.
18	Como que o Fórum organiza as reuniões e formações?
19	Trajetória de espaços políticos que já participou ou participa?
20	Considera que o FRVS se posiciona contra alguém?
21	Teria mais alguma questão para falar?
22	Quem dos recicladores você acha importante que eu entreviste para sistematizar a história do FRVS? E quem dos apoiadores?

## Roteiro da entrevista 2 - apoiadores do FRVS

### Identificação do entrevistado:

1. Idade:
2. Sexo:
3. Onde nasceu:
4. Principais experiências profissionais anteriores:

	Perguntas voltadas para a atuação dos apoiados do FRVS
1	Como e quando se deu sua inserção no FRVS? (Buscando situar bem cada apoiador na história do FRVS, pois suas opiniões dependem disso).
2	Quais eram as demandas da época?
3	Como que você percebe a relação do FRVS com o MNRC?
4	Como que você percebe os catadores na cadeia produtiva da reciclagem?
5	Sabe como que se chegou na nomenclatura recicladores?
6	O que te motiva a apoiar e seguir apoiando o FRVS?
7	Como você percebe a participação dos apoiadores e entidades de apoio no FRVS?
8	Como que você enxerga a relação poder público, atravessadores e apoiadores?
9	Como imagina os próximos passos do FRVS?
10	Qual a influência do FRVS para os catadores participantes?
11	Histórico de espaços políticos que já participou ou participa?
12	Se não surgir a conversa sobre classes, perguntar: considera que os catadores se constituem numa classe social?
13	Quem dos recicladores você acha importante que eu entreviste para sistematizar a história do FRVS? E quem dos apoiadores?



## APÊNDICE B – LISTA DE DOCUMENTOS DO FÓRUM

Documento	Assunto	Fonte
1	Registro do primeiro encontro do FRVS em 2002.	Sistematização CAMP Articulação da Região do Vale dos Sinos - Roseli
2	Carta Aberta à População	FRVS. Cedido por apoiadores
3	Registros das reuniões mensais do FRVS de 2017.	Registros gravados por mim e sistematizados apenas as partes trazidas na dissertação
4	Capacitação Interna do FRVS	Sistematização CAMP – Articulação da Região do Vale dos Sinos – Roseli Dias
5	Planejamento estratégico 2011-2012 do FRVS	FRVS. Fornecido pela Incubadora Tecnosociais da Unisinos
6	Registro dos 10 anos do FRVS	Sistematizado e cedido pelos apoiadores Alda Beatriz e Roque Spies.
7	Documento contra a Incineração. FRVS - 2014 – Em defesa da Política Nacional de Resíduos Sólidos.	FRVS. Publicada no IHU.
8	Recicladores do Vale dos Sinos em movimento.	Boletim do Círculo Operário Leopoldense, sem data. Escrito e cedido por Roque Spies e Odete Spies.
9	Reunião Ceca	Sistematização CAMP Articulação da Região do Vale dos Sinos - Roseli





## ANEXO A – RELATÓRIO DO PRIMEIRO ENCONTRO DOS RECICLADORES

### RELATÓRIO DO I ENCONTRO DE RECICLADORES VALE DOS SINOS 26.07.03

**PRESENCAS:** 60 Pessoas participaram do encontro representando oito município e 11 reciclagens.

**Reciclagens:**

1. ATREMAG
2. ARLAS
3. ACCMC
4. ATERRO
5. ESTEIO
6. COOLABORE (C.BOM)
7. COOPETRA (Sapiranga)
8. DOIS IRMÃOS
9. SOL NASCENTE(N.Hartz)
10. ESTÂNCIA VELHA
11. ARARICA

**Municípios:**

1. CANOAS
  2. ESTEIO
  3. CAMPO BOM
  4. SAPIRANGA
  5. ESTÂNCIA VELHA
  6. ARARICA
  7. NOVA HARTZ
  8. DOIS IRMÃOS
- ALVORADA(visitante)*  
*VIAMÃO(visitante)*

- Trabalhadores nestas reciclagens: **230** pessoas
- Dependem da renda destes trabalhadores: **1003** pessoas

1) Jussara (Metroplan)

- A região metropolitana compreende **31** municípios.
- Em 1998 se realiza o Seminário “LIXO COMO INSTRUMENTO DE RESGATE SOCIAL” organizado pela Metroplan e parceiros.
- P.Alegre começa com coleta seletiva.
- CANOAS: ACCMC(Mathias Velho) quando iniciou, tinha *pontos* de coleta junto à comunidade, com vinculação à mesma e desta maneira funcionava (tinha mais material e mais limpo).
- Pesquisa da Metroplan: Associação de Dois Irmãos é a melhor coleta da região.
- Minas do Leão: A Empresa que faz este trabalho (encher com lixo as minas vazias onde se tirou o carvão) é Empresa séria. A questão é que as prefeitura estão se aproveitando disto para se livrar do lixo mais rapidamente sem se preocupar com a questão social, ou seja, as reciclagens e seus trabalhadores.

2) Resumo dos cartazes trazidos pelas Reciclagens:

**Dificuldades:**

- Crescente falta de materiais - Buscar o material antes que se misture.
- Dificuldade de relacionamento no grupo - Falta integração - Falta responsabilidade - Falta persistência
- Faltam creches.
- Aumento crescente de catadores
- Falta estrutura: Galpão - Transporte
- Estrutura física deficiente.
- Renovação do contrato "Insegurança"
- Classificação dos materiais

**Soluções:**

- Beneficiamento dos materiais
- Reconstrução do grupo
- Trabalho em equipe
- Reuniões com todos os associados
- Conscientização da comunidade

- Apoio da Prefeitura
- Buscar apoio - parcerias
- Reuniões - Encontros - Oficinas - Seminários
- Integração das reciclagens
- Busca de aperfeiçoamento - "pensar o futuro"

**Desafios:**

- Formação: Oficinas de capacitação
- Parcerias com Poder público e iniciativa privada.
- Beneficiamento e Produto final
- PEVs (Pontos de Entrega Voluntária): Debates, campanhas em Escolas, Igrejas, comunidades...
- Convencer os técnicos que "coleta de carrinho" é coleta seletiva.
- Central de compras de material reciclado.

**RESULTADO DA PLENÁRIA (TRABALHO EM GRUPO)**

**DIFICULDADES:**

- Relação no Trabalho (dificuldade de trabalhar sem ter um chefe).
- Relacionamento no grupo (Falta transparência...)
- Falta matéria-prima
- Desvio de material (Carroceiros...).
- Falta comprador
- Transporte próprio
- Instabilidade nos contratos

**SOLUÇÕES:**

- Beneficiar material para agregar valor
- Qualificar/adquirir equipamentos para "picar" papel ou plástico.
- Construir um projeto comum para aquisição de equipamento(extrusora), que seja coletivo.
- Avançar na nossa união para construir formas coletivas de agregação de valor(Ex.: Central de vendas)
- Legalizar "catador"
- Campanha de valorização do catador (Prefeitura...)
- Enfrentar o atravessador
- Parcerias com outras associações e catadores
- Parcerias com outros para máquinas(equipamentos)
- Produção de artesanato e matéria-prima para artesanato (Organizar brigue, lojas...)
- Postos alternativos para coleta
- Conscientização da população - que ela saiba quem é o beneficiado com a coleta seletiva (Ex.: Fazer um vídeo para a divulgação e conscientização)
- Mobilizar vereadores para lei de estabilidade do setor
- "Fome Zero": uma das prioridades do programa é atender/beneficiar comunidades que vivem/trabalham nos lixões.
- DRT/RS está propondo ao Gov. Federal para a criação de Central de comercialização

**DESAFIOS:**

- Capacitação para avançar na Auto-gestão
- Agenda com entidades da região para construir projeto com a "cara" desta região
- Proposta da METROPLAN: Fazer eventos locais no dia 06 08 03 - "Um dia sem lixo" para chamar a atenção da população. Promoção do Fórum Estadual "Lixo e Cidadania" - Jussara: 9985 1630
- APROFUNDAR: \* Como debater e "mexer" com as prefeituras para que elas se comprometam com a busca de soluções?  
\* Que consequências positivas e negativas pode ter a compra de materiais dos catadores?

**ENCAMINHAMENTOS:**

- Nos próximos encontros definir "como" dar passos para concretizar propostas.
- Comissão para refletir propostas, dar encaminhamentos e apresentar no Encontro do dia 24.08.03 de EPS do V.Sinos.

Reunião da Comissão: Dia 09.08.03 às 9,00 hs na sede antiga da Unisinos.

### RECICLAGENS DO VALE DOS SINOS - CONTATOS

<b>Reciclagem</b>	<b>Contatos</b>
Associação dos Recicladores de Dois Irmãos	Roque: 9972 1786 – Fax: 5641609
Assoc. de Reciclagem Nascente do Vale Nova Hartz:	Alfeu 564 1874 - 9914 9747 Vanderlei: 9913 8422
COOPEREV Recicladores de E. Velha	9967 2169
Reciclagem de Ararica	Pedro: 9838 1763
COOLABORE Reciclagem de C. Bom	Paulo: 9988 6020
COOPETRA Reciclagem de Sapiranga	9918 8832
Associação de Reciclagem de Esteio	9844 1786 459 2006
ARLAS: (Associação de recicladoras de lixo amigas solidárias):	428 68 96 Beatriz: 99037344 – 468.8641
ACCMC (Assoc. dos carroceiros e catadores de mat. de canoas):	José ou Maria: 466 6720
ATREMAG (Assoc. de triagem e recicl.do Mato Grande)	Eloísa: 9215 7145 Marli:9959 9055
Aterro – Recicl. do Aterro de Canoas	Iracema: 91132446

### ENTIDADES DE APOIO

IHU - Instituto Humanitas Unisinos	Ana Mercedes: 590 33 33 Ramal 113633 Ramal 1136
CAMP	José – Roseli: 3233 41 01 - 3231 75 23
Escola 8 de março	Sérgio: 582 27 31 - 595 57 77

### INFORMAÇÕES SOBRE TABELA DE PREÇOS E CLIENTES

MATERIAIS	CLIENTES	PREÇOS	TELEFONE
<b>PAPEL</b>			
PAPELÃO	FONTANELLA	R\$ 0,35	(054) 261 25 81
JORNAL	CTS	R\$ 0,29	466 81 06
BRANCO		R\$ 0,49	599 37 34
MISTO	CHICA BOM	R\$ 0,25	568 16 63
TETRA PLAK		R\$ 0,07	
<b>PLÁSTICOS</b>			
PET	SULPET	R\$ 0,65	(054) 259 71 33
PET ÓLEO PINHO(resina)	SULPET	R\$ 0,37	(054) 259 71 33
FILME TRANSPARENTE	LIMPLAST	R\$ 0,40	587 11 77
Aglutinado		R\$ 1,10	595 90 05
FILME COLORIDO			
Aglutinado		R\$ 0,80	595 90 05

PP FILME		CHICA BOM	R\$ 0,20	568 16 63
PP GARRAFINHA TRANSPARENTE		CHICA BOM	R\$ 0,60	568 16 63
		SULPET	R\$ 0,90	(054) 259 71 33
		RAFAEL(Solto)	R\$ 0,75	3364 78 85
MARGARINA			R\$ 0,40	
PEAD	BACIA		R\$ 0,37	
	GARRAFINHA		R\$ 0,30	
	MOÍDO		R\$ 0,90	
	BRANCO LEIT.O PRENSADO	VINÍCIUS	R\$ 0,48	9133 6296
SACOLINHA		ERALDO	R\$ 0,12	9171 8882
COPINHO PS				568 19 88
PVC FLEXÍVEL			R\$ 1,00	595 75 84
ISOPOR		PAVANI(entrega no local)	R\$ 0,20	588 54 60 9989 7174
RAFIA		PLASTIJU	R\$ 0,15	(055) 3744 33 28
		CHICA BOM	R\$ 0,20	568 16 63
<b>METAIS</b>				
SUCATA			R\$ 0,65	
LATA (Solta)		GERDAU	R\$ 0,13	3323 29 04
ALUMÍNIO	PANELA	SUL BRASIL	R\$ 3,20	3342 89 81
	LATINHA	SUL BRASIL	R\$ 2,90	3342 89 81
ANTIMONIO			R\$ 0,80	*
ALUMÍNIO DURO			R\$ 2,20	*
RAIOX			R\$ 1,00	*
COBRE			R\$ 3,50	*
METAL			R\$ 2,10	*
<b>VIDRO</b>				
VIDRO (CACO)			R\$ 0,065	
INTEIRO			R\$ 0,05	
CONSERVA		SÍLVIA	R\$ 0,15	9904 4264

\* Fazer contato com Pedro de Ararica: 9838 1763

Registro: Roseli Dias. CAMP.

## ANEXO B – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

### CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Nós, 230 sócios-trabalhadores de 11 associações e cooperativas de catadores de resíduos sólidos de oito cidades do Vale do Sinos, geradores de renda para 1.200 pessoas, manifestamos nossa preocupação com o destino crescente que está sendo dado aos resíduos por várias Prefeituras de nossa região e do Estado do Rio Grande do Sul. Nossa preocupação deve-se ao fato de que tal atitude está provocando danos sócio-econômicos e ambientais.

Desde o segundo semestre de 2002 entrou em operação um grande aterro sanitário, na cidade de Minas do Leão. Trata-se de uma área degradada pela exploração de carvão, com projeto para recuperação do espaço. O local foi preparado para receber resíduos sólidos domiciliares dos municípios, mediante contrato com a empresa responsável pela deposição final dos resíduos.

A iniciativa se apresentou como alternativa para as cidades que, ou não têm área para aterro sanitário ou avaliam que enterrar lixo reciclável é mais barato e menos incômodo. Em maio de 2003 já eram 41 os municípios que enviavam seus resíduos para Minas do Leão.

Alguns, como Dois Irmãos, mantém a coleta seletiva, com usina de triagem para aproveitamento do material reciclável, enviando somente os rejeitos não recicláveis e o material orgânico para Minas do Leão. Outros, no entanto, como Morro Reuter, desativaram campanha de coleta seletiva na comunidade e local de triagem para aproveitamento dos resíduos recicláveis, enviando todo o lixo doméstico produzido pela cidade para o aterro de Minas do Leão. Com esta atitude foram desativados vários postos de trabalho e eliminada a geração de renda para dezenas de pessoas. Com igual espanto, constatamos que cidades distantes mais de 200 quilômetros de Minas do Leão, como Bento Gonçalves, e até distantes 400 quilômetros, como Santana do Livramento, estão destinando seus resíduos para este grande aterro.

Diante deste quadro, as associações de catadores do Vale do Sinos e entidades apoiadoras de sua organização, manifestam preocupação quanto ao futuro da reciclagem de resíduos domésticos na região e no Estado. Tememos pela eliminação do aproveitamento de lixo reciclável, que hoje se constitui como alternativa de geração de renda para milhares de pessoas, através de associações ou cooperativas de catadores. Tememos também pelo aprofundamento dos danos ao meio ambiente, com a decisão crescente de enterrar e inutilizar matérias-primas, cujo reaproveitamento evita extração de mais matérias-primas da natureza, com a conseqüente degradação.

Tememos que mais Prefeituras acabem com os sistemas de coleta seletiva e unidade de triagem de resíduos, ao avaliarem apenas o custo econômico do destino final dos resíduos, ignorando os benefícios sociais (geração de renda e crescimento cidadania) e ambientais (economia de recursos naturais renováveis e não renováveis).

Para evitar estes danos sociais e ecológicos apelamos às autoridades competentes do Estado para o cumprimento do artigo 219 do Código Estadual de Meio Ambiente, que define: “A segregação dos resíduos sólidos domiciliares na origem, visando ao seu reaproveitamento otimizado é responsabilidade de toda a sociedade e será gradativamente implantada pelo Estado e pelos municípios, mediante programas educacionais e projetos de reciclagem”.

São Leopoldo, 24 de agosto de 2003

Associação dos Recicladores de Dois Irmãos; Associação de Reciclagem Nascente do Vale Nova Hartz; Cooperativa dos Recicladores de Estância Velha (COOPEREV); Reciclagem de Ararica; Cooperativa de Reciclagem de Campo Bom (COOLABORE); Cooperativa de Trabalho de Sapiranga (COOPETRA); Associação de Reciclagem de Esteio; Associação de Recicladoras de Lixo Amigas Solidárias (ARLAS); Associação dos Carroceiros e Catadores de Materiais de Canoas (ACCMC); Associação de Triagem e Reciclagem do Mato Grande – Canoas (ATREMAG); Aterro – Recicl. do Aterro de Canoas.